

Rui Miguel Terremoto dos Santos



## **ESTOI – paisagem e património no meio rural**

Orientador: Arq. Pais. Fernando Pessoa

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2008

Rui Miguel Terremoto dos Santos



165-803

## **ESTOI – paisagem e património no meio rural**

Orientador: Prof. Fernando Pessoa

**Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico**

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, 2008



## **ESTOI – paisagem e património no meio rural**

### **Resumo**

A presente dissertação é o resultado de uma análise interdisciplinar no domínio da paisagem e do desenvolvimento, que visa analisar os conflitos decorrentes dos processos de evolução do Barrocal Algarvio, em particular da Freguesia de Estoi.

Elaborada a partir da diagnose dos vários componentes da paisagem, aprofunda o debate sobre o território, biodiversidade, identidade, paisagem e património.

Da análise da área estudada, detectou-se a presença de valores patrimoniais importantes, que conferem identidade à paisagem e podem constituir um recurso importante para o desenvolvimento da freguesia.

A recuperação da paisagem tem particular incidência na conservação da biodiversidade, na implementação de medidas que viabilizem a valorização da paisagem e promovam o uso sustentável dos recursos naturais e patrimoniais.

## **ESTOI – landscape and heritage in the countryside**

### **Summary**

The present dissertation is the result of an interdisciplinary analysis in what concerns to the landscape and to the development. It aims to study the conflicts resulting from the processes of evolution of the Barrocal Algarvio, particularly the parish of Estoi.

Elaborated from the diagnosis of the different components of the landscape, it deepens the debate about the region, the biodiversity, the identity, the landscape and the heritage.

From the analysis of the studied area, it was detected the presence of important patrimonial values, that confer identity to the landscape and can be an important resource for the development of the region.

The recovery of the landscape has particular incidence in the preservation of the biodiversity and in the implementation of some rules that makes possible its recovery and promotes the sustainable use of the natural and patrimonial resources.

# ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>1. Dos conceitos de paisagem e património.....</b>	<b>9</b>
1.1. A paisagem.....	10
1.2. O património.....	23
1.3. A paisagem como património.....	27
<b>PARTE II</b>	
<b>2. Do enquadramento da Freguesia de Estoi.....</b>	<b>33</b>
2.1. Enquadramento geo-ecológico.....	34
2.2. Enquadramento histórico.....	39
2.3. Enquadramento demográfico.....	47
2.4. Enquadramento climático.....	52
<b>3. Da paisagem e património da Freguesia de Estoi.....</b>	<b>57</b>
3.1. Análise e caracterização da paisagem.....	58
3.1.1 Componentes biofísicos.....	63
3.1.1.1 Relevo.....	64
3.1.1.2 Geomorfologia.....	68
3.1.1.3 Geologia.....	71
3.1.1.4 Pedologia.....	75
3.1.1.5 Hidrografia.....	79
3.1.1.6 Flora e vegetação.....	82
3.1.1.7 Fauna.....	96
3.1.2 Componentes culturais e cénicos.....	97
3.1.2.1 Usos do solo.....	98
3.1.2.2 Zonagem e compartimentação.....	107
3.1.2.3 Estrutura fundiária.....	112
3.1.2.4 Povoamento e núcleos urbanos.....	114
3.1.2.5 Componentes estéticos.....	124
3.1.2.6 Elementos patrimoniais.....	128
3.2 Evolução da paisagem.....	141
3.3 Estado actual da paisagem.....	147

**PARTE III****4. Das bases para uma Proposta de Salvaguarda e Valorização da Paisagem da Freguesia**

<b>de Estoi</b> .....	154
4.1 Proposta de delimitação de sub-unidades de paisagem.....	155
4.2 Proposta de salvaguarda e valorização.....	166
4.2.1 Proposta de usos/funcões.....	175
4.2.2 Estrutura Ecológica Municipal.....	178
4.2.3 Turismo e recreio.....	181
4.2.3.1 Percursos.....	183
4.2.3.2 Parque cultural.....	187
4.2.3.3 Centro de Interpretação da Paisagem da Serra de Monte-Figo.....	188
4.2.4 Núcleo de Estoi.....	189
<b>Considerações finais</b> .....	190
<b>Apêndice (cartográfico)</b> .....	198
<b>Apêndice (fotográfico)</b> .....	221
<b>Bibliografia</b> .....	239

## ÍNDICE DE CARTOGRAFIA

01 – Enquadramento da Freguesia de Estoi (esc. 1/50 000).....	199
02 – Altimetria (esc. 1/50 000).....	200
03 – Fisiografia (esc. 1/50 000).....	201
04 – Hipsometria (esc. 1/50 000).....	202
05 – Tipos de relevo (esc. 1/50 000).....	203
06 – Síntese fisiográfica (esc. 1/50 000).....	204
07 – Estrutura Geo-fisiográfica (esc. 1/50 000).....	205
08 - Geologia (esc. 1/50 000).....	206
09 – Solos (esc. 1/50 000).....	207
10 – Usos do solo (esc. 1/50 000).....	208
11 – Tipologia de espaços agrários e naturais (esc. 1/50 000).....	209
12 – Elementos estruturantes da paisagem (esc. 1/50 000).....	210
13 – Visualização da paisagem (esc. 1/50 000).....	211
14 – Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional (esc. 1/50 000).....	212
15 – Estrutura Ecológica Fundamental (esc. 1/50 000).....	213
16 – Estrutura patrimonial (esc. 1/50 000).....	214
17 – Rede viária (esc. 1/50 000).....	215
18 – Povoamento (esc. 1/50 000).....	216
19 – Estrutura do território e da paisagem (esc. 1/50 000).....	217
20 – Sub-unidades de paisagem (esc. 1/50 000).....	218
21 – Proposta de valorização da paisagem: rede cultural (esc. 1/50 000).....	219
22 – Proposta de valorização da paisagem: aptidão de usos (esc. 1/50 000).....	220

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 - Distribuição geográfica das 3 sub-regiões do Algarve: Serra, Barrocal e Litoral.....	222
Fig. 2 - Integração do Concelho de Faro nas sub-regiões do Algarve.....	222
Fig. 3 – Vista aérea da Serra de Monte-Figo, onde se integra a Freguesia de Estoi.....	222
Fig. 4 – Vista aérea da Aldeia de Estoi.....	222
Fig. 5 – Vista aérea do sector poente da Aldeia de Estoi onde se insere o Palácio de Estoi.....	223
Fig. 6 – Vista aérea de zona agrícola na zona sul da freguesia.....	223
Fig. 7 – Vista aérea do Cerro do Malhão.....	223
Fig. 8 – Vista aérea da Ribeira da Murta.....	223
Fig. 9 – Vista aérea de um troço do Rio Seco.....	224
Fig. 10 – Vista aérea de zona agrícola na zona sul da freguesia.....	224
Fig. 11 – Vista aérea do Cerro do Malhão.....	224

Fig. 12 – Vista aérea do extremo norte da Freguesia de Estoi.....	224
Fig. 13 – Cerro de S. Miguel.....	225
Fig. 14 – Serra de Monte-Figo: Cerros do Guilhim, Malhão e S. Miguel.....	225
Fig. 15 – Ria Formosa e Vila-Dentro de Faro.....	225
Fig. 16 – A Aldeia de Estoi integrada no sopé do Cerro do Malhão.....	225
Fig. 17 – A Aldeia de Estoi integrada no sopé do Cerro do Malhão.....	226
Fig. 18 – Pormenor da Aldeia de Estoi e Cerro do Malhão.....	226
Fig. 19 – Aldeia de Estoi onde se destaca a Igreja Matriz.....	226
Fig. 20 – Panorâmica da Freguesia de Estoi.....	226
Fig. 21 – Sistema de cerros do Barrocal no Concelho de Faro.....	227
Fig. 22 – Zona sul da Freguesia de Estoi, na transição do Barrocal para o Litoral.....	227
Fig. 23 – Panorâmica da Aldeia de Estoi, inserida entre manchas de pomares.....	227
Fig. 24 - Panorâmica da planície litoral do Concelho de Faro.....	228
Fig. 25 – Campina de Faro e Cerro do Guilhim.....	228
Fig. 26 – Extracção de inertes no sopé do Cerro do Guilhim .....	228
Fig. 27 – Zona interior da Freguesia de Estoi: Cerros da Bemposta e do Malhão.....	228
Fig. 28 – Zona sul da Freguesia de Estoi, integrada na planície litoral.....	228
Fig. 29 – Via do Infante.....	229
Fig. 30 – Via do Infante no vale do Rio Seco.....	229
Fig. 31 – Cerro do Guilhim: formação arbustiva característica dos calcários do Barrocal.....	229
Fig. 32 – Maciço arbóreo com espécimes de Azinheira ( <i>Quercus rotundifolia</i> ).....	229
Fig. 33 – Carrascal.....	230
Fig. 34 – Maciço arbustivo característico dos calcários do Barrocal.....	230
Fig. 35 – Azinhal em fase de maturação.....	230
Fig. 36 – Freixial nas margens da Ribeira da Murta.....	230
Fig. 37 – Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro: amendoeira ( <i>Prunus dulcis</i> ).....	230
Fig. 38 - Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro: figueira ( <i>Ficus carica</i> ).....	230
Fig. 39 - Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro: oliveira ( <i>Olea europaea</i> ).....	231
Fig. 40 - Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro: alfarrobeira ( <i>Ceratonia siliqua</i> ).....	231
Fig. 41 – Carrasco ( <i>Quercus coccifera</i> ).....	231
Fig. 42 – Mariola ( <i>Phlomis purpurea</i> ).....	231
Fig. 43 – Madressilva ( <i>Lonicera implexa</i> ).....	231
Fig. 44 – Aroeira ( <i>Pistacia lentiscus</i> ).....	231
Fig. 45 – Palmeira-anã ( <i>Chamaerops humilis</i> ).....	231
Fig. 46 – Orquídea espontânea nos calcários do Barrocal Algarvio.....	231
Fig. 47 – Galeria ripícola da Ribeira da Murta.....	232
Fig. 48 - Galeria ripícola da Ribeira da Murta.....	232
Fig. 49 – Cascata na Ribeira da Alface.....	232



Fig. 50 – Rio Seco, a juzante da ponte que liga Estoi a Coiro da Burra.....	232
Fig. 51 – Sebe arbórea de romanzeira ( <i>Punica granatum</i> ).....	233
Fig. 52 – Produção de hortícolas em terraços junto ao leito da Ribeira da Murta.....	233
Fig. 53 – Vinha no sopé do Cerro do Malhão.....	233
Fig. 54 – Alfarrobeiral novo.....	233
Fig. 55 – Cerro do Malhão: terraceamento com recurso a muros de pedra solta.....	234
Fig. 56 – Olival abandonado na encosta norte do Cerro do Guilhim.....	234
Fig. 57 – Cerro do Malhão: olival em socalcos.....	234
Fig. 58 – Cerro do Malhão: amendoal em socalcos.....	234
Fig. 59 – Valados na divisória de parcelas e vala de drenagem.....	235
Fig. 60 – Cerro do Malhão: caminho rural delimitado por valados de pedra.....	235
Fig. 61 – Nora junto ao Rio Seco (Coiro da Burra).....	235
Fig. 62 – Mecanismo de nora junto à Ribeira da Murta.....	235
Fig. 63 – Nora e aqueduto junto à Ribeira da Murta.....	236
Fig. 64 – Ruínas de moinho de vento no sopé do Cerro do Guilhim.....	236
Fig. 65 – Nicho e poço de N. Sra. do Rosário.....	236
Fig. 66 – Azinheiro, um dos sítios da Freguesia de Estoi.....	236
Fig. 67 – Ruínas romanas de Milreu.....	237
Fig. 68 – Igreja Matriz de S. Martinho.....	237
Fig. 69 – Muro dos jardins do Palácio de Estoi com casa de fresco.....	237
Fig. 70 – Largo Humberto Delgado.....	237
Fig. 71 – Palácio de Estoi.....	238
Fig. 72 – Fachada principal do Palácio de Estoi.....	238
Fig. 73 – Entrada nobre dos jardins do Palácio de Estoi.....	238
Fig. 74 – Cortejo festivo integrado na Festa da Pinha.....	238



*Qual é o património básico de uma região, aquele que é uma construção humana e que permitiu o desenvolvimento? É a paisagem. A paisagem é o primeiro Património.<sup>1</sup>*

A integração recente da paisagem no conceito de património foi a ideia que deu origem ao presente trabalho.

A paisagem, expressão e imagem da humanização, sujeita à intervenção das sucessivas gerações, constitui um dos mais importantes valores culturais. É ela que enquadra a vida humana. Deve, por isso, ser alvo de estudo e de medidas de conservação e salvaguarda.

A importância da paisagem como factor de identidade local é reconhecida, actualmente, na Europa, como a base fundamental para a gestão do território, através da integração dos aspectos culturais e naturais.

As reflexões sobre a paisagem têm assumido uma importância cada vez maior. Esta atenção assenta, não só em questões relacionadas com o valor estético intrínseco mas, sobretudo, no papel desempenhado pela paisagem na preservação da identidade das populações e dos territórios e como sinal do equilíbrio ecológico dos mesmos. O interesse crescente por esta função da paisagem reflectiu-se na *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada pelos Chefes de

---

<sup>1</sup> TELLES, G. R. (2003). "Que planeamento urbano temos em Portugal?" in *Al-madan*, p. 96

Estado e de Governo do Conselho da Europa, em 20 de Outubro de 2000. De facto, no preâmbulo da convenção é declarado o contributo da paisagem *para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia.*<sup>2</sup>

A constatação de que a paisagem é um elemento fundamental para a preservação da identidade do território é revelada na sucessiva atribuição de valor cultural à paisagem, e consequente classificação de paisagens e de património paisagístico em todo o mundo. Da lista de bens imóveis de Portugal inventariados pela DGEMN, 197 constituem objectos denominados correntemente de património paisagístico. De entre quintas, tapadas, cercas conventuais, parques, jardins, hortos, destacam-se 3 paisagens culturais, cujo valor induziu a classificação pela UNESCO como Património Mundial: Paisagem Cultural de Sintra (1995), Paisagem do Alto Douro Vinhateiro (2001), e Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (2004).

A classificação das paisagens, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, outorga que até há pouco tempo era concedida essencialmente a objectos arquitectónicos, tem sido prática comum nos últimos anos. Como exemplo, destacam-se as seguintes paisagens culturais, classificadas pela UNESCO com o título prestimoso de Património Mundial: Vale de Bamiyan (Afeganistão); Mapungubwe (África do Sul); Hallstatt-Dachstein (Áustria); Aranjuez (Espanha); Vale do Orkhon (Mongólia). Estas classificações reconhecem a diversidade da paisagem, definem áreas de maior valia e de carácter universal, e estabelecem as respectivas áreas de protecção.

Cada vez mais, recursos como a cultura e o património são assumidos como factores de diferenciação e afirmação do território e das populações. São, por isso, incluídos na estratégia e definição de políticas de desenvolvimento.

A paisagem deixou de ser entendida como um mero suporte e passou a ser incorporada na definição das opções de desenvolvimento como recurso, o qual necessita de ser conhecido, gerido e preservado.

O desconhecimento do valor patrimonial da paisagem, e o desrespeito pela componente biofísica que lhe serve de estrutura, tem conduzido a agressões ao carácter da paisagem,

---

<sup>2</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land 6, Estrasburgo.

atentados que contribuem para o empobrecimento do património cultural, da estética e, até, da identidade e da vida do Homem.

*A Recomendação da Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios (UNESCO, 1962) é peremptória: Devido à beleza e ao carácter da paisagem, a sua salvaguarda é necessária à vida do homem, para que constitua um potencial regenerador físico, moral e espiritual, universalmente conhecidos.*<sup>3</sup>

A paisagem, condicionada pela estrutura biofísica, nomeadamente pelo relevo, geomorfologia, clima, natureza dos solos, e pela cultura da população, é um sistema complexo no qual funcionam, em interdependência, processos de natureza urbana, rural e natural. O suporte destas paisagens é o território. Deve, por isso, ser considerado um valor biofísico e cultural de extraordinária importância.

A crescente relevância imputada ao meio rural tem atribuído um valor estético à paisagem correspondente, que gera apropriação pela população urbana. Com efeito, tem sido incrementada uma procura de bens materiais e ambientais, somente proporcionados pelo meio rural. O mundo rural adquiriu, desta maneira, um valor simbólico para o homem urbano, que se constitui nas vertentes ambiental e cultural. No entanto, o mundo rural não pode ficar desvinculado das actividades económico-sociais que lhe são inerentes.

Nos últimos anos, tem sido ampliado o reconhecimento do meio rural como um valor a preservar em benefício da sociedade, em consideração à multifuncionalidade que encerra, nomeadamente pelo vasto conjunto de potencialidades que possui, para além da função tradicional de espaço de produção, com especial relevo para as dimensões de espaço de recreio e lazer, de conservação de tradições culturais, e de preservação do ambiente natural.

As áreas rurais são caracterizadas pela densidade relativamente reduzida de habitantes e de construções, às quais se encontram associadas paisagens de grande interesse, pelo uso agro-silvo-pastoril dominante, pelo modo de vida dos habitantes, caracterizado pela relação particular com o espaço e pela identidade que apresentam.

---

<sup>3</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.



A paisagem do meio rural teve, até há pouco, a agricultura como principal factor de transformação. De acordo com as condições naturais e as especificidades culturais de cada região, desenvolveram-se sistemas agrícolas e florestais característicos, que conferiram à paisagem um carácter facilmente reconhecível e uma identidade própria.

O território português, devido à antiga ocupação humana, apresenta abundantes vestígios e influências, com importância patrimonial, que se fundem numa matriz comum – a paisagem. O conjunto deste património, que confere a muitas aldeias, e às respectivas comunidades, uma identidade particular, faz parte do património rural e constitui uma potencialidade que deverá ser preservada e explorada.

No Algarve, como no resto do país, produziu-se uma concentração da actividade humana na faixa costeira que, ao apresentar um maior dinamismo, também reuniu um maior número de problemas ambientais e de ordenamento. No interior do território não se registaram alterações tão significativas. Manteve-se uma ocupação menos intensiva do espaço. No entanto, as comunidades rurais e o sector agrícola têm sofrido, nas últimas décadas, grandes transformações que, no caso do Algarve, se têm reflectido na redução de dinamismo sócio-demográfico e económico do Barrocal e da Serra. Na generalidade, as características que asseguravam o carácter da paisagem tendem a desaparecer progressivamente, numa tendência geral para a simplificação e homogeneização, e pelo abandono sistemático das populações e respectivas actividades.

O presente trabalho representa o culminar da investigação realizada sobre a paisagem e o património da Freguesia de Estoi, no Concelho de Faro, no âmbito do Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, ministrado na Universidade de Évora. Exprime o estudo aprofundado sobre a paisagem da Freguesia de Estoi, nomeadamente sobre a estrutura natural e cultural.

O tema do trabalho – *Paisagem e Património no meio rural* –, embora incida sobre uma unidade de cariz rural, evidencia a tendência actual para não considerar a separação entre a paisagem rural e a paisagem urbana, baseando-se no conceito de paisagem global, defendido por Ribeiro Telles, que considera a paisagem como um sistema global, onde se estabelecem relações entre os dois meios.

A selecção da área de estudo recaiu, sob proposta do Prof. Ribeiro Telles, numa freguesia rural uma vez que o património e a paisagem do meio rural são os menos conhecidos, e aos quais se tem atribuído menor valor, o que contribui para a sua delapidação constante.

A Freguesia de Estoi por acolher um vasto património vernáculo praticamente desconhecido, e por se integrar numa unidade de paisagem bastante característica de Portugal Meridional – Barrocal Algarvio –, foi a eleita para objecto do presente estudo.

O trabalho pretende contribuir para a divulgação dos valores naturais e culturais da Freguesia de Estoi e, simultaneamente, alertar para as transformações recentes que podem colocar em risco esses valores. Pretende, ainda, contribuir para a conservação, salvaguarda e reabilitação do património, entendido numa visão holística que integra a paisagem. A finalidade da conservação daqueles valores é manter viva a identidade cultural da freguesia/região, localizada numa zona caracterizada pela actuação de pressões acentuadas sobre a paisagem.

Pretende-se evidenciar o carácter da paisagem de Estoi como parte integrante do conceito de património, com referências à arquitectura da paisagem, suportada pela natureza biofísica do sítio, como um dos múltiplos aspectos integrados na definição de património cultural.

O caso concreto da complexa unidade do Palácio de Estoi, jardins e espaços de produção envolventes, que se poderá definir tipologicamente como uma Quinta de Recreio, integra o conceito de património em toda a diversidade estrutural de recreio, produção e protecção e não, somente, pela estrutura edificada. Constitui, por isso, um caso paradigmático da classificação da paisagem como património, não só entendido para os elementos edificados.

Propomo-nos estudar a paisagem considerada como património, com abordagem às unidades de paisagem onde a freguesia se insere, e analisar particularmente a relação da aldeia,

sede de freguesia, com o território envolvente e as relações estabelecidas entre ambos.

O objecto de estudo – Freguesia de Estoi – foi seleccionado, igualmente, por se tratar de uma área periférica, em termos populacionais e agrícolas, identificada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve como área de baixa densidade, onde os processos de transformação da paisagem têm sido acentuados nos últimos anos.

A Freguesia de Estoi revela-nos, ainda, com alguma autenticidade, a interacção entre Homem e Natureza, da qual resultou a herança cultural que nos é legada e que temos o dever de transmitir.

O estudo sobre a freguesia e a aldeia baseia-se na análise da estrutura rural. Intimamente ligada à estrutura urbana, a estrutura rural compreende a aldeia e a paisagem envolvente, caracterizada pela natureza da produção que lhe confere dinâmica – hortas, pomares de sequeiro e de regadio. Como parte integrante dessa estrutura, destacam-se os elementos construídos associados: muros, veredas, socalcos, moinhos, noras, poços, eiras, caminhos, etc., que constituem elementos patrimoniais, cunho da intervenção humana que moldou a paisagem.

A Freguesia de Estoi, integrada no Barrocal Algarvio, deve muito do seu desenvolvimento à agricultura de sequeiro. O comércio e a transformação dos frutos secos permitiram a fixação de proprietários, alguns abastados, que marcaram particularmente a estrutura edificada da aldeia.

Actualmente, o sistema de pomar de sequeiro, que tem conferido especificidade e identidade à paisagem, encontra-se em regressão. Consequentemente, põe em causa a manutenção de uma paisagem de características únicas, que constitui um valor cultural relevante. O abandono do sistema tradicional do pomar de sequeiro provoca a degradação da compartimentação dos campos, fruto do trabalho de despedrega dos terrenos, armação em socalcos e construção de muros.

O valor patrimonial da Freguesia de Estoi é conferido pela estrutura dos aglomerados populacionais, que inclui elementos edificados notáveis, pela estrutura rural, que considera a paisagem e a relação particular entre a sede de freguesia e a paisagem, e a estrutura social.

A paisagem agrícola tradicional da envolvente da aldeia de Estoi foi alvo de profundas mutações nas últimas décadas, particularmente com a transferência do interesse do sector económico dos frutos secos para os citrinos. Inerentemente, a paisagem reflecte a transformação do pomar tradicional de sequeiro pelas grandes extensões de pomares de regadio e de culturas hortícolas em estufas. Além deste aspecto, a envolvente da aldeia tem sido progressivamente caracterizada pela expansão de uma mancha edificada densificada de pouca qualidade, que contribui para a perda da identidade que sempre a caracterizou.

O trabalho organiza-se em 3 partes. Na primeira parte, após uma abordagem aos conceitos de paisagem e património, consideraremos a interligação entre os dois conceitos. Na segunda parte faremos uma abordagem ao enquadramento da freguesia (com referências à geoecologia, à evolução histórica, à demografia e ao clima), e à análise dos componentes biofísicos (relevo, geomorfologia, geologia, pedologia, hidrografia, flora e vegetação, e fauna) e culturais (usos do solo, zonagem e compartimentação, estrutura fundiária, povoamento e núcleos urbanos, componentes estéticos, e elementos patrimoniais) da paisagem. A segunda parte é concluída com referências à evolução da paisagem e uma avaliação do estado actual da paisagem.

A terceira parte integra as bases para uma proposta de salvaguarda e valorização da paisagem da Freguesia de Estoi, que inclui uma proposta de delimitação de sub-unidades da paisagem.



**1. DOS CONCEITOS DE PAISAGEM E PATRIMÓNIO**



## 1.1. A PAISAGEM

A definição de paisagem teve várias acepções ao longo do tempo. O conceito actual de paisagem privilegia a noção de paisagem global – interligação entre a paisagem do meio urbano e do meio rural – em detrimento das noções sectoriais de paisagem urbana e paisagem rural.

O conceito de paisagem global pressupõe uma visão holística da paisagem. Perde sentido, portanto, a dicotomia entre paisagem urbana e paisagem rural. O espaço rural e o espaço urbano *são duas faces de características diferentes do mesmo todo. Têm que ser considerados como uma unidade de planeamento.*<sup>1</sup>

A ideia de paisagem engloba aspectos naturais e culturais. Exprime o resultado da interacção espacial e temporal do Homem com o Ambiente.

---

<sup>1</sup> TELLES, G.R. (2003b). "As autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem", in *Al-Ulnã*, p. 184.

A paisagem é, cada vez mais, considerada como o enquadramento apropriado para o ordenamento e a gestão do território, com vista a salvaguardar a sustentabilidade. De acordo com Ribeiro Telles, *a Paisagem, imagem do território humanizado, constitui, para além duma unidade estética, um sistema ecológico complexo, suporte da sociedade humana.*<sup>2</sup>

As paisagens podem ser identificadas como unidades espaciais, onde elementos e processos específicos reflectem os bens naturais e culturais, numa forma visível e espiritual. Uma vez que os processos humanos e naturais, que constituem a paisagem, estão sujeitos a transformações permanentes, as paisagens são sistemas dinâmicos.<sup>3</sup>

Considera-se que os sistemas biofísicos humanizados são compostos por partes do meio natural - estrutura natural da paisagem - e por partes transformadas pelo Homem - as componentes culturais da paisagem. O território onde o Homem actua é, portanto, uma combinação de componentes culturais e naturais, que se caracteriza por uma interdependência de factores bióticos, abióticos e humanos dos ecossistemas que caracterizam a paisagem.

O conhecimento da paisagem implica o entendimento dos ecossistemas e das funções específicas de cada elemento do sistema, o contexto social e cultural onde o Homem actua, e os factores técnicos que afectam a construção da paisagem. A paisagem deve ser estudada com especial atenção para as mudanças no espaço e no tempo, resultantes da acção conjunta das forças bióticas e antropogénicas, incluindo as componentes históricas, culturais e económicas, relacionadas com os usos do solo.

O desenvolvimento da paisagem reconhece os processos naturais em simultâneo com o papel do Homem. Os processos naturais envolvidos no desenvolvimento da paisagem são: a geomorfologia, o clima, a distribuição de plantas e animais, a formação do solo e a entropia natural. A influência humana é reconhecida através de um gradiente de alterações da paisagem, que inclui desde as paisagens ditas naturais, desprovidas de uma presença humana significativa, paisagens cultivadas ou rurais, com aldeias e manchas de ecossistemas naturais ou construídos

---

<sup>2</sup> TELLES, G.R. (2003b). "As autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem", in *Al-Uinã*, p. 182.

<sup>3</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coleção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

pelo Homem, espalhados dentro de uma matriz de cultivo, paisagens sub-urbanas e urbanas.

Para Caldeira Cabral, *paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos em equilíbrio com os factores físicos do ambiente.*<sup>4</sup> O conceito de paisagem defendido por Ribeiro Telles amplia a definição anterior: *é necessário aproximar novamente o Continuum Naturale no espaço urbano e rural, como elo entre as respectivas paisagens permitindo a aproximação dos dois modos de vida das pessoas.*<sup>5</sup> Caldeira Cabral insiste na necessidade de manter os elementos essenciais da paisagem natural, com base na conservação da continuidade e funcionalidade. Neste âmbito, foi incrementada a ideia de manutenção do *Continuum Naturale* e do *Continuum Culturale*.<sup>6</sup>

O conceito de Paisagem Global aborda a paisagem como um todo. Tende a desvanecer, cada vez mais, a diferença entre espaço urbano e espaço rural. A interdependência entre os espaços edificados e os espaços rurais tem como base a complementaridade destes dois tipos de espaço, interagindo de forma dinâmica. A ideia de que o espaço rural constituía a fase contínua do território e o espaço urbano e industrial a fase dispersa, constituindo partes integrantes e indispensáveis ao funcionamento do espaço rural, perde sentido à medida que as várias componentes se individualizam e se tornam independentes do mundo rural que os envolvia.

O interesse crescente sobre a paisagem está intimamente relacionado com a multifuncionalidade do território e com o desenvolvimento sustentável. A *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada em Florença em 2000, define a paisagem como *uma parte do território tal como é apreendida pela população e cujo carácter resulta da acção de factores naturais e humanos e das suas inter-relações.*<sup>7</sup>

Esta definição expressa a pluralidade de significados da paisagem (a materialidade, a territorialidade, a dimensão cultural e perceptiva), e a multiplicidade de funções que cada

---

<sup>4</sup> CABRAL, F. C. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*, p. 32.

<sup>5</sup> MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*, p. 152.

<sup>6</sup> CABRAL, F. C. (1980). "O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza", in *Conservação da Natureza*. Serviço de Estudos do Ambiente, pp. 35-55, Lisboa.

<sup>7</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.

paisagem pode desempenhar. A paisagem, como componente unificadora do território, estabelece a conjugação dos aspectos emocionais com formas resultantes das características do clima, da composição geológica, da vegetação e da organização social em geral.<sup>8</sup>

Ao defender o conceito de Paisagem Global, Ribeiro Telles entende que o espaço rural e o espaço urbano devem interligar-se sem que percam as suas características próprias e não deixem de servir os interesses comuns da sociedade.<sup>9</sup>

A paisagem constitui, também, o diagnóstico da organização humana do território. Representa a identidade cultural do país e a natureza equilibrada de construção e instalação da população. Como refere Orlando Ribeiro, a paisagem é um produto do passado e constitui um registo da memória colectiva.<sup>10</sup> Traduz a história do povoamento e das formas de aproveitamento para fins produtivos de determinado espaço geográfico.<sup>11</sup>

A paisagem deve ser entendida num sentido lato, como um todo biológico e físico, em que cada elemento que a compõe é influenciado e influencia os restantes, numa sequência determinada pelo meio e pela acção humana.<sup>12</sup>

Relativamente ao conceito de Paisagem Rural, actualmente integrado na ideia de Paisagem Global, reflecte mais explicitamente a relação histórica entre o Homem e a Natureza, nomeadamente nos esforços de sobrevivência do Homem na adaptação do território.

Em Portugal, a paisagem rural oferece uma extraordinária riqueza e diversidade. Esta diversidade deve-se a uma enorme variedade de condições ecológicas que foram aproveitadas e adaptadas por uma longa acção humana. Esta estabeleceu certos contrastes no território e realçou outros, o que contribuiu para a existência de um mosaico cultural de extrema diversidade.

---

<sup>8</sup> PARDAL, S. C. (1988). *Planeamento do Território, instrumentos para a análise física*. Coleção Espaço e Sociedade. Livros Horizonte, Lisboa.

<sup>9</sup> TELLES, G. R. (1993). "Paisagem Global", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 31-45, Lisboa.

<sup>10</sup> RIBEIRO, O. et al (1988). *Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a Paisagem*. Sá da Costa, Lisboa.

<sup>11</sup> CARY, F. C. (1993). "Paisagem e agricultura", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 49-65, Lisboa.

<sup>12</sup> MARTINELLI, M. e PEDROTTI, F. (2001). "A Cartografia das Unidades de Paisagem: questões metodológicas" in *Revista do Departamento de Geografia*. Nº. 14. Universidade de S. Paulo pp. 39-46, S. Paulo.

O carácter da paisagem é dinâmico e está continuamente em mudança, mas é único para cada lugar e tem um papel preponderante no estabelecimento da sua identidade. O carácter da paisagem é determinado, primeiramente, pelos quatro elementos visuais básicos da forma, linha, cor e textura. Embora estejam presentes em qualquer paisagem eles induzem diferentes graus de influência. Quanto maior for a influência e o equilíbrio, ou o contraste, destes elementos mais interessante será a paisagem. Quanto maior for a variedade visível da paisagem mais será apreciada esteticamente. No entanto, a variedade sem harmonia não é atractiva, particularmente em termos de alterações (modificações culturais) que sejam feitas sem cuidado.<sup>13</sup>

Assim, à escala local, cada paisagem é única e reflecte tanto a história natural como cultural de um território – faz parte integrante da identidade das comunidades que nela vivem e, no seu conjunto, é parte integrante da identidade nacional.

No século XX, o conceito de identidade foi alvo de descaracterização cultural acelerada, influenciada pelos fenómenos de globalização e liberalização. Estes processos conduziram a uma tendência de homogeneidade e universalização cultural.<sup>14</sup>

O conceito de identidade da paisagem tem por base a existência de traços característicos, que contribuem para o seu fácil reconhecimento. Essas permanências são, essencialmente, elementos estruturantes da paisagem (naturais e humanizados) e usos do solo, que constituem referências fundamentais para a identificação e individualização das paisagens.

No meio rural coexistem dois tipos de permanências, com traços estruturais e funcionais que asseguram a continuidade de parâmetros de referência da paisagem, nomeadamente valores ecológicos e culturais. Tais elementos são reflexo do conhecimento das potencialidades e condicionantes biofísicas de cada espaço, isto é, da zonagem natural e da capacidade humana para adaptar essas potencialidades aos usos que lhe são mais convenientes.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> ANDRESEN, M. T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

<sup>14</sup> CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>15</sup> CORREIA, T. P. (2004). "A multifuncionalidade da paisagem rural – que desafio para o futuro?", in *Pessoas e Lugares – Jornal de animação da rede portuguesa Leader+*. II Série. Nº 16, pp. 8, Lisboa.



Este papel da paisagem na identidade e na qualidade de vida das populações é reconhecido e defendido em vários documentos internacionais, dos quais se destaca a *Convenção Europeia da Paisagem*, referida anteriormente. A convenção tem como objectivo a criação de instrumentos que permitam conhecer e gerir a paisagem, numa perspectiva integrada, e promover o desenvolvimento da consciência dos utilizadores da paisagem quanto à sua importância, e às suas fragilidades e potencialidades.

O relatório *European Landscapes*<sup>16</sup>, elaborado para a Agência Europeia do Ambiente, exprime a ideia de que, quer à escala local, regional, nacional, ou internacional, as paisagens exprimem a unicidade e identidade de cada lugar (*genius locci*).

A homogeneização, e conseqüente descaracterização da paisagem, conduz à perda do *genius locci*, que reflecte a história natural e cultural do território. O carácter da paisagem é uma componente fundamental para a sua compreensão. A combinação dos factores abióticos, bióticos e humanos confere a cada paisagem um determinado carácter que está continuamente em evolução, mas que é específico para cada lugar e tem um papel preponderante na identidade local. No processo de humanização do território, o Homem valorizou o espaço natural com recurso ao saber e às tecnologias transmitidos através das gerações. Estes, ao variarem de sítio, consoante as condicionantes biofísicas, conferiram um carácter específico às paisagens.<sup>17</sup>

Face às tendências crescentes de globalização, com a conseqüente padronização do modelo das sociedades, as paisagens têm sofrido transformações aceleradas no sentido da simplificação e homogeneização.

A identidade da paisagem é exprimida por factores externos e internos, com uma fronteira subjectiva entre eles, baseada num processo cultural e inato. A identidade de uma comunidade traduz-se nas raízes históricas, sociais, geográficas e culturais que evidenciam um comportamento comum a um conjunto de pessoas.

---

<sup>16</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.

<sup>17</sup> TELLES, G. R. (1992). *Um novo conceito de paisagem global: tradição, confrontos e futuro*. Jubilação do Professor Ribeiro Telles, Universidade de Évora, Évora.

Nas paisagens onde se verifica harmonia entre as condicionantes naturais e a humanização é possível dar continuidade a usos do solo e a uma certa imutabilidade de estruturas, que passam a considerar-se tradicionais, com grande participação na identidade das paisagens. Nestas, onde os usos do solo e os agro-ecossistemas característicos são o reflexo da actuação correcta das práticas agrícolas, a zonagem natural foi substituída pela zonagem cultural, em que prevalecem os valores naturais como suporte de todos os processos.<sup>18</sup>

A paisagem natural, caracterizada por determinado funcionamento ecológico, foi sucessivamente alvo da intervenção humana que, ao assegurar a sua perenidade, deixou inscrita cultura na paisagem, e deu origem à paisagem cultural. Ecologia e cultura são, portanto, as duas vertentes que constituem os primeiros pressupostos da forma da paisagem.

Concebidas como categoria do Património Mundial, em 1992, pela UNESCO, as paisagens culturais caracterizam-se como *áreas, constituindo espaços suficientemente característicos para serem objecto de uma delimitação topográfica, nas quais existem simultaneamente elementos do património cultural e do património natural, com valor excepcional do ponto de vista da história, da ciência, da estética, da tecnologia da antropologia, da conservação ou da beleza natural.*<sup>19</sup>

O conceito de paisagem cultural encerra o pressuposto de um desenvolvimento sustentável. Segundo Schuster, *a paisagem cultural é uma das chaves para o êxito do desenvolvimento territorial.*<sup>20</sup>

Relativamente à paisagem rural, resultante em grande medida da actividade agrícola do Homem, traduz uma biocenose de substituição regida por princípios, entre os quais se destaca a resistência às influências externas, que lhe provocam transformações abruptas. Corresponde a uma imagem dinâmica evolutiva, com variação espacial e temporal do meio natural adaptado para a produção agrícola. Embora cada vez mais segmentada por ocorrências que lhe são estranhas, é possível identificar no meio rural, em muitos casos, a estrutura da rede viária rural, as pequenas

---

<sup>18</sup> CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>19</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.

<sup>20</sup> SABATÉ, J. (coord.) (2004). *Património y proyecto territorial – Colonias, Séquia de Manresa y Delta*, p. 73.

implantações das áreas sociais, e todos os elementos cujo impacte visual, ecológico e sócio-económico se integram na escala dessa paisagem.

O espaço rural é composto por ecossistemas mais ou menos modificados pelo Homem, essencialmente pela prática de actividades agrícolas, designados por agro-ecossistemas. Nos sistemas agrícolas do passado, ou característicos das zonas rurais menos desenvolvidas, verifica-se, na generalidade, uma situação de equilíbrio entre a comunidade rural e os recursos naturais. A paisagem humanizada, oposta ao conceito de paisagem natural, resulta da acção multi-secular, contínua ou intermitente do Homem sobre a Natureza, baseada na apropriação e modificação a fim de a adaptar às suas necessidades. A intensificação da humanização da paisagem só tem benefícios enquanto permitir o equilíbrio dinâmico da actividade biológica, pelo que as intervenções na paisagem rural devem garantir o funcionamento dos sistemas ecológicos fundamentais.

A humanização da paisagem pode entender-se como a projecção geográfica da evolução cultural do Homem. Em geral, a humanização da paisagem origina paisagens mais estruturadas, pela variedade de intervenções que desencadeia e pela diversidade de elementos da paisagem que introduz. O saber do Homem está impresso profundamente na paisagem e funde-se plenamente na estrutura actual, como uma interpretação dos momentos da cultura humana.<sup>21</sup>

Actualmente, em que se verifica um desenvolvimento cultural e tecnológico intenso, a paisagem transforma-se a um ritmo sem precedentes. As transformações são realizadas de tal forma que a paisagem do meio rural torna-se mais vulnerável e tende a perder o carácter de relativa imutabilidade e muitos dos valores culturais que a caracterizam.

No caso português, a humanização da paisagem foi atingida, na globalidade, praticamente no final da ocupação romana, que deve ter fixado as directrizes da nossa paisagem humanizada. No final da época romana e, sobretudo no Sul, depois da época islâmica, até aos princípios da

---

<sup>21</sup> MENDONÇA, N. (1989). *Para uma poética da paisagem*. Dissertação de Doutoramento no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem (policopiado). Universidade de Évora, Évora.

Idade Média, a paisagem era formada por pequenos núcleos populacionais junto dos campos cultivados (o *ager*), os pastos (o *saltus*), as matas sujeitas a exploração (a *silva*) e a floresta (paúl).

O *ager* correspondia ao sector de produção, mais ou menos intensiva junto aos núcleos populacionais, a *silva* representava aquilo a que podemos chamar sector de protecção e o *saltus* desempenhava as funções de pastagem, embora pudesse ter arbustos. A paisagem sem intervenção marcante continuava a constituir a fase contínua, apesar das arroteias realizadas para obtenção de espaço cultivável. Todos os elementos que caracterizavam a paisagem ainda constituíam um todo, em que os elementos artificiais introduzidos pelo Homem surgiam pontualmente. A sedimentação das áreas agrícolas, e o aumento das pressões demográficas, culturais e tecnológicas, conduziram para que a matriz da paisagem passasse de natural a cultural.

O reconhecimento da gradual degradação da paisagem, e da relação directa entre o empobrecimento da paisagem e o empobrecimento da população, conduziu à criação de legislação específica que visa a salvaguarda da paisagem, tanto ao nível internacional, como nacional. Identificamos e descrevemos, seguidamente, o que cada documento ou diploma considera de mais importante para a salvaguarda da paisagem:

### **Legislação Internacional**

- Da *Recomendação relativa à salvaguarda, beleza e caracteres das paisagens e dos sítios*, adoptada pela Conferência Geral da 12<sup>a</sup>. Sessão da UNESCO, que teve lugar em Paris, em 11 de Dezembro de 1962, resultaram orientações para a salvaguarda, protecção e recuperação da beleza e do carácter das paisagens naturais, rurais e urbanas com intervenção do Homem, ou não, que contivessem interesse estético, cultural ou que constituíssem envolvências naturais características. Chamou-se a atenção para a multiplicidade de perigos a que estavam expostas as paisagens e os sítios históricos.

Intimamente relacionada com a conservação da paisagem está a salvaguarda da biodiversidade, actualmente mais ameaçada do que em qualquer outro período. Esta situação, para além das óbvias implicações em termos ecológicos, tem também um forte impacto no desenvolvimento económico e social.

A redução da biodiversidade é, essencialmente, resultante da acção do Homem, pela incapacidade em promover uma utilização sustentada dos recursos biológicos. As novas formas de utilização agrícola e florestal, o desenvolvimento urbanístico, a construção de infra-estruturas, e o turismo de massas, entre outros factores, têm contribuído para a destruição dos habitats naturais, com repercussão na delapidação da paisagem.<sup>22</sup>

- Como tentativa de dar resposta a este problema, surgiu a *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, o primeiro grande acordo global sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Surgiu com base no reconhecimento da necessidade de uma acção internacional concertada neste domínio, cujos objectivos, para além da conservação da diversidade biológica, eram a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. Foi assinada na *Conferência do Rio* em 1992 e ratificada por Portugal, em 1993 (Decreto 21/93 de 21 de Junho).<sup>23</sup>
- A *Estratégia Pan-Europeia da Diversidade Biológica e Paisagística* (1996), preparada pelo Conselho da Europa, pelo PNUA e pelo European Centre for Nature Conservation, adoptada pelos países membros do Conselho da Europa, salienta a necessidade da política de conservação se preocupar também com a diversidade da paisagem. A diversidade da paisagem é considerada como a expressão formal das relações existentes num determinado período entre a sociedade e o território. A estratégia defende a necessidade de uma política para as paisagens, em consideração com a especificidade de todos os tipos de paisagem que constituem a Europa.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.

<sup>23</sup> [www.ifadap.min-cultura.pt](http://www.ifadap.min-cultura.pt)

<sup>24</sup> ECNC (1996). *The Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*. Council of Europe. UNEP. European Centre for Nature Conservation, Tilburg, The Netherlands.

- Em 2000 é assinado em Florença o diploma mais complexo sobre a paisagem – a *Convenção Europeia da Paisagem*, ratificada em Portugal pelo decreto nº. 4/2005 de 14 de Fevereiro.

É referido no preâmbulo, entre outros aspectos, que *a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia; e que as evoluções das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infra-estruturas, do turismo, do lazer, e de modo mais geral as alterações nas economia mundial estão em muitos casos a acelerar a transformação das paisagens.*

Uma das directrizes emanadas da Convenção de Florença é a obrigação de cada país signatário *reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade.* No seguimento deste reconhecimento devem integrar-se nas políticas de ordenamento do território estratégias de defesa dos valores paisagísticos que devem assentar em alguns pressupostos principais: *conhecimento da diversidade paisagística e as suas multifuncionalidades (ecológicas, económicas e culturais); transformações das actividades produtivas, especialmente nas áreas rurais, e mudanças na paisagem em relação com a sua multiplicidade de funções; valores de paisagem na gestão das áreas peri-urbanas; análise e avaliação das políticas públicas para a conservação, gestão e recuperação das múltiplas funções da paisagem.*<sup>25</sup>

### **Legislação Nacional**

No que respeita à legislação nacional, das normas constitucionais actuais com implicações directas no património cultural, destaca-se para além do art.º. 9 da e) que incide nas

---

<sup>25</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.

tarefas fundamentais do Estado – o art.º 66º, nº. 2, c) que incumbe o Estado de criar e desenvolver reservas e parques naturais de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico.

- Em 1976 o *Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território* reconhece os perigos que os desequilíbrios ecológicos causam na paisagem do meio rural, e apela a uma mudança radical de orientação. A preservação do património construído, e da paisagem em que este se insere, exige acções que integram as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a articulação de actividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as actividades de lazer, entre outros.<sup>26</sup>
- O Dec.-Lei nº. 613/76, de 27 de Julho, estabelece as figuras de áreas protegidas em Portugal e evidencia a paisagem como importante factor na caracterização cultural do território. Este diploma preencheu, na altura, uma lacuna na legislação nacional relativa à protecção dos bens culturais, nomeadamente com a classificação de objectos e sítios.
- A Lei nº. 11/87 de 07-04-1987 (*Lei de Bases do Ambiente*) refere-se no artigo 19º à gestão da paisagem, com indicação dos instrumentos da política de gestão das paisagens, particularmente: *a protecção e valorização das paisagens que caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sociocultural que criaram, se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural; e a inventariação e avaliação dos tipos característicos de paisagem rural e urbana, comportando elementos abióticos e culturais.*

O artigo 20º, relativo ao património natural e construído, preconiza que *o património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes.*<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.

<sup>27</sup> [www.lfadap.min-cultura.pt](http://www.lfadap.min-cultura.pt)

- A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, não inclui os parâmetros da paisagem no âmbito do património cultural. De facto, o artigo 2º, onde são identificados os vários âmbitos do património cultural, exclui a referência à paisagem enquanto componente do património cultural: *o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*

A alínea 4 do mesmo artigo continua a não fazer referência à paisagem: *integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituem parcelas e estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.*

Somente o artigo 44º, inclui referência à *defesa da qualidade ambiental e paisagística*, nomeadamente quando na alínea 1 refere que *a lei definirá outras formas para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística.*

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, adoptou a *Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade*, instrumento fundamental para a prossecução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Assume três objectivos gerais: conservar a Natureza e a diversidade biológica; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza, em especial os objectivos definidos na *Convenção sobre a Diversidade Biológica*, aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha equitativa dos benefícios da utilização dos recursos genéticos.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.



## 1.2. O PATRIMÓNIO

O conceito de património, associado aos valores materiais, é tão antigo como a nossa civilização. Confunde-se com um sentimento de posse, que se acumula e se transmite de geração em geração.

A palavra adquiriu, hoje, tal como o conceito, outros valores que o ligam globalmente ao âmbito cultural. A herança é actualmente, no entanto, mais pesada, na medida em que ao conceito inicial, que se reduzia aos bens culturais de valor material efectivo, foram agregados todos os valores patrimoniais que identificam e caracterizam uma comunidade ou uma civilização. Aos de produção humana foi acrescentado, também, o património natural onde se incluem sítios e paisagens de reconhecido valor ecológico, estético e memorial, ou simbólico. Ultrapassado o restrito âmbito monumentalista do património, agrupou-se neste universo, além dos grandes objectos edificados, uma impressionante quantidade de valores. O conceito de património refere-se, portanto, a todas as coisas, tangíveis e intangíveis, que herdámos.

No caso português, o conceito de património é definido pela Lei nº. 13/85, de 6 de Julho, (Lei de Base do Património Cultural Português): *o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.*<sup>29</sup>

Mais recentemente, a Lei nº. 107/01, de 8 de Setembro, veio reforçar a importância do património cultural português, ao estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização. O diploma referido vem reforçar, uma vez mais, que o património cultural, ao representar o testemunho de uma memória colectiva, definidora da identidade nacional, deve ser conservado, salvaguardado e reabilitado.

O conceito e o significado de património revela-se nos seguintes parâmetros: a ideia de património como recurso disponível ao conhecimento de todos; a abrangência conceptual do:

---

<sup>29</sup> [www.ipa.min-cultura.pt/legislação](http://www.ipa.min-cultura.pt/legislação)

termo, na amplitude dos significados e das dimensões materiais e imateriais (por exemplo monumentos, áreas de elevado valor natural, obras de arte); a crescente importância do contexto e a regressão da perspectiva centrada no carácter monumental; e a recente afirmação do valor pedagógico do património.

No entanto, o orgulho pelo património, quer nacional, quer local, e o sentido da continuidade histórica constituem um fenómeno recente. Durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, até aos anos 80, o estilo dominante de desenvolvimento económico dos países ocidentais mais ricos não teve em consideração os valores patrimoniais, nem as culturas nacionais e locais. Nos anos 60 e 70 a noção de desenvolvimento ignorou, quase na totalidade, a experiência histórica acumulada em cada sítio. Recentemente surgiu a ideia de potenciar os territórios que acumulam uma riqueza patrimonial notável.

A um nível mais vasto, considera-se o património como uma construção sociocultural, determinada pela capacidade de representar simbolicamente uma identidade. Ora, na paisagem encontra-se implicitamente encastrada a identidade das comunidades que a ocuparam ao longo do tempo. Mais recentemente, a patrimonialização foi ampliada e abrange um conjunto diverso de objectos como paisagens, monumentos, artesanato, gastronomia, isto é, todos os objectos e valores imateriais que permitem exprimir a identidade dos territórios e das comunidades.<sup>30</sup> Na Europa, por exemplo, são cada vez mais frequentes as acções de levantamento e valorização do património rural, que abrange pequenas estruturas da arquitectura vernácula, ignoradas até há pouco tempo.

A percepção do país no que respeita às actividades produtivas, e à sua ligação com a terra, alterou-se a um ritmo acelerado com consequências evidentes para o património. A avaliação das condições objectivas de intervenção patrimonial tem de conter, inerentemente, na base, o estudo da estrutura fundiária e produtiva da agricultura, a relação com os núcleos urbanos, as novas afectações de recursos e a modificação da paisagem.

---

<sup>30</sup> PRATS, L. (1997). *Antropologia y patrimonio*. Editorial Ariel S.A., Barcelona

Outrora, era uma ideia que encerrava um significado ligado às estruturas familiares e económicas das sociedades, enraizadas no espaço e no tempo. Actualmente, o património, mais concretamente o património histórico, é entendido por uma acumulação contínua e diversa de objectos, saberes, conhecimentos, princípios, locais, paisagens. Se por um lado, estabelecem uma ligação ao passado e induzem a identidade cultural de um povo, por outro, representam um suporte para o futuro.<sup>31</sup>

A noção contemporânea sobre a preservação do património cultural ampliou-se a novas áreas do conhecimento e tem incorporado novos conceitos e critérios. A consciência patrimonial actual reconhece o *património de proximidade*, ou seja, antigas estruturas produtivas implantadas no solo, sítios arqueológicos e outros lugares de memória. Integra, ainda, o *património difuso*, como as fontes, os cruzeiros, os poços, as pequenas edificações de arquitectura tradicional, os caminhos, as pontes, os muros e os açudes.

Na década de 70 do séc. XX, assumiu especial importância a problemática da arquitectura rural e da paisagem do meio rural. A noção de património rural surgiu em documentos internacionais a partir da década de 60, provavelmente em consequência de movimentos que iniciaram a reflexão sobre as transformações nos modos de produção, nos hábitos de vida e na alteração acelerada da paisagem.

O *Apelo sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território* (1976)<sup>32</sup> é o primeiro documento que trata, de modo específico, a problemática da salvaguarda da arquitectura rural e da paisagem correspondente. A salvaguarda do património e da paisagem só é viável no âmbito da conservação integrada, isto é, com base num planeamento que incida sobre as estruturas físicas, a fixação humana, a criação de emprego e a articulação de actividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, e as actividades de lazer. Preconiza-se, deste modo, o desenvolvimento global das regiões rurais no plano económico, social e cultural.

---

<sup>31</sup> CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

<sup>32</sup> *Legislação Nacional. Património Arquitectónico e Arqueológico* (1999). IPPAR, Lisboa.



Como referimos, o património cultural inclui também a arquitectura da paisagem, suportada pela natureza biofísica do território. O modo de analisar e avaliar o património paisagístico, longe de se ficar pelos jardins, tal como acontece com as restantes áreas do património cultural, deve ser entendido de uma forma cada vez mais ampliada. Deve exigir uma abordagem holística, com vista a reduzir a subjectividade ou as distorções que conduzem a perdas irreparáveis, com repercussões negativas para a vida humana.<sup>33</sup>

A UNESCO tem promovido o uso do termo *desenvolvimento humano sustentável*, que visa o estabelecimento de interligação entre o desenvolvimento e a cultura, como forma de proporcionar ao Homem outras oportunidades de formas de vida. A ligação entre o desenvolvimento e o património cultural tem contribuído para que este seja considerado um recurso necessário ao desenvolvimento global. A conservação do património deve ser produzida dentro do contexto geográfico, das dinâmicas actuais das sociedades e das suas aspirações.<sup>34</sup>

A legislação nacional nesta temática evoluiu, também, ao integrar a defesa e a salvaguarda do património, entendido como um dever cívico, e uma obrigação governamental, que inclui, ao nível europeu, as recomendações do Conselho Europeu e as medidas da União Europeia e, ao nível internacional, as recomendações da UNESCO.

A conservação e salvaguarda do património deve compreender as questões subjacentes ao conceito de património: identidade, estrutura e significado, que representam a importância de determinados elementos do passado para o Homem.<sup>35</sup> A conservação do património, tanto cultural como natural, pode ser efectuada *in situ* – conservação nos locais onde se encontram os objectos a preservar, e *ex situ* – quando os objectos são levados dos locais de origem para serem conservados, seja em museus, jardins botânicos, etc.

Neste âmbito, o património assume-se como temática de grande actualidade no que se refere às teorias centradas sobre o desenvolvimento dos territórios e das populações.

---

<sup>33</sup> BARATA, F. T. e MASCARENHAS, J. M. de (2002). *Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos. Universidade de Évora, Évora.

<sup>34</sup> UNESCO (1992a). “Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural” in *Textos e Documentos*. Comissão Nacional da UNESCO. pp 85-102, Lisboa.

<sup>35</sup> CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

### 1.3. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO

Verifica-se actualmente um incremento significativo do alargamento do espectro da patrimonialização. Este aumento encontra-se associado a uma expansão da área de actuação do património. Não só no que diz respeito aos objectos mais óbvios – património edificado – como a outro tipo de valores culturais, os quais, por serem considerados como elementos representativos da cultura de uma comunidade, passam a ser integrados na categoria de património.

A extensão da noção de património ao território iniciou-se no princípio do séc. XX. Ao longo do século estendeu-se a cada vez maiores parcelas de território. Esta associação deve-se em grande medida à existência de um paralelismo conceptual entre as noções de património e de território: possuem uma dupla natureza, material e ideal; permitem a inscrição do tecido social na continuidade histórica e a constituição de fenómenos culturais; e permitem a fixação de identidades.

O processo de patrimonialização de um determinado espaço físico está associado a essa similitude conceptual, uma vez que o espaço quando transformado em território é, particularmente, vocacionado para absorver os atributos do património. À transformação do espaço em património associa-se, por vezes, o da transformação do espaço em paisagem.<sup>36</sup>

Foi especialmente no âmbito da arqueologia, e no alargamento da tomada de consciência da importância do ordenamento do território, que surgiu a ideia de que uma parte do património só pode ser entendido e preservado no contexto da paisagem em que foi criado – conservação *in situ*. Estabeleceu-se, assim, uma ligação efectiva entre o património cultural e natural, com a paisagem como elemento integrador.

O conceito actual de paisagem ampliou a abrangência a aspectos relacionados, não somente com a componente estética, mas também, com a vertente histórica da sua evolução, os componentes biológicos e físicos e as sociedades e culturas que a transformam.

---

<sup>36</sup> SILVANO, F. (2003). "Patrimonialização do Espaço e Afirmação identitária – construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa", in *Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, pp. 129-134, Almada.

Além de ser imagem do espaço físico e biológico, a paisagem é, também, o reflexo da vida e cultura de uma comunidade no território.<sup>37</sup>

De facto, a *Paisagem, obra do Homem, realizada com o permanente apoio da natureza, é o mais importante património cultural duma região e duma comunidade.*<sup>38</sup> É nela que se desenvolve a vida, na generalidade e da humanidade em particular, na sua complexidade e diversidade. É evidente, por isso, que a ideia de património cultural, além dos múltiplos aspectos que contempla, integre também a arquitectura da paisagem.

O caso concreto das Quintas de Recreio, de que temos como paradigma na Freguesia de Estoi a complexa unidade de recreio do Palácio de Estoi, integram o conceito de património em toda a diversidade de valências: estrutura de recreio, produção e protecção. A estrutura criada responde a uma realidade económica mas, também, de recreio e lazer, o que lhe determina uma organização tanto de componentes edificados como no espaço de produção.

A paisagem, caracterizada por uma determinada estrutura biofísica, foi palco da acção continuada de comunidades que aprenderam a utilizá-la e a assegurar a sua perenidade. Inscreveram-lhe determinada cultura e deram origem à paisagem cultural, que constitui a expressão mais completa e, no entanto, a mais débil do nosso património.<sup>39</sup> A cultura é, portanto, património, imagem e expressão da evolução da paisagem com base na intervenção humana.<sup>40</sup>

Os estudos de paisagem, inicialmente muito focados na descrição das formas físicas da superfície terrestre, incorporaram sucessivamente os dados da transformação humana do ambiente no tempo, com a individualização das paisagens culturais face às paisagens naturais.<sup>41</sup>

As paisagens têm, por isso, simultaneamente, uma dimensão natural e uma dimensão cultural.

---

<sup>37</sup> BARATA, F. T. e MASCARENHAS, J. M. de (2002). *Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos. Universidade de Évora, Évora.

<sup>38</sup> TELLES, G.R. (2003b). "As autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem", in *Al-Uln*, p. 181.

<sup>39</sup> MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa, Lisboa.

<sup>40</sup> TELLES, G. R. (1982). "A propósito de Ecossistema urbano e Conservação da Natureza", in *Conservação da Natureza*. SEA, p. 128, Lisboa.

<sup>41</sup> SALGUEIRO, T. B. (2001). "Paisagem e Geografia", in *Finisterra*. XXXVI. pp. 37-55, Lisboa.

Relativamente a esta dimensão será de todo o interesse reconhecer o conceito de ecologia humana, isto é, a ecologia vista do ponto de vista dos seres humanos. A ecologia humana inclui os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os seres humanos e o ambiente. As paisagens podem incluir, e frequentemente incluem, seres humanos, assim como características manifestamente criadas pelo Homem. São o produto de usos, de aparências e de percepções de lugares que estão no exterior. Podemos, deste modo, atribuir a designação de paisagem vernácula àquela que foi significativamente alterada ou transformada através de intervenções humanas, com o objectivo de responder a necessidades também humanas.

A paisagem é, então, na generalidade do território europeu, uma paisagem cultural, expressão dos diversos recursos naturais mas, também, da acção humana sobre esses recursos.

Para além das características e complexidade intrínsecas, a paisagem tem também uma componente perceptiva e emotiva, que fundamenta o papel de relevo que assume na construção da identidade local. A paisagem é uma modalidade cultural da relação humana com o ambiente, cuja historicidade está relacionada com o uso que dela faz a sociedade. São os usos atribuídos à paisagem que viabilizam a relação entre a sociedade e o ambiente.

No âmbito europeu, as paisagens acabaram por ser reconhecidas como uma parte fundamental do património natural, cultural e científico, base da identidade territorial.

A componente humana constitui parte integrante do ecossistema que suporta o funcionamento de uma determinada paisagem. A consequente intervenção deve promover a criação de situações de elevada qualidade estética, equilíbrio e diversidade ecológica, responsáveis pelo carácter e pela identidade cultural da paisagem.

De acordo com Ribeiro Telles, a perpetuação do valor de uma determinada paisagem depende da salvaguarda de elementos físicos, que permitem a interpretação histórica e cultural da mesma, e que contribuem para a identidade cultural a nível local, regional e nacional.<sup>42</sup>

O conceito de paisagem cultural não é novo. O que é, contudo, recente é o reconhecimento da paisagem como entidade patrimonial.

---

<sup>42</sup> TELLES, G. R. (1982). "A propósito de Ecossistema urbano e Conservação da Natureza", in *Conservação da Natureza*. SEA, p. 128, Lisboa.

O património não é mais constituído pelo somatório de edifícios históricos e valores arqueológicos, mas por agrupamentos coerentes, unidos por relações múltiplas e diversificadas. Esta visão pressupõe uma abordagem do património como sistema orgânico, onde a relação que se estabeleceu entre as partes assume grande importância.

A paisagem cultural resulta do processo de humanização sobre a paisagem natural, ao longo dos séculos. Humanização que dita mudanças, resultantes da constante apropriação da paisagem com o objectivo de a adaptar às suas necessidades. Corresponde à paisagem humanizada no sentido mais amplo do termo cultural, paisagem em que o Homem, com valores étnicos, sociais, históricos, económicos, técnicos e científicos, e a natureza, com os valores e condicionantes ecológicos, interactuam e originam um mosaico mais ou menos diversificado.<sup>43</sup>

A paisagem cultural tem inerente um grau de manipulação pelo Homem, pela imposição de normas características de cada cultura que se traduzem numa intervenção a vários níveis, função do grau de aculturação imprimido a essa paisagem.<sup>44</sup>

A interacção entre o sistema natural e o sistema social confere à paisagem uma dimensão territorial e cultural, no sentido em que o modo de apropriação da paisagem pelas comunidades varia tanto com o sistema natural, como com os valores da sociedade que actua sobre ela. Por isso, toda a paisagem é cultural, com maior ou menor grau de intensidade de presença humana.

Os organismos internacionais responsáveis pelo património concluíram que a estrutura de enquadramento desse património era a própria paisagem. Nesse sentido a UNESCO e a IUCN (União Mundial para a Conservação), que se preocuparam inicialmente somente com as paisagens naturais e culturais de especial interesse, apontaram a partir dos anos 90 a necessidade de proteger todo o tipo de paisagens.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> CARVALHO, M. A. Cruz de (1994). *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia*. Universidade de Évora, Évora.

<sup>44</sup> GALHARDO, M. (1996). "As convenções da UNESCO no domínio do património cultural", in *Direito do Património Cultural*, Instituto Nacional da Administração, pp. 95-111, Lisboa.

<sup>45</sup> UNESCO (1996). *Document d'Information: Rapport de la Réunion d'Experts sur les Paysages Européens de Valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel* (Vienne, 21 Avril 1996). Doc. WHC-96/CONF.201/INF.9, Paris.



No caso português, a Lei nº. 11/87 de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente), que define um dos instrumentos da política de gestão das paisagens, na a) do artigo 19º, refere que: *A protecção e valorização das paisagens, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo sistema sócio-cultural que criaram, se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural.*

A publicação da primeira monografia sobre paisagens em 1989 - *Paysages-L'Europe de la diversité* - pela Comissão Europeia, marca o início do reconhecimento da paisagem cultural. Em 1992, o grupo de peritos em Paisagens Culturais realizada em La Petite Pierre, definiu o conceito de Paisagem Cultural. É então entendida como obra conjunta do Homem e da Natureza, incluindo a diversidade de manifestações resultantes da interacção entre o Homem e o ambiente natural. No mesmo ano é assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica (Convenção do Rio de Janeiro, 1992), realizada pelas Nações Unidas, onde se dá destaque à Paisagem como ponto de referência para um desenvolvimento sustentável, como reflexo da identidade e diversidade territoriais.<sup>46</sup>

No seguimento do reconhecimento da paisagem como património, o Encontro Internacional de Peritos em *Cultural Landscapes of Outstanding Universe Value* (Templin, Alemanha), em 1993, definiu as linhas orientadoras da identificação e diagnóstico de paisagens culturais a incluir na lista de Património Mundial. Também em 1993, foi publicado *The Nara Document on Authenticity* (Nara, Japão), documento que abordou o tema de Paisagem e Paisagem Cultural, e que sublinhou a importância da autenticidade nos conceitos de Património Cultural, assim como o valor excepcional das diferentes culturas e sociedades.<sup>47</sup>

O culminar da referenciação da paisagem como património foi a assinatura da *Convenção Europeia da Paisagem*, em 2000. Assenta numa ideia chave: a paisagem integra o património natural e cultural europeu, e contribui para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia.

---

<sup>46</sup> UNESCO (1992b). "Recomendacion Safeguardin of the Beauty and Culture of Landscapes" in *The World Heritage Newsletter*.

<sup>47</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa

A convenção alerta para o processo de acelerada transformação das paisagens europeias, devido a uma diversidade de factores. Assim, os países signatários ficaram comprometidos a reconhecer juridicamente a paisagem como expressão da diversidade do património comum, tanto cultural como natural e, portanto, parte relevante da sua identidade.

O valor mais importante da paisagem, por ser seu elemento estruturante, é o património que ela encerra. É por este motivo que a paisagem ao adaptar-se às circunstâncias impostas pela humanização, tenha que respeitar o património que compreende, nomeadamente as vistas, a forma do relevo, a intensificação da vida e da cultura impostos pelo trabalho das gerações. São estes aspectos de que se revestem as chamadas paisagens tradicionais que constituem um património de cuja defesa dependem todos os valores territoriais, como a qualidade de vida das populações, o equilíbrio ecológico, a biodiversidade dos espaços e a estabilidade dos lugares.<sup>48</sup>

Podemos encontrar em Portugal paisagens (a paisagem em estudo é paradigmática) que surgem como resultado do trabalho de muitas gerações e constituem uma forma estável de utilização do território que, não sendo a natural, provou ao longo do tempo que se encontra em equilíbrio com as condições ecológicas desses territórios. Tais paisagens, além do valor cultural que apresentam, constituem um precioso património de conhecimento sobre os sistemas ecológicos e representam, na generalidade dos casos, uma das melhores formas de explorar as condições ecológicas em benefício do Homem.<sup>49</sup>

O património paisagístico possui características únicas face às restantes manifestações culturais humanas. O facto de, em parte, ser constituído por seres vivos, cujo comportamento é ditado pelas leis naturais, confere ao património paisagista uma dinâmica que é traduzida pelos diferentes ambientes ao longo das estações do ano. Referimos, como exemplo, na paisagem do Barrocal Algarvio, as amendoeiras que, numa época específica do ano, transformam (cada vez menos) a paisagem com a intensa e característica floração branca.

---

<sup>48</sup> LEIMGRUBER, W. (2003). "A paisagem humanizada face aos valores humanos", in *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 23-34, Coimbra.

<sup>49</sup> ESPENICA, A. (1993). "Paisagem e Sustentabilidade", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 85-96, Lisboa.



## **2. DO ENQUADRAMENTO DA FREGUESIA DE ESTOI**

## 2.1. ENQUADRAMENTO GEO-ECOLÓGICO

Derivado aos elementos de natureza biofísica, histórica, cultural, geográfica, económica, entre outros, o Algarve constitui uma região bem definida, com características específicas.

Situado no extremo ocidental da Península Ibérica, a sul de Portugal, o Algarve individualiza-se facilmente do restante território nacional. Apresenta características particulares de natureza orográfica e é constituído por uma faixa litoral, que se estende para o norte até às primeiras elevações do Barrocal, sub-região de transição para a Serra, zona montanhosa que a separa do Alentejo.

De acordo com a geografia e as condições naturais do território algarvio, nomeadamente a diferenciação biofísica e aspectos de outra natureza, como os tipos de utilização agrícola do solo, povoamento e modos de vida das respectivas populações, podemos considerar 3 sub-regiões morfo-ecológicas principais, bem individualizadas, com desenvolvimento mais ou menos paralelo à linha de costa: Serra – predominantemente xisto-grauvíquica, com declive acentuado, sulcada por uma rede hidrográfica densa e vales de erosão profundos e estreitos, com solos delgados e pobres, e um coberto vegetal onde dominava o sobreiro, a azinheira, e um manto arbustivo

composto por matos de constituição lenhosa, onde têm destaque o medronheiro, o rosmaninho e a esteva; Barrocal<sup>1</sup> –, predominantemente calcário, constitui a sub-região mais característica do Algarve, ocupando uma área de 98 000 ha, na região média algarvia, de largura variável, na zona de transição entre a Serra e a planície litoral, com relevo geralmente moderado e ondulado, solos pedregosos, com um coberto vegetal em que dominam a amendoeira, alfarrobeira e a oliveira e garrigue em tufos, xerofítica e aromática, e onde a agricultura é praticada após trabalhos de despedrega dos terrenos (é nesta sub-região que se integra a zona em estudo); e Litoral – abrange a planície litoral e o litoral propriamente dito, onde se concentra a maioria da população. A planície litoral é caracterizada por clima semi-árido, bons solos agrícolas e onde se pratica normalmente a agricultura com recurso à rega e, em muitos casos, a sistemas de forçagem, com dominância para os pomares de citrinos e para as culturas hortícolas.<sup>2</sup>

O Barrocal, que se estende de Vila do Bispo a Tavira, corresponde a uma vasta área de calcários fragmentados, essencialmente do Jurássico, estreita nas duas extremidades mas bastante desenvolvida na parte central. Alcança o máximo desenvolvimento (cerca de 17 Km, no sentido Norte-Sul) na zona de Albufeira e Olhão. A norte domina em cornija a depressão periférica do Maciço Antigo da qual se separa por uma estreita faixa do Triássico (Grés de Silves); a sul contacta com o Algarve Litoral, constituído por rochas carbonatadas e detríticas cenozóicas. A diferenciação geográfica das duas unidades tem origem, também, na natureza das rochas, no relevo, no clima, e nos solos, mas no desenvolvimento das características da última interferiu a posição costeira, com reflexos nos modos de vida e no povoamento.

O Barrocal é constituído por uma sucessão de grandes maciços calcários onde se individualizam cerros e planaltos, separados por vales e depressões. A organização geral do relevo faz-se através de linhas de fractura orientadas de Este para Oeste.

---

<sup>1</sup> Barrocal – lugar onde existem barrocas ou barrocos. Barroca corresponde a um lugar pedregoso onde abunda o barro, e barroco um penedo isolado de forma irregular. Etimologicamente, o termo resulta da conjugação da palavra *barro* com o sufixo *oca* de origem pré-romana.

<sup>2</sup> BOTELHO, M. J. e MACEDO, M. J (1982). "Ordenamento biofísico do Algarve – 1ª. Fase – Rede de conservação da natureza e protecção da paisagem", in *Actas do 2º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Raca Club. pp. 243-252, Portimão.

Distinguem-se nesta sub-região vários alinhamentos paralelos de cerros, cujos cimos descem gradualmente na direcção do mar.<sup>3</sup>

O relevo do Barrocal é predominantemente suave, com oscilações altimétricas pouco significativas. As elevações que sobressaem são de reduzida expressão, das quais se destaca a Serra de Monte Figo, onde se integra a área em estudo. São frequentes as formas de relevo onduladas que se articulam com uma base mais aplanada, de nível ligeiramente superior àquele em que se desenvolve a faixa litoral.

A paisagem do Barrocal Algarvio é uma paisagem tipicamente mediterrânea, resultado do clima, da geologia, da vegetação e da intervenção do Homem. A conjugação destes factores resultou, especialmente nesta sub-região, numa índole específica da agricultura, nomeadamente pelos pomares de sequeiro, intercalados com culturas cerealíferas, hortas e pomares de citrinos.<sup>4</sup> À custa de uma intervenção contínua de despedrega, granjeio do solo e enxertia das árvores espontâneas, o Homem conseguiu humanizar e valorizar a paisagem do Barrocal em termos económicos.

A faixa a sul – planície litoral – é formada por várias campinas, muitas delas aproveitadas em regadio (os antigos *chenchir* dos árabes), de habitat disperso, com características especiais de clima sub-tropical mediterrâneo, fortemente influenciado pela proximidade do mar.<sup>5</sup>

O Concelho de Faro é constituído por 6 freguesias, das quais 3 são rurais. Nestas inclui-se a Freguesia de Estoi, que constitui uma das maiores freguesias do concelho, com área de 44,71 Km<sup>2</sup>. A Freguesia de Estoi confina a Sul com a Freguesia da Conceição (Concelho de Faro), a Este com o Concelho de Olhão, a Norte com o Concelho de S. Brás de Alportel e a Oeste com a Freguesia de Santa Bárbara de Nexe (Concelho de Faro).

---

<sup>3</sup> MINISTRO, J., *et al* (1999). "O Barrocal Algarvio: uma abordagem natural", in *Actas do 10º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Racal Clube. pp. 441-448, Portimão.

<sup>4</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coleção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

<sup>5</sup> GUERREIRO, M. G. (1977). *O Algarve do futuro na perspectiva ecológica*. Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa.

O Concelho de Faro desenvolve-se desde a costa até ao interior do Barrocal e abrange: a sul, o núcleo central da zona lagunar que constitui a Ria Formosa; uma área intermédia de planície, que integra a campina; e uma área norte, de relevo acentuado, situada no Barrocal. As elevações a norte de Estoi constituem a primeira linha de colinas do Barrocal. Dominam a planície litoral sul e marcam de modo significativo a paisagem local.

*O concelho de Faro he pequeno em extensão de terreno, o qual pela maior parte he composto de terras arenosas e soltas, com menos arvoredos de figueiras, alfarrobeiras e amendoeiras que os visinhos d'O e N.; tem hum bom pinhal na estrada que vem de O. As freguezias do barrocal tem o terreno de barro, em que se crião bem aquellas arvores próprias do Algarve.*<sup>6</sup>

O Barrocal no Concelho de Faro corresponde às elevações dos Cerros de Nexe, Guilhim e Malhão, integradas na Serra de Monte-Figo. Os cerros apresentam em algumas das encostas declives acentuados e são intercalados por vales e ribeiras.

A faixa litoral do concelho individualiza-se em três sub-zonas com características diferentes: a Campina, zona plana que se estende dos cerros até à orla marítima; a Ria Formosa; e a zona dos Caliços, a nascente do concelho, formada por calcários activos, com elevações suaves.

A Freguesia de Estoi situa-se na zona de transição entre a planície litoral e o Barrocal.

*Está esta freguesia de Estoi situada para a parte do sul, nas faldas de uns cerros, entre vales e campinas e da parte do norte, nos mesmos cerros, dos quais se descobrem várias povoações em roda, como são a cidade de Faro, capital deste Bispado e Reino, distante uma légua, Olhão que dista outra, S. João da venda outra, Santa Bárbara outra, S. Sebastião de Quelfes outra, S. Brás de Alportel outra, Moncarapacho duas, São Bartolomeu de Pechão meia légua, Nossa Senhora da Conceição outra meia légua, ficando esta assentada no meio de todas aquelas.*<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1848). *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado do Algarve*, p. 67

<sup>7</sup> *Id. Ibid.*, p. 68

A Aldeia de Estoi - sede da freguesia - situa-se na base da Serra de Monte-Figo, a ramificação mais meridional da Serra do Caldeirão, que dá início ao Barrocal. A 9 km de Faro, a Aldeia de Estoi é servida de boas acessibilidades uma vez que tanto a EN2, como o nó de Faro/S. Brás da Via do Infante distam apenas algumas centenas de metros do núcleo urbano.

*Como se divide o reino do Algarve em cidades, vilas e lugares:*

*A cidade de Faro é da Rainha; tem dous lugares, Estoe e São Braz d'Alportel. De Faro para nordeste está um altíssimo serro, a que chamam o Serro de São Miguel (...) os navegantes se guiam por este serro e lhe chamam Monte do Figo (...) Do lugar de Estoe: ua légua de Faro para o norte, ao pé da serra, está o lugar de Estoe, que é de cinquenta moradores. Todo está cercado de hortas mui frescas e viçosas e no meo dele está ua fonte descoberta, ao modo de chafariz, com quatro mármores deitados, de comprimento de dez palmos (...)*<sup>8</sup>

O núcleo urbano de Estoi localiza-se no triângulo entre Faro (a cerca de 12 Km), Olhão (9 Km) e S. Brás de Alportel (8Km), limitado a Norte pela Via do Infante e dominada pelos Cerros do Guilhim e do Malhão. Desenvolve-se no sopé do Cerro do Malhão, de Oeste para Este, a partir do vale do Rio Seco, à cota altimétrica de 70 m, seguindo em declive suave até à cota de 125 m.

*Estoi, aldeia grande situada em hum cabeço, em cujos arredores se encontram vestígios de edificios antigos (...). A freguezia tem boas águas e em abundancia; bonitas quintas e excellente fructa de espinho (...) Corre por esta freguezia de N. a S. a ribeira do Alcaide, que nasce na de S. Braz, e passando légua e meia, com pouca diferença, de N. a S. e pouco mais de huma de E. A O, pela da Conceição vai ao mar: cria alguns bordalos; tem moinhos e rega hortas. Confina pelos sítios do Funchal, Amendoeira e Monte do Trigo com a de S. Braz a N., pelos do Valle Grande, Barroqueira, e Serro de S. Miguel com a de Moncarapacho a E., pelos de Areia, Valle da Rosa, porto do Carro, Arjona com a da Conceição a S. (...)*<sup>9</sup>

<sup>8</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro*. Nº. XXX, p. 235.

<sup>9</sup> SARRÃO, H. F. (1600). "História do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983), p. 64



*Dentre as aldeias do Concelho de Faro, destaca-se Estoi, grande aldeia, situada sobre a vertente sul da primeira cadeia de montanhas, a um léguas norte, um pouco Este de Faro. No meio da aldeia existe uma fonte abundante, que sai do nível do solo. Esta aldeia encontra-se rodeada de belas propriedades cheias de árvores fruteiras. Muito próximo encontram-se as ruínas de antigos edifícios que são considerados pelos antiquários como vestígios de Ossónoba.<sup>10</sup>*

## 2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O território que constitui, hoje, o Concelho de Faro foi local de passagem e de fixação de inúmeros povos.

A cidade de Faro esteve desde sempre ligada ao sistema lagunar formado entre a terra e o oceano. Pelas águas da Ria Formosa chegaram sucessivos povos: Tartessos, Fenícios, Gregos, Celtas, Cartagineses, Romanos, Visigodos, Bizantinos e Árabes. Principalmente os Fenícios, Cartagineses, Romanos e Árabes deixaram bastante vincadas as suas marcas, com relevo para os Árabes que aqui permaneceram cerca de cinco séculos e que desenvolveram a região.<sup>11</sup>

Aos Cartagineses é atribuída a primeira instalação de regadios do Algarve, nomeadamente a introdução da picota e da nora, que mais tarde os árabes difundiram.

No entanto, há conhecimento de ocupação humana no Concelho de Faro desde o Paleolítico e, sobretudo, a partir do Neolítico. Autores gregos e romanos referem-se a povos que habitavam no Algarve, com destaque para os Turdetanos, os Cúneos e os Celtas, provavelmente agrupados em pequenas tribos que coexistiram no mesmo território.

As Idades do Cobre e do Bronze deixaram como vestígios no Algarve inúmeros instrumentos, entre os quais um punhal de cobre, encontrado numa cista existente no Monte do Castelo, na Freguesia de Estoi.

---

<sup>10</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do R. do Algarve*, p. 86.

<sup>11</sup> BONNET, C. (1990). *Memória sobre o reino do Algarve – descrição geográfica e geológica*, p. 53.

Os mais antigos vestígios arqueológicos encontrados na Freguesia de Estoi remontam ao Neolítico. O Monte do Castelo foi considerado por Estácio da Veiga como estação típica da idade do cobre, pertencente a uma população mineira que explorava as minas situadas nas actuais Freguesias de Estoi, Santa Bárbara de Nexe, S. Brás e Santa Catarina. O cobre teria sido o primeiro metal conhecido na Província do Algarve e nessa época os lugares que hoje constituem as Freguesias de Santa Bárbara, Estoi, S. Brás de Santa Catarina teriam estado ocupadas por uma população mineira.<sup>12</sup>

As origens mais remotas da cidade de Faro parecem estar ligadas a um povoado da Idade do Ferro que, por volta de 800 a.C., estabeleceu contactos com os povos do mediterrâneo ocidental, de origem fenícia e grega, que procuravam matérias primas nesta região. Tinha, então, um carácter de entreposto comercial, que se manteve durante os períodos de influência grega e cartaginesa.

A formação do sítio onde se implanta a actual cidade é determinante para a compreensão da sua evolução ao longo dos séculos. Nessa época a linha de costa encontrava-se a norte da actual, nos limites do Ludo e da ria interior, que se prolongava até às proximidades de Estoi.

O sentido de uma fundação na actual cidade de Faro está, assim, relacionada com a posição estratégica e comercial e com a fertilidade dos solos. No caso específico de Faro, conjugam-se os três factores, com supremacia para o comercial, dada a ligação com o mar, via comercial por excelência. Resta-nos o factor agrícola, igualmente relevante pelo facto de Ossonoba (Faro no tempo romano) possuir solos muito férteis.

O território que corresponde ao Algarve fazia parte da Lusitânia, província cujos limites resultaram da reorganização administrativa, após a conquista definitiva do ocidente da Península Ibérica.

A romanização inicial do Algarve, como no restante território português, fez-se maioritariamente a partir de pólos de implantação fenícios e púnicos, na embocadura de rios e cursos de água, ou em portos fluviais situados ao longo do percurso navegável dos rios.

---

<sup>12</sup> VEIGA, S. E. da. (1891). *Antiguidades Monumentaes do Algarve – Tempos prehistoricos*. Vol. IV. Imprensa Nacional, Lisboa.

Ossonoba, na proximidade da Ria Formosa, fez parte de um conjunto de núcleos urbanos que marcaram e definiram, a sul, a geografia do território no mesmo local, ou muito próximo, das primeiras implantações fenícias e púnicas.<sup>13</sup> Constituía uma das principais cidades romanas do sudoeste peninsular. Ao gozar de uma localização privilegiada, enquanto porto comercial importante na relação com o Mediterrâneo, exercia também influência sobre um vasto território.<sup>14</sup>

A mancha de povoamento do Algarve central poderá ser justificada pela passagem de uma via que ligaria várias *villae* e Ossonoba. Nesta região a presença de algumas *villae*, que explorariam as terras do Barrocal, estaria relacionada com a facilidade de escoamento dos produtos para Ossonoba, a cidade capital.<sup>15</sup>

A situação geográfica dos grandes centros urbanos litorais do Algarve – Balsa (Tavira) e Ossonoba (Faro) – propiciou a propagação de inúmeras *villae* e aglomerados secundários, que eram basicamente os centros de produção. Há no redor de Faro várias *villae* que, vocacionadas para a agricultura ou para a exploração marítima, pertenciam à área de influência de Ossonoba.

No Algarve distinguem-se entre *villae maritimae*, situadas junto da costa, cuja principal base económica era a exploração marinha, e as *villae com pars rustica*, no interior, nos grandes latifúndios, com uma exploração agrícola em que dominava a produção de vinho, azeite e cereais. A *villa* de Milreu, na Freguesia de Estoi pertence ao segundo tipo, que é o mais frequente.<sup>16</sup>

O desenvolvimento de uma população mercantil ligada ao comércio marítimo, e o papel de Ossonoba enquanto centro administrativo, vieram contribuir para o aparecimento da importante *Villa* de Milreu.

No séc. I, fixou-se nas imediações da actual aldeia de Estoi, no sítio de Milreu, uma importante família proveniente de Ossonoba, que edificou uma casa agrícola abastada.

---

<sup>13</sup> MANTAS, V. G. (2005). "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 283-309, Lisboa.

<sup>14</sup> LAMEIRA, F. (1999). *Faro – a arte na história da cidade*. Câmara Municipal de Faro, Faro.

<sup>15</sup> MALOBBIA, P. (2006). "A Aldeia de Estoi – formação e transformação" in *Monumentos*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. pp. 210-217, Lisboa.

<sup>16</sup> FABIÃO, C. (1999). "O Algarve Romano" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 33-51, Lisboa.

No séc. III, a *villa* foi aumentada e na centúria seguinte construiu-se um Santuário, transformado em templo paleo-cristão no séc. VI. Além de residência oficial, relacionada com as funções administrativas desempenhadas pela cidade (Ossonoba), a *villa* teria também funções de produção agrícola.<sup>17</sup>

Neste território a riqueza proveniente da actividade agrícola resultou na proliferação de instalações senhoriais e rurais nas *villae* que, em grande parte, mantiveram continuidade de funções no período visigótico e árabe.<sup>18</sup>

Nas margens do Rio Seco, a norte de Ossonoba, Milreu assumiu uma posição estratégica em relação à grande maioria das *villae* do Algarve. Implantada a uma cota de 70 m, correspondeu a um assentamento sobre um vale, na proximidade de duas importantes fontes de abastecimento de água: a Ribeira da Alface e o local onde se encontra o núcleo de Estoi. O controlo da nascente localizada na actual aldeia de Estoi exigiu, provavelmente, um tipo de ocupação específico, que só após o declínio da *villa* se justificou reocupar.<sup>19</sup>

As fontes literárias referem dois grandes eixos que seguiam do litoral algarvio para Beja e Lisboa, ao longo do vale do Guadiana e pela Serra do Caldeirão. Uma delas partia de Baesuris (Castro Marim) em direcção a Ossonoba, por Balsa, junto a Luz de Tavira. A partir de Faro prosseguia para Ocidente.

A calçada antiga estava integrada num dos seis eixos viários romanos que estabeleciam as ligações entre o Litoral e a Serra, designadamente na estrada que partia de Ossonoba com destino a S. Brás de Alportel, com passagem por Milreu.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> HAUSCHILD, T. (1999). "Milreu, villa romana" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coordenação de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 53-56, Lisboa.

<sup>18</sup> FABIÃO, C. (2005). "As villae do actual Algarve" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 373-385, Lisboa.

<sup>19</sup> ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, L. J. (1994), "Sobre a romanização do Algarve" in *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga*. pp. 455-465, Coimbra.

<sup>20</sup> BERNARDES, J. e OLIVEIRA, L. (2002). *A Calçadinha de S. Brás de Alportel e a antiga rede viária do Algarve central*. Edição da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel.

A orientação do portal principal do Palácio de Estoi, com ligação para aquela estrada, identifica-a como a principal via de comunicação na época de edificação do palácio.<sup>21</sup>

O reordenamento territorial da parte portuguesa da Hispânia Romana integrou-se num programa global, que se baseou numa apreciação da realidade socio-política, cultural e económica da Lusitânia. A análise realizada permitiu que os romanos aproveitassem a organização indígena, e escolhessem Ossonoba para capital.

A partir do séc. IV, o poder imperial de Roma entra em declínio e a civilização de tipo urbano descentraliza-se para as *villae*, sedes de grandes latifúndios e centros de poder político, económico e religioso.<sup>22</sup>

Os períodos que sucederam à decadência do Império Romano do Ocidente traduziram-se na maior instabilidade e insegurança, o que terá contribuído para a progressiva estagnação da maior parte das *villae*.

A selecção dos sítios para a instalação das *villae* relacionava-se, sobretudo, com a proximidade de zonas de cultura mista, de regadio e no controlo de nascentes de água. Mais tarde, na época do domínio islâmico, as alcarias distribuíram-se igualmente, de uma maneira geral, sobre terrenos entre o regadio e o sequeiro. Privilegiaram-se os sítios elevados, defendidos por encostas, e uma configuração morfológica associada à imagem de recinto fechado.

Em torno de Santa Maria do Ocidente (Faro no tempo islâmico) surgiram diferentes tipos de povoações rurais. Quando chegaram ao Algarve, os muçulmanos ocuparam a capital da diocese visigótica e as cidades pré-existentes. Uma vez que a maioria das instalações senhoriais tardo-romanas se encontravam semi-abandonadas à época da conquista, foram recuperadas algumas *villae*, onde se desenvolveram os primeiros estabelecimentos rurais da época islâmica.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> MANTAS, V. G. (2005). "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 283-309, Lisboa.

<sup>22</sup> BERNARDES, J. P. (2005). "A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba" in *Caminhos do Algarve Romano*. Edição da Câmara Municipal de Faro, pp. 35-42, Faro.

<sup>23</sup> FABIÃO, C. (1999). "O Algarve Romano" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 33-51, Lisboa.

O período de ocupação islâmica traduziu-se, genericamente, numa reutilização das estruturas pré-existentes e na manutenção das actividades agrícolas dominantes. A maior parte da população local manteve-se em pequenas povoações, sobretudo nas que possuíam estruturas religiosas, como Milreu. Para além das populações que se mantiveram cristãs, ou das que se converteram ao islão, a partir do séc. VIII surgiram estabelecimentos islâmicos – as alcarias – tipo de povoamento rural não fortificado. As alcarias eram aglomerados de pequenas dimensões, disseminadas pelos melhores terrenos agrícolas, fundadas nas proximidades das *villae* agrárias.<sup>24</sup>

No século X, o território estava delimitado em distritos ou cidades. A província da Kura de Ossonoba estava limitada, a Norte, pela Serra de Monchique e, a Este, pelo Rio Guadiana. No início do século XI, a Kura de Ossonoba dividiu-se no reino taifa de Santa Maria de Harum, com domínio sobre todo o sotavento, e no reino de Silves, com o território do barlavento. No período Almoadá, a antiga Kura de Ossonoba possuía vários núcleos urbanos, últimos sustentáculos do império muçulmano em território nacional.<sup>25</sup>

O Algarve muçulmano justapôs-se ao antigo território romano de Ossonoba, com ocupação privilegiada das terras férteis do litoral, com as entradas de mar e os vales abrigados do Barrocal.

A mais antiga descrição do território da antiga Ossonoba data do séc. X e é atribuída ao cronista árabe Ahmede Arrazí : *E Ossonoba .jaz em mui boa terra e mui chã; e de muitas boas árvores e de mui boa sementeira. E em seu termo há mui boas montanhas onde se poderiam criar muitos gados. E é terra de muitas águas correntes.*<sup>26</sup>

O fim da islamização do Gharb, em meados do séc. XIII, foi marcado pelo controlo da região até cerca de 1214.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> CATARINO, H. (2002). “Herança islâmica na Madinat al-Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, in *Património Islâmico dos centros Urbanos do Algarve – contributos para o futuro*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

<sup>25</sup> CATARINO, H. (1999). “O Garbe Al-Andaluz: definição territorial e administrativa”, in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 69-74, Lisboa.

<sup>26</sup> COELHO, A. B. (1972). *Portugal na Espanha Árabe*, p. 41.

<sup>27</sup> TORRES, C. (2005). “O Al Garbe” in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 431-447, Lisboa.

Após a Reconquista Cristã, na primeira metade do séc. XIII, a marca do cristianismo assumiu especial significado nas pequenas ermidas rurais, enquanto referência num território de ocupação dispersa. Neste contexto, a implantação do núcleo urbano primitivo de Estoi, situado na zona de Milreu, permaneceu nesse local até à Idade Média, a partir da qual se fixou no sítio actual. A estruturação do aglomerado de Estoi terá procedido, posteriormente, à formação da Paróquia de Estoi no início do séc. XVI.

No princípio do séc. XVI, com uma densidade provincial ainda reduzida, a serra algarvia foi amplamente intervencionada e tornou-se terra de cereal e matos, enquanto os pomares produtores de frutos dominavam no Litoral e no Barrocal. A vida no Algarve, próspera no séc. XVI, tornou-se mais atribulada no séc. XVII. As pestes dos primórdios do séc. XVII, a separação de Castela em 1640, as guerras repetidas em que são implicados os dois reinos peninsulares, entre outros factores, levaram ao declínio da vida urbana e marítima. Assiste-se à ruralização do Algarve, ao ponto de o Barrocal se tornar a faixa de mais rápido crescimento demográfico.<sup>28</sup>

O início do séc. XIX correspondeu a um período de estagnação generalizada. Para tal contribuiu a instabilidade política criada, primeiro, pelas invasões francesas e, depois, pelas lutas liberais.

Nos anos 60 do séc. XX, assistiu-se ao incremento da produção agrícola no Barrocal. No final do séc. XX, a partir da década de 70, o sector oriental do Algarve encontrava-se em franca recessão. As culturas arvenses de sequeiro e o pomar de sequeiro deixaram de ser rentáveis, o que contribuiu para a expansão dos incultos no Barrocal, simultaneamente à acentuação do êxodo agrícola.<sup>29</sup>

Relativamente à criação da Freguesia de Estoi, a constituição de uma freguesia está intimamente ligada à estrutura eclesiástica, formada a partir de núcleos de cristãos que, em cada localidade, constituíam uma comunidade integrada na estrutura da Igreja.

---

<sup>28</sup> MACIAS, S. (1999). "O Algarve islâmico – resenha de factos políticos" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 75-82, Lisboa.

<sup>29</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gabinete do Planeamento da Região de Faro, Faro.

No início do séc. V, a comunidade designada *ecclesia* evoluiu para *parochia*, que nessa época, representava localmente a igreja episcopal. Os paroquianos eram designados filhos da igreja – *fili ecclesiae* –, expressão que evoluiu para *filigreses* e posteriormente para *fregueses*.<sup>30</sup>

A partir do séc. V, as paróquias rurais, criadas para promover a evangelização e administrar uma divisão eclesiástica, acumularam funções de administração pública.

Até à revolução liberal de 1820, a freguesia e a paróquia eram expressões com o mesmo significado, cujas designações reportavam-se a um agregado de vizinhos. Em 1835, instituíram-se os distritos e incorporaram-se as freguesias na estrutura orgânica da administração pública portuguesa. Em 1878, o código administrativo consolidou a freguesia como autarquia local, e a divisão administrativa passou a compreender distritos, concelhos e freguesias.

A rede paroquial implantada no séc. XI era idêntica à actual. Existiam condicionalismos geográficos do povoamento, como os aglomerados constituídos à volta da igreja. O termo paróquia ou freguesia era usado para designar esses povoados, no entanto o termo paróquia acabou por não ser tão popular e, após a Implantação da República, foi oficializado o termo freguesia. As freguesias portuguesas são a representação civil das antigas paróquias católicas. Muitas delas surgiram decalcadas das antigas unidades eclesiásticas medievais.

Com a Lei n.º 621, de 23 de Junho de 1916, as comunidades de vizinhos, até aí designadas de paróquias, passaram a denominar-se freguesias. Desde 1830 até ao Código Administrativo de 1936, a freguesia era um agregado ou comunidade de vizinhos, mas após este código, elas passaram a ser consideradas uma comunidade das comunidades.

Actualmente, o sentido da Freguesia, classificada como Pessoa Colectiva Pública, e dotada de personalidade jurídica, tem capacidade de exercício de direitos através dos respectivos órgãos em cujo substracto avulta a população e o território (área geográfica circunscrita pela linha delimitadora de cada freguesia). As freguesias são subdivisões administrativas de um município. Constituem a mais pequena unidade administrativa, composta pelo agregado de famílias que dentro do território desenvolvem uma acção social comum, por intermédio de órgãos próprios.

---

<sup>30</sup> PINTO, A. F. (1992). *A freguesia*. Edição da M.F.C.R., Lisboa.



Relativamente à Freguesia de Estoi, resultou de uma subdivisão da Freguesia da Sé, em 1471. A aldeia de Estoi foi elevada a sede de freguesia nesse ano. A antiga Freguesia de Estoi foi um curato da apresentação do Bispo, inserida num espaço religioso caracterizado por uma fraca densidade paroquial, em que as paróquias resultaram da estruturação eclesiástica do fim da época medieval e do século XVI.<sup>31</sup>

Admite-se que, de modo geral, as *villae* tivessem servido de base à fundação da maioria das paróquias rurais, frequentemente com áreas e âmbitos jurisdicionais idênticos.<sup>32</sup>

Nas Memórias Paroquiais de Estoi, de 1758, apercebemo-nos de que a freguesia era composta por 33 lugares, que constituíam uma rede de pequenos casais ou aglomerados de casas de pessoas que dependiam do trabalho das hortas e das quintas, com deslocações esporádicas à sede de freguesia, praticamente somente nos dias de mercado e festa.<sup>33</sup>

### 2.3. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

De acordo com os indicadores disponíveis relativos à demografia, e ao tentar enquadrar o Concelho de Faro no contexto da região algarvia, há a referir, primeiramente, que no Algarve Central, onde se localiza a Freguesia de Estoi, a evolução demográfica caracterizou-se por desequilíbrios entre o litoral e o interior. Esta heterogeneidade, mais relevante na 2ª. metade do séc. XX, reflectiu-se na concentração da população na faixa litoral, por oposição à zona serrana que apresentava densidades populacionais bastante inferiores.

A atracção pelo litoral foi promovida, fundamentalmente, pela existência de solos de elevada aptidão agrícola e pela concentração da maior parte da actividade económica.

---

<sup>31</sup> LEAL, B. (1999). "A Igreja no Algarve nos séculos XVII e XVIII" in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias* (coordenação de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, Lisboa.

<sup>32</sup> SILVA, I. (coord.) (1988). *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*. 4º Volume. Edição de MinhaTerra – Estudos Regionais de Produção e Consumo, Matosinhos.

<sup>33</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro*. Nº. XXX. pp. 233-252, Faro.

No séc. XX, os efectivos demográficos no Barrocal apresentaram valores superiores aos registados na Serra e, em determinadas épocas, valores que superaram os do Litoral. No entanto, desde a segunda década de noventa, o peso relativo da população residente no Barrocal sofreu uma diminuição acentuada, causada pela migração significativa para o Litoral.

Até meados do séc. XX, o Barrocal foi a sub-região do Algarve com maior densidade populacional. No entanto, os níveis populacionais do início do séc. XX diminuíram neste espaço, de forma significativa entre os anos 50 e 70. O Algarve foi até à década de 70 uma região de atracção. Após um acréscimo de população nos anos 40, as décadas de 50 e 60 foram marcadas por diminuições sensíveis, com registo para um crescimento assinalável no decurso dos anos 70. A emigração dos anos 40 e 50 para o continente americano, e depois para a Europa, e a saída para outras regiões do país, contribuíram para os decréscimos populacionais registados na década de 70. Ao nível da população activa, nos anos 70 o sector primário perdeu importância, enquanto que o sector terciário aumentou exponencialmente de relevância.<sup>34</sup>

O grande contraste intra-regional no âmbito do meio físico observa-se, também, na distribuição da população. Enquanto na Serra, com uma área territorial de cerca de 1,6 vezes superior ao Baixo Algarve, se regista cerca de 20% da população do distrito, a grande unidade do Litoral concentra a maioria da população.<sup>35</sup>

O período em que se verificou um maior acréscimo populacional no Algarve foi o de 1970-81. Na década de 80 a população continuou a aumentar, mas a um ritmo inferior. No entanto, o Algarve é a região do país em que o aumento populacional é mais significativo. No Litoral, se excluirmos os períodos 1911-1920 e 1960-1970, o crescimento foi sempre positivo.

Do início do século XX até aos nossos dias, o Litoral aumentou a sua população em 98%, enquanto que o Barrocal e a Serra diminuíram 16 e 28%, respectivamente. Em 1900, 22% da população residia na Serra, 33% no Barrocal e 45% no Litoral.

---

<sup>34</sup> COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (2003). Planos de intervenção das aldeias do Algarve (Estoi, Querença, Paderne). Vol. III, Faro.

<sup>35</sup> ROLO, J.C. (coord.) (1988). *A(s) agricultura(s) algarvia(s) – contributo para a caracterização no início dos anos 80*. Vol. I. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

Quase um século depois, em 1991, apenas 12% da população residia na Serra, 21% no Barrocal, e 67 % da população algarvia residia nas freguesias do Litoral.<sup>36</sup>

Relativamente à Freguesia de Estoi, desde a 2ª metade do séc. XIX registou-se emigração acentuada para o estrangeiro, principalmente para o Brasil. No princípio do século XIX, a população começou a escolher a América latina, principalmente a Argentina, a França e, mais tarde, a Alemanha.

Estoi caracterizou-se, no decorrer do séc. XX, por uma estrutura fragilizada da distribuição da população, nomeadamente pela redução da população em idade activa. A população vivia essencialmente da agricultura, particularmente da exploração de frutos secos do pomar tradicional de sequeiro, cujo comércio sempre se caracterizou por flutuações de procura e dos preços.

A desvalorização da actividade económica dominante na freguesia e a dificuldade em encontrar soluções alternativas viáveis e geradoras de emprego, resultaram num aumento do êxodo rural desde que surgiu a possibilidade de ir trabalhar para o Litoral, primeiro na indústria das conservas e, depois, no turismo.

Porém, actualmente, a estagnação na dimensão populacional da freguesia parece ter tendência para ser contrariada por uma procura crescente de residências em Estoi.

A população da Freguesia de Estoi era de 3100 indivíduos em 1991. Era a freguesia que registava a população mais reduzida, como acontece actualmente. Ao comparar o n.º de habitantes das freguesias do Concelho de Faro, a variação da população residente entre 1991 (3100 habitantes) e 2001 (3538 habitantes, entre os quais 1100 residem na aldeia), em Estoi, foi de 10 a 20%. A que teve maior acréscimo foi a de Montenegro (mais de 20%). Relativamente às outras freguesias rurais do concelho, a Freguesia da Conceição registava em 1991, 3662 habitantes e em 2001, 3751 habitantes. A de Sta. Bárbara registava em 1991, 4338 habitantes e em 2001, 4119 habitantes.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (1992). Divisão Administrativa – concelhos, freguesias e lugares, Faro.

<sup>37</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002b). Censos 2001 – resultados definitivos – Algarve, Lisboa.

A estrutura demográfica da Freguesia de Estoi é a que, comparativamente com as restantes freguesias rurais, apresenta maior desequilíbrio entre os jovens e os idosos. No entanto, apesar do aglomerado de Estoi concentrar em 1991 apenas cerca de 1100 indivíduos dos 3100 da freguesia, era o que demonstrava exercer uma maior atracção no contexto das freguesias rurais de Faro.

Com uma população actual de 3538 habitantes, Estoi é a freguesia do Concelho de Faro com menor número de habitantes. No entanto, Estoi caracteriza-se, actualmente, por uma inversão das dinâmicas demográficas. De um envelhecimento acentuado e rarefacção dos jovens, verificado nos anos 80 e princípios dos anos 90, passou-se para um maior equilíbrio entre a população idosa e a população juvenil. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, o índice de envelhecimento da região do Algarve em 2001 superou o valor nacional, apesar da evolução entre os dois últimos censos apresentar-se menos intensa na região que no país. Estoi situa-se entre as freguesias com menor índice de envelhecimento (cerca de 100-127 idosos para 100 jovens). Dos 3538 habitantes na freguesia, 648 pertencem a uma faixa etária com menos de 20 anos, enquanto que 597 têm mais de 70 anos.<sup>38</sup>

Relativamente à taxa de repulsão interna, o concelho do Algarve com mais elevada taxa de repulsão foi Faro, com evidência para a deslocação da população para concelhos periféricos devido, provavelmente, ao aumento do preço da habitação. No entanto, regista-se actualmente atracção por parte da Freguesia de Estoi. Esta alteração é explicada pela grande permeabilidade viária com o restante concelho, com Faro e com a Via do Infante, e da oferta de equipamentos, comércio e serviços, superior aos aglomerados próximos.

Na generalidade, a população dos espaços rurais estagnou nas últimas décadas. Há contudo uma grande diferenciação interna. Áreas com boas acessibilidades e/ou próximas dos centros urbanos, como Estoi, têm registado um forte crescimento enquanto que áreas mais afastadas e/ou isoladas muitas vezes serranas, têm sido afectadas profundamente pelo despovoamento e envelhecimento da população.

---

<sup>38</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002a). Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa

Num concelho marcado por uma intensa dominância do sector terciário, a Freguesia de Estoi apresenta uma distribuição menos vincada pelo emprego no comércio e nos serviços que, todavia, continuam a ocupar à volta de metade dos indivíduos empregados. O sector secundário com 29,9% e o sector primário com 20,1% apresentam valores que contribuem para uma imagem de equilíbrio na composição da população activa. A análise dos dados da condição perante o trabalho permite concluir que a população activa é constituída por 1636 habitantes, enquanto que a população inactiva é de 1902 habitantes, sendo que destes 164 são estudantes e 749 são reformados.

A actividade económica da freguesia é baseada no sector primário. Há, no entanto, algumas industrias ligadas à actividade agrícola e agro-pecuária, bem como à transformação de pedras ornamentais. A agricultura representa a actividade principal: emprega 20,9% da população, apesar de ter vindo a perder peso nos últimos anos (decrécimo de 20% entre 1989 e 1999). Contudo os serviços ligados aos sectores da administração pública, ensino e educação, comércio, transportes, turismo e construção civil tornaram-se os principais sectores económicos da região.<sup>39</sup>

Devido ao processo de diversificação económica e social que está a ocorrer nos espaços intermédios, como Estoi, os agricultores a tempo inteiro já não constituem o principal grupo da população rural. Surgiram, entretanto, novos grupos que, além de produtores, são consumidores do espaço rural.

Em termos da população que pratica a agricultura, foram identificados os seguintes perfis: agricultores familiares em micro-explorações – dedicam-se exclusivamente à agricultura em explorações de reduzidas dimensões (1-2ha). Este universo está a diminuir. Pertencem aos grupos etários mais idosos da população activa. A produção é para consumo doméstico do agregado; agricultores em idade pós-activa – o número aumentou consideravelmente nas últimas décadas. São antigos agricultores familiares a tempo inteiro.

Dedicam-se à agricultura a tempo parcial para autoconsumo, cultivando hortas e pequenas

---

<sup>39</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002b). Censos 2001 – resultados definitivos – Algarve, Lisboa.

vinhas; agricultores pluriactivos – a principal fonte de rendimentos provem de actividades não agrícolas. Praticam a agricultura a tempo parcial.<sup>40</sup>

A Freguesia de Estoi é classificada como freguesia de 2<sup>a</sup>. ordem, segundo o nº. de habitantes (integra-se no intervalo 800-5000 habitantes). De acordo com a classificação para efeitos do ordenamento do território, é classificada como Freguesia Rural – possui densidade populacional inferior a 100h/km<sup>2</sup> e não inclui nenhum lugar com população superior a 2000 habitantes.

## 2.4. ENQUADRAMENTO CLIMÁTICO

O clima exerce influências nos aspectos do ambiente físico, nomeadamente ao comandar os processos erosivos e interferir no modelado das formas de relevo. A acção do clima faz-se sentir, igualmente, nas características dos cursos de água, dos solos e da vegetação. Deste modo, a análise das características do clima da região estudada é imprescindível para se perceber a dinâmica e a evolução territorial.

Pela posição geográfica na metade sul do território continental português, a área em estudo insere-se na zona mais marcada por características climáticas de tipo mediterrânico, na confluência entre o Mar Mediterrânico e o Oceano Atlântico e entre os continentes europeus e africano.

A originalidade dos climas de tipo mediterrânico reside no facto da precipitação se concentrar quase exclusivamente na estação fria, ao contrário do que se verifica com os climas temperados, nas latitudes médias, em que as chuvas são distribuídas de forma mais ou menos regular no decorrer do ano, com os climas temperados das latitudes altas, os tropicais, e também com os de monção, em que as chuvas se concentram predominantemente na estação quente.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002b). Censos 2001 – resultados definitivos – Algarve, Lisboa.

<sup>41</sup> RIBEIRO, O. *et al* (1988). *Geografia de Portugal*. II – O Ritmo Climático e a Paisagem. Sá da Costa, Lisboa.

A estação seca e quente prolonga-se nas situações mais áridas desta região climática a vários meses sem precipitação, ou com precipitações insignificantes. Para além da irregularidade na distribuição anual das precipitações pelos meses mais frios há, ainda, que referir a irregularidade a nível inter-anual, com sequências de anos secos e anos chuvosos.<sup>42</sup>

O clima da região do Algarve é fortemente influenciado por factores relacionados com a circulação atmosférica, pela posição geográfica no limite sudoeste da Península Ibérica, na fachada Atlântica do continente europeu, e pelos factores locais, com relevância para o relevo. De entre os factores gerais, destacam-se a advecção de ar polar ou tropical com trajecto continental ou marítimo, a passagem sobre o território português de superfícies frontais, os centros de baixas e altas pressões, que se formam a partir da Primavera e se prolongam pelo Verão e no Inverno.

Situada na área isoclimática mediterrânea, a região algarvia apresenta características que podem ser definidas como de transição para o subtropicalismo.<sup>43</sup>

O clima da região algarvia é: quanto à temperatura – temperado (temperatura média anual do ar entre cerca de 16 e 18°C) e moderado (amplitude média da variação anual da temperatura do ar entre 11 e 14,8°C); quanto à humidade do ar – seco (humidade relativa anual média do ar às 9 horas inferior a 75%); quanto à precipitação – moderadamente chuvoso (precipitação anual média entre 500 e 1000 mm).<sup>44</sup>

O clima do Algarve é classificado como clima mediterrânico Cs de Koppen, que se pode classificar como do tipo Csa, com verões quentes e uma temperatura média para o mês mais quente acima dos 22 °C.<sup>45</sup>

Segundo a classificação pelo método de Thornthwaite-Mather, que considera os índices hídrico, de humidade, de aridez, a evapotranspiração potencial do ano e do trimestre mais quente,

---

<sup>42</sup> CARVALHO, M. A. Cruz de (1994). *Varição de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia*. Universidade de Évora, Évora.

<sup>43</sup> ROLO, J.C. (coord.) (1988). *A(s) agricultura(s) algarvia(s) – contributo para a caracterização no início dos anos 80*. Vol. I. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

<sup>44</sup> FARIA, J. et al (1981). *Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve. O clima de Portugal*. Fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

<sup>45</sup> KOOP, E. (2000). *Os Solos do Algarve e as suas características*. MAPA-CDHE-DRAA-GTZ. 2ª. Edição, Faro.

o clima da região em estudo é classificado como: sub-húmido seco (C1) – segundo o índice hídrico; mesotérmico (B'2), com elevado défice de água no verão – segundo a evapotranspiração potencial do ano (entre 750 e 850 mm).<sup>46</sup>

A faixa central do Algarve, ao longo da qual se desenvolve o Barrocal, exposta aos quadrantes do sul, goza da protecção dos maciços de Monchique e do Caldeirão. Esta protecção aos ventos do norte permite que se avivem as condições do clima mediterrânico, nomeadamente a temperatura e a pluviosidade. Nesta faixa, onde se localiza a Freguesia de Estoi, acentuam-se claramente as características mediterrânicas do clima, uma vez que se verifica um regime pluviométrico de distribuição irregular, com uma estação seca bem definida e prolongada, uma amplitude térmica pequena, com temperaturas mínimas mais ou menos elevadas.<sup>47</sup>

A Serra de Monte Figo, a norte de Faro, é o primeiro conjunto de relevo que se interpõe entre o Litoral e a Serra. Constitui, pelo alinhamento e altitude, uma barreira à progressão das massas de ar húmidas provenientes de Sudoeste para o interior.

O sistema colinar formado pelo Barrocal e pela Serra, a norte da Campina de Faro, ao criar uma barreira aos ventos Norte e Nordeste, que sopram especialmente durante o Inverno, originam a Sul um microclima mais ameno, que contribuiu para o desenvolvimento agrícola e para a ocupação deste território desde tempos remotos.

No Barrocal, a precipitação varia entre 600 e 900 mm anuais (o valor da precipitação anual média na zona central do Algarve é de 756 mm). O Litoral Algarvio é a região mais seca: a precipitação ronda os 400 a 600 mm anuais. Na região serrana, as precipitações são muito superiores. Atingem valores na ordem dos 800 a 1200 mm anuais.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> MENDES, J. C. e BETTENCOURT, M. L. (1980). "Contribuição para o Estudo do Balanço Climatológico da Água no Solo e Classificação Climática de Portugal Continental" in *O Clima de Portugal*. Fac. XXIV, I.N.M.G., Lisboa.

<sup>47</sup> BELIZ, J. Malato (1986). *O Barrocal Algarvio*. Coleção Parques Naturais n.º 17, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.

<sup>48</sup> MENDES, J. C. e M. R. GUERREIRO (1990). *O Clima de Portugal - Estatísticas Climatológicas em Portugal Continental (Período 1951-1980)*.47 (1). Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.



Além desta irregularidade espacial e da amplitude da variação, o regime mensal da precipitação caracteriza-se por uma irregularidade muito vincada, atendendo às influências mediterrânicas do clima.<sup>49</sup>

Na região estudada, em termos médios, o mês mais chuvoso é o de Dezembro, com cerca de 17% da precipitação anual, seguido dos meses de Novembro e Janeiro com cerca de 15% daquela precipitação. Os meses menos chuvosos são os de Junho e Agosto, com menos de 1% da precipitação anual média. As precipitações ocorrem de forma moderada no período de Outubro a Maio. Nos meses de Verão as chuvas são escassas ou mesmo inexistentes.<sup>50</sup>

As temperaturas médias anuais rondam os 16 a 17,5°C. As temperaturas podem considerar-se moderadas, muito embora as temperaturas durante os meses de Verão possam por vezes apresentar valores elevados.

A insolação é elevada em todo o Algarve, especialmente no Litoral. O Algarve litoral apresenta os valores mais altos de radiação solar e de insolação do território nacional, superiores a 3000 horas anuais. No semestre frio (Out.-Maio), os valores médios totais na zona de Faro são superiores a 1200 horas. Os valores de insolação na região são quase superiores a 3000 horas/ano (número de horas de sol/ano atinge no Barrocal e Litoral 3000-3200 h).

Relativamente aos ventos, a região algarvia encontra-se protegida dos ventos frios do Norte e dos ventos secos e frios de Nordeste, pelas Serras do Caldeirão e Monchique, sendo estes ventos pouco frequentes nas encostas Sul e a Sul destas serras. As encostas viradas a Norte encontram-se mais expostas a estes ventos.<sup>51</sup>

O regime de brisas caracteriza-se por ventos de vários rumos, embora dominem, na época de Maio a Outubro, os ventos muito fracos do quadrante Norte durante a noite, e os de Sudeste e

---

<sup>49</sup> PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). 1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

<sup>50</sup> FARIA, J. et al (1980). *Análise estatística dos valores máximos do ano da quantidade diária da precipitação de Portugal*. Fascículo XIX. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa

<sup>51</sup> MENDES, J. C., D. X. QUEIROZ, P. A. ANASTÁCIO, M. T. C. GONÇALVES, M. R. S. CARDOSO e M. G. S. G. COELHO (1991). *O Clima de Portugal - Normais Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve, correspondentes a 1951-1980*. 49 (4). Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

Sul no fim da manhã, altura em que aumentam a intensidade, rodando ao longo da tarde para Sudoeste, quando atingem a maior velocidade. Continuam a rodar para Oeste até ao fim da tarde, diminuindo então, progressivamente a velocidade.

Outra característica desta zona é a ocorrência do *Levante*, regime de ventos de Este e Sueste, que se observa com maior frequência no período da Primavera ao Outono. A intensidade do vento varia ao longo do dia, decresce durante a tarde e aumenta de noite e de manhã, quando atinge o valor máximo de 30-40 Km/h.

As geadas são raras no Litoral, no entanto ocorrem com alguma frequência no interior (Barrocal e Serra) durante os meses de Janeiro e Fevereiro. Os nevoeiros são igualmente raros no Algarve, porém nos pontos mais altos pode ocorrer durante o Outono/Inverno associado a situações de chuva.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> FARIA, J. *et al* (1981). *Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve. O clima de Portugal*. Fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

### 3. DA PAISAGEM E PATRIMÔNIO DA PARÓQUIA DE ESTOI



*O que há de extraordinário no Algarve é a vida da luz e a brancura das casas... graça da paisagem com as chaminés rendilhadas entre amendoeiras irrompendo dos barros vermelhos. As amendoeiras, neste tempo, transformam todo o Algarve (...)*<sup>1</sup>

### **3.1. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM**

A paisagem é um sistema complexo e dinâmico, em que os elementos naturais e culturais interagem entre si e evoluem em conjunto, ao longo do tempo. Deste modo, a compreensão global da paisagem deve assentar numa abordagem holística e integrar as várias dimensões que se interrelacionam mutuamente, que compreendem: a componente biofísica e ecológica, que inclui as componentes físicas e biológicas dos ecossistemas; a componente social, cultural e económica, em que são considerados os factos históricos, como as questões de identidade e capacidade narrativa da paisagem e os factores sociais e as actividades humanas que permanentemente constróem e alteram a paisagem; e a dimensão sensorial (estética e emocional), ligada ao modo como as paisagens são apreciadas por diferentes pessoas ou grupos de pessoas.

A análise e diagnose da paisagem assenta em 3 características principais: estrutura, que é estabelecida pelas relações espaciais entre ecossistemas distintos ou elementos presentes,

---

<sup>1</sup> SANTA-RITTA, G. (1982). *Portugal – a expressão da paisagem*, p. 39.

mais especificamente a distribuição de energia, dos materiais e das espécies, e relação com as dimensões, formas, números, tipos de configurações dos ecossistemas; função, que se baseia nas interacções entre elementos espaciais, nomeadamente fluxos de energia, de materiais e de espécies entre os ecossistemas componentes; e mudança, que mede a alteração ao longo do tempo na estrutura global e na função do mosaico ecológico.

A estrutura da paisagem é constituída por dois tipos de elementos: ecológicos (habitats e ecossistemas); padrão dos usos do solo (alterações do uso agrícola e distribuição espacial); e antrópicos (elementos culturais nas áreas agrícolas resultantes da acção humana).

Para a correcta apreensão da paisagem não basta a análise separada dos elementos referidos. É preciso compreender a complexidade da paisagem, que é conferida pela forma, estrutura e funcionalidade.<sup>2</sup>

A compreensão da paisagem implica, assim, o conhecimento de factores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da actividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação.<sup>3</sup>

Dos componentes naturais da paisagem, o relevo é um factor determinante na percepção da paisagem e o mais marcante componente visual da paisagem. A fisiografia e os declives são factores do relevo que determinam basicamente a estrutura geral da paisagem. A altimetria e a sequência de festos e talvegues e a extensão e inclinação das encostas são elementos básicos de caracterização da paisagem.<sup>4</sup>

O relevo é factor determinante na definição dos limites da paisagem, na medida em que estabelece os contornos e cria unidades mais ou menos diferenciadas.

---

<sup>2</sup> MARTINELLI, M. e PEDROTTI, F. (2001). "A Cartografia das Unidades de Paisagem: questões metodológicas" in *Revista do Departamento de Geografia*. Nº. 14. Universidade de S. Paulo pp. 39-46, S. Paulo.

<sup>3</sup> ABREU, A. O. Cancela d' *et al* (2001). "Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental", in *Finisterra*. XXXVI. pp. 195-206, Lisboa.

<sup>4</sup> Estoi é uma das freguesias do Algarve onde são mais abundantes os termos relacionados com aspectos topo-morfológicos (normalmente vales e cerros) de que são exemplo: Monte do Trigo, Vale de Seixos, Cerro de S. Miguel, Barranco de S. Miguel.

Em situações de relevo acidentado é a própria fisiografia que, pela diversidade de formas e volumes, introduz o movimento. São estas características que conferem a tais paisagens um dinamismo muito especial e um grande poder de atracção. Diferentes combinações de fenómenos da superfície terrestre traduzem-se em diferentes morfologias do território e, portanto, em diferentes paisagens.

Ainda no âmbito dos componentes naturais da paisagem, o clima e a geomorfologia podem considerar-se características da paisagem relativamente estáveis e permanentes, e constituem os principais factores físicos naturais responsáveis pelas formas de relevo e pela formação dos vários tipos de solos. A natureza dos substratos geológicos, o clima e a sequência de zonas côncavas, de acumulação, e de zonas convexas de dispersão, as diferenças altimétricas e os declives são factores fundamentais na determinação dos padrões de circulação hídrica, das diferentes formas de ocorrência de água e, conseqüentemente, das várias manifestações de vida animal e vegetal.

O clima, o solo e a água são os factores naturais que determinam a ocorrência de vegetação e que são responsáveis pela sua diversidade. Diferentes espécies têm diferentes exigências em relação a estes três factores e, por sua vez, actuam sobre eles de maneira diferente. A adequação natural das diferentes formações vegetais às condições edafo-climáticas traduz-se no estabelecimento de um mosaico mais ou menos diversificado – o mosaico natural.

Estes elementos de caracterização do relevo e da paisagem definem a estrutura em que assentam todas as outras componentes naturais, e se apoiam todas as estruturas naturais e humanizadas do território. Assim, relativamente aos componentes estruturais da paisagem, os elementos de paisagem, que normalmente se podem observar na paisagem do meio rural, são as matas, os matos, as folhas de cultura, os prados e os pousios, as plantações florestais, as galerias ripícolas, as linhas de água e superfícies aquáticas, mas também os caminhos rurais, estradas e caminhos de ferro, as sebes, as quintas e as aldeias. A inter-relação destes elementos gera uma organização particular do território – a estrutura da paisagem.

Se os elementos naturais são especialmente condicionados pelo clima, pela vegetação, pelo relevo e pelo solo, a intervenção do Homem na paisagem revela a adaptação ao meio, sobretudo quando a ocupação é antiga, como no caso da freguesia em estudo. O conhecimento do habitat revela-se como fonte de análise importante da relação humana com a paisagem, e das condições climáticas gerais e locais, nomeadamente: o tipo de povoamento; a relação entre a localização dos núcleos urbanos com o relevo; a densidade e disposição da compartimentação; a estrutura fundiária; e a utilização da vegetação.<sup>5</sup>

A paisagem deve ser encarada como verdadeiro arquivo histórico e natural. Com efeito, na paisagem estão inscritas marcas deixadas pelos nossos antepassados, não só sob a forma de espólio material, como também paisagens modeladas pelo trabalho das gerações que nos precederam. São também componentes dessa paisagem com interesse patrimonial, a estrutura da paisagem, além das formações geológicas, as formações vegetais naturais de grande diversidade específica que, em particular na paisagem mediterrânica, subsistem em geral sob a forma de manchas e corredores numa matriz agrária.

A utilização do território está estreitamente associada a diversos factores sócio-económicos e culturais, que interessa conhecer uma vez que a condiciona tanto ou mais que as características do sistema biofísico. Neste sentido, é importante identificar a distribuição no espaço e a alteração no tempo dos usos e funções com a estrutura fundiária, os resultados económicos associados aos vários usos, os factores económicos, tecnológicos, sociais e culturais que interferem na localização e evolução dos vários usos e funções.

Na análise da paisagem há, ainda, que elaborar a síntese dos valores e das degradações. Os valores a considerar abrangem tanto elementos naturais, como também os resultantes da acção humana, elementos pontuais, lineares ou de superfícies mais ou menos extensas (pontos de vista panorâmicos, sistema de sebes de compartimentação ou linhas de água).

---

<sup>5</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (1989). *Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território*. Universidade de Évora, Évora.

Quanto às degradações, consideram-se todos os factores que directa ou indirectamente reduzem as aptidões, capacidades e potencialidades de uso e fruição do território. Tanto se reconhece como degradação a destruição de uma mancha de bons solos agrícolas, como alterações na morfologia do terreno que alteram a configuração natural, ou um uso do solo incorrecto, face à estrutura biofísica de suporte.

O modelo paisagístico mais vulgar no Mediterrâneo é o agro-florestal e pastoril, com grandes áreas de sequeiro, representado na região algarvia pelo pomar tradicional de sequeiro do Barrocal, por alguns olivais e alfarrobais, onde as árvores se integram em sistemas de produção agro-silvo-pastoris. Neste modelo, as zonas inóspitas como os cumes, cumeadas e os grandes declives são cobertos, geralmente, por vegetação espontânea.

A paisagem da área em estudo integra-se no Barrocal do centro algarvio e abrange a transição Litoral/Barrocal, onde é determinante a presença de espaços edificados concentrados ao longo de uma faixa contínua, com maior densidade junto ao mar e mais dispersos no sentido do Barrocal. Um pouco mais para o interior, as manchas urbanas alternam com manchas agrícolas, muitas delas abandonadas (sobretudo as de sequeiro). À medida que se avança para norte, a paisagem toma uma feição progressivamente mais rural, apesar de todos os aglomerados apresentarem formas e expressões dissonantes relativamente às que tradicionalmente marcavam esta paisagem.

Mantêm-se algumas áreas agrícolas com um uso diferenciado, por vezes com alternância de sequeiro e regadio, de que resulta um mosaico com interesse cromático, e que contribui para uma relativa integração paisagística dos espaços edificados.

A paisagem molda-se segundo a constituição geológica dos solos, que acompanham os diferentes aspectos do relevo. Deste modo a Serra, cadeia de montanhas de xisto a norte do Barrocal, contrasta com a plataforma calcária deste, a que se segue a faixa de planície no Litoral. Neste anfiteatro distribuem-se as culturas segundo os solos, donde resultam tipos distintos de economia, povoamento e conseqüentemente de estruturas de paisagem.



Como já dissemos, o Barrocal caracteriza-se pela associação de culturas arvenses e hortícolas e de densas plantações sob o coberto do pomar tradicional de sequeiro. São os chamados campos intercalares algarvios.<sup>6</sup> A paisagem conferida pelo pomar de sequeiro, caracterizado pela distribuição esparsa das árvores, integra-se no modelo de paisagem de árvore dispersa do Mediterrâneo.

Na zona estudada, a exploração de frutos secos tem a primazia, cultura que dispensa a habitação constante no campo, o que é facilitado pela amenidade das colinas do Barrocal e pela planície litoral. A Freguesia de Estoi contém elementos singulares que conferem identidade à paisagem, com destaque para os aspectos morfológicos, nomeadamente o sistema de cerros que constitui um elemento de referência fundamental.

A paisagem da Freguesia de Estoi engloba dois sistemas diferenciados, cujo limite é sensivelmente marcado pelo traçado da Via do Infante: sistema colinar, a norte da referida via, onde predominam o pomar tradicional de sequeiro e matos; e um sistema mais plano, a sul da via, onde se implanta a aldeia de Estoi, e onde predominam os pomares de regadio (principalmente de citrinos) e as culturas hortícolas (muitas com sistemas de protecção – estufas e abrigos).

### **3.1.1. COMPONENTES BIOFÍSICOS**

O enquadramento biofísico visa proporcionar uma percepção da região a que pertence a zona em estudo, e procura estabelecer a sua posição relativamente aos elementos e sistemas estruturantes da região. Desta forma, são identificadas as características resultantes da posição do território relativamente àqueles elementos e sistemas, e as influências e interações da área envolvente com o território.

O relevo (ou a geomorfologia), a geologia e o clima determinam a variação da quase totalidade das restantes componentes do sistema biofísico. A análise dos usos dominantes do

---

<sup>6</sup> MAGALHÃES, J. R. (1970). *Algarve Económico durante o séc. XVI*. Edições Cosmos, Lisboa.

solo permite identificar, desde logo, um conjunto de características do sistema biofísico e sócio-económico.

A unidade estrutural biofísica do território é a base do valor patrimonial da paisagem. A reunião dos elementos visíveis, que resultam da interacção dos factores de ambiente e da expressão espacial no território, constitui a estrutura do lugar natural ou a estrutura biofísica da paisagem.

A caracterização biofísica da paisagem da Freguesia de Estoi baseou-se na recolha de cartografia temática de base publicada, bem como na pesquisa de outras fontes de informação: monografias, relatórios, trabalhos publicados, etc.. Complementarmente, procedeu-se à elaboração de cartas sectoriais de inventariação e interpretação das diferentes componentes do meio (*vide apêndice*).

#### **3.1.1.1. Relevô**

O relevô constitui um elemento fundamental da caracterização da paisagem. A interpretação do relevô, enquanto indicador sintético da dinâmica biofísica, é indispensável a uma análise consciente, em termos de sustentabilidade ecológica, uma vez que o relevô diferencia áreas ecológicas, cada uma das quais com aptidões distintas.

Através da análise da topografia do sítio é possível estabelecer as linhas estruturantes da paisagem e os pontos notáveis correspondentes. Foram estes elementos físicos que influenciaram o desenvolvimento inicial e a selecção do local de implantação das diferentes estruturas, com indicação do potencial endógeno do território.

A classificação das áreas planas ou côncavas, onde a água se acumula (que constituem o sistema húmido), e das áreas inclinadas ou convexas, que conduzem ao escoamento das águas (sistemas secos), permite estabelecer uma classificação da paisagem que estabelece uma primeira diferenciação dos sistemas, relativamente ao comportamento da água e do microclima e, ainda, à distribuição do solo, da vegetação, entre outros elementos.

Relativamente ao relevo algarvio, é vulgarmente identificado como um grandioso anfiteatro virado para Sul, de modo que a altitude do terreno sobe progressivamente do Litoral para o interior, até às cumeadas da Serra Algarvia. Daí em diante a altitude decresce para Norte e a paisagem torna-se menos acidentada, até que surge a peneplanície alentejana.

Em termos orográficos, podem distinguir-se no Algarve dois maciços montanhosos principais, separados, em parte, pelos vales das Ribeiras de Arade e Odelouca: um primeiro, situado no barlavento, constituído pelas Serras do Espinhaço de Cão e Monchique, cujo ponto culminante atinge 902 m de altitude (ponto mais alto do Algarve); e um segundo maciço, situado no sotavento, e constituído pelas Serras do Caldeirão, Monte Figo<sup>7</sup> (Cerro de S. Miguel) (411 m) e Alcaria do Cume (510 m), com o ponto culminante no Caldeirão a 589 m de altitude. O relevo destas serras é, por vezes, bastante enrugado, com numerosos vales, cabeços e encostas de grande declive. A sul destas serras situa-se a planície litoral, cuja largura é variável e que abrange a maior parte da zona costeira, tanto sul como poente.

Os maciços de Monchique - Espinhaço de Cão e de Caldeirão - Monte-Figo definem as 3 depressões principais: a plataforma lateral poente; o Vale do Guadiana e o colo de S. Bartolomeu-S. Marcos da Serra.

Bonnet dividiu o Algarve em dois sistemas de montanhas. Ao sistema correspondente ao Barrocal denominou de Sistema Fico-Ceratónico.<sup>8</sup> Este sistema apresenta uma série de linhas paralelas separadas por várzeas e barrancos, onde correm ribeiras, e por vales mais ou menos extensos. A classificação de Bonnet considerou 5 cadeias. A primeira começa a Este-Nordeste de Albufeira e termina a Norte de Tavira. Compreende o Cerro da Cabeça da Câmara, Cerro das Cabanas Queimadas, Serra de Santa Bárbara de Nexe e ramificações, Serra de S. Miguel ou Monte Figo com ramificações e Cerro de Moncarapacho.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> O Monte Figo, pela relevância obtida pela altitude na região central algarvia, foi no período romano um santuário dedicado ao vento Zéfiro. Era considerado um farol diurno e oráculo meteorológico da navegação.

<sup>8</sup> Alusão à predominância arbórea da figueira e da alfarrobeira em toda a região algarvia.

<sup>9</sup> BONNET, C. (1990). Memória sobre o reino do Algarve – descrição geográfica e geológica, Faro.

A Serra de Santa Bárbara atinge cerca de 350 m, decrescendo progressivamente para Este. Próximo de Estoi volta a elevar-se e toma o nome de Serra de S. Miguel, cujo ponto culminante – o Monte Figo – atinge 411 m. A Serra de Santa Bárbara apresenta algumas ramificações. Para Este origina o Cerro do Guilhim (em parte integrado na Freguesia de Estoi), para o Norte, o Cerro da Goldra. A Serra de S. Miguel apresenta igualmente vários prolongamentos. Para Norte, perto de Estoi, esta ramificação tem o nome de Serra da Bemposta, e mais para Este o Cerro do Malhão.

A vertente sul desta cadeia apresenta somente uma encosta mais ou menos íngreme, entrecortada por ravinas, sobre a qual se edificaram algumas aldeias, entre as quais a aldeia de Estoi.<sup>10</sup> Os Cerros de Guilhim e de S. Miguel representam o tipo de estrutura dobrada de maior nitidez: *a revivescência da acção dobradora, aliada a deslocações de aspecto vertical e a fenómenos eruptivos, foram os factores responsáveis pelas formas apresentadas.*<sup>11</sup>

A área em estudo desenvolve-se na zona de transição entre as primeiras colinas do Barrocal, a norte da aldeia de Estoi, e a planície litoral. O relevo do Barrocal teve como determinantes principais a posição entre o Litoral e o Maciço Antigo, a estrutura geológica e as formações litológicas. Constitui um enclave entre as formações do Maciço Antigo e a planície litoral, delimitada das aplanagens litorais por alinhamentos de relevos calcários, entre os quais os Cerros da Cabeça-S.Miguel, do Azinheiro-Malhão e do Guilhim.<sup>12</sup>

O Barrocal, com altitudes médias de 100-300m, atinge pontualmente cotas da ordem dos 400m e é caracterizado pela existência de vales declivosos. Os pontos altos mais importantes são os Cerros do Guilhim (374m), Bemposta (334), Malhão (345) Azinheiro (326) e S. Miguel (411), todos eles integrados na Freguesia de Estoi (relativamente ao Cerro de S. Miguel, só uma ramificação está incluída na freguesia em estudo).

---

<sup>10</sup> BONNET, C. (1990). *Memória sobre o reino do Algarve – descrição geográfica e geológica*, Faro.

<sup>11</sup> GOUVÊA, A. M. (1938). *Algarve – aspectos fisiográficos*, p. 73.

<sup>12</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, p. 9.

Silva Lopes, na *Corografia do Reino do Algarve*, descreve o relevo da zona central do Algarve, onde se integra a Freguesia de Estoi:

*Montanhas: o Serro de S. Miguel, ou Monte de Figo, na Freguesia de Moncarapacho (...), tem 2000 pés de altura acima do nível do mar, donde se avista na distância de 51 milhas. Mais a N.O. fica outro serro pequeno [Guilhim] da mesma forma, com que he fácil equivocar-se no mar, e pela banda d'E. ainda há outro menos elevado que se lhe assemelha, denominado monte pequeno [Malhão].*<sup>13</sup>

A ruptura da abóbada anticlinal dos Cerros do Guilhim e de S. Miguel permitiu a erecção da rocha eruptiva que conferiu a feição colinar deste núcleo. Foi também um acidente tectónico que rompeu o anticlinal do Guilhim e pôs a descoberto as margas do carbónico, as quais atacadas pela erosão formaram vales largos. Quanto aos relevos estruturais, no que se refere às vertentes, são frequentemente vigorosas, de forte declive, em forma de escarpa. As estruturas que mais claramente se manifestam no relevo são as dobras anticlinais. No sopé meridional da Serra de Monte Figo, o flanco anticlinal está representado em pequenos relevos monoclinais.<sup>14</sup>

As diferentes situações criadas pelo relevo, ao originarem pontos dominantes com a abertura de largas vistas e zonas encaixadas entre vertentes, condicionam a acessibilidade e alteram as perspectivas, além de conferirem dinâmica à paisagem.

As cotas mais baixas da Freguesia de Estoi (rondam os 50 m), localizam-se no Vale do Rio Seco, que se caracteriza em alguns troços pela existência de patamares, em que o inferior corresponde ao próprio leito do curso de água, muito cavado com margens escarpadas.

Os declives das encostas são quase sempre superiores a 8%, com predomínio para os superiores a 16 %. São também significativas as encostas com declives superiores a 25%.

As orientações das encostas predominantes são Sul e Sudoeste. As encostas do vale do

---

<sup>13</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p. 87.

<sup>14</sup> FEIO, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, Évora.

Rio Seco orientam-se a poente e nascente, dada a direcção do vale que corre de Norte para Sul.

Para caracterizar o relevo da área em estudo, foram elaboradas as cartas de altimetria, fisiografia e hipsometria, sobre base cartográfica à escala 1/50 000. Para quantificar o relevo foi elaborada uma carta de declives sobre a mesma base (*vide* apêndice, cartas nº. 2,3,4 e 5).

As cartas elaboradas permitem uma melhor compreensão do relevo, através da marcação das zonas significativas quanto a aspectos morfológicos: as linhas e pontos fundamentais do relevo, nomeadamente a marcação das linhas de fecho e de talvegue, permitem caracterizar as circulações no território; os declives, segundo classes representativas e diferenciadoras das situações e processos presentes; as orientações das encostas; e síntese fisiográfica que contém indicações sobre os tipos de relevo e as zonas fisiográficas.

Deste conjunto de cartas destaca-se a carta da síntese fisiográfica, elaborada com base na fisiografia e nos declives, pelo facto de constituir a síntese de uma série de parâmetros que descrevem as principais características biofísicas do território. Nesta carta o relevo é decomposto em três situações morfológicas – zonas de vale, zonas de cumeada e zonas de encosta. Estas três situações diferenciadas reflectem uma distribuição irregular do solo (situações de erosão e de aluviação), da água (escoamento e acumulação), e da vegetação (associações húmidas e secas) (*vide* apêndice, carta nº. 6).

### **3.1.1.2. Geomorfologia**

A Freguesia de Estoi integra-se no Sul de Portugal, onde os traços gerais do relevo apresentam grande variedade.

A região algarvia, com destaque para a zona serrana, constitui o prolongamento para ocidente da Serra Morena, uma das principais unidades do Sul da Península Ibérica. Trata-se de uma vasta superfície de erosão, constituída por rochas muito antigas da Cadeia Hercínica. Os aplanamentos que se têm verificado desde o final do Primário colocaram em discordância

estratigráfica rochas antigas e recentes, como é o caso das formações das Orlas Mesozóicas, que contactam quer com o Soco Antigo, quer com formações muito recentes do Holocénico.

É neste quadro geral que o Sudoeste da Península se integra. A região algarvia constitui um exemplo da evolução geomorfológica descrita, testemunhada pelos afloramentos xistentos da Serra, que contactam com os calcários de idade secundária e os depósitos recentes no litoral.

A morfologia algarvia foi dominada por movimentos dos fins do terciário, repetidos durante o quaternário. O estabelecimento da rede fluvial actual, e a existência de numerosos acidentes tectónicos que afectam a região, são consequência desses movimentos que introduziram em todo o material novo arranjo de formas. Contribuíram para criação da antiga superfície de erosão, para a autonomia sub-regional do Algarve e para a separação morfológica do Alentejo.<sup>15</sup>

Estruturalmente, o Algarve compõe-se de um núcleo de terrenos primários que desaparece a sul, sob a cobertura mesozóica do Algarve calcário. A oeste é parcialmente coberto por pequenos retalhos da mesma idade.<sup>16</sup> A natureza litológica e estrutural das rochas existentes e as características climáticas da região têm determinado a evolução dos principais conjuntos geomorfológicos da área em estudo: a Serra, o Barrocal e o Litoral.<sup>17</sup>

O Barrocal, conjuntamente com o Litoral, constitui a bacia sedimentar Ceno-mesozóica Meridional. Esta estrutura está orientada por duas grandes flexuras de direcção Este-Oeste. Os acidentes orográficos (vales, cerros, etc.) aparecem ordenados em faixas paralelas de direcção Este-Oeste e condicionados por fracturas com essa direcção.

O Barrocal, localizado na transição entre os xistos argilosos do Carbónico e os terrenos mais recentes da orla marítima, que se estendem pelo Litoral, integra-se numa das unidades geomorfológicas mais distintas do território nacional: a orla mesoceno-zóica meridional.

---

<sup>15</sup> FEIO, M. (1951). *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Com. Serv. Geol. De Portugal. Tomo XXXII (2), Lisboa.

<sup>16</sup> BETTENCOURT, P. (1985). *Geomorphologie et processus d'évolution récente de la cote Sotavento (Algarve-SudPortugal)*. Men. D.E.A.. Univ. Bordeaux, Bordeaux.

<sup>17</sup> FEIO, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, Évora.

É uma área de relevo ondulado, no essencial constituída por materiais de natureza sedimentar, que abrange uma série de estratos mesozóicos de litologias variadas, com predomínio para as rochas Carbonatadas, nomeadamente calcários do jurássico. A norte faz a transição com o maciço antigo e corresponde a um relevo vigoroso.

Em termos morfológicos, no Barrocal os calcários e dolomitos configuram formas que apresentam por vezes algum vigor, testemunhadas por numerosos relevos estruturais que se elevam da superfície calcária. A formação essencialmente baseada em rochas carbonatadas gera solos pouco evoluídos e bastante pedregosos.<sup>18</sup>

A característica essencial do Barrocal, como unidade geomorfológica, é a quase omnipresença das rochas carbonatadas que se traduzem numa fraca circulação das águas superficiais. Ao contrário do que se passa com a serra de xisto, as zonas calcárias estão sujeitas a grande infiltração, o que origina formações distintas como cursos de água subterrâneos.<sup>19</sup>

A zona em estudo insere-se num contexto de relevo suave, em contraste com o relevo vigoroso da Serra, caracterizado pelos vales e barrancos profundos, e com as aplanções litorais. Estas diferenciações estão relacionadas com movimentações tectónicas e com a evolução geomorfológica, em que o regime torrencial da precipitação teve um papel importante no modelado.

O relevo apresenta-se muito contrastado, em que alternem as superfícies planas, mais ou menos circunscritas, com vertentes vigorosas que reflectem uma estrutura geológica que pode ser relativamente complexa. Como acontece geralmente nas superfícies dolomíticas, o modelado é irregular, resultado da dissolução diferencial.

Por vezes, as superfícies aplanadas apresentam um perfil ligeiramente inclinado e côncavo, o que morfológicamente se pode definir como glacis (a depressão que se estende a oeste de Loulé, assim como as dispostas no sopé dos relevos de Santa Bárbara de Nexe-Guilhim e da Serra de Monte Figo-S. Miguel).

---

<sup>18</sup> FERREIRA, D. B. (1981). *Carte Geomorphologique du Portugal*. Mem. do Cent. de Est. Geol. N.º.6, Lisboa.

<sup>19</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gab. do Planeamento da Região de Faro, Faro.



No Barrocal, é facilmente identificada uma área planáltica central formada pelos relevos calcários do Jurássico, e a norte dum linha que se estende de Santa Bárbara – Estoi – e sopé da Serra de Monte Figo. A sul desta linha desenvolvem-se os relevos monoclinais do Litoral, constituídos pelos terrenos margo-calcários do Jurássico, Cretácico e Miocénico.

A sul de Loulé ergue-se uma extensa linha de relevos, que corresponde a estruturas dobradas, onde contrastam rochas com diferentes aptidões cársicas do Jurássico Superior (em geral calcários dolomíticos e calcários margosos). Quando afloram rochas carsificáveis, os topos, as vertentes, ou o sopé destes relevos apresentam-se bastante carsificados, constituindo campos de megalapiás (ex: no Cerro da Cabeça; na Goldra). Além destes, o Barrocal é abundante noutros tipos de lapiás, uns resultantes de erosão intensa em zonas libertadas de solo (em geral topos de vertentes ou encostas muito inclinadas). A vertente meridional dos relevos fronteiros ao mar (Goldra, Nexe, Guilhim, Monte-Figo, Cabeça) tem em vários locais as características de uma arriba fóssil e o sopé prolonga-se pela Beira-mar.<sup>20</sup>

### 3.1.1.3. Geologia

A Península Ibérica é constituída por um soco cristalino denominado Maciço Hespérico (Meseta Ibérica). Sobre a periferia do Maciço Hespérico formaram-se bacias sedimentares Mesocenozóicas que sofreram efeitos da orogenia alpina. Deste modo, distinguem-se na bordadura ocidental e sudoeste do Maciço Hespérico a Orla Ocidental (ou Lusitânica) e a Orla Algarvia.<sup>21</sup>

Quando se consideram os dados estruturais, é habitual dividir o país continental em 3 unidades principais: Maciço Antigo, Orlas Mesocenozóicas Ocidental e Meridional e Bacia Terceária do Tejo e Sado.

---

<sup>20</sup> PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). *1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência*. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

<sup>21</sup> MANUPELLA, G. *et al* (1987). *Carta Geológica de Portugal, Esc. 1/50000*. Notícia Expl. da folha 53-B. Serv. Geol., Lisboa.

O Maciço Antigo corresponde a formações anteriores ao Mesozóico, que correspondem ao bordo ocidental do Maciço Hispérico. Em grande parte do litoral alentejano o maciço avança de novo até ao mar, enquanto que no Algarve o limite é uma linha, cujo traçado aproxima-se das localidades de Silves, S. Bartolomeu de Messines, S. Brás de Alportel e Castro Marim.<sup>22</sup>

As Orlas mezocenozóicas, a oeste e a sul, são formadas por rochas calcárias, argilosas e areníticas, além de outras, eruptivas.

A geologia do Algarve é caracterizada pela existência de duas unidades morfo-estruturais muito distintas: a parte meridional da zona Sul-Portuguesa e a bacia meso-cenozóica (Orla Meridional ou Algarvia). A primeira corresponde quase inteiramente à unidade geomorfológica designada por Serra. A segunda inclui as unidades geomorfológicas do Barrocal e Beira-Mar. A Orla Meridional ou Algarvia dispõe-se ao longo do Algarve e corresponde a um talude, cuja orientação é Nordeste-Sudoeste. No Algarve apresentam-se, portanto, múltiplas formações geológicas de diferentes eras.<sup>23</sup>

A Zona Sul-Portuguesa é constituída por uma espessa sucessão de xistos e grauvaques da idade carbónica, dispostos em sequências rítmicas. O contacto com os terrenos paleozóicos e a bacia mesozóica faz-se de uma forma praticamente contínua, de um extremo ao outro do Algarve, através de uma depressão periférica, escavada nos terrenos da base do Mesozóico. Estes terrenos de base, onde predomina a característica cor vermelha, são designados por Formações de Grés de Silves, de terrenos areníticos do Triássico, unidade mais antiga do Mesozóico.

É no Triássico que tem origem a distensão que formou a bacia mesozóica do Algarve, limitada a norte pelo soco paleozóico e, a sul pelo Atlântico, onde se depositam conglomerados, arenitos e siltitos de cor avermelhada, ricos em moscovite. Esta distensão originou a formação da flexura de Vale do Judeu-Monte Figo, que atravessa longitudinalmente parte do Barrocal.

---

<sup>22</sup> MEDEIROS, C. (1996). *Geografia de Portugal – ambiente natural e ocupação humana – uma introdução*. Ed. Estampa. 4ª. Edição, Lisboa.

<sup>23</sup> OLIVEIRA, J. T. (coord.) (1989). *Carta Geológica do Sul de Portugal Esc. 1/20 0000*. Serv. Geol., Lisboa.

No Algarve central, podemos considerar a coluna estratigráfica dividida em dois grandes conjuntos, essencialmente constituídos por calcários e calcários dolomíticos, separados por uma intercalação margosa e calco-margosa. O primeiro conjunto inclui calcários, calcários dolomíticos, calcários oolíticos, entre outros, do Jurássico inferior e médio. Este conjunto carbonatado assume uma importância decisiva no Algarve, tanto do ponto de vista geomorfológico, como hidrogeológico. De facto, ele constitui o substrato de grande parte do Barrocal Algarvio, e forma a estrutura de alguns relevos importantes desta unidade e o suporte de alguns sistemas aquíferos.

No Barrocal dominam as formações carbonatadas, tanto margosas como dolomíticas dos períodos Jurássico e Cretáceo Inferior (Mesozóico), que originam frequentemente paisagens cársicas, de que é exemplo a paisagem da Serra de Monte-Figo.<sup>24</sup>

As potencialidades da região de Faro no tocante às formações carbonatadas e margo-carbonatadas são bastante elevadas. A aplicabilidade das formações desta natureza está de certo modo ligado à construção civil e obras públicas, onde a elevada pureza dos calcários e os baixos teores em óxidos de ferro e quartzo torna-os materiais de grande qualidade, quer como britas, quer como blocos. Estão neste caso os calcários e dolomites da Formação do Malhão e os calcários oolíticos da Formação do Guilhim.

A sedimentação calcária, que prossegue até ao Cretácico inferior, é interrompida por depósitos detríticos ou margosos, também cretácicos, que formam uma faixa contínua e estabelecem a transição para a Beira-Mar.<sup>25</sup> A sul seguem-se as zonas de sedimentos de épocas mais recentes (triássico e jurássico) unidas concentricamente. No Litoral dominam formações de arenitos diversos, argilas e calcários margosos dos períodos Plio-Plistocénico e Mio-pliocénico, e ocorrem aluviões e areias eólicas do período Holocénico.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, J. T. (coord.) (1984). *Carta Geológica de Portugal Esc. 1/200000: Notícia Expl. da Folha 7*. Serv. Geol., Lisboa.

<sup>25</sup> MANUPELLA, G. et al (1987). *Carta Geológica de Portugal, Esc. 1/50000*. Notícia Expl. da folha 53-B. Serv. Geol., Lisboa.

<sup>26</sup> BETTENCOURT, P. (1985). *Geomorphologie et processus d'évolution récente de la cote Sotavento (Algarve-SudPortugal)*. Men. D.E.A.. Univ. Bordeaux, Bordeaux.

As diversas formações geológicas identificadas na Freguesia de Estoi (*vide* apêndice, carta nº. 8) enquadram-se em duas Eras Geológicas: Cenozóica e Mesozóica. Da Era Cenozóica encontram-se formações do período Quaternário, nomeadamente da época do Holocénico. Da era Mesozóica encontram-se formações do período Cretácico e do Jurássico, a que correspondem as seguintes unidades litológicas<sup>27</sup>:

▪ **Jurássico:**

J2 1a – Bajociano e provável Dogger inferior indiferenciado – constituído por formações essencialmente carbonatadas marinhas e afloram no Cerro do Guilhim. Litologicamente é constituído por calcários compactados, por vezes com nódulos siliciosos, calcarenitos oolíticos, conglomerados com elementos calcários, dolomitos e calcários dolomíticos.

J2 b – Batoniano Inferior a Médio – na Freguesia de Estoi existe um único afloramento, junto a Lagos e Relvas. Litologicamente é constituído por uma sucessão de calcários predominantemente oolíticos, por vezes com intercalações de calcários dolomíticos e margas com abundantes restos de fósseis.

J2 c – Caloviano – o afloramento mais importante surge ao longo do Rio Seco, a Norte de Estoi, em ambas as margens até Fialho. Litologicamente é constituído por margas acinzentadas e calcários margosos.

J3; J3–4 – kimeridgiano – Oxfordiano – são os afloramentos com maior expressão na freguesia. Ocupam a maioria dos relevos – Guilhim, Malhão. Litologicamente são constituídos por calcários hidráulicos (de Loulé) e calcários margosos e margas (do Peral).

J3–4a – Kimeridgiano – Oxfordiano – os afloramentos encontram-se na vertente sul do Cerro do Guilhim. Litologicamente são constituídos por calcários com nódulos de sílex da Jordana.

---

<sup>27</sup> KOOP, E. (2000). *Os Solos do Algarve e as suas características*. MAPA-CDHE-DRAA-GTZ, Faro.

**J5 – Portlandiano** – os maiores afloramentos ocorrem a Este de Vale de Mouro, ocupando parcialmente toda a vertente sul da Serra de Monte Figo. Litologicamente são constituídos por calcários compactos oolíticos, com algumas intercalações de calcários margosos e margas.

▪ **Cretácico:**

**C1 – Berriasiano – Hauteriviano – Barremiano (cretácico inferior)** – desenvolve-se imediatamente a sul das formações do Jurássico. Litologicamente é constituído por uma grande variedade de litologias, incluindo argilas, arenitos e conglomerados.

▪ **Holocénico:**

**Qb – Cascalheiras e Terraços; Tufos calcários de Estoi** – encontram-se ao longo da EN 2, junto a Coiro da Burra. Litologicamente são constituídos por depósitos de areias e cascalheiras. A Sudoeste ocorrem tufos calcários ricos em fósseis.

**A – Aluviões** – desenvolvem-se ao longo do Rio Seco, Ribeira da Murta, Ribeira da Alface e Ribeira do Vale da Rosa.

#### **3.1.1.4. Pedologia**

O Barrocal apresenta grande complexidade de solos, que acompanham a variação do substrato geológico e reflectem a influência do clima nos processos edafogenéticos. São constituídos, genericamente, por formações calcárias com abundância de afloramentos rochosos.

Os solos, pedregosos e pobres nas zonas mais elevadas, tornam-se mais produtivos no interior das depressões, onde se acumulam sedimentos argilosos, fruto da dissolução das vertentes calcárias. A terra rossa é um exemplo deste tipo de solos, considerados como dos mais férteis do Algarve.

O território do Concelho de Faro distribui-se pelas folhas 606, 607, 610 e 611 da Carta Complementar dos Solos de Portugal, à escala 1/25 000 (folha 53-A da Carta dos Solos à escala 1/25 000) editadas pelo SROA.

As unidades taxonómicas mais representativas na área em estudo são as dos Litossolos, Solos Mediterrânicos Pardos e Solos Mediterrânicos Vermelhos, que surgem em manchas isoladas ou associadas em complexos, como é mais frequente (*vide* apêndice, carta nº. 9).<sup>28</sup>

A transição que se verifica entre as zonas do Barrocal e do Litoral, em termos de solos, não é nítida e evidente. Podem ser encontrados solos comuns às duas zonas (Solos Calcários Vermelhos e Pardos, de calcários ou margas). A zona do Litoral, topograficamente pouco acidentada e plana, é ainda mais complexa em termos de manchas de solos.

Na região estudada, o Homem moldou o território de modo a aproveitar o potencial dos solos. Os terraços construídos nos cerros da freguesia foram maioritariamente armados à mão, com recurso à despedrega dos solos. Por isso, a maioria dos solos utilizados não se encontra numa situação natural mas bastante intervencionados - antrossolos.

A proporção mais significativa dos melhoramentos de solo, em relação à superfície, foi constituída pelas despedregas dos solos mediterrâneos, vermelhos e amarelos (Vcd), nos calcários duros. Desenvolveram-se várias intensidades de despedrega em terrenos planos ou de pouco declive, diferenciando o tamanho das pedras a remover consoante o uso agrícola. A construção de terraços está intimamente associada àquela operação, nomeadamente no aproveitamento dos solos em zonas declivosas para a fruticultura ou a arborização.<sup>29</sup>

Os solos com maior capacidade de uso (solos das classes A, B e subclasse Ch), integrados na RAN, representam cerca de 40 % dos solos da Freguesia de Estoi. Localizam-se nas zonas mais planas, a sul do sistema de cerros, e no extremo Nordeste da freguesia.

---

<sup>28</sup> SERVIÇOS DE RECONHECIMENTO E DE ORDENAMENTO AGRÁRIO (SROA) (1959). Carta de Solos de Portugal (Escala 1/50 000), Folha 53-A; Lisboa.

<sup>29</sup> KOOP, E. (2000). *Os Solos do Algarve e as suas características*. MAPA-CDHE-DRAA-GTZ. 2ª. Edição, Faro.

Os solos da RAN devem ser entendidos como valores naturais e paisagísticos indispensáveis à sustentabilidade ecológica, física e paisagística do território que, por corresponderem às áreas de maior aptidão agrícola, devem ter preferencialmente este uso.

#### Descrição das unidades taxonómicas de solos da área em estudo:

- **Aluviossolos antigos de textura pesada, calcários (Atac)** - solos incipientes em que os processos de formação do solo não provocaram quaisquer diferenciações, a não ser uma certa acumulação de matéria orgânica à superfície. Devido a elevações tectónicas, estes antigos terraços não são inundados e estão afastados das águas subterrâneas. Os aluviões do Barrocal, e também do Litoral, devido à adsorção de substractos com carbonatos, têm frequentemente teores baixos de calcário.
- **Aluviossolos modernos de textura mediana, calcários (Ac)** - os solos aluvionais jovens são solos com influência de águas subterrâneas em vales ainda inundáveis. Estão situados frequentemente próximo das águas subterrâneas ou podem ser inundados. Tanto os Atac como os Ac são solos bons para cultivo, os quais são intensamente utilizados desde há centenas de anos. No Algarve desenvolveram-se primeiramente nestes solos a horticultura intensiva ao ar livre. São solos incipientes, não hidromórficos, constituídos por depósitos de aluviões. A grande percentagem da sua composição é areia fina, areia grossa e percentagens mais reduzidas e equivalentes de limo e argila.
- **Litossolos de calcários compactos ou dolomias (Ec)** - solos incipientes derivados de rochas consolidadas, de espessura efectiva normalmente inferior a 10 cm. Não apresentam horizontes definidos. Contêm, em regra, apreciável proporção de fragmentos da rocha-mãe. A textura destes solos é ligeira ou mediana, dependendo da natureza da rocha-mãe e do grau de meteorização atingido. Normalmente existe uma percentagem apreciável de elementos grosseiros. São, quase sempre, pobres em matéria orgânica. Como solos incipientes, apresentam desenvolvimento nulo ou muito fraco de perfil.

- **Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de calcários compactos ou dolomias (Vcd)** - a origem deste material argiloso remonta ao terceário, em que os restos de decomposição argio-plásticos permaneceram em coberturas e fendas. Durante a época do Plistocénico, e a destruição da vegetação holocénica, realizaram-se desgastes intensos até ao desnudamento das rochas calcárias. São solos evoluídos, argiluvitados pouco insaturados de cores avermelhadas ou amareladas, formados a partir de rochas calcárias. Apresentam o horizonte superficial castanho-avermelhado ou vermelho escuro, argiloso, frequentemente com fragmentos de calcário. De estrutura granulosa média ou grosseira, apresentam textura mediana ou pesada e grandes percentagens de argila. Nesta classificação inclui-se a Terra Rossa, designação para certos solos vermelhos, definida como uma argila vermelha de descalcificação, misturada com elementos quartzosos de origem sedimentar.

Nestes solos, nos antigos terraços manuais das encostas, fez-se a tradicional cultura de frutos secos.

- **Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de arenitos (Vtc)** - nas zonas costeiras, durante os períodos chuvosos do pliocénico e Paleo-Plistocénico foram depositados sedimentos fluviais com faixas de cascalho, na sua maior parte isentos de calcários. Hoje constituem tipos de grés comprimidos (arenitos). A partir destes desenvolveram-se, entre outros, os solos mediterrâneos vermelhos a amarelos.

No terraço plio-pleistocénico plano, situado a norte de Faro, onde se inclui uma pequena mancha no extremo sul da Freguesia de Estoi, domina a produção horto-frutícola intensiva de regadio.

A textura das camadas superficiais destes solos é, geralmente, ligeira ou mediana.

- **Solos calcários pardos de calcários não compactos (Pc)** - solos pouco evoluídos, formados a partir de rochas calcárias, com percentagem variável de carbonatos ao longo do perfil, com cores pardacentas. Apresentam textura franco-arenosa e franco-argilosa, com estrutura grumosa ou granulosa fina, forte ou moderada. A textura é geralmente mediana ou pesada, e a percentagem de areia grossa é quase sempre baixa. Apresenta quanto à mineralogia grãos de quartzo e calcite e na sua maioria, das fracções areia fina e limo, encontram-se cimentados por um plasma de cor parda quase constituído totalmente por calcite.



- **Solos calcários vermelhos de calcários (Vc)** – solos existentes em sedimentos do Triássico, Jurássico, Cretácico e também do Terceário litoral. Solos pouco evoluídos, de cores avermelhadas, formados a partir de rochas calcárias. Apresentam textura franca, franco-argilo-arenosa ou franco-argilosa, calcária, por vezes com fragmentos de calcário compacto; estrutura granulosa fina ou média moderada. São as fracções areia finas e argila que predominam. O plasma é fundamentalmente constituído por minerais de argila associados a uma certa quantidade de óxido de ferro.<sup>30</sup>

### 3.1.1.5. Hidrografia

A hidrologia superficial da zona mediterrânica caracteriza-se por um regime torrencial (precipitações fortes em períodos do tempo curtos) e por uma distribuição temporal irregular (concentração da precipitação num semestre frio e chuvoso).

Derivado à maior incidência da precipitação em períodos curtos e no Inverno, os escoamentos apresentam características de intermitência e carácter temporário. Este é o caso das linhas de água que atravessam a área de estudo.

A precipitação pouco abundante traduz-se no escoamento superficial esporádico, na escassez de água no solo durante grande parte do ano e, também, na fraca produtividade dos aquíferos subterrâneos, embora estes estejam dependentes da natureza litológica do substrato.

Da distribuição irregular da precipitação ao longo do ano resulta a necessidade de armazenamento, para que a água possa ser utilizada durante o período de seca, quer na agricultura, quer no abastecimento de água às populações. Foi este facto que deu origem aos sistemas de armazenamento, condução e utilização da água, que as ocupações romana e árabe nos deixaram e que constituem parte importante do nosso património cultural.

---

<sup>30</sup> CARDOSO, J. C. (1985). *Os solos em Portugal. Sua classificação, caracterização e génese*. Ed. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa.

No Algarve existem 3 sistemas hidrográficos fundamentais: o sistema formado pelas linhas de água que drenam para o Guadiana - escoam as vertentes norte e oriental da Serra do Caldeirão; o sistema formado pelas linhas de água que drenam para sul, em que se incluem as bacias das ribeiras da área em estudo; e o sistema formado pelas linhas de água que drenam para a costa de características mais atlânticas.<sup>31</sup>

As áreas correspondentes ao Barrocal Algarvio são as que dispõem de recursos hídricos subterrâneos mais abundantes. Este facto deve-se à extensão das formações calcárias, do Jurássico inferior, médio e superior, que se apresentam muito carsificadas e que permitem uma circulação e armazenamento elevados.

A hidrografia de uma região constitui, frequentemente, uma rede estruturante da ocupação humana. Não é o caso do Concelho de Faro, já que as linhas de água têm um caudal efémero. Assim, o povoamento e o desenvolvimento económico estão intensamente relacionados com os aquíferos subterrâneos, que se podem dividir em 2 sistemas: o primeiro, localizado na planície litoral; e o segundo, a norte do anterior, constituído por formações calcárias e dolomíticas carsificadas, originadas no período Jurássico.<sup>32</sup>

As 3 unidades hidrogeológicas situam-se para sul da linha de relevos de Santa Bárbara de Nexe, Guilhim e Monte Figo e correspondem às unidades litostratigráficas dos calcários e dolomites de Santa Bárbara.

Em termos orográficos, o Concelho de Faro está disposto em anfiteatro em relação ao mar. É natural que a orientação da rede hidrográfica do concelho acompanhe a disposição orográfica. Deste modo, o concelho é sulcado por numerosas linhas de água, cuja orientação predominante é Norte-Sul. A maioria destas nasce nas elevações do extremo norte do concelho ou um pouco mais a norte, já no Concelho de S. Brás de Alportel.

---

<sup>31</sup> FARIA, J.; GODINHO, S. *et al* (1981). *Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve. O clima de Portugal*. Fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.

<sup>32</sup> PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). *1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência*. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

O curso de água mais extenso da Freguesia de Estoi é o Rio Seco, que drena uma área significativa a montante do Concelho de Faro. Merecem, ainda, referência as Ribeiras de Murta, Peral, Alface e Vale da Rosa. Todas estas linhas de água possuem um regime torrencial com caudais nulos ou muito reduzidos durante uma parte do ano, correspondente ao período de estiagem pelo que, de uma forma geral, designam-se todas as linhas de água por ribeiras. As principais linhas de água correm no sentido Norte-Sul, por razões morfo-estruturais. As bacias hidrográficas, que são compridas e estreitas, desenvolvem-se também naquele sentido.<sup>33</sup>

As linhas de água são de carácter temporário e apresentam-se sem qualquer caudal na maior parte do ano. O Rio Seco apresenta caudais máximos inferiores a 1m<sup>3</sup>/s, na época de ponta.<sup>34</sup>

O Rio Seco é, de entre as linhas de água da área de estudo, a mais importante. Apresenta um comprimento total de 93 km e uma bacia hidrográfica com 82,5 km<sup>2</sup>. Recebe influências da bacia da Ribeira da Murta, bem como da bacia da Ribeira da Alface. Os restantes talvegues têm expressão reduzida no terreno, assinalando apenas as linhas de drenagem natural, pouco evidentes devido ao declive reduzido dos terrenos.

O facto das linhas de água não apresentarem caudal permanente deve-se à irregularidade do regime pluviométrico e à reduzida área drenada por cada linha de água. O substrato geológico dos terrenos atravessados desempenha também um papel importante, ao induzir grandes infiltrações, em detrimento do escoamento superficial. No curso médio ou superior das linhas de água existem terrenos calcários muito carsificados, que possuem permeabilidades muito elevadas.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). *1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência*. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

<sup>34</sup> DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS (DGRAH) (1981). *Índice Hidrográfico e classificação decimal dos cursos de água de Portugal*. D.G.R.A.H., Lisboa.

<sup>35</sup> PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). *1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência*. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.

Relativamente às águas subterrâneas, têm tido no Algarve um papel crucial nomeadamente nos abastecimentos às populações. Além disso, tornaram possível o desenvolvimento de culturas de regadio em muitas áreas. As formações que dispõem de maiores recursos hídricos subterrâneos, quase todos de natureza carbonatada, situam-se numa faixa que ocupa parte do Barrocal e Litoral.

### 3.1.1.6. Flora e vegetação

A paisagem é caracterizada de forma muito marcada pela vegetação. As formações naturais de uma região permitem entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e dão-nos uma ideia da riqueza florística. O conhecimento das diferentes associações e séries de vegetação é importante para compreender a paisagem em termos dinâmicos e relacionais.<sup>36</sup>

A distribuição das plantas superiores, especialmente das lenhosas e arbustivas, conjuntamente com a das espécies lenhosas cultivadas, permite a criação de zonagens biogeográficas, que relacionam a estrutura biofísica do território e as comunidades vegetais.<sup>37</sup>

De acordo com Pinto Gomes e Paiva-Ferreira, a zona em estudo insere-se na seguinte unidade biogeográfica:

Reino Holártico

Região Mediterrânea

Sub-região Mediterrânea Ocidental

Província Lusitano-Andalusa Litoral

Sub-Província Gaditano-Algarviense

Sector Algarviense

Superdistrito Algarvio<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> PESSOA, F. S. *et al* (2004). *Plantas do Algarve com interesse ornamental*. Edições Afrontamento, Faro.

<sup>37</sup> BERNALDEZ, F.G. (1981). *Ecología y Paisaje*. H. Blume Ediciones, Madrid.

<sup>38</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

Segundo os autores supramencionados, o território continental português distribui-se por duas regiões biogeográficas do Reino Holártico: a Região Eurosiberiana, em que as formações climáticas mais representativas são os bosques caducifólios, estruturalmente dominados por árvores de folhas brandas, planas e grandes; e a Região Mediterrânea, onde se integra a área em estudo, com um clima em que escasseiam as chuvas de Verão, e onde ocorrem bosques e matagais de árvores e arbustos de folhas planas, pequenas, coriáceas e persistentes, como a *Quercus rotundifolia* (azinheira), a *Quercus coccifera* (carrasco), a *Quercus suber* (sobreiro)<sup>39</sup>, a *Olea europaea* var. *sylvestris* (zambujeiro) e, nas zonas mais quentes, a *Ceratonia siliqua* (alfarrobeira) e a *Chamaerops humilis* (palmeira-anã).<sup>40</sup>

A sub-região Mediterrânea Ocidental compreende os territórios mediterrâneos da Península Ibérica, Itália Ocidental e o Norte de África. Integra, também, os territórios mais ocidentais da Península Ibérica, marcados pelo regime atlântico, onde predominam os substratos ácidos e, conseqüentemente, um coberto vegetal silicícola.<sup>41</sup>

A Província Lusitano-Andalusa Litoral corresponde à província mais meridional e ocidental da Península Ibérica e compreende extensas superfícies calcárias.

A Subprovíncia Gaditano-Algarviense integra um vasto território, com extensos areais, mais ou menos costeiros e superfícies calcárias consideráveis, que se estende no sentido Sul/Norte, desde a Costa do Sol (Espanha) até às proximidades de Aveiro (Portugal).

O Sector Algarviense é uma unidade biogeográfica bem diferenciada dos restantes sectores ibéricos, que se estende ao longo do Oceano, desde Punta Umbria (Espanha) até Sines.

O superdistrito algarvio estende-se desde Punta Umbria, no Sul da Andaluzia, até às proximidades de Sagres.

---

<sup>39</sup> A *Quercus suber* é pouco frequente no Barrocal uma vez que é calcífoga.

<sup>40</sup> Como vestígio vivo da flora que desapareceu na Europa, com o avanço dos glaciares no terçoário, existe, ainda, espontânea no Litoral e Barrocal Algarvio a Palmeira-anã (*Chamaerops humilis*), que surge especialmente nas zonas de menor queda pluviométrica.

<sup>41</sup> RIVAS-MARTÍNEZ, S. (1987). *Memoria del Mapa de Series de Vegetación de España*. I.C.O.N.A. Série Técnica. Publ. Ministerio Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.

A grande diferenciação geológica, fisiográfica e climática do Algarve, assim como a posição territorial entre o Atlântico e o Mediterrâneo, determinam uma elevada diversidade do coberto vegetal natural. As condições edafo-climáticas permitiram o desenvolvimento de uma flora densa e diversificada.<sup>42</sup> O Algarve calcário, antes da intervenção humana, possuía um coberto vegetal dominado por *Quercus rotundifolia*, *Quercus faginea*, *Olea silvestris* e *Fraxinus angustifolia*, acompanhados de riquíssimo rol florístico.<sup>43</sup>

*A vegetação natural [do Barrocal] encera um elevado interesse ecológico e espelha os efeitos de uma secular e intensa actividade humana. As extensas manchas de tomilhais, xarais, tojais e carrascais denuncia as perturbações constantes que este território tem sofrido, normalmente através das lavouras, cortes sistemáticos de matos e até do fogo e pela dispersão desenfreada e ocupação dos cerros.*<sup>44</sup>

A região algarvia representa um ponto de encontro biogeográfico de espécies com origem atlântica, mediterrânica e norte-africana (*Táxones Ibero-Mauritânicos*).

Derivado às condições edáficas e climáticas particulares, o Barrocal apresenta um revestimento vegetal cuja composição florística e tipo de agrupamentos raramente se repetem fora desta área. O Barrocal Algarvio, rico em plantas aromáticas e medicinais, alberga espécies raras que fazem dele a única área de distribuição em Portugal. Além destas, ocorrem inúmeras espécies cuja área de distribuição se limita no nosso país (endemismos).

*O manto vegetal que reveste os solos calcários marca esta paisagem de grande diversidade e contrastes, onde as encostas se sucedem em bandas paralelas, do Litoral para a Serra, mais*

---

<sup>42</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

<sup>43</sup> MINISTRO, J. et al (1999). "O Barrocal Algarvio: uma abordagem natural", in *Actas do 10º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Raca Club. pp. 441-448, Portimão.

<sup>44</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, p. 9.

*ou menos revestidas por resquícios boscosos do âmbito da azinheira e do carvalho-português, bem como das suas etapas de substituição (...) alternando com campos cultivados de alfarrobeiras, amendoeiras e laranjeiras.*<sup>45</sup>

Após a eliminação da antiga mata, os matos rasteiros salpicados por árvores dispersas, cobriram as encostas e os cimos pedregosos das colinas da região. Nos pequenos vales intercalares, a vegetação natural foi quase por completo destruída para dar lugar a culturas arvenses ou hortícolas, muitas vezes sob o coberto de alfarrobeiras, amendoeiras e figueiras.

Foi comum o aproveitamento das encostas para a agricultura, após a remoção das pedras e conquistadas pequenas superfícies alternadas com o mato.

A área em estudo insere-se na *Região esclerófila Mediterrânica*. Faz parte duma região climática em que as principais espécies arbóreas da vegetação zonal são os carvalhos perenifólios.<sup>46</sup> Na zona em estudo ocorrem as formações de carvalhal da zona húmida-quente, domínio da *Quercus suber* (sobreiro) e do carvalhal da zona continental seca e quente, domínio da *Quercus rotundifolia* (azinheira).<sup>47</sup>

A intervenção do Homem sobre o coberto natural do Barrocal incluiu a domesticação da oliveira e da alfarrobeira, a introdução da amendoeira e a difusão destas três árvores, que resultou na constituição dos pomares de sequeiro.

Os povoamentos de azinheira constituíam a matriz do Barrocal. A azinheira é um carvalho de folha persistente, com características particularmente bem adaptadas aos meios secos e agrestes do interior. Tolerava situações de períodos estivais secos e pluviosidade baixa e adapta-se a todos os tipos de solos incluindo os solos esqueléticos e os calcários.

---

<sup>45</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, p. 9.

<sup>46</sup> RIVAZ-MARTINEZ, S. e LOIDI, J. (1999). "Biogeography of the Iberian Peninsula" in *Itinera Geobotanica*. Nº. 13. Asociación Española de Fitosociología, Universidad de León. Pp. 49-67, León.

<sup>47</sup> CABRAL, F. C. e TELLES, G. R. (1960). *A Árvore*. Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral de Urbanização. Centro de Estudos de Urbanismo e Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Quanto à alfarrobeira, é considerada como uma componente natural da vegetação e paisagem do Barrocal, e era já cultivada na Grécia antiga.<sup>48</sup>

As três espécies arbustivas com área de distribuição circum-mediterrânea, que constituem o contributo mais elevado para a biomassa da vegetação do Barrocal, são: a *Pistacia lentiscus*, a *Pistacia terebinthus* e a *Quercus coccifera*.

A *Pistacia lentiscus* era explorada na Grécia pela resina usada na perfumaria. A *Pistacia terebinthus* era explorada pelo corante amarelo, com especial interesse para tingir as sedas. A *Quercus coccifera* ficou conhecida pela grã, a cochonilha que forma as galhas nas folhas e que servia para produzir o escarlata, com que se tingiam os tecidos de melhor qualidade.<sup>49</sup>

É, no entanto, o carrascal a formação arbustiva mais comum do Barrocal. Actualmente, pode ser mais ou menos evoluído, consoante o tipo e intensidade de intervenção humana.<sup>50</sup>

O carrasco (*Quercus coccifera*) é um carvalho que possui geralmente porte arbustivo, e é das plantas cujas características morfológicas e ecológicas definem de melhor forma a vegetação da Região Mediterrânica. É uma espécie xerofítica que se adapta bem a solos pobres e secos, especialmente no caso dos solos calcários.

Além das espécies referidas, contribuem para a diversidade e riqueza da flora da zona estudada as orquídeas. As áreas tipicamente mediterrânicas são habitualmente ricas em espécies desta família. Sobressaem, pela abundância no Barrocal, os géneros *Serapias*, *Ophrys* e *Orchis*. Como tantas outras plantas, as espécies de orquídeas têm habitats diferenciados. O pastoreio controlado, ao contrariar a sucessão vegetal, pode favorecer a riqueza em orquídeas de um determinado local, já que mantém o habitat óptimo. É o caso dos pomares de sequeiro em exploração.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> PESSOA, F. S. et al (2004). *Plantas do Algarve com interesse ornamental*. Edições Afrontamento, Faro.

<sup>49</sup> BERNALDEZ, F.G. (1981). *Ecología y Paisaje*. H. Blume Ediciones, Madrid.

<sup>50</sup> RECIO, J. R. (1989). *Biogeografía – paisajes vegetales y vida animal*. Editorial Sintesis, Madrid.

<sup>51</sup> PENA, A. e CABRAL, J. (1996). *Roteiros da Natureza – Algarve*. Temas e Debates, Lisboa.



Tal como aconteceu em toda a zona mediterrânica, quase toda a vegetação zonal ocorre em situações marginais, e reduzida a manchas raras. Os maciços de azinheiras, fragmentos das primitivas matas de azinheira, foram relegadas para as situações edafo-climáticas de maior aridez e de mais baixa fertilidade.

As formações da sequência sucessional da vegetação distinguem-se, na área em estudo, nos seguintes estratos: prado, formação ruderal, mato, matagal e mata. Relativamente aos prados, consideram-se todos os agrupamentos constituídos basicamente por gramíneas. As formações ruderais são os agrupamentos de táxones lenhosos susceptíveis de colonizar uma determinada estação, entre 1 e 3 anos após uma total eliminação do coberto vegetal. Os matos são formações arbustivas com altura máxima da ordem dos 2 m.

Certas manchas de matagal assumem uma estrutura do tipo maquial, que deriva do bosque preexistente por evolução regressiva ou, mais possivelmente, da regeneração secundária a partir de povoamentos simplificados ou humanizados, como o carrascal ou o alfarrobal abandonado. Este coberto denota grandes arbustos e pequenas árvores, que emergem de um manto vegetal fechado e mais baixo, semelhante ao do carrascal evoluído.<sup>52</sup>

Para além desta vegetação perenifólia, característica das matas da região mediterrânica, portanto, da chamada vegetação zonal há, ainda, a referir a vegetação azonal cuja distribuição está mais directamente relacionada com as características do solo do que com as da zona climática em que se inserem. São as galerias ripícolas, que constituem importantes ecossistemas de transição, entre os ecossistemas aquáticos de água doce e o meio terrestre.

As comunidades ripícolas desempenham uma importante função ecológica de fixação e manutenção das margens, bem como da regularização e retenção das águas em picos de cheia, para além de constituírem habitats de muitas espécies animais.

Ao longo das linhas de água da área em estudo foram identificadas algumas das espécies características da mata ribeirinha, como os freixos, choupos e salgueiros, tamargueiras

---

<sup>52</sup> ESPÍRITO-SANTO, M. D., M. F. LOUSÃ, J. C. COSTA e I. MOREIRA (1992). *Flora da via longitudinal do Algarve (Transecto da Guia a Santa Rita)*. Junta Autónoma das Estradas, Lisboa.

canas, juncos, tabuas e loendros, a que se juntam muitas outras espécies da vegetação zonal, na faixa mais afastada da água. Entre estas conta-se o pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e a murta (*Myrtus communis*). Relativamente à vegetação arbustiva dos barrancos que conservam águas ocasionais, e conservam certa humidade edáfica, tem como principal representante o Loendreiro (*Nerium oleander*).

As formações ripícolas mais comuns na área em estudo incluem extensos canaviais (*Arundo donax*), uma espécie invasora que forma maciços compactos que impedem o desenvolvimento da vegetação autóctone característica deste habitat.

Do ponto de vista fitossociológico, a vegetação da área em estudo enquadra-se em 3 classes: *QUERCETEA ILICIS* (vegetação potencial climatófila e edafoixerófila), *NERIO-TAMARICETEA* e *SALICI PURPURAE-POPULETEA NIGRAE* (representam a vegetação potencial edafohigrófila).

A classe *QUERCETEA ILICIS* inclui os bosques e matagais densos mediterrâneos e integra, na Freguesia de Estoi, duas associações climatófilas e uma associação edafoixerófila, respectivamente: *Quercetum alpestri-borteroi* (pertence à aliança *Quercion broteroi*) - representa o clímax dos carvalhais marcescentes, termomediterrâneos, sub-húmidos a húmidos, em substratos calcários margosos, sobretudo em encostas de maior declive e de exposição norte. Ocorrem em pequenas manchas, dominadas por *Quercus broteroi*, com um estrato arbustivo rico em lianas.<sup>53</sup> Caracteriza-se pela presença da *Chamaerops humilis*, *Genista algarvensis*, *Ulex argenteus* e *Aristolochia baetica*. O medronhal de *Asparago albi-Rhamnion oleoidis* representa a primeira etapa de substituição e a orla destes carvalhais. O corte destas formações e a actividade agrícola originam matos espinhosos da associação *Siderito lusitanici-Genistetum algarbiensis*; *Rhamno oleoidis-Quercetum rotundifoliae* (pertence à aliança *Querco rotundifoliae-Oleion sylvestris*) - corresponde aos azinhais termomediterrâneos em substratos calcários

---

<sup>53</sup> As lianas são espécies trepadoras, que indicam a origem tropical da flora do Barrocal.

margosos e dolomíticos. São formações densas, ricas em lianas e elementos termófilos como *Aristolochia baetica*, *Juniperus turbinata*, *Asparagus albus*, *Ceratonia siliqua*, *Chamaerops humilis*, *Pistacia lentiscus*, *Rubia peregrina* subsp. *longifolia*, entre outros. A etapa de substituição corresponde ao carrascal de *Asparago albi-Rhamnion oleoidis juniperetosum turbinatae*; e *Aristolochio baeticae-Juniperetum turbinatae* (pertence à aliança *Asparago albi-Rhamnion oleoidis*) - associação arbustiva termomediterrânea, seca a sub-húmida, dominada por zimbros e zambujeiros (*Olea europaea* var. *sylvestris*) e lianas, onde ocorrem outros arbustos como espinheiros (*Rhamnus oleoides*), lentiscos (*Pistacia lentiscus*) e carrascos (*Quercus coccifera*). Reveste solos esqueléticos de calcários dolomíticos e escarpas. A primeira etapa de substituição é um xaral de *Phlomido-Cistetum albidi*.

Parte da vegetação potencial edafohigrófila é abrangida pela classe *NERIO-TAMARICETEA*, na qual estão incluídas duas associações na área em estudo: *Rubio ulmifolii-Nerietum oleandri* (pertence à aliança *Rubio ulmifolii-Nerion oleandri*) - loendrais basófilos, termomediterrâneos, onde se desenvolvem espécies da vegetação da *Quercetea ilicis*.

Prosperam nos leitos pedregosos dos cursos de água de regime torrencial, com uma forte estiagem; e *Polygono equisetiformis-Tamaricetum oleandri* (pertence à aliança *Tamaricion africanae*) - tamargal termomediterrâneo dominado por *Tamarix africana* e acompanhado por *Nerium oleander* e outras espécies companheiras pertencentes à vegetação adjacente, particularmente de *Querco-Fagetea*. Desenvolve-se em solos argilosos ou cascalhentos dos cursos de água. Forma, por vezes, galerias que suportam um grande período de secura durante o Verão e está sujeita às correntes durante o período das chuvas.

A classe *SALICI PURPURAE-POPULETEA NIGRAE* abrange outras duas associações edafohigrófilas na área em estudo: *Salici atrocinnereae-Populetum albae* (pertence à aliança *Populion albae*) - choupais termomediterrâneos em solos argilosos, caracterizados pelo domínio de *Populus alba*, muito degradados. Os bosques residuais alternam com freixiais, salgueirais, silvados e loendrais. A primeira etapa de substituição é constituída por silvados de *Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifolii*; e *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae* (pertence à

aliança *Fraxino angustifoliae-Ulmenion minoris*) - freixiais termo e mesomediterrâneos em solos silíceos, de textura arenosa. Este bosque ribeirinho, dominado por *Fraxinus angustifolia*, ocorre pontualmente em algumas margens de ribeiras. Tem associados vários arbustos e lianas, da *Quercetea ilicis*. A primeira etapa de substituição é representada pelos silvados de *Lonicero hispanicae-Rubetum ulmifolii*.<sup>54</sup>

As comunidades vegetais incluídas nas associações referidas agrupam-se em séries de vegetação (*Sigmatum*), que representam os conjuntos de comunidades vegetais num espaço físico homogéneo, como resultado do processo da sucessão vegetal. A série inclui o tipo de vegetação representativo da etapa clímax e as comunidades iniciais que a substituem.

De acordo com Pinto Gomes e Paiva-Ferreira, foram identificadas, na área em estudo, as seguintes séries de vegetação:

- **Série climatófila réliqua, algarviense, termomediterrânea sub-húmida a húmida, de *Quercus faginea* subsp. *alpestris*: *Querceto alpestris-broteroi* *Sigmatum***

Série réliqua de carvalho marcescente, termomediterrânea, em calcários margosos. Devido à acção antrópica, restam apenas fragmentos em locais menos acessíveis e de maior declive. O bosque climácico corresponde a um carvalho marcescente denso, dominado por várias espécies do género *Quercus*, dos quais se destaca a *Quercus faginea* subsp. *broteroi* e a *Quercus faginea* subsp. *alpestris*. Ocorrem associados vários arbustos e lianas como *Clematis flammula*, *Hedera helix*, *Aristolochia baetica* e *Smilax aspera*.

A primeira etapa de substituição corresponde a um medronhal de *Aristolochio baeticae-Arbutetum unedonis*. O corte dos carvalhais e medronhais origina o aparecimento de tojais e tomilhais de *Saturejo-Coridothymenion*: *Siderito lusitanicae-Genistetum algarbiensis* e *Thymo lotocephali-Coridothymetum capitati*. Nos solos descarbonatados ocorrem, também, xarais de *Phlomido purpureae-Cistetum albidii*.

---

<sup>54</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

- **Série climatófila e edafoixerófila, bética e algarviense, termomediterrânea seca a sub-húmida, calcícola e calco-dolomítica da azinheira (*Quercus rotundifolia*): *Rhamno oleoidis-Querceto rotundifoliae Sigmatum*, faciação algarviense com *Juniperus turbinata*.**

Ocorre em pequenas manchas, em locais declivosos e pedregosos. O bosque climácico corresponde ao azinhal de *Rhamno oleoidis-Querceto rotundifoliae juniperetosum turbinatae*, rico em arbustos e lianas, dominado pela azinheira (*Quercus rotundifolia*). O bosque é rico, igualmente, em *Ceratonia siliqua* (alfarrobeira), *Olea europaea* var. *sylvestris* (zambujeiro), *Chamaerops humilis* (palmeira-anã), *Juniperus turbinata* (zimbros), *Pistacia terebinthus* (cornalheira), entre outras. Das lianas destacam-se: *Aristolochia baetica*, *Smilax aspera* var. *altissima* (salsaparrilha-bastarda) e *Rubia peregrina* (agarra-saias).

A primeira etapa de substituição é representada por um machial de *Asparago albi-Rhamnetum oleoidis*, dominado por *Quercus coccifera* (carrasco), *Pistacia lentiscus* (aroeira), *Rhamnus oleoides* (espinheiro-preto), *Lonicera implexa* (madressilva) e *Smilax aspera*. (salsaparrilha).

Os machiais, por degradação, originam nos solos ricos em calcário activo tojais/tomilhais de *Saturejo-Coridothymenion*, onde se destaca *Thymbra capitata* (tomilho-de-creta) e *Genista hirsuta* subsp. *algarbiensis* (tojo) e nos solos descarbonatados, aos xarais de *Phlomido-Cistetum albidii*, cuja dominância pertence a *Cistus albidus* (roselha-grande), *Cistus monspeliensis* (sargaço) e *Phlomis purpurea* (marioila).

- **Série edafoixerófila algarviense, termomediterrânea seca a sub-húmida, calcícola do zimbros (*Juniperus turbinata*): *Aristolochio baeticae-Junipereto turbinatae Sigmatum*.**

Série característica de superfícies rochosas calcárias dolomíticas, geralmente em encostas declivosas. A comunidade climax é um zimbral de *Aristolochio baeticae-Junipereto turbinatae*, dominado por *Juniperus turbinata* (zimbros) e por *Aristolochia baetica* (balsamina), *Rhamnus oleoides* (espinheiro-preto), *Prasium majus* (madre-de-esmeralda), *Asparagus albus* (estrepes), *Olea sylvestris* var. *sylvestris* (zambujo), entre outras. A primeira etapa de substituição deste zimbral é constituída por matos de *Phlomido-Cistetum albidii*, onde ocorrem *Rosmarinus officinalis* (alecrim), *Cistus albidus* (roselha-grande), *Phlomis purpurea* (marioila) e *Cistus monspeliensis* (sargaço).

- **Série edafohigrófila ribeirinha, termo e mesomediterrânea, Iberoatlântica, do freixo (*Fraxinus angustifolia*): *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae Sigmetum*.**

A série do freixo constitui a banda mais afastada do leito. Ocorre sobre solos profundos, de textura franco-limosa. O bosque de *Ficario ranunculoidis-Fraxinetum angustifoliae quercetosum broteroi*, dominado pelo freixo *Fraxinus angustifolia*, constitui a etapa clímax. As principais etapas de substituição estão representadas pelos silvados de *Lonicero-Rubetum ulmifolii*, pelos juncais de *Holoschoeno-Juncetum acuti* e por arrelvados vivazes algarvienses

- **Série edafohigrófila ribeirinha, luso-extremadureNSE, bética e lusitano-andaluza litoral, termomediterrânea da tamargueira (*Tamarix africana*): *Polygono equisetiformis-Tamaricetum africanae Sigmetum*.**

A etapa madura é um tamargal dominado pela *Tamarix africana* (tamargueira), que ocupa solos arenosos, argilosos ou cascalhentos dos leitos das linhas de água. Ocorrem conjuntamente caniçais de *Typho-Phragmitetum australis* e juncais de *Holoschoeno-Juncetum acuti*.

A degradação dos tamargais origina tabuais, dominados por tabúas (*Typha angustifolia*) e juncos (*Schoenoplectus lacustris*; *Scirpoides holoschoenus*).

- **Série edafohigrófila, heliófila, mediterrânea ocidental, termo-mesomediterrânea do loendro (*Nerium oleander*): *Rubo ulmifoliae-Nerietum oleandri Sigmetum*, faciação algarviense com *Aristolochia baetica*.**

A cabeça da série é um loendral de *Rubo ulmifolii-Nerietum oleandri*, que ocorre nos leitos dos cursos de água de regime torrencial. É uma comunidade dominada pelo *Nerium oleander* (loendreiro), frequentemente acompanhado por lianas, como a *Aristolochia baetica* (balsamina).

Nas orlas do loendral, ocorrem arrelvados vivazes dominados por *Festuca ampla*: *Narcisso willkommii-Festucetum amplae*.

- **Série edafohigrófila, gaditano-algarviense, termo-mesomediterrânea, do choupo-branco (*Populus alba*): *Salici atrocinnereae-Populeto albae Sigmetum*.**

A etapa climax desta série corresponde a um bosque dominado pelo choupo-branco (*Populus alba*), que ocupa a segunda banda de vegetação, sobre solos argilosos.

As principais etapas de substituição destes choupais são constituídas por silvados de *Lonicero-Rubetum ulmifolii* e juncais de *Holoschoeno-Juncetum acuti*.<sup>55</sup>

Na área em estudo foram identificados vários endemismos, espécies raras e espécies ameaçadas em Portugal, das quais se destacam: *Lavandula stoechas* subsp. *luisieri* (nas margas); *Ulex argenteus* ssp. *argenteus* (endémica dos azinhais ou dos matos xerofíticos); *Aristolochia baetica*; e *Euphorbia clementei* (espécies características do Algarve, não endémicas, com área de distribuição nacional somente na região algarvia); *Bartsia aspera* (endemismo ibérico); *Centaurea occasus* e *Galium concatenatum* (endemismos exclusivos do Barrocal); *Cytinus ruber* (rara em Portugal); *Genista hirsuta* subsp. *algarviensis* e *Bellevalia hackelii*<sup>56</sup> (endemismos lusitânicos, exclusivos do sector algarviense); *Sideritis arborescens* subsp. *lusitanica* (endemismo local, exclusivo do Barrocal); *Serratula baetica* subsp. *lusitanica* var. *lusitanica* e *Serratula baetica* subsp. *lusitanica* var. *sampaiana* (endemismos do Sul e Centro-Oeste de Portugal).<sup>57</sup>

Relativamente às espécies não endémicas características do Algarve (espécies portuguesas não endémicas cuja área de distribuição no país se prolonga para além do Algarve), destaca-se a *Chamaerops humilis* (espécie comum no Algarve e na Serra da Arrábida).<sup>58</sup>

As potencialidades da vegetação, quer como fonte de alimentação, quer como matéria prima, foram aproveitadas sabiamente pelo Homem. Das variadas utilidades proporcionadas pelas plantas do Barrocal, muitas foram transformadas em objectos tradicionais. O artesanato é considerado, hoje, um importante valor patrimonial, com importância na identidade da região.

---

<sup>55</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

<sup>56</sup> Taxa integrado no anexo IV da Directiva 92/43/CEE (Espécie prioritária para a conservação).

<sup>57</sup> LOUSÃ, M. F., M. D. ESPÍRITO-SANTO, e J. C. COSTA (1987). *Biótopos do Algarve - Espécies Endémicas e Raras*. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

<sup>58</sup> RIVAZ-MARTINEZ, S. e LOIDI, J. (1999). "Biogeography of the Iberian Peninsula" in *Itinera Geobotanica*. Nº. 13. Asociación Espanola de Fitosociologia, Universidad de León. Pp. 49-67, León.

No Barrocal Algarvio, e na área em estudo em particular, ocorrem espécies vegetais manipuladas pelo Homem para várias utilidades, das quais se destaca a *Chamaerops humilis* (palmeira-anã), que originou um artesanato doméstico essencial à produção agrícola e ao equipamento doméstico. Das folhas da palmeira-anã produzia-se a empreita, usada nos mais variados utensílios, nomeadamente esteiras, cestos e vassouras. Da *Pistacia lentiscus* (aroeira) era extraída a resina para utilização na perfumaria. Da *Quercus coccifera* (carrasco) e da *Pistacia terebinthus* (cornalheira) eram retirados pigmentos usados em tinturaria.

*Da palma do Algarve e das obras que se fazem dela – Nasce também no Algarve a palma montesinha, de todos bem conhecida pelo uso que temos dela. Cria-se em montes pelas serras e também por toda a outra terra má e boa e têm trabalhado os lavradores com ela, porque, como deita as raízes altas pela terra e feitas em cepa, onde ua vez nace, por muito que as arranquem e queimem, sempre tornam a brotar de novo. Das folhas maiores destas palmas se fazem as vassoiras, que se levam por diversas partes da nossa Europa (...)*<sup>59</sup>

*Palma: em todo o reino se faz uso das obras de palma, que no Algarve se fabricão; e muitas ainda são procuradas pelos estrangeiros (...) a matéria prima he dom espontâneo da natureza: nasce e cresce nos terrenos não cultivados e pedregosos, nas charnecas e nos serros (...)*<sup>60</sup>

*Grã e plantas para a tinturaria: vários materiais produz o Algarve próprios para a tinturaria, entre os quaes deve ter primeiro logar a famosa grã tão estimada pelos Fenícios e Romanos que com empenho a procuravão para tingir as roçagantes clamides dos seus generaes, e os paludamentos dos imperadores chegando a tanto excesso a paixão dos artistas e habitantes de Roma pelo vivo e purpúreo escarlata da grã da lusitânia(...) O ilustre Brotero fez sobre ella esta observação na Flora Lusitana: Quercus coccifera – carrasco.*<sup>61</sup>

<sup>59</sup> SÃO JOSÉ, FR. J. de (1577). "Corografia do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983), p. 74.

<sup>60</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p. 68.

<sup>61</sup> Id., *Ibid.*, p. 69.



No âmbito da caracterização da vegetação, há que fazer referência aos habitats naturais e da flora, identificados na Directiva do Conselho nº. 92/43/CEE, de 21/05/1992, transposta para a legislação portuguesa pelo Dec.-Lei 226/97, de 27 de Agosto. O principal objectivo da directiva é promover a manutenção da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e de espécies da flora e fauna selvagens.

A directiva surge da tomada de consciência dos Estados-membros da comunidade europeia de que os habitats naturais têm vindo a degradar-se continuamente e que um número crescente de espécies selvagens se encontra gravemente ameaçado. Além disso, considerou-se que os habitats e as espécies ameaçadas integram o património natural da comunidade, e que é necessário tomar medidas a nível comunitário com vista à sua conservação.

Na origem da directiva esteve implícita a necessidade de incentivar, nas políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento, a gestão dos elementos da paisagem, que se reveste de grande importância para a fauna e a flora selvagens.<sup>62</sup>

Identificaram-se na área em estudo os seguintes habitats, integrados no anexo I (tipos de habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação), que constituem um importante património natural:

5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos

6220 - Subestepes de gramíneas de *Thero-Brachypodietea* (prioritário para a conservação)

9240 - Carvalhais ibéricos de *Quercus faginea* e *Quercus canariensis*

9320 - Florestas de *Olea* e *Ceratonia*

9340 - Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*<sup>63</sup>

<sup>62</sup> ALVES, J. et al (1998). *Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental – Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos*. ICN, Lisboa.

<sup>63</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

Os habitats identificados constituem elementos importantes do património natural da freguesia. Devem, portanto, ser alvo de medidas específicas de gestão, na medida em que representam importantes elementos da paisagem e da biodiversidade.

### 3.1.1.7. Fauna

A diversidade da fauna do Barrocal Algarvio está intimamente relacionada com o tipo de cobertura vegetal.

Nos pomares de sequeiro, ainda em exploração, a ausência de locais de refúgio adequados limita a presença de animais de maior porte. A raposa (*Vulpes vulpes*) é, sem dúvida, o espécime com destaque neste habitat. Nos buracos dos valados esconde-se a doninha (*Mustela nivalis*), assim como vários répteis como a osga-comum (*Tarentola mauritanica*), a sardanisca-argelina (*Psammotromus algirus*) e a cobra-de-ferradura (*Coluber hippocrepis*). Anfíbios como o sapo-corredor (*Bufo calamita*), o sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisternasu*) e a salamandra-dos-poços (*Pleurodeles* sp.) também podem ser observados em dias húmidos e pouco frios.

A avifauna nidificante inclui espécies migradoras como a rola-comum (*Streptopelia turtur*), o papa-figos (*Oriolus oriolus*) e o picanço-barreteiro (*Lanius senator*), que compartilham o espaço com espécies residentes tais como o estorninho-preto (*Sturnus unicolor*), a pega-azul (*Cyanopica cyana*), o chapim-real (*Parus major*), o verdilhão-comum (*Carduelis chloris*) e o pintassilgo (*Carduelis carduelis*). Nas escarpas rochosas dos cerros é comum observar aves como o melro-azul (*Monticola solitarius*) e o andorinhão-pálido (*Apus pallidus*).<sup>64</sup>

Nos pomares de sequeiro abandonados, a maior abundância e variedade de nichos ecológicos, propiciada pelo crescimento do sub-bosque e a decadência de muitas árvores,

---

<sup>64</sup> MINISTRO, J. *et al* (1999). "O Barrocal Algarvio: uma abordagem natural", in *Actas do 10º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Rocal Clube. pp. 441-448, Portimão.

possibilita a presença de outras espécies como o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europaeus*), o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), a fuinha (*Martes foina*) e o texugo (*Meles meles*).

Nos carrascais mais evoluídos juntam-se a estas espécies o gato-bravo (*Felis silvestris*), a geneta (*Genetta genetta*) e o saca-rabos (*Herpestes ichneumon*).<sup>65</sup>

### 3.1.2. COMPONENTES CULTURAIS E CÉNICOS

Os factores de humanização da paisagem são identificados pelos traços deixados no território: usos do solo, cadastros, rede viária, domínio de água, património edificado, entre outros. Na paisagem as marcas da acção antrópica são de dois tipos: usos conferidos ao solo, nomeadamente através da agricultura, e estruturas construídas (património edificado e estruturas de apoio à agricultura).

A paisagem compõe-se de uma complexa sobreposição e interligação de domínios espaciais, pelo que a sua análise não poderá assentar, somente, em critérios que a confundam com um cenário pictórico, estático. A análise e avaliação qualitativa da paisagem, para interpretar o domínio espacial e visual de cada um dos elementos e do conjunto, através de um sistema de vistas, dinâmico, diferencial e abrangente, de observação e visualização da paisagem, permite a avaliação das componentes estéticas.

A ocupação da paisagem pelo Homem, ao longo das gerações, conduziu à construção de elementos que traduzem um enorme conhecimento do meio e, simultaneamente, a maneira mais sábia de o utilizar. Esses elementos - caminhos, compartimentação da paisagem, estruturas hidráulicas, moinhos, edificações de carácter religioso ou industrial - deixaram marcas na paisagem, que devem ser recuperadas e integradas na Estrutura Cultural da Paisagem.<sup>66</sup>

Os componentes culturais da paisagem a analisar, incidem sobre a ocupação actual do solo, na qual se discriminam os aglomerados urbanos, segundo a estruturação apresentada, os

---

<sup>65</sup> PENA, A. e CABRAL, J. (1996). *Roteiros da Natureza – Algarve*. Temas e Debates, Lisboa.

<sup>66</sup> MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa, Lisboa.

elementos construídos, que podem ser considerados património cultural, e outras áreas destinadas a habitação e agricultura.

Na área em estudo foram identificados diferentes níveis de actuação humana, de acordo com a estrutura biofísica. Diversas transformações definidas pelo Homem surgiram com a actividade agrícola: caminhos, valados, socalcos, parcelas compartimentadas, que conferem identidade ao território e à paisagem.

### 3.1.2.1. Usos do solo

A configuração da paisagem assume uma função ecológica importante como imagem territorial dos ecossistemas e da organização espacial dos habitats. Esta função ecológica depende das actividades produtivas que, através de práticas e técnicas de aproveitamento dos recursos, resultam na organização dos usos do solo.

Os usos do solo consistem numa aplicação geograficamente localizada de interesses e actividades, a fim de satisfazer necessidades a partir de recursos naturais e de meios tecnológicos que, em conjunto, definem um sistema territorial. Das condicionantes biofísicas, a água é um componente essencial cujo ciclo compromete espaços e implica com a organização dos usos do solo.<sup>67</sup>

A agricultura exige sempre um trabalho de adaptação do terreno, que vai do simples arroteamento da mata, e mobilização do solo, até às armações em socalcos. O meio agrícola mantém-se à custa do normal funcionamento das actividades de cultivo, caso contrário verifica-se regressão que, sob o ponto de vista físico, tem por inconveniente a perda de infraestruturas agrárias (caminhos, muros de suporte, etc.).<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> CARY, F. C. (1993). "Paisagem e agricultura", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 49-65, Lisboa.

<sup>68</sup> PARDAL, S. C. (1988). *Planeamento do Território, instrumentos para a análise física*. Colecção Espaço e Sociedade. Livros Horizonte, Lisboa.

A ocupação actual do território algarvio assenta numa matriz herdada dos romanos e dos árabes, embora com intervenções bem anteriores. De acordo com Castro Caldas, os romanos e os árabes legaram-nos a vinha, as culturas regadas com novas variedades de hortaliças e legumes, a horticultura intensiva, o limoeiro, a laranjeira azeda, o aproveitamento da alfarrobeira e o pomar extensivo como o da amendoeira, figueira e oliveira. Segundo o mesmo autor, estes povos divulgaram a arte de construir poços e a utilização de soluções mecânicas para a rega, como a nora de tracção animal e a picota, vulgar nas hortas de planícies de sopé dos relevos, em especial no Barrocal Algarvio.<sup>69</sup>

O Algarve individualiza-se em relação às outras regiões portuguesas também pela utilização do solo. A área ocupada por matas e bosques é aqui reduzida. Em compensação, o Algarve é das regiões mais ricas em plantação de árvores de fruto. A cultura de árvores de fruto constitui a base do sistema agrário do Algarve. Orlando Ribeiro designa as estruturas agrárias policulturais do Algarve como arvoredos algarvios. Este sistema é composto por uma alternância de cereal e leguminosas, no espaço deixado entre as árvores, e está associado a uma dispersão intercalar sobre um fundo de povoamento aglomerado.<sup>70</sup>

O pomar misto de sequeiro é uma forma tradicional de utilização dos solos calcários do Algarve. O arvoredo disperso, que constitui este sistema, forma igualmente povoamentos irregulares e jardinados. São povoamentos tradicionalmente mistos, constituídos por amendoeiras, oliveiras, alfarrobeiras e figueiras. As culturas sob coberto integram-se, normalmente, em rotação leguminosa-cereal-pousio, para produção de grão. As leguminosas mais produzidas eram a fava, ervilha e chícharo, para consumo. Nos bons terrenos faziam-se outras culturas primaveris, como o grão de bico, e o milho.<sup>71</sup>

As formas de ocupação do solo na zona em estudo estão estreitamente relacionadas com as características físicas deste espaço, embora os aspectos históricos e as decisões

---

<sup>69</sup> CASTRO-CALDAS, E. (1998). *A agricultura na história de Portugal*. Empresa de Publicações Nacionais, Lda, Lisboa.

<sup>70</sup> RIBEIRO, O. (1970). *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Volume I. Sá da Costa, Lisboa

<sup>71</sup> BRITO de CARVALHO, J. H. (1992). *O Sequeiro algarvio – actualidade e perspectivas*. Edição da Associação In Loco, Faro.

políticas regionais, que nas últimas décadas originaram profundas modificações na paisagem, tenham assumido uma importância decisiva.

De uma forma geral, os grupos de ocupação relacionados directa ou indirectamente com a agricultura e a mata são dominantes. Existe uma nítida separação em termos de ocupação do solo, entre a zona da Serra e as zonas do Barrocal e do Litoral, como é distinto neste nível de desagregação o peso das ocupações agrícolas e florestais.

A zona calcária algarvia é constituída, genericamente, por pequenas manchas de solos, agrupadas em várias classes, embora com ligeiro predomínio das que possibilitam utilização agrícola intensiva ou moderadamente intensiva.

Nas zonas do Barrocal e Litoral são as ocupações agrícolas que dominam, fundamentalmente, através de pomares, culturas anuais associadas a culturas permanentes e sistemas culturais e parcelas complexas. Os pomares compreendem, fundamentalmente, as fruteiras de sequeiro – alfarrobeira, amendoeira, figueira e oliveira, e os citrinos.<sup>72</sup>

A mecanização da agricultura no Barrocal não foi generalizada, uma vez que o grande parcelamento da propriedade, a natureza pedregosa de muitos solos, os declives do relevo e a presença irregular das árvores não eram propícios à introdução da maquinaria. Este é um dos traços mas característicos da paisagem agrária mediterrânea: umas árvores são geralmente plantadas e distinguem-se pela disposição alinhada (oliveiras, figueiras, e amendoeiras); as espontâneas, quase sempre azinheiras e alfarrobeiras, distribuem-se irregularmente no terreno, com povoamentos mais densos nos solos mais pobres, sempre que o relevo é mais acidentado e nas zonas mais distanciados das povoações.

As plantações de árvores, que pontuam com geometria todas as ondulações do relevo, representou a melhor forma de aproveitar solos secos, pedregosos ou íngremes. Surgiu, então, uma autêntica obra de engenharia rural, executada com os meios mais rudimentares, e que conferiu à paisagem uma identidade própria – a despedrega e construção de muros de suporte.

---

<sup>72</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gabinete do Planeamento da Região de Faro, Faro.

No Barrocal, face às características dos terrenos, a agricultura foi possível em pequenas parcelas onde as pedras foram aproveitadas na edificação de muros de divisória – os valados.<sup>73</sup>

Culturas de sequeiro e de regadio são, com efeito, dois aspectos distintos da paisagem agrária da zona em estudo, as primeiras, características das áreas correspondentes aos planaltos e aos relevos, e as outras, por sua vez, típicas das zonas aluvionais. Não é apenas a convergência de factores físicos - solos de aluvião e águas - mas a proximidade de uma povoação que explica, também, o aparecimento das culturas regadas.

A conjugação das condições climáticas e pedológicas favoráveis confere à fruticultura a primazia nas actividades económicas do Barrocal. O pomar de sequeiro e a vinha estão na base de uma economia de mercado. De facto, foi na fruta, no vinho e no azeite que se baseou durante muito tempo a economia do Algarve litoral e das colinas calcárias do Barrocal.<sup>74</sup>

Nas zonas onde o relevo permitiu um fácil maneio da terra, e com maior disponibilidade de água, o Homem introduziu culturas de regadio, e nas zonas sem possibilidade de corrigir o défice hídrico, o aproveitamento agrícola baseou-se nas culturas de sequeiro. A tipificação dos sistemas agrícolas, estabelecida em função da influência climática, conduz a identificar sistemas agrícolas que se desenvolvem na grande maioria do território em que se faz sentir a influência do carácter mediterrânico do clima. São sistemas de culturas arvenses de sequeiro ou sistemas de arbóreo-arbustivas adaptadas à ecologia mediterrânica.<sup>75</sup>

O sistema referido confere características próprias à paisagem do Algarve. Mas a falta de mão de obra, a dificuldade de proceder à limpeza do terreno e a desvalorização comercial da produção, conduzem ao abandono, à invasão do mato e à adulteração da paisagem. As condicionantes sócio-económicas regulam a manutenção da paisagem, e contribuem para a reconstituição do ecossistema natural.

---

<sup>73</sup> MEDEIROS, C. (1996). *Geografia de Portugal – ambiente natural e ocupação humana – uma introdução*. Editorial Estampa. 4ª Edição, Lisboa.

<sup>74</sup> MAGALHÃES, J. R. (1988). *Algarve Económico: 1600-1773*. Imprensa Universitária nº. 69, Ed. Estampa, Lisboa.

<sup>75</sup> CARY, F. C. (1993). "Paisagem e agricultura", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 49-65, Lisboa.



Nas zonas de relevo mais irregular, e/ou solo mais pobre, as práticas agrícolas de então não permitiam o aproveitamento agrícola. O Homem desenvolveu outras actividades, como a pastorícia, a olivicultura e a silvicultura, com aproveitamento de algumas espécies de árvores características do mediterrâneo, como a oliveira, a alfarrobeira, o sobreiro e a azinheira. Estas zonas agro-florestais também forneciam produtos como o azeite, a lenha, a cortiça e produtos de origem animal.<sup>76</sup>

A existência de razoáveis aquíferos no sub-solo, a ocorrência de aluviões ou de solos originados na terra rossa, resultante da dissolução dos calcários, permitiram a implantação de pomares, a complementar a produção hortícola ou a cerealífera nas terras de sequeiro. Mas neste, sobretudo quando o solo é mais escasso, predominam as plantações tradicionais da amendoeira e da alfarrobeira, duas fontes de riqueza do Barrocal, que nos últimos anos registaram regressão e abandono, pela implantação de pomares sobretudo de citrinos.

A azinheira, a oliveira, a laranjeira, a tangerineira, só nas zonas quentes atingem maior desenvolvimento. Nas zonas frias, estas espécies têm, em regra, menor porte e com excepção da azinheira, só prosperam nos vales, em socalcos ou nas margens dos barrancos e ribeiras, e nas terras mais fundas das hortas.

Processo idêntico verifica-se entre as zonas quentes e a da transição relativamente à amendoeira e à alfarrobeira. A figueira, porém, não tem desenvolvimento em vales e barrancos. Prefere as encostas e, na zona fria, só cresce esporadicamente nas hortas abrigadas.

Quanto à alfarrobeira e à oliveira, é fundamental que no interior dos campos não assumam uma densidade excessiva, e é por isso que no conjunto aparecem pequenos núcleos ou isolados no interior das folhas e alinhadas junto aos valados, caminhos e outras estruturas de compartimentação. A alfarrobeira é escolhida para o aproveitamento dos espaços marginais e de menor produtividade, isto é, as pequenas bolsas de solos vermelhos mediterrâneos no meio de afloramentos rochosos ou nas áreas mais declivosas onde as lavouras são impossíveis.

---

<sup>76</sup> GASPAR, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.



No Barrocal Algarvio, a documentação histórica refere-se à produção de vinho, azeite, figos e passas. Depreende-se que esta produção seria já importante na época muçulmana, e que não se interrompera no início da época portuguesa. Os árabes tinham introduzido na Península Ibérica o limoeiro, a laranjeira azeda, além do incremento à cultura da oliveira.<sup>77</sup>

No séc. XVI, a maioria do território encontrava-se agricultado, com excepção das terras inóspitas, os afloramentos rochosos, as planícies apaúldas e os terrenos arenosos. A produção de figo manteve-se como base do comércio algarvio nos sécs. XVII e XVIII, mas assistiu-se à expansão da área da vinha e olival, a partir do séc. XVII.

A ocupação humana do Barrocal intensificou-se desde os finais do séc. XVI, e proporcionou um aumento do número de oliveiras e alfarrobeiras. Novidade em relação ao séc. XVI, foram as laranjeiras doces ou laranjas da China. Durante o séc. XVI, havia no Algarve fruta de espinho: limões e laranjas, azedas, decerto, pois só por volta de 1624 ou 1635 teria sido aclimatada uma variedade de laranja mais doce.<sup>78</sup>

Ao longo do séc. XVIII, verificou-se a dependência da economia do Algarve pelos produtores agrícolas (figos, amêndoas, passas, vinho, azeite e laranja), determinando uma perpetuidade da paisagem agrícola que lhe está subjacente.<sup>79</sup>

Na Freguesia de Estoi, as culturas principais remetem-se às praticadas no resto do Barrocal algarvio.

*(...) os frutos que produz esta freguesia que os moradores dela recolhem com mais abundância são: figos, amêndoas e alfarrobas.*<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> LOURO, E. (1929). *O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural*. Ed. Ministério da Agricultura, Lisboa.

<sup>78</sup> JUNIOR, J. N. (1974). *Estudos geográficos e históricos sobre Faro e a formação lagunar do sotavento algarvio*. Edição do autor, Lisboa.

<sup>79</sup> MAGALHÃES, J. R. (1970). *Algarve Económico durante o séc. XVI*. Edições Cosmos, Lisboa.

<sup>80</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro*. N.º. XXX, p.68

Junto à aldeia praticava-se uma policultura de regadio, baseada em hortícolas para consumo próprio.

*(...) no meio da praça, ou rocio, nasce à flor da terra huma fonte de tão grande abundancia de aguas, que he capaz de regar muitas hortas, como fazem os seus moradores aproveitando-se delles e regando bellos pomares, quintas e mais fazendas que cultivão (...)*<sup>81</sup>

Os dados apresentados relativamente ao uso do solo, e que possibilitaram a elaboração da carta de ocupação actual do solo (ver apêndice) resultaram do cruzamento de informações recolhidas na carta respectiva do PDM de Faro, na Carta Agrícola e Florestal, folha 607 (CNROA, 1957), na análise de fotografias aéreas e nos reconhecimentos feitos no local (a Carta Agrícola e Florestal demonstrou-se desactualizada).

Identificaram-se as seguintes tipologias de utilização do solo na área em estudo: nas zonas mais declivosas e de maior altitude – extensos matagais e matas, em geral pobres de espécies, alguns deles instalados em terrenos de cultivo abandonados; formações fechadas de carrascal; formações ripícolas e pequenos vestígios de vegetação climácica; vinhas nas zonas mais baixas, com área reduzida; culturas de sequeiro sob coberto da consociação de alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras e figueiras; incultos – áreas não agricultadas mas onde existem algumas árvores dispersas ou vegetação arbustiva; pomares – áreas ocupadas por pomares de regadio, normalmente citrinos, nas zonas mais baixas; pomares de sequeiro – áreas ocupadas por pomares de amendoeira, alfarrobeiras e figueiras, por vezes com oliveiras; policultura intensiva – áreas ocupadas com culturas intensivas constituídas por pomares e arvenses de regadio, hortas, estufas, etc., constituindo um mosaico diversificado e de reduzida dimensão. São espaços muito ligados à habitação, onde o interesse é mais de consumo próprio do que actividade principal; olival – o olival em povoamento extreme ocupa área reduzida; indústrias extractivas – explorações de inertes (pedreiras de calçada de calcário).

---

<sup>81</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1848). *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado do Algarve*, p. 78.

Segundo o Protal, no levantamento efectuado em 2005, havia registo de 31 explorações na freguesia, na maioria localizadas em zonas integradas na REN. Destas, 11 estavam em actividade e só uma foi alvo de medidas de recuperação; e áreas sociais (Aldeia de Estoi e lugares).

Através da comparação entre a carta de 1957 e a carta elaborada no âmbito deste estudo (*vide* apêndice, carta nº. 10), verifica-se que têm sido abandonadas áreas significativas de pomar de sequeiro, as quais encontram-se actualmente incultas. Estas áreas são, de modo geral, as mais declivosas.

Uma vez que os solos da zona em estudo são muito pedregosos, a implantação de grande parte das culturas agrícolas, sob coberto das culturas arbóreas atrás referidas, é precedida de trabalhos de despedrega com a formação de terraços em vastas áreas. Estes terraços, que desempenham um importante papel na defesa do solo contra a erosão, têm sido progressivamente abandonados e permitiram a instalação de formações semi-naturais de sub-bosque mediterrânico.

A prática tradicional de despedregas sucessivas conduziu ao aparecimento de zonas com potencialidade agrícola, onde se instalou a policultura arbórea com culturas intercalares de sequeiro, sob coberto. Mais recentemente verificou-se a tendência para o alargamento das áreas de pomar e vinha nas zonas mais baixas, onde as disponibilidades hídricas são maiores.<sup>82</sup>

Nas zonas de menor acessibilidade, e de solos mais pobres, verifica-se a existência de um coberto vegetal à base de formações semi-naturais do sub-bosque mediterrâneo.

Na zona sul da freguesia, logo que os declives são menores e os solos mais férteis, ocorre uma ocupação mais intensiva do solo constituído por pomares e culturas arvenses de regadio, hortas, estufas, vinhas, etc.. Por vezes, o mosaico é extremamente diversificado e de reduzida dimensão. A esta intensificação da ocupação agrícola corresponde também um aumento da ocupação edificada.

---

<sup>82</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gab. do Planeamento da Região de Faro, Faro.

No vale do Rio Seco, a estreita zona do fundo do vale encontra-se ocupada com pomares intensivos. As encostas mais declivosas têm sido abandonadas. Nas restantes, o pomar tradicional de sequeiro continua a ser a ocupação dominante.

No Sítio da Murta, o uso dominante do solo é a policultura de sequeiro, com um aproveitamento mais intensivo na zona baixa, junto à saída do vale, onde ocorrem algumas vinhas e culturas hortícolas.

Na Zona do Monte Figo, que corresponde à parte superior da encosta sul dos Cerros da Bemposta, Malhão e Cerro de S. Miguel, predomina a policultura de sequeiro, que nas encostas mais declivosas obrigou à construção de muros e a uma compartimentação da paisagem mais apertada. Algumas destas áreas estão a ser abandonadas.

Na envolvente de Estoi, que corresponde a uma zona de encosta à saída da margem esquerda do vale encaixado do Rio Seco, as áreas rurais entre Estoi e a EN2 estão ocupadas com pomares intensivos. Na área sul, ocorrem ainda áreas de policultura de sequeiro.

A agricultura tem introduzido nas últimas décadas profundas alterações na paisagem da Freguesia de Estoi. Trata-se, sobretudo, de uma actividade agrícola associada ao cultivo forçado de produtos temporões, que se especializou em diversos produtos horto-frutícolas e que substituem, progressivamente, os pomares de sequeiro.

Os frutos tradicionais do Algarve (amêndoa, alfarroba e figo), depois de terem constituído o suporte da economia algarvia, entraram claramente em declínio. A determinação dos preços dos produtos em relação às despesas de produção, nomeadamente a escassez de mão de obra, provocou a queda de importância do pomar tradicional. Dificuldades no escoamento dos produtos e melhor valorização de outros – caso dos citrinos – contribuíram para a perda de competitividade do pomar tradicional.

Dos frutos secos do Algarve, destacava-se o figo, cuja cultura estava associada a uma pequena indústria de transformação, os fumeiros – armazéns de preparação do figo para

exportação. Actualmente, o figueiral e o amendoal tradicional estão em completo desaparecimento, consequência da falta de viabilidade económica destas culturas.

### **3.1.2.2. Zonagem e compartimentação**

O zonamento da paisagem está intimamente relacionado com a compartimentação da paisagem. Resulta da intervenção humana na paisagem, ao qual sucede a compartimentação.

A paisagem apresenta duas estruturas fundamentais: a estrutura permanente, de protecção, e a estrutura produtiva. A estrutura permanente integra, na área em estudo, zonas de vegetação associadas às áreas agrícolas, como sebes e maciços arbustivos, as margens e leitos das linhas de água, com a respectiva galeria ripícola.<sup>83</sup>

A zonagem natural refere-se à distribuição da vegetação potencial, de acordo com a diversidade das condições edáficas, climáticas e geobotânicas. A compartimentação principal é consequência imediata da zonagem natural e é constituída por resquícios de vegetação natural que o Homem considerou vantajoso manter: ao longo dos cursos de água; nas zonas montanhosas com grandes declives e solos esqueléticos; nas cabeceiras de recepção das bacias hidrográficas; junto aos campos de cultura nas manchas de solos mais pobres, ou com afloramentos rochosos, em que a presença de pequenos grupos de árvores e arbustos facultam sombra e possibilitam a existência de uma fauna mais diversificada. Estas manchas de vegetação natural mantiveram-se porque o Homem reconheceu os efeitos benéficos dessa vegetação ou porque a pobreza do solo e as irregularidades do terreno não incentivaram ao uso agrícola.

O declive acentuado das encostas obrigou, por outro lado, à construção de socalcos, terraços de cultura, muros de suporte, vincando a compartimentação. Muitas vezes, sebes de vegetação espontânea acompanham aquelas construções, porque foram propositadamente

---

<sup>83</sup> MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa, Lisboa.

mantidas ou porque condições favoráveis dos muros e socalcos fizeram surgir aquela vegetação.

Quando constituída em corredores, a vegetação materializada em sebes, faixas de mata, galerias ripícolas e outras manchas alongadas de vegetação natural ou pouco manipulada, constitui um componente estrutural da paisagem. É um importante elemento a considerar em termos de estabelecimento de uma rede de protecção. Os corredores desempenham um papel importante na estrutura e funcionamento da paisagem. Contribuem para realçar a estrutura em termos visuais e determinam a organização do território que os envolve.<sup>84</sup>

Quando as condições do relevo geram gradientes ambientais distintos, a diversidade de pequenas manchas com aptidões e potencialidades diferenciadas é mais marcada. Surge, então, um mosaico cultural de malha irregular, que evidencia a diversidade das linhas do mosaico natural que lhe está subjacente.

As estruturas lineares naturais constituem meios extremamente ricos que revitalizam as cadeias ecológicas de toda a paisagem, e formam um verdadeiro *Continnum Naturale*.<sup>85</sup> Por sua vez, a estrutura produtiva é constituída pelos solos agrícolas, ou seja, pela superfície de terreno onde se desenvolvem as actividades de cultivo. Corresponde ao conjunto de unidades pedológicas cujas classes de capacidade de uso definem a integração na RAN.

O equilíbrio biológico da paisagem é estabelecido pela distribuição natural das diversas espécies (zonagem natural), com base nas condições climáticas, edáficas e geobotânicas. A zonagem não natural tem de ser complementada a fim de se atingir o equilíbrio biológico da paisagem, de modo a que as condições da paisagem e do território se apresentem próximas das condições naturais.<sup>86</sup>

Este processo é alcançado, em grande parte, com recurso à compartimentação, que

---

<sup>84</sup> CARVALHO, M. A. Cruz de (1985). *A compartimentação no ordenamento da paisagem rural*. Universidade de Évora, Évora

<sup>85</sup> *Id.* (1994). *Varição de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia*. Universidade de Évora, Évora.

<sup>86</sup> CABRAL, F. C. (1943). “Zonagem sob o ponto de vista paisagista”, in *Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia*. Vol. XIV, Lisboa.

constitui uma das bases do ponto de vista paisagista na exploração do território. O estabelecimento da compartimentação é o resultado da influência dos elementos constituintes da paisagem, nomeadamente a influência da mata, da sebe e de um modo geral das árvores isoladas ou em pequenos maciços. A compartimentação, associada à mata e à zonagem consciente, origina junto das áreas cultivadas o ambiente do climax natural.<sup>87</sup>

A presença meandrante de vegetação diversificada através da paisagem, pela ligação da mata, em todas as situações até à expressão mais simples junto dos campos de cultura – a sebe, constitui o *Continuum Naturale*. A sebe é a expressão mínima que a mata pode apresentar na paisagem. A compartimentação é, portanto, uma outra forma de introduzir diversidade. O desaparecimento das formas lineares da vegetação implica uma perda de diversidade e de contraste cromático e textural.

A diversidade da paisagem pode ser assegurada de múltiplas formas, apoiadas sempre numa zonagem dos usos, de acordo com a variação das condições naturais do território. Isto significa que as várzeas não devem ter a mesma utilização que as encostas, que a utilização das áreas de solos mais frescos não devem ter a mesma dos mais secos, que as áreas sem aptidão agrícola devem ser reservadas à mata ou à pastagem. Cada parcela do território deve, portanto, corresponder a diferentes utilizações de acordo com as características ecológicas.

No Barrocal, onde as características do clima mediterrânico se acentuam, a compartimentação toma formas específicas. Os campos são geralmente fechados com muros de pedra. Os muros são edificados, em grande parte, com os materiais resultantes da despedrega das folhas de cultura e a função principal é limitá-las e protegê-las do gado, conter o gado dentro dos campos de pastagem ou, simplesmente, dividir as propriedades. A origem desta tecnoestrutura de suporte do sistema silvo-agro-pastoril do Barrocal baseou-se na adaptação ao relevo. A exiguidade das terras baixas, mais ainda das terras planas, conduziu à prática da agricultura por meio do terraceamento e da construção de socalcos nas encostas declivosas.

---

<sup>87</sup> CARVALHO, M. A. Cruz de (1994). *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia*. Universidade de Évora, Évora.

A par da engenhosidade na montagem da estrutura e composição dos muros de suporte, esteve inerente uma técnica de luta contra a erosão e de correcção da violência do regime torrencial, que revela, além de conhecimento das condições do meio, a capacidade humana de adaptação às condições naturais. A luta contra a erosão que o regime torrencial e as enxurradas originam no Barrocal, com fortes declives, foi travada com o recurso a um infindável número de terraços e cercados, suportados por valados que em muitos casos são verdadeiras obras de arte, e azinhagas que eram linhas de escoamento nas grandes chuvadas. Com estes valados formavam-se terraços, ou simplesmente campos cercados, que obrigavam a reduzir o impacto das águas e à deposição da terra que transportavam. Esta forma de luta contra a erosão hídrica era, ao mesmo tempo, uma oportunidade para se espedregar os campos das pedras maiores, que eram imediatamente aproveitadas para serem colocadas no exterior dos valados. O interior dos valados servia de reservatório para as pedras mais pequenas que as lavouras e as chuvas punham a descoberto.

No Barrocal, a compartimentação da paisagem originou um tipo específico de paisagem de campos fechados – os designados campos do Algarve com arvoredo. A separação dos campos é feita com os muros de pedra referidos, ao longo dos quais cresce por vezes uma vegetação arbustiva em que predomina a Aroeira, a Figueira-da-india, e a Pita.

*(...) da pita mais grosseira fazem-se baraços, silhas e cabrestos para as bestas; obras mais delicadas se podem fazer ainda para outros usos. Servem as piteiras no Algarve para formar os vallados das fazendas quasi geralmente (...)*<sup>88</sup>

Intimamente relacionadas com a zonagem e a compartimentação da paisagem, identificaram-se na Freguesia de Estoi as seguintes tipologias de paisagem: espaço aberto; espaço fechado; espaço compartimentado – malha estreita e malha larga; espaço pontuado – irregular, regular e espaço meandrizado.

---

<sup>88</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p. 69.



Esta sistematização tipológica foi realizada em função de aspectos da morfologia, considerados determinantes para a constituição de uma organização espacial específica, como sejam os limites e a relação entre volumes sólidos e vazios (*vide* apêndice, carta nº. 11).

O primeiro aspecto estabelece uma distinção entre espaço aberto e compartimentado, uma vez que estas são noções espaciais decorrentes da natureza dos limites que definem estes mesmos espaços.

Os espaços abertos correspondem geralmente às terras baixas, com disponibilidade hídrica, em que as formações aluvionares determinam a ocorrência de terras de elevada capacidade de produção. Os espaços abertos nunca formam grandes extensões e, no caso em estudo, correspondem, frequentemente, a campos destinados à horticultura, ou, no caso de se distribuírem em encosta, a áreas de matos.

As terras enxutas na generalidade, por outro lado, reflectem as tipologias agrárias associadas à trilogia da alimentação mediterrânea: a terra do pão - correspondente aos campos abertos cerealíferos integrados nos espaços compartimentados – a terra do vinho – integrada nos espaços compartimentados com malha estreita – e a terra do azeite – associada ao olival que corresponde à árvore dispersa mediterrânea, integrada na tipologia espaço pontuado. Surgem campos compartimentados mas com maior extensão relativamente aos que aparecem na terra do vinho, em que a compartimentação em terrenos com áreas reduzidas, conduzem a uma estrutura de paisagem fechada e compacta (malha estreita).

A designação de malha estreita ou larga no caso da classificação tipológica adoptada não se refere, somente, à dimensão de parcelas de cultivo, mas também à densidade com que os elementos que compartimentam o espaço se sucedem.

O espaço compartimentado distribui-se geralmente por áreas que apresentam solos com elevada, a mediana, potencialidade para a produção e é estruturado por sebes de vegetação ou por muros de pedra seca. Apesar desta tipologia estar presente na quase totalidade do Barrocal, a representatividade é superior em áreas que não foram sujeitas a uma significativa pressão

urbanística, ou seja, naquelas em que a estrutura agrária traduz ainda um grau de coerência e consolidação, como é o caso da faixa de Barrocal integrada na Freguesia de Estoi.

O crescente abandono da actividade agrícola tem conduzido a que, em diversos pontos do território em estudo, esta tipologia, tradicionalmente associada a sistemas de produção, esteja a evoluir para áreas de matos, onde as sebes de compartimentação constituem limites cada vez mais difusos, e com a vegetação natural a dominar as parcelas abandonadas.

O espaço pontuado corresponde a campos contínuos, abertos ao nível do solo, e cobertos por espécies arbóreas, neste caso a oliveira, a figueira, a alfarrobeira e a amendoeira, de forma regular ou irregular, variação que depende, geralmente, de se tratar de pomar plantado há mais ou menos tempo. Esta tipologia ocorre de forma pontual e em pequenas áreas, geralmente nas áreas planas.

O espaço fechado, por sua vez, corresponde a situações em que a vegetação arbórea, pela densidade e predomínio, constitui o elemento fundamental de definição formal. À escala da freguesia, esta tipologia é sub-dominante, com preponderância na zona mais montanhosa. Esta ocorrência vincula-se à presença de declives superiores a 16% e, de forma mais significativa, a 25%, situação topográfica em que os fenómenos de erosão do solo, e a consequente incapacidade de retenção de água, determinam condições adversas à prática agrícola.

O espaço meandrizado corresponde às linhas de drenagem natural e faixas adjacentes, com maior ou menor grau de cobertura vegetal, que conferem à paisagem uma estrutura dinâmica, complexa, orgânica, com grande importância no estabelecimento do *Continuum Naturale* e da biodiversidade.

### **3.1.2.3. Estrutura fundiária**

A estrutura fundiária é a forma como se organizam, no espaço rural, as propriedades, o conjunto das parcelas, os caminhos, as linhas de água, etc.. Assume um papel fundamental nos

resultados obtidos pelas explorações agrícolas, pela influência no aproveitamento da mão de obra, no rendimento da maquinaria agrícola e na diversificação das opções produtivas.

A estrutura fundiária é a forma de distribuição da propriedade. O estudo desta componente antrópica da paisagem reveste-se de grande importância, uma vez que revela de forma clara a estrutura agrária e os factores que contribuem para a formação da morfologia agrária.

A morfologia agrária da área em estudo apresenta-se bastante diversificada. Há formas quadradas, rectangulares, e irregulares. Umhas unidades são fechadas por muros de pedra e outras por sebes arbustivas, enquanto algumas permanecem abertas. O desenho da planta cadastral constitui um puzzle complexo de fragmentos das mais variadas utilizações, interrompidas por afloramentos rochosos e manchas de mato, em solos que não comportam a cultura regular.

Na Freguesia de Estoi verifica-se uma estrutura fundiária desordenada, em que predominam as explorações com dimensão reduzida - o Barrocal é, tradicionalmente, uma zona de pequena propriedade. A estrutura fundiária estudada corresponde, predominantemente, a propriedades de pequena dimensão, na grande maioria ocupada por explorações com uma área compreendida entre 1 e 10 hectares.

*O Algarve, pela multiplicidade de produtos, he huma província das mais ricas do reino, reativamente à curta extensão de seu terreno. Não há cazas muito grandes: a propriedade está mais repartida, graças ao systemas de aforamentos, que alli vogão bastante (...)*<sup>89</sup>

As diferenças gerais da morfologia agrária basearam-se em processos de partilha de heranças e formas derivadas da colonização agrícola. Os primeiros, conduziram à divisão sucessiva dos prédios num número de partes igual ao dos herdeiros. Nos segundos, o

---

<sup>89</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p. 63

aforamento tardio, e em parcelas, de unidades grandes, conduziu a estruturas geométricas.<sup>80</sup> Por outro lado, contribuiu, também, a apropriação espontânea de parcelas das charnecas do Barrocal, seguida de arroteias e despedregas e confirmação do direito à terra.

#### **3.1.2.4. Povoamento e núcleos urbanos**

O estudo da paisagem não pode prescindir da análise dos aspectos relacionados com a vida das comunidades, nomeadamente a formação e desenvolvimento de povoações ou o modo como se processa a distribuição humana no território – o povoamento.

As formas como a variação e os movimentos da população se reflectiram e reflectem no território, ao darem origem a alterações de morfologias e tipologias de povoamento, são um elemento importante para o estudo da evolução na sua estrutura.

Quanto mais diversificada é a paisagem, devido a factores naturais como o relevo, microclima, hidrografia, etc., mais acentuada é a relação entre o povoamento e o sítio escolhido para a sua implantação.

As condições da ocupação humana do Algarve reflectem uma adaptação esforçada às características específicas do meio. Essa ocupação originou dois tipos fundamentais de povoamento: concentrado, na zona serrana, e disperso, nas baixas do Litoral. O povoamento do Barrocal é relativamente denso e disperso, e distribui-se tradicionalmente ao longo das principais estradas e caminhos.

Orlando Ribeiro, com base no Inquérito do Povoamento Rural, e em estudos de diversos autores, designa um primeiro tipo morfológico geral de povoamento por aglomerado e inclui nele a aldeia. A aldeia está associada a povoações arruadas, compactas, com as casas dispostas em torno da igreja, embora às vezes se distingam vários núcleos ou bairros.

---

<sup>80</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gab. do Planeamento da Região de Faro, Faro

O povoamento aglomerado caracteriza-se por uma malha urbana, mais ou menos apertada e contida, constituída por uma rede de arruamentos, com um núcleo funcional (central) dominante. Este núcleo corresponde normalmente à zona mais antiga e mais densa do aglomerado e integra os elementos estruturantes que o originaram: o Largo da Igreja, ou o alargamento na confluência de arruamentos.<sup>91</sup>

Em oposição ao povoamento aglomerado, Orlando Ribeiro considera o povoamento disseminado, que engloba lugares de casas juntas, lugares de casas esparsas, casais e quintas. Lugares são, na definição do autor, conjuntos de casas avulsas, separadas por campos e arvoredos.<sup>92</sup>

Finalmente, o tipo estremenho que se repete em parte da Beira Alta e Litoral, Ribatejo e Algarve Baixo, apresenta uma combinação das várias formas: *aldeias, lugares, casais, quintas. Aglomeração com dispersão intercalar. Tendência para a dispersão das povoações, condensação nos lugares mais povoados. O povoamento evoluciona nitidamente no sentido da disseminação.*<sup>93</sup>

O povoamento disperso caracteriza-se pelo isolamento das construções, que se localizam, tanto no centro das propriedades agrícolas, como ao longo das estradas e caminhos rurais.

A população estabeleceu-se em casas ou casais entre as aldeias antigas, e adensou-se em novas povoações ou manteve-se disseminada junto das parcelas agrícolas, o que originou a dispersão intercalar, característica do Barrocal Algarvio.

A colonização árabe estendeu-se pelo interior até ao Barrocal e aproveitou os solos favoráveis à policultura de sequeiro e as áreas susceptíveis de regadio. A ocupação agrícola orientou-se para a cultura de figueiras, oliveiras e vinha até ao séc. XIX, quando a valorização da alfarrobeira contribuiu para a apropriação do Barrocal.

---

<sup>91</sup> RIBEIRO, O. *et al* (1988b). *Geografia de Portugal – a vida económica e social*. Vol. IV. Edições João Sá da Costa, Lisboa.

<sup>92</sup> *id.* (1989). *Opúsculos geográficos*. I volume – Síntese e Método; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

<sup>93</sup> RIBEIRO, O. LAUTENSACH H. e DAVEAU S. (1988a). *Geografia de Portugal*. IV – A Vida Económica e Social. Sá da Costa, Lisboa.

Desta evolução resultou um povoamento misto, em cuja composição distingue-se uma malha de aldeias antigas e formas de dispersão intercalar.<sup>84</sup>

No princípio do século XX, mais de metade da população do Concelho de Faro residia nas freguesias rurais (Santa Bárbara de Nexe, Estoi e Conceição) e, dentro destas, cerca de 44% nas freguesias praticamente correspondentes à zona do Barrocal.

Recentemente assiste-se à inversão da valorização do Barrocal em termos do valor de terreno urbanizável. Para além da actividade agrícola, o turismo introduziu modificações profundas na estrutura económica da região, com reflexos no povoamento.

No Concelho de Faro verifica-se um surto de construção de moradias disseminadas nas encostas do Barrocal, para segunda residência, que se traduz na modificação da paisagem. Particularmente na Freguesia de Estoi, tem-se verificado a procura destas áreas, para fins de veraneio ou, mesmo, habitação permanente de estrangeiros.

A estrutura do povoamento do Concelho de Faro referencia-se em 3 grandes zonas que correspondem à área da cidade e áreas de características periurbanas, à zona do Barrocal, onde predominam as construções dispersas, e se localizam as aldeias de Santa Bárbara de Nexe e Estoi, e à zona da Campina, com características relacionadas com as potencialidades agrícolas.

No Barrocal, o povoamento apresenta 3 tipos de ocupação dispersa: disperso agrícola, disperso turístico e disperso indiscriminado, relacionado com o tipo de ocupação com a função predominante. O disperso turístico traduz-se numa ocupação, cada vez mais generalizada das encostas dos Cerros de Nexe e Guilhim, onde se identificam muitas construções turísticas. A implantação destas residências denota uma tendência para o aproveitamento das potencialidades paisagísticas das vertentes meridionais daqueles cerros, por vezes em situações de declive acentuado.

O aglomerado de Estoi é, em termos concelhios, e a seguir a Faro, o que apresenta uma morfologia de aglomerado mais consistente, traduzida num tecido urbano denso e estruturado.

---

<sup>84</sup> CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gabinete do Planeamento da Região de Faro, Faro.

Com uma estrutura urbana antiga e consolidada, reflecte a importância económica desta zona, baseada na produção de frutos secos. Apresenta uma história marcada pela valorização da agricultura de sequeiro, que se reflecte nas construções localizadas na área urbana mais antiga, onde se verificou a instalação de proprietários abastados.

*[A aldeia de Estoi] situada em um cabêço, no centro d'uma planície amena e fértil. É uma grande e bonita aldeia com boas casas (...)*<sup>95</sup>

*Entre Faro e S. Brás de Alportel aninhada entre a Campina e o Serro do Malhão e destacando-se ao longe pela brancura do casario, encontra-se a Aldeia de Estoi. A aldeia desenvolve-se em diferentes planos, como que a trepar a encosta, proporcionando uma excelente exposição ao sul e à vista da Ria Formosa.*<sup>96</sup>

*A cidade de Faro é da rainha; tem dous lugares, Estoe e São Braz d'Alportel. Do lugar d'Estoe – ua légua de Faro para o norte, ao pé da serra, está o lugar de Estoe, que é de cinquenta moradores. Todo está cercado de hortas mui frescas e viçosas, e no meo dele, está ua fonte descoberta ao modo de chafariz, com quatro mármores deitados (...) E para sul, abaixo do lugar, esta ua ribeira fresca, com muitos pomares e moinhos.*<sup>97</sup>

O facto da aldeia de Estoi se apresentar envolvida por propriedades agrícolas, com actividade estabilizada, contribuiu para a construção de habitação e serviços fora do perímetro, na zona do Coiro da Burra, que apresenta características periurbanas em relação a Estoi. A sul, na Campina, o povoamento é denso ao longo das vias, principalmente da Estrada de S. Brás.

---

<sup>95</sup> PINHO LEAL, A. (1874). *Portugal antigo e moderno – Dicionário geographico, estatístico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*, p. 78.

<sup>96</sup> QUINTAS, H. et al (2000). *Estoi, um olhar sobre o património*, p. 57.

<sup>97</sup> SARRÃO, H. F. (1600). "História do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983), p. 87.

No Algarve, a tendência para a concentração do povoamento no litoral sobrepôs-se, na generalidade, sobre o interior. A fixação dos romanos no Algarve a partir do séc. I, ocorreu preferencialmente no litoral, onde os recursos piscatórios proporcionaram a indústria de *garum* ao longo de toda a costa.<sup>98</sup> Por outro lado, a distribuição das *villae* respondia a vários requisitos, entre os quais a boa aptidão agrícola dos solos e a proximidade dos centros urbanos.<sup>99</sup>

A ocupação humana na Freguesia de Estoi, e particularmente no sítio da actual Aldeia de Estoi, é antiquíssima. Estácio da Veiga, refere-se à antiguidade do povoamento neste sítio:

*Milreu – distante pouco mais de 9 kilometros ao norte/nordeste de Faro está este sítio notavelmente marcado com as ruínas (...) certamente assentou os seus fundamentos sobre um plano em que viveu uma população que desde a ultima idade da pedra prosseguiu a sua sucessão até à idade do bronze (...) Existiu portanto n'aquele sítio, e n'uma epocha anterior a todos os vestígios de construções, uma população que já conhecia e usava instrumentos de bronze.*<sup>100</sup>

A queda da base de sustentação económica da exploração agrícola associada a Milreu terá contribuído para a fixação da população no actual sítio da aldeia de Estoi. Do mesmo modo, a abundância de água no sítio da actual aldeia de Estoi terá sido uma das razões para a escolha do local para a edificação da *Villa* de Milreu.

*O sítio e termo de Estoi é muito fresco, de muitas fontes e boas águas e de tal disposição que poderia bem nela estar ua grande povoação (...)*<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> GAMITO, T. J. (2005). "A cidade de Ossónoba e o seu território envolvente" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 343-359, Lisboa.

<sup>99</sup> FABIÃO, C. (1999). "O Algarve Romano" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 33-51, Lisboa.

<sup>100</sup> VEIGA, S. Estácio da. (1891). *Antiguidades Monumentaes do Algarve – Tempos prehistoricos*, p. 78.

<sup>101</sup> SÃO JOSÉ, FR. J. de (1577). "Corografia do Reino do Algarve", in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983), p. 84.



## Aglomerados populacionais da Freguesia de Estoi

Das Memórias Paroquiais de 1758, onde constam os interrogatórios enviados aos párocos depois do Terramoto de 1755, retiram-se dados importantes sobre o povoamento da Freguesia de Estoi, no princípio da segunda metade do séc. XVIII. Entre outros aspectos relativos à freguesia, o Pároco de Estoi refere o seguinte: *pertence esta freguesia ao termo da cidade de Faro e compreende em si 33 sítios ou lugares, entrando neste mesmo número esta povoação de Estoi, que é a aldeia principal desta minha freguesia.*<sup>102</sup>

Enumera, posteriormente, os sítios pertencentes à freguesia:

*Hortas, Milreu, Bemposta, Cruchos, Ribeira D'aquem; Ribeira D'além, Funchais, Cerro do Fialho, Lagos e Relvas, Sambada, Guelhim, Porto do Carro, Vale da Rosa, Vale de Seixos, Vale de Mouros, Rosal, Crioulos, Areia, vale das Gralhas, Alecrineira, Cerro do Lobo, Vale grande, Alcaria Branca, Alcaria Cova, Barroqueira, Cerro e Barranco de S. Miguel, Azinheiro, Cerro de Manuel Viegas, Peral, Vale de Galega, Monte do Trigo, Azinhal e Amendoeira.*<sup>103</sup>

No século XIX, os aglomerados populacionais da freguesia eram os seguintes:

*A povoação [Estoi] ergue-se sensivelmente em anfiteatro sobre um cabeço, no cimo do qual se encontra o "Rocio"; Bemposta – sítio de excelentes terras de vinha, amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e oliveiras e também terras de horta; Funchais, Fialho, Lagos e Relva – terra de semear e de arvoredo e hortejos; Sambada – terra de semear e de arvoredo e hortejos; Guelhim – o Serro de Guelhim é um dos mais altos desta freguesia; Arjona, Porto do carro e Vale da Rosa – arvoredo, vinhas e hortas; Vale de Seixos, Vale de Mouros e Rosal – terras de arvoredo e alguns terrenos de semear. Há uma importante quinta no sítio do rosal; Ariolos,*

---

<sup>102</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro.* p. 242.

<sup>103</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro,* p. 87.

*Arça e Vale das Gralhas – terras fracas com arvoredos; Serro do Lobo e Vale Grande – arvoredos, vinha e terras de semear; Alcaria Branca – terras de semear, vinha; Barranco de S. Miguel – fonte do curral, e enorme serro com arvoredos; Murta – terras de semear e arvoredos; Castelo – sítio a nordeste e distante alguns kms da Igreja de Estoi, era em 1758 habitado por um fogo, de um lavrador abastado visto que o seu casal contava 38 pessoas adultas e 10 menores. Há sepulturas quadradas e outros vestígios arqueológicos. Muito arborizado; Alcaria Cova – arvoredos; Azinheiro e Amendoeira – tem uma capela de N. Sra. da Piedade (pequeno nicho, junto ao maior serro desta freguesia – Malhão); Alface – tem quinta importante, com terras de regadio, sequeiro e matos. 4 moinhos de água (azenhas).<sup>104</sup>*

Muitos dos sítios identificados nos sécs. XVIII e XIX existem, actualmente, com o mesmo topónimo. De acordo com a *Divisão Administrativa – concelhos, freguesias e lugares* da CCDR Algarve, de 1992, os lugares da Freguesia de Estoi são os seguintes: Alcaria Branca; Alcaria Cova; Areia; Ariolos; Arjona; Azinhal e Amendoeira; Azinheiro; Barranco de S. Miguel; Monte do Trigo; Murta; Porto do Carro; Bemposta; Cerro do Lobo; Cerro de Manuel Viegas; Coiro da Burra; Estoi (aldeia); Fialho; Guelhim; Lagos e Relva; Sambada; Vale de Gralhas; Vale Grande; Vale de Mouro; Vale da Rosa; Vale de Seixos; Peral.<sup>105</sup>

### **Relação da Aldeia de Estoi com os restantes aglomerados populacionais**

Estoi assume-se como o aglomerado mais dinâmico do interior do Concelho de Faro. É classificado no PDM de Faro como centro de nível concelhio. Estes centros são caracterizados pela grande diversidade de equipamentos e serviços, que estão aptos a promover, com uma capacidade de atracção intra-concelhia.

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, A. de (1993). *Monografia de Estoi*, p. 53.

<sup>105</sup> COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (1992). *Divisão Administrativa – concelhos, freguesias e lugares*, Faro.

O aglomerado de Estoi é considerado, igualmente, no PDM de Faro como lugar de nível IV, classificação inferior à de nível V – Faro, que assume a posição de relevo na hierarquia concelhia. As outras sedes de freguesias rurais – Santa Bárbara de Nexe e Conceição incluem-se no nível III, o que demonstra que Estoi assume um lugar destacado no interior do concelho, uma vez que aquelas duas aldeias apresentam uma fraca dinâmica quanto ao sector privado. A freguesia inclui como lugar de nível III, Coiro da burra e dois lugares de nível II, Sambada e Alcaria Cova.

Quanto à definição hierárquica da rede urbana da freguesia, de acordo com o PDM de Faro: Estoi é centro de nível concelhio; Azinheiro, Lagos e Relvas e Alcaria Covas são Centros sub-concelhios, com predomínio do sector público; Guilhim e Sambada são centros de apoio local; Murta, e Azinhal e Amendoeira são centros locais com predomínio do sector privado e Vale Grande e Coiro da Burra, como centros locais com predomínio do sector público.<sup>106</sup>

Estoi, como sede de freguesia, detém uma área de influência bem demarcada espacialmente, até à aquisição pouco frequente de bens e serviços. Só a partir da procura pouco frequente de bens e serviços é que a área de influência da cidade de Faro ultrapassa as freguesias urbanas e atinge as freguesias rurais.

A aldeia de Estoi possui um raio de atracção no domínio dos movimentos por razões de trabalho ou estudo, que se estende ao longo de todo o território da freguesia. Os lugares que não geram deslocações e que possuem deslocações deste tipo no sentido de Estoi são: Vale de Seixos, Vale de Mouro, Alcaria Cova, Azinheiro e Fialho.

Os aglomerados que são receptores de trabalhadores e estudantes são: Coiro da Burra, Lagos e Relvas, Alcaria Branca e Estoi. É claro que só este último atrai um valor significativo de deslocações.

Nos núcleos de dimensões populacionais mais reduzidas, a direcção das deslocações resume-se ao das vias existentes, ou às linhas de transporte.

---

<sup>106</sup> PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FARO (PDM) (1993). Projecto do Plano – relatório. Risco, Planeamento Urbano e Arquitectura, Lisboa

A relação dos lugares da Freguesia de Estoi com as freguesias contíguas de Santa Bárbara de Nexe e da Conceição é débil. Não se verificam praticamente deslocações para as respectivas sedes de freguesia. À escala intra-concelhia só Faro se destaca na recepção de importantes fluxos de trabalhadores e estudantes da Freguesia de Estoi.

De acordo com os dados do Censos 2001, relativamente aos locais de trabalho ou estudo, 641 habitantes da Freguesia de Estoi trabalham ou estudam na freguesia; 1029 habitantes deslocam-se a outra freguesia do Concelho de Faro; 310 deslocam-se a outro concelho que não o da residência; e 39 trabalham ou estudam no estrangeiro.

Quanto ao meio de transporte usado para o trabalho ou estudo, a maioria dos habitantes da freguesia (1205) desloca-se de automóvel. As restantes deslocam-se a pé (263); de autocarro (238); de motociclo ou bicicleta (131); de transporte colectivo da empresa ou escola (90); e 19 por outro meio.<sup>107</sup>

A maioria da população gasta em média 16 a 30 minutos na deslocação ao local de trabalho ou estudo. 722 demoram até 15 minutos, 5 habitantes gastam mais de 90 minutos e 141 não gastam nenhum tempo.<sup>108</sup>

### **Relação do povoamento com a rede viária**

A estrutura viária é um elemento de grande relação com as morfologias de povoamento, por constituir o elemento de suporte da mobilidade das populações e das principais infraestruturas. Por um lado, a abertura de novas vias induziu à construção junto delas, por outro, a construção disseminada, e apoiada em caminhos rurais, pressiona a extensão e abertura de novas vias.

No Barrocal, a subdivisão da propriedade faz-se, sobretudo, através de serventias e caminhos rurais, nas zonas intersticiais da rede viária, o que originou a construção disseminada.

---

<sup>107</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002a). Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.

<sup>108</sup> *id.* (2002b). Censos 2001 – resultados definitivos - Algarve, Lisboa.

Em relação a Estoi, apesar de não estar imediatamente na proximidade da EN2, a reduzida distância a esta via, e o sentido de crescimento do aglomerado, reflectem a importância que ela tem tido no desenvolvimento da aldeia. O eixo principal que liga Estoi a Faro é constituído pela actual EN2, devido à proximidade daquele aglomerado desta via, que constitui a principal via de acesso à Via do Infante.

Relativamente às estruturas de caminhos, há a referir as seguintes tipologias na Freguesia de Estoi: caminhos estruturantes dos tecidos edificados, caracterizados pelo valor funcional; caminhos de serviço que têm funções de acessibilidade interna e definem a malha parcelária dentro da estrutura formada pelos caminhos principais (geralmente encontram-se limitados ao uso agrícola); e caminhos que têm uma função mais abrangente e que constituem itinerários tradicionais (*vide* apêndice, cartas n.ºs. 17 e 18).

### **Relação do povoamento com o cadastro**

Se o parcelamento fundiário constitui um elemento importante para a caracterização do povoamento nas zonas rurais, as tendências de subdivisão, as formas que tomam as parcelas e a estrutura de caminhos em que assentam (caminhos rurais), fornecem indicadores sobre as tendências do povoamento nas diferentes áreas.

As plantas cadastrais do Concelho de Faro permitem identificar a divisão da propriedade nas freguesias, a relação com a rede viária e as tendências de parcelamento.

No Barrocal, a propriedade apresenta dimensões diversas, quase sempre pequenas, embora em redor de Estoi existam grandes propriedades, único caso da freguesia.

A estrutura rural, associada à estrutura urbana da aldeia de Estoi, compreende a paisagem envolvente da aldeia, caracterizada pela natureza extensiva da produção, que inclui hortas, pomares de sequeiro e de regadio. Como parte integrante desta estrutura, destacam-se elementos construídos como: muros, veredas, socalcos, moinhos, noras, poços, eiras e caminhos.

### 3.1.2.5. Componentes estéticos

A estética da paisagem, considerada sob a componente natural ou de humanização, requer três condições: ordem, clareza e integridade. A beleza é, por excelência, a ordem natural – equilíbrio, harmonia, estabilidade – porque a natureza e a paisagem são por definição a própria beleza. A beleza é, também, a ordem humana que o Homem imprime mesmo que na maior parte das vezes o seu intuito não seja o da beleza.<sup>109</sup>

Para Ribeiro Telles, *a Paisagem é um lugar para se nascer, morrer, amar e viver (...) O espírito humano encontra na paisagem as referências transcendentais da luz e da ordem que são os atributos do belo.*<sup>110</sup>

O ordenamento da paisagem constitui um acto humano tão antigo como a agricultura. Ao ordenar o espaço e a forma, o Homem introduz um critério de usos e interfere na ordem natural da paisagem. Quando a exploração se intensifica, e excede os limites viáveis, a ordem desfaz-se e contribui para a simplificação da paisagem, pela uniformização imposta.

A paisagem não é um espaço estático e puramente natural, mas surge da interacção dinâmica do Homem/natureza. A ordem que a humanização introduz, mesmo como factor de empobrecimento de alguns aspectos da paisagem, faz parte da evolução desta.

Toda a paisagem é um prolongamento culturalmente ordenado. A ordem do mundo rural é uma concepção humana feita de um misto de arte e de técnica, o que a torna uma realização puramente humana e que a natureza não contém. De acordo com Ribeiro Telles, *a Paisagem é (...) a forma estética do sistema ecológico imposto pelo Homem ao espaço natural de maneira a que nele se possa habitar, viver, e que responda às necessidades materiais e espirituais da sociedade humana.*<sup>111</sup>

<sup>109</sup> ANDRESEN, M. T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

<sup>110</sup> TELLES, G.R. (2003b). "As autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem", in *Al-Uinã*, p.182

<sup>111</sup> id., *ibid.*, p.183.

A paisagem é apropriada de diferentes formas de acordo com o observador, através de uma exaltação de sentimentos pessoais, resultado da contemplação da beleza implícita, do planeamento da ocupação territorial e do entendimento das relações entre as realizações humanas e as ocorrências naturais.

Em termos genéricos, verifica-se que a Freguesia de Estoi é caracterizada por um conjunto de cenários diversificados, consequência das diferentes tipologias de uso, volumetrias, e variabilidade cromática e pelos diferentes graus de amplitude visual existentes. Todas estas características reflectem as características morfológicas e geo-pedológicas presentes, onde as áreas mais aplanadas se encontram dominadas por culturas intensivas e as zonas declivosas, ou se apresentam semi-naturalizadas ou são dominadas pelo pomar tradicional de sequeiro.

*Todas as palavras entusiásticas proferidas por poetas inspirados pela nossa paisagem, todas as apreciações do encanto sentido no privilegiado rincão português são mesquinhas quando neles se querem adivinhar o Algarve, esse majestoso cenário das mais variadas cores que se sucedem e deixam na nossa retina a sua superabundância de matizes e de efeitos de luz. É pelo Inverno adiante, a caminho do estio, o manto de imaculada alvura das amendoeiras floridas, o garrido tapete das searas semeadas profusamente das singelas e rubras papoulas casadas com malmequeres alvos e gracios; são as donairosas romanzeiras deixando ver por entre o verde escuro da sua folhagem as pétalas incendiadas das suas flores; as negras alfarrobas espreitando por entre as folhas, as figueiras beijando o chão, um céu cujas cores se não pintam, um mar de poesia que se não descreve.<sup>112</sup>*

*O clima do Algarve he temperado, e sadio pela maior parte. A Primavera e Outono são estações alli bem amenas; aquella começa mais cedo matizando os prados de lindas e odoríferas flores, e abotoando as árvores, de maneira que em Dezembro já as amendoeiras estão cobertas de flor e os campos de relva, que tornão os passeios deliciosos e agradáveis.<sup>113</sup>*

---

<sup>112</sup> BRITES, G. (1915). *O clima do Algarve – o inverno*, p. 34.

<sup>113</sup> SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, p. 47.

Os componentes estéticos da paisagem da Freguesia de Estoi podem sintetizar-se deste modo: luz - a visibilidade da paisagem reside na luz; céu - espaço atmosférico que envolve, e que funciona como cenário da paisagem, e define o horizonte; situação telúrica - forma da paisagem e acção antrópica; grandeza - é um conceito físico e estético. Esta grandeza é essencialmente estética; figura - conceito que tem carga estética e que baseia na junção de vários elementos que dão forma e ambiência à paisagem; movimento - é a essência da paisagem baseada na dinâmica da vida. Os pomares de sequeiro com amendoeiras com floração intensa em Janeiro, dá-nos maior percepção do rodar das estações e confere dinâmica temporal à paisagem; cultura – interacção do homem que impõe uma estética da paisagem que se espera que corresponda a uma ética de paisagem.

*Graciosissimo o aspecto paizagista d'este pequeno eden com a sua ponte entre macissos de arvoredos, com as ruínas das suas thermas romanas, com os seus outeiros verdejantes, onde gesticulam moinhos alegremente com tantos accessorios de molde talhados a arrancar a um pincel amestrado pequeninas telas, em que a natureza palpita de vida com todo o realce e esplendor de luz colorido de céu algarvio.*<sup>114</sup>

A impressão registada desta visita a Estoi parece permanecer actual. Resultado da complexa estrutura fundiária que se observa na região, e particularmente na Freguesia de Estoi, de minifúndio e de relevo irregular, ficou expressa na paisagem uma diversidade cultural singular. Nela estão inscritos os sistemas de compartimentação, como muros de pedra, sebes, valas de drenagem e outros, e o terraceamento nas zonas de maior declive, que contribuem para o enriquecimento e complexidade desta paisagem profundamente humanizada. Além destes elementos a partir desta zona de transição litoral/barrocal estabelece-se uma forte relação visual com a planície litoral e com o mar.

<sup>114</sup> PINTO, J. (1894). *O Algarve*, p. 112.



Orlando Ribeiro descreve, igualmente, com riqueza de fundamentos, a impressão causada pela observação da paisagem de Estoi:

*Os claros rochedos de calcário, as construções branqueadas de cal, as manchas escuras do arvoredado, os tufos de aroeira, os loendros à borda de água, os leques rasteiros da palmeira-das-vassouras, tudo debaixo de um céu de azul intenso, oferecem imagens que balde se procurariam noutros lugares. As amendoeiras em flor (no meio do Inverno) constituem um elemento inconfundível da paisagem e mais um motivo de atracção turística.<sup>115</sup>*

No Barrocal, a cor dos terrenos cobertos de vegetação sub-arbustiva, comunica à paisagem um perfil único, realçado pela luz clara que a envolve:

*Os vales abrem-se largamente, as ribeiras sulcam a sub-região com uma rede arterial fecundante, e a alfarrobeira, a figueira, a amendoeira e a oliveira, espalham-se, cobrem o solo com um manto verde matizado. No seu conjunto é uma zona montanhosa onde a luz meridional põe cores fortes e vivas mas que lhe adoçam as formas.<sup>116</sup>*

No âmbito da caracterização dos componentes estéticos da paisagem da Freguesia de Estoi, procurou-se detectar os locais com vistas panorâmicas, com potencialidades como zonas de passeio, quer pedonal, quer viário. Por outro lado, identificaram-se as zonas de maior sensibilidade paisagística, isto é, as zonas visualmente mais expostas, onde devem ser particularmente acautelados os impactes provenientes de eventuais intervenções. Neste âmbito, foi considerado com estatuto especial o Cerro do Guilhim, de considerável interesse pela integridade do carácter natural e relevância relativamente à envolvente.

---

<sup>115</sup> RIBEIRO, O. (1993). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 79.

<sup>116</sup> GOUVÊA, A. M. (1938). *Algarve – aspectos fisiográficos*, p. 73.

A definição das zonas de sensibilidade paisagística foi elaborada com base na análise das zonas mais elevadas e zonas de encosta, que se encontram expostas à paisagem envolvente (*vide* apêndice, carta nº. 13).

A qualidade visual da paisagem é definida pelos atributos biofísicos (relevo, uso do solo, presença de água) e estéticos (harmonia, diversidade/complexidade, singularidade e estrutura visual dominante). Considera-se que a paisagem da Freguesia de Estoi, quanto à qualidade visual da paisagem, apresenta três graus: reduzida, média e elevada.

De acordo com os atributos mencionados, podemos distinguir genericamente 3 sub-zonas distintas de paisagem onde o grau de qualidade é variável: zona baixa de campina (reduzida); zona montanhosa e zona da aldeia de Estoi (elevada); zona de transição (média). Quanto à sensibilidade visual da paisagem, considera-se de maior ou menor capacidade de uma zona ser sujeita a alterações sem pôr em causa os seus valores cénicos. A zona montanhosa e a zona da aldeia de Estoi, e envolventes, apresentam alta sensibilidade visual. Constituem áreas que, de acordo com as características de acessibilidade visual da fisionomia e natureza dos seus elementos, poderão reagir de forma negativa a eventuais perturbações externas. Todas as outras zonas apresentam uma média/baixa sensibilidade, traduzindo maior capacidade de absorver visualmente alterações na estrutura apresentada.

A cadeia de cerros onde se integra grande parte da Freguesia de Estoi, em que se destacam os Cerros do Guilhim, do Malhão e o sopé do Cerro de S. Miguel, constitui o cenário que enquadra a paisagem da Campina de Faro. Foi, por isso, considerada área de grande sensibilidade paisagística.

### **3.1.2.6. Elementos patrimoniais**

A paisagem revela marcas de épocas distintas. É o resultado da humanização do território, com base na sucessão de processos muito variados, que nos legam numerosos vestígios de influências e actividades.

O recurso à pedra verificado no Mediterrâneo, que torna a civilização mediterrânea numa civilização da pedra, consequência da relação estreita do Homem com este material, confere à paisagem um carácter de especificidade cultural. Daí o carácter construído da paisagem mediterrânea. Constitui um importante contributo para a identidade da paisagem mediterrânica, de que é paradigma a paisagem do Barrocal Algarvio, onde se insere a área em estudo.

*Há um tipo de povoamento mediterrâneo, como há para a habitação e outras construções, um material de preferência. Este é a pedra (...). Habitações, muros de propriedades, socalcos que sustentam as culturas, tudo revela a mesma constante utilização do material que por toda a parte abunda: às vezes basta retirar de um campo as pedras que prejudicam o manejo dos instrumentos aratórios para com elas erguer muros ou sustentar a terra no declive.<sup>117</sup>*

O património cultural e natural (este enquadra-se no sistema biofísico) pode interpretar-se como a base estrutural do território. Efectivamente o traçado dos caminhos, o assentamento dos aglomerados e as terras de cultivo revelam o respeito pelas condicionantes naturais - a topografia, a hidrografia, a vegetação natural, os solos -, o que conferiu uma identidade ao território e à paisagem.

Associada à diversidade do meio físico, também a região algarvia apresenta heterogeneidade quanto ao património construído: o litoral, bastante descaracterizado, onde tem havido uma preocupação crescente nas intervenções em alguns centros históricos; e o interior, onde é necessário fazer uma avaliação urgente das estruturas rurais com interesse patrimonial.

A paisagem tradicional do Barrocal Algarvio, através de todo um sistema de construções rurais, onde assentava o modo de vida das populações, tem permanecido à margem das preocupações patrimoniais. daquelas estruturas destacam-se os sistemas de captação e de distribuição de água, que constituem uma imagem de referência na paisagem algarvia.

---

<sup>117</sup> RIBEIRO, O. (1993). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 85.

Do levantamento do património edificado da Freguesia de Estoi, constata-se a predominância de objectos sem grande relevância arquitectónica, na maioria de características estéticas e construtivas simples. Exceptuam-se alguns elementos que se encontram inseridos na aldeia de Estoi, e que serão descritos particularmente.

De facto, a casa tradicional de habitação da freguesia é caracterizada pela simplicidade das formas e dos materiais de construção. De acordo com o levantamento da arquitectura popular de Portugal, identificámos duas tipologias de construções habitacionais na freguesia: habitações características do Baixo Algarve, constituídas por vários anexos (pocilga, forno, estábulo, galinheiro, entre outros), com cobertura de uma ou duas águas, geralmente em alvenaria de pedra e com chaminé; e habitações do Algarve Central, com cobertura mista (telhado e açoteia), na maioria dos casos em alvenaria de pedra e cantaria nos vãos. Ambas as tipologias apresentam as paredes rebocadas e caiadas.<sup>118</sup>

Constituem, no entanto, uma importante marca da humanização e elementos importantes para o entendimento da paisagem e da forma como o Homem a utilizou em proveito próprio. Os objectos patrimoniais edificados representam, no conjunto, um património assinalável, com potencialidades de reutilização, uma vez que se encontram na maioria sub-aproveitados e, muitos, em estado de conservação preocupante.

A Freguesia de Estoi insere-se num território muito antropizado, pontuado de assentamentos edificados com uma forte dependência do núcleo maior, a aldeia de Estoi.

Os elementos patrimoniais edificados da freguesia foram classificados em 3 categorias: património arqueológico, património hidráulico e património edificado propriamente dito (*vide* apêndice, carta nº. 16). Além destas categorias de elementos patrimoniais, identificámos, ainda, o património paisagístico e as manifestações típicas que caracterizam a freguesia, que contribuem para a afirmação da sua identidade. Constituem uma categoria que podemos denominar de património etnográfico. No caso da Freguesia de Estoi, de entre os costumes tradicionais que perduraram até à actualidade, assume destaque a Festa da Pinha.

---

<sup>118</sup> AAVV (1980). *Arquitectura Popular em Portugal*. Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses. 2ª. Edição, Lisboa.

A Festa da Pinha remonta à época medieval e constitui o ex-libris da freguesia. Está associada à devoção dos antigos Almocreves à sua padroeira, N. Sra. do Pé da Cruz, cuja ermida está localizada na aldeia de Estoi. A festa engloba um conjunto de festejos realizados nos 3 primeiros dias do mês de Maio, dos quais tem realce a romaria equestre entre o Ludo e a aldeia de Estoi.

Da festa antiga manteve-se apenas a parte profana, que se inicia com um cortejo de cavalos e carros artisticamente decorados, desde o Ludo, local onde se efectuam os bailes, até à aldeia de Estoi. A romaria evoca o trajecto dos almocreves residentes na freguesia para o Alentejo e para as Beiras, onde trocavam os frutos secos com outras mercadorias. O regresso a casa era marcado com grande festa na zona do Ludo, onde se localizaria a propriedade do senhor, donde regressavam de noite em romaria à Ermida de N. Sra. do Pé da Cruz, em agradecimento pelo sucesso da viagem.

#### Descrição dos elementos patrimoniais da Freguesia de Estoi:

##### ▪ Património Paisagístico

(Incluem-se nesta categoria os elementos particulares da paisagem criados pelo homem intencionalmente para desempenharem funções estéticas, lúdicas e de enquadramento).

##### Jardins do Palácio de Estoi

A aldeia de Estoi é conhecida por englobar na estrutura urbana um exemplar notável da arquitectura romântica, única desta dimensão no Algarve: o Palácio de Estoi.

A complexa unidade, a que vulgarmente se denomina Palácio de Estoi, abrange, além de outros espaços abertos, um jardim, conjunto que tipologicamente se poderá classificar como Quinta de Recreio.

As quintas de recreio constituíam pequenos *mundos*, onde as necessidades do utilitário se ligavam ao prazer de viver e ao prestígio social. A mata, a horta, o jardim e o laranjal ocupavam

espaços bem definidos, articulados entre si, onde a produção se ligava intimamente à contemplação.<sup>119</sup>

Segundo Francisco Lameira, nos princípios do séc. XIX o Palácio de Estoi e o *Jardim de Estoi* não eram a mesma propriedade. Havia nessa altura duas propriedades: a Quinta de Estoi e o *Jardim de Estoi*.<sup>120</sup> A Quinta de Estoi foi construída como quinta de recreio, em 1782, por José de Carvalho e Vasconcelos. Era *uma fazenda com casas magnificas, um jardim correspondente, diferentes hortas e terras de sementeira regulando tudo para magnificência e recreio com belas e famosas ruas unindo os prédios com um passadiço de óptimos lances de escadas da cantaria, feitas das entradas e pórticos das ruas com robustos pilares (...)*<sup>121</sup>

A unificação das duas propriedades ocorre em 1817, entretanto na posse de Francisco de Carvalho e Vasconcelos, que já detinha a Quinta de Estoi. Esta resulta de vários anexos que foram fundidos numa grande fazenda denominada Jardim de Estoi: *O Jardim de Estoy é hoje (1893) uma ruína, mas uma famosa ruína, ainda magnifico padrão do antigo esplendor. O forasteiro desprevenido maravilha-se de como no seio d'esta aldeola veio engastar-se esta jóia quasi principesca, uma vivenda aristocrática, um palacete ajardinado tão discordante da modesta mediocridade das hortas algarvias.*<sup>122</sup>

As descrições supramencionadas revelam o esplendor e magnificência do conjunto formado pelo Palácio, e pela estrutura de pomares e jardins, em grande parte responsáveis pela identidade da aldeia.

Os jardins do Palácio são hoje uma miragem do que foram. Funcionam como espaços abertos públicos, embora de utilização condicionada.

Os jardins do Palácio de Estoi que, tiveram desde o final do séc. XIX utilização intensa por parte da população local, desempenharam durante muito tempo o papel de jardim público.

---

<sup>119</sup> CARAPINHA, A. C. P. (1995). *Da essência do Jardim Português*. Vol. I. Universidade de Évora, Évora.

<sup>120</sup> LAMEIRA, F. (2005). "Contributos para o estudo da arquitectura setecentista algarvia: a Quinta de Estoi" in *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. DGEMN, Lisboa.

<sup>121</sup> ANTT, *Desembargo do Paço – Algarve*, m. 516, nº. 63. fl 10 citado por LAMEIRA, F. (2005). "Contributos para o estudo da arquitectura setecentista algarvia: a Quinta de Estoi" in *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. DGEMN, Lisboa.

<sup>122</sup> PINTO, J. (1894). *O Algarve*, p. 113

A antiga residência de veraneio da família Carvalho e Vasconcelos, vulgarmente conhecida por Palácio de Estoi, constituiu uma unidade de recreio e produção que, devido à estrutura edificada, e complexa composição de jardins e espaços de produção, ao qual se associa o sistema de retenção e distribuição da água, é dotada de um valor patrimonial sem paralelo no Algarve. Com tipologia idêntica a uma Quinta de Recreio, tanto a organização dos espaços edificados como a composição dos espaços de produção regem-se pela componente do recreio e lazer, dotado de um programa lúdico que inclui casas de fresco, estatuária, pavilhões de chá, coreto e lagos.

O corpo central do palacete, mais alto e saliente que o restante, é antecedido por três patamares ajardinados. Esta axialidade prolonga-se pela zona de produção e de recreio através de um eixo arborizado com espécies exóticas e termina na entrada principal da propriedade.

Ao contrário do que se possa depreender à primeira vista, é íntima a relação estabelecida entre esta unidade formal e a estrutura edificada e de espaços abertos da aldeia. Embora constitua uma estrutura formal, arquitectonicamente distinta do contexto edificado da aldeia, é notória a articulação com eixos de circulação que partem do aglomerado, e que são incorporados e admitidos na organização os vários sub-espacos, como é o caso da rua que parte do Largo Ossonoba para os campos agrícolas na periferia da aldeia.

Os espaços de produção e recreio que envolvem o palácio integram diversas tipologias, desde o jardim formal, numa plataforma fronteira à escadaria de acesso ao corpo principal do palácio, passando pelas alamedas frondosas com espécimes exóticos, até aos pomares de citrinos.

## ▪ Património arqueológico

### Fortaleza do Castelo

Situa-se no cimo do Monte do Castelo, a 0,7 Km, a Poente da margem direita do Rio Seco. Neste sítio encontraram-se as ruínas de uma antiga fortaleza e restos de uma estação típica do calcolítico. O Monte do Castelo é uma estação da idade do cobre e, particularmente, de uma população mineira que ocupou pontos nas actuais Freguesias de Santa Bárbara, Estoi, S. Brás e St<sup>a</sup>. Catarina. É de crer que a origem remonte a um castro conquistado pelos romanos no séc. II a.C.. Em 713 foi tomado pelos mouros, que arrasaram a fortificação.

### Necrópole do Cerro do Guilhim

Na encosta oriental do Cerro do Guilhim encontraram-se vestígios de uma necrópole do período romano. Dos achados destacam-se uma inscrição funerária e fragmentos de objectos em bronze.

### Ruínas de Milreu

Classificadas como Monumento Nacional (Dec. de 16/06/1910). A *Villa* de Milreu é considerada uma das maiores *villae* romanas de Portugal. *Villa rustica* do séc. I d.C., transformada no séc. III em habitação de luxo de uma família nobre de Ossonoba (actual Faro).

Está localizada na proximidade da Estrada de Faro a S. Brás de Alportel, entre o sítio do Coiro da Burra e Estoi, junto ao nó de Faro da Via do Infante.

A *Villa* de Milreu ocupa uma posição de destaque entre o grande número de *villae* do Algarve, devido às várias estruturas, ainda hoje em parte conservadas. A *Villa* de Milreu esteve sujeita a um desenvolvimento que começou com um pequeno centro agrícola (*villa rustica*) e chegou a alcançar grandes extensões na área residencial.

A construção da *villa* esteve certamente ligada ao crescimento económico geral no século I d.C. na Hispânia e na Lusitânia. Só mais tarde se procedeu à transformação da *villa rustica* em grandes complexos residenciais, onde foram instaladas numerosas divisões decoradas com mosaicos de pavimento. A planta das ruínas é composta por casa senhorial, organizada em torno de pátio central com peristilo de 22 colunas, balneário., templo. e instalações agrárias, termas com a sequência de apodyterium, frigidarium, com banheira circular, tepidário e caldearium, decorados com mosaicos, um deles com a figuração de peixes.

Nas imediações encontra-se uma casa rural quinhentista, utilizada actualmente para exposições. Actualmente tem utilização turística e cultural: estação arqueológica com centro de interpretação.

### Ponte do Fialho

Calçada do período romano. Encontraram-se vestígios da antiga ligação de Estoi para Loulé e S. Brás de Alportel, pela margem esquerda do Rio Seco. Os vestígios foram descobertos no leito da Ribeira Nova nas proximidades de S. Brás de Alportel. Em Estoi não existe qualquer fragmento (a calçada foi adulterada na margem esquerda do Rio Seco).



### Cancela

Sítio identificado com tijolos romanos e lajes de sepultura a 2 Km a norte das Ruínas de Milreu.

Indica a localização de necrópole romana.

### Arjona

Achado isolado do período romano: fragmentos de dólum, cerâmica de armazenamento.<sup>123</sup>

## ▪ Património hidráulico

No período islâmico, muitas zonas incultas do Algarve foram convertidas em pomares e hortas, reutilização possível com recurso à tecnologia hidráulica dos muçulmanos. A pouca água disponível era aproveitada através de sistemas de elevação (noras e azenhas) e da construção de aquedutos. Ainda hoje minas, poços, noras, aquedutos, tanques e cisternas são abundantes no Algarve, particularmente no Barrocal.

Os sistemas de rega que pontuam a paisagem, e introduzem apontamentos cénicos e estéticos na paisagem, foram na generalidade abandonados o que conduziu à destruição de grande parte destes e ao empobrecimento da paisagem.

Considera-se de maior interesse a manutenção destas estruturas, uma vez que constituíam os mecanismos para o aproveitamento das energias locais.

Todo o regadio do mediterrâneo pertence ao tipo de rega por carência. As formas de obtenção da água são muito variadas, mas há uma que tem caracterizado o Barrocal Algarvio: a nora.

É característica no Barrocal Algarvio a nora de tracção animal, vulgar nas hortas de planícies de sopé de relevos, onde a água é elevada para reservatórios ou aquedutos, donde é dividida para talhões de cultura hortícola ou de pomar.

A nora, cuja difusão se atribui aos árabes, revela uma enorme variedade de processos de obter e elevar a água.

---

<sup>123</sup> MARQUES, T. (coord.) (1995). *Carta Arqueológica de Portugal – Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*. Departamento de Arqueologia, IPPAR, Lisboa.

A intenção de irrigação das hortas obriga, por vezes, a conduzir a água para longe dos poços através de aquedutos. Há também noras sem aquedutos, em que a água é conduzida por canais à superfície da terra ou por caleiras subterrâneas.

A Freguesia de Estoi é pontuada, quer na zona norte, quer na zona sul, por muitos destes elementos de irrigação. Mas há referências que indicam que o património edificado ligado à obtenção de energia hidráulica e eólica seria mais numeroso. As Memórias Paroquiais de 1758 dão-nos ideia disso: *Estão ao longo desta mesma ribeira [Ribeiro de João Alcaide, agora Rio Seco], seis moinhos de água doce, que trabalham no seu ministério (...)*

*Tem mais um moinho de vento em uma quinta chamada da Bemposta, distante desta povoação um tiro de besta, pouco mais ou menos, que também supre muito no seu ministério quando os seis da mesma ribeira cansam ou descansam nele, por velhos (...)*<sup>124</sup>

Relativamente às noras, identificaram-se noras de rodas dentadas e noras de sarilho, todas com engenhos de ferro, sem utilização actual e votadas ao abandono. Ambas possuem um cadeado metálico de que estão suspensos alcatruzes de barro, de metal ou de madeira. As noras de rodas dentadas subdividem-se em noras de eixo curto baixo, noras de eixo comprido baixo e noras de eixo comprido alto. As noras de sarilho subdividem-se em noras de eixo curto baixo e de eixo comprido baixo. As noras de eixo comprido alto são muito abundantes e delas provêm as modernas noras deste tipo.<sup>125</sup>

Das noras inventariadas destaca-se uma, do séc. XIX, que se encontra inventariada pela DGMEN. Localiza-se na estrada que liga Estoi à Bordeira (EM 523), na margem da Ribeira da Alface, integrada num pomar. A nora tem planta circular, com abóbada de alvenaria de pedra suportada por arco abatido e quatro contrafortes. Tem engenho de ferro colocado na parte superior, ao centro. Não se integra nas tipologias da região, uma vez que a besta tem de subir por uma rampa para mover o engenho.

---

<sup>124</sup> BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro*. Nº. XXX, p. 246

<sup>125</sup> DIAS, J. e GALHANO, F. (1986). *Aparelhos de elevar água de rega. Contribuições para o estudo do regadio em Portugal*. 2ª. Ed. Dom Quixote, Lisboa.

Além das noras, a paisagem da freguesia integra inúmeros poços, muitos deles com roda, geralmente localizados perto de aglomerados populacionais e de caminhos públicos. Constituem elementos arquitectónicos muito simples, na maioria sem qualquer utilização actual.

São uma referência histórica do modo de vida das gerações precedentes, cuja subsistência estava dependente deste e de outros tipos de estruturas de captação e armazenamento de água.

#### ▪ **Património edificado propriamente dito**

##### Núcleo histórico de Estoi

A Aldeia de Estoi revela um crescimento estruturado em várias épocas, a que correspondem tipos de malha distintos, nomeadamente um tecido irregular no núcleo inicial, reticulado e linear nas áreas de crescimento dos sécs. XIX e XX.

O núcleo urbano de Estoi é composto por um conjunto edificado de volumetria homogénea (1 ou 2 pisos), na generalidade de grande simplicidade arquitectónica.

Articulado com esta malha, ergue-se o Palácio de Estoi, antiga residência senhorial de veraneio. A implantação desta unidade reveste-se de grande impacto na paisagem uma vez que apresenta uma estrutura formal, tanto no espaço edificado, como no tratamento dos espaços verdes.

Apesar da localização estratégica, a aldeia não sofreu grandes alterações urbanísticas, como aconteceu em grande parte das aldeias algarvias.

O aglomerado urbano primitivo ter-se-á implantado no sítio onde hoje se erguem se encontram as ruínas da villa romana de Milreu, local onde se manteve até à Idade Média. Transferiu-se nesta época para Este, numa cota superior, no eixo entre a actual Igreja Matriz e a Ermida de N. Sra. do Pé da Cruz.

Na transição do séc. XIX para o XX, o aglomerado expande-se ao longo das principais vias de acesso, nomeadamente a Rua de Faro e a Estrada de Olhão. Nesta altura surge a malha ortogonal a Poente da Igreja Matriz. A construção do Palácio de Estoi, a nordeste da aldeia, no final da primeira metade do séc. XIX, condicionou a expansão da malha ortogonal para Norte.

Além dos edifícios abrangidos nos conjuntos das Ruínas de Milreu e do Palácio de Estoi, destacam-se outros imóveis com interesse histórico-artístico como a Igreja Matriz e a Ermida de

Nossa Senhora do Pé da Cruz, além de fontanários e bicas, alguns com trabalho interessante de cantaria, distribuídos pelos largos da aldeia.

O tecido edificado da aldeia tem inerente uma tipologia de espaços abertos, com uma lógica de relação entre eles, com contributo importante na conformação da identidade do espaço urbano.

O conjunto de espaços abertos da aldeia é constituído por diversas tipologias que se distinguem em ruas, largos, logradouros, e jardins. Todos eles contribuem para a definição de uma textura aberta que se articula com o edificado, desempenhando variadas funções no meio urbano.

Associada à estrutura edificada, constata-se a existência de uma estrutura de espaços abertos com área considerável, assumindo elevada expressão os logradouros privados no interior de alguns quarteirões. De facto, neste núcleo prevalecem os espaços abertos privados, sobre os espaços públicos: é significativa a área ocupada por logradouros e quintais disseminados por entre a malha edificada.

Relativamente aos espaços privados, os logradouros e quintais integram o sistema de espaços abertos e assumem-se como complemento dos espaços de carácter público. Não apresentam uma distribuição homogénea no núcleo urbano de Estoi: tomam maior importância em determinados quarteirões e apresentam-se limitados a pequenos quintais noutros. Ocupam geralmente a área interior dos quarteirões e estão dedicados essencialmente à produção agrícola, com predominância para os pomares de sequeiro e de citrinos nos logradouros de maiores dimensões e culturas hortícolas nos de menor expressão. Surgem estreitamente associados à área edificada e encontram-se isolados do espaço público por muros que esbatem a sua presença.

É fácil constatar que no núcleo central que gira em redor do Largo Ossoyoba, o núcleo medieval, com uma estrutura de ruas curtas e estreitas, com malha irregular compacta, os espaços abertos privados apresentam pouca expressão e encontram-se reduzidos a pequenos quintais nas traseiras dos edifícios.

As novas zonas de expansão, a Este do núcleo inicial e a Poente da Igreja Matriz, com traçado rectilíneo e malha ortogonal, encontram-se estruturadas em quarteirões menos compactos, com maior área livre entre os edifícios, permitindo a existência de logradouros de maiores dimensões.

O núcleo histórico de Estoi encontra-se em vias de classificação.

### Igreja Matriz de S. Martinho

A actual Igreja Matriz de Estoi teve origem na Ermida de S. Martinho, implantada na zona sul da aldeia. Com a elevação da Aldeia de Estoi a sede de freguesia, na segunda metade do séc. XV (em 1471 como subdivisão da Freguesia da Sé), a primitiva ermida deu origem a uma igreja de maiores proporções.

O templo foi reconstruído nos finais do séc. XVIII, sob orientação do arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri, trazido de Itália pelo Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar. A fachada principal Neoclássica é delimitada por cunhais de cantaria, rematados por urnas funerárias de massa, encimada por frontão triangular.

### Ermida de N. Sra. do Pé da Cruz

Ermida em estilo Chão, datada da primeira metade do séc. XVII, de planta longitudinal e nave única, com capela-mor Rococó e frontão Neoclássico.

Apresenta planta longitudinal com torre sineira, à esquerda, e fachada principal delimitada por cunhais de cantaria rematados por frontão triangular em massa, elaborado na campanha de obras da primeira metade do séc. XIX.

O culto nesta ermida está relacionado com a Festa da Pinha, uma antiga tradição de Estoi, que se mantém.

### Palácio de Estoi

Exemplar de arquitectura civil romântica. Palacete de piso único disposto horizontalmente, com corpo saliente, com interiores decorados segundo os modelos franceses setecentistas, como o Salão Nobre ao estilo Luís XV.

O edifício tem o corpo central dividido em três panos marcado por pilastras jónicas, cada um com um vão de sacada de perfil semicircular sobrepostos de óculos coroados de frontões contracurvos. Tem adossada a Oeste uma capela de planta longitudinal, com nave única e fachada principal com embasamento proeminente, de pano único rematada por um frontão triangular. Perto do largo da igreja tem início uma das alamedas de entrada nos jardins; no 1.º plano destaca-se a gruta servida por um portal em arco semi-circular ladeado de 2 colunas coroadas por um frontão; o 2.º plano é ocupado por um grande lago com jogos de água que brotam, ao centro, de um grupo de

sereias; o último plano, ou terraço, tem um pequeno jardim fechado com pavilhões de fresco aos cantos a enquadrar o palacete; a nascente existe uma réplica do Santuário das ruínas de Estoi. Todos os muros do jardim são coroados por bustos de cerâmica alusivos a diversas personagens da época.

Foi classificado como imóvel de interesse público pelo Dec. nº 129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977, classificação que abrange os jardins.

O Palácio e jardins envolventes, propriedade da Câmara Municipal de Faro, estão afectos à Enatur, através de protocolo de cedência, com o objectivo de se promover a adaptação a Pousada histórica.

Além dos elementos notáveis descritos, a Freguesia de Estoi integra outros valores patrimoniais, com menor interesse histórico/artístico, mas que constituem marcas da acção humana no território. Entre estes incluem-se os seguintes:

#### Capela de N. Sra. do Rosário

Capela de dimensões reduzidas, de arquitectura simples, erigida nos meados do séc. XX, junto ao nicho e à fonte de N. Sra. do Rosário. A água que jorrava da fonte próxima era considerada milagrosa, o que impulsionou o culto a N. Sra. do Rosário neste local, que se materializou, primeiramente, com a construção de um nicho e, mais tarde, com a edificação da capela.

#### Eiras

Identificaram-se várias eiras, na maioria situadas junto a habitações, tanto na parte norte, como na parte sul da freguesia. Seguem o modelo tradicional, com configuração circular, com chão pavimentado com ladrilho ou em terra e muretes em pedra, geralmente caiada.

#### Moinhos de vento

Existem na freguesia 4 zonas onde se podem admirar as estruturas edificadas de moinhos de vento, já que nenhum deles conserva a estrutura das velas: no Cerro do Guilhim, no Cerro do Malhão (Moinhos do Azinheiro), numa colina junto à Capela de N. Sra. do Rosário (Moinho do Castiço), e no Cerro do Costa, nas proximidades da Aldeia de Estoi.

### Moinho de água (Azenha do Feliz)

Foi identificada, junto à Ribeira do Peral, uma edificação de reduzidas dimensões, em alvenaria de pedra, em ruína, cujo principal objectivo era a moagem. Integra no interior estruturas em ferro, que eram movidas através da passagem da água em condutas ligadas ao leito da ribeira.

### Muros e valados

Constituem os elementos edificados com maior expressão na paisagem da freguesia. Estas estruturas foram criadas com três finalidades: sustentação de terras, compartimentação de parcelas e drenagem. Representam a íntima interacção do Homem com o território e a adaptação do substrato, de modo a permitir, nas áreas mais declivosas, a prática da agricultura, a mais importante fonte de subsistência da população da freguesia em tempos recuados.

(os muros e valados foram descritos com pormenor no ponto 3.1.2.2 – *Zonagem e Compartimentação*).

## **3.2. EVOLUÇÃO DA PAISAGEM**

Ao longo do tempo, o Homem actuou no território, primeiro com base em relações simples de sobrevivência e, posteriormente, em progressiva dominância. Estas acções geraram grandes mudanças na paisagem, mediante uma sucessiva artificialização, com recurso crescente a meios técnicos e tecnológicos mais avançados.<sup>126</sup>

Da intervenção continuada do Homem na paisagem resultaram transformações, mais ou menos profundas, que alteraram a antiga fisionomia da paisagem. O primitivo espaço rural tornou-se lugar de intervenção de sucessivos grupos humanos, com o objectivo de satisfazer as necessidades primárias. Para o concretizar, recorreu a processos culturais e tecnológicos de modo a dominar os elementos físicos do território, com base em práticas predadoras/recolectoras e produtoras.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> MARTINELLI, M. e PEDROTTI, F. (2001). "A Cartografia das Unidades de Paisagem: questões metodológicas" in *Revista do Departamento de Geografia*. Nº. 14. Universidade de S. Paulo pp. 39-46, S. Paulo.

<sup>127</sup> CONDE, M. (2000). *Uma paisagem humanizada – o Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Edição da Patrimonia Histórica, Cascais.

O Homem alterou profundamente a zonagem natural e, com ela, o equilíbrio pré-existente, e associou essa intervenção aos factores e elementos naturais, para promover a subsistência. A paisagem do meio rural começou por ser transformada pelo pastor e pelo agricultor, a partir da mata ou de paisagens primitivas, apenas humanizadas devido à caça e/ou à recollecção.

A mata primitiva cedeu lentamente extensão à pastagem e à cultura, processo que originou uma nova distribuição da vegetação, diferente da formação primitiva.

Actualmente, a paisagem é alvo de um processo de adaptação dos sistemas produtivos aos novos processos tecnológicos, resultantes do progresso científico e aos novos padrões de vida das comunidades, que muito as têm degradado.

O Homem é um construtor da paisagem que, por incidência dos determinismos sócio-económicos, pode provocar a sua destruição. Mas a intervenção humana é, igualmente, fundamental para o equilíbrio e conservação da paisagem agrícola. É através da presença humana na manutenção do funcionamento dos sistemas agrícolas que é assegurado o controlo dos incêndios, a manutenção e preservação dos cursos de água, a biodiversidade, em suma, a qualidade da paisagem. Os problemas da degradação ambiental e paisagística têm origem na intensificação ou no abandono dos sistemas culturais. Mas sempre que, por motivações de ordem económica ou social, o Homem abandona o campo, os sistemas agrícolas e a paisagem degradam-se.

Relativamente ao Barrocal Algarvio, antes da acção humana, a paisagem era dominada pelo bosque denso de azinheira (*Quercus rotundifolia*), acompanhada pelo carvalho-cerquinho (*Quercus broteroi*), pelo zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*) e pela aroeira (*Pistacia lentiscus*). Para além destas surgiam as galerias caducifólias de freixos, salgueiros e outras, que acompanhavam as linhas de água mais importantes.

Após a chegada das grandes civilizações mediterrânicas ao Sul de Portugal, a alfarrobeira, a oliveira (*Olea europaea*) e a amendoeira (*Prunus dulcis*) passaram a ser



favorecidas, em detrimento da azinheira e outros carvalhos. De tal maneira que, hoje se a intervenção humana cessasse completamente, o potencial desfecho da sucessão ecológica seria um bosque provavelmente diferente do dos tempos primitivos.

O fogo foi o primeiro instrumento para os grandes trabalhos culturais do pastor e agricultor primitivos. As queimadas abriram no alto das serras e nas colinas do Barrocal amplas clareiras. A cultura cerealífera ocupou, mais tarde, as encostas menos inclinadas da Serra e do Barrocal e as terras mais férteis. As matas originais foram destruídas pela acção dos povos que sucessivamente ocuparam a região. Delas restaram, somente, pequenos núcleos em vales apertados e encostas de difícil acesso. Algumas áreas deixadas ao abandono, porém, cobrem-se de novo, em poucos anos, de formações arbustivas naturais que caminham para o estado de mata.

A organização agrária romana obrigou os povos a descerem para os vales e a cultivá-los. Introduziu decisivamente a cultura de árvores de fruto nas folhas de cultura, o que originou definitivamente a feição mediterrânica à paisagem algarvia. Os pomares de sequeiro apareceram, então, como resultado de um continuado trabalho de alteração das condições ambientais preexistentes, nomeadamente a eliminação da vegetação natural e a intensa despedrega dos terrenos. Estas acções levaram à constituição de uma paisagem em mosaico, entrecortada por muros de pedra.

O território envolvente à cidade de Ossonoba (Faro), caracterizou-se desde tempos imemoriais por integrar ecossistemas de múltiplos recursos económicos. A zona interior, com extensão até ao Barrocal, é constituída essencialmente por uma planície de aluvião, também com solos agrícolas com boa potencialidade agrícola, encostada às franjas de calcário do Jurássico, que permitia culturas mistas de sequeiro e regadio.

Juntamente com a cidade, a *villa* constituiu uma das mais típicas criações da civilização romana. Pode definir-se genericamente como uma exploração rural de cariz senhorial onde, para além das estruturas e equipamentos próprios das actividades agro-pecuárias, se erguiam

construções de tipo urbano, casas de habitação, termas e templos. No Algarve é notória a preferência pelo Litoral, em detrimento da Serra e do Barrocal. No entanto, surgiram na transição entre a planície litoral e o Barrocal várias *villae*, entre as quais a de Milreu.<sup>128</sup>

Cidade e *villa* eram instrumentos de romanidade responsáveis pela alteração da paisagem. Neste contexto, as vias surgiram como eixos estruturantes que permitiam uma articulação entre os dois tipos de espaços e facilitavam a interacção entre o meio rural e o urbano.

No período final do Império, assistiu-se em todas as províncias romanas a um declínio crescente das cidades, a par de um progresso e prestígio das *villae*, de forma que muitos grandes senhores trocaram a vida agitada das primeiras, pela pacatez das segundas. O resultado ficou demonstrado na famosa magnificência das *villae*.<sup>129</sup> É assim que, a partir do séc. III, foi promovida a monumentalização das *villae* como Milreu, que procuraram concentrar o conforto e o luxo da casa urbana e tudo o que a cidade oferecia. A *Villa* de Milreu surgiu no contexto da formação das *villae* do litoral algarvio. As *villae* da franja litoral do sotavento assumiram um papel de complementaridade na acção romanizadora dos campos.<sup>130</sup>

A escolha da cidade de Ossonoba com funções de capitalidade potenciou a instalação de várias *villae* sub-urbanas que exploravam as terras mais férteis da campina de Faro e da Conceição, com importantes funções como unidades de exploração agro-pecuária. A importância destas funções agrícolas em Milreu é, ainda, atestada pela existência de grandes lagares de azeite e de vinho que esclarecem, desde logo, que a vinha e o olival marcaram a paisagem da campina de Estoi/Conceição por onde se estenderia o *fundus* da *villa*.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> BERNARDES, J. P. (2005). "A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba" in *Caminhos do Algarve Romano*. Edição da Câmara Municipal de Faro, pp. 35-42, Faro.

<sup>129</sup> ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, L. J. (1994), "Sobre a romanização do Algarve" in *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga*, pp. 455-465, Coimbra.

<sup>130</sup> HAUSCHILD, T. (1984). "A Villa Romana de Milreu, Estoi-Algarve" in *Arqueologia*. Nº. 9. pp. 94-104, Porto.

<sup>131</sup> ARRUDA, A. M. et al (2005). "A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos" in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8.1. Instituto Português de Arqueologia. pp. 177-208, Lisboa.

A produção de Milreu passava certamente, também, pelas culturas cerealíferas. A policultura mediterrânea de cereais, vinha e oliveira constituiria a mais importante componente no Algarve, como em todo o mundo romano, além da produção hortícola e dos característicos pomares da região.<sup>132</sup>

Após a romanização seguiu-se um longo período de influência árabe. Com os árabes, houve incremento das áreas de ager (culturas intensivas e hortas, junto aos núcleos urbanos). Paralelamente, ocorreu a regeneração da silva (espaços de novo invadidos pela mata). Os espaços de saltus eram utilizados para a pastagem do gado miúdo. A cerealicultura sofreu decréscimo e a vinha e o olival continuaram a ser importantes.

Os árabes viviam em aglomerados, ao contrário dos romanos que habitavam em *villae* dispersas, o que propiciou a criação de hortas de abastecimento urbano na envolvência das aglomerações. Procuraram aclimatar culturas tropicais e, para isso, introduziram técnicas mais apuradas na arte da rega. Recorreram à captação de água subterrânea (poços, noras, picotas) e introduziram variadas culturas hortícolas e frutícolas, além da secagem dos frutos.<sup>133</sup>

Há um século, a ocupação agrária do Algarve central continuava a basear-se nas culturas arbustivas e arbóreas. A dominante da paisagem correspondia ao pomar de sequeiro e sobretudo ao figueiral, com campos intercalares cultivados anualmente. A frequência da figueira justificava-se, como nos séculos anteriores, pelo valor comercial do figo, pelo papel na alimentação da população mais humilde e na engorda dos suínos domésticos.

As zonas de azinho existentes em solos mais ricos foram inicialmente agricultadas e pastadas. Cerca de 1870, iniciou-se, com a expansão da cultura cerealífera, a arroteia das terras de sobro.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup> GAMITO, T. J. (2005). "A cidade de Ossónoba e o seu território envolvente" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 343-359, Lisboa.

<sup>133</sup> CATARINO, H. (2002). "Herança islâmica na Madinat al-Ullā (Loulé) – Arqueologia e Território", in *Património Islâmico dos centros Urbanos do Algarve – contributos para o futuro*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

<sup>134</sup> MAGALHÃES, J. R. (1970). *Algarve Económico durante o séc. XVI*. Edições Cosmos, Lisboa.

Durante o séc. XX, registaram-se alterações importantes na agricultura em resposta à abertura aos mercados do país e, por outro, à diferenciação dos mercados externos. No primeiro caso, incrementaram-se plantações de alfarrobeiras, valorizadas pela indústria de preparação de rações para gados e a expansão do cultivo de legumes e frutas, para venda nos grandes centros urbanos. No segundo, destacou-se a afirmação das amendoeiras nos pomares de sequeiro, à medida que o figo se desvalorizava.

Ao longo do séc. XX, o pomar misto passou por uma evolução rápida que contemplou a expansão, manutenção, declínio e reconversão. De facto, nas primeiras décadas do séc. XX, verificou-se a expansão da superfície agricultada (por via das despedregas e desmatações), necessária ao crescimento da produção cerealífera (campanhas do trigo), às quais se associou o fomento do pomar de sequeiro.

Numa fase posterior, a manutenção, ocorreu uma diminuição do peso económico e da área de culturas anuais, devido às baixas produtividades destes solos. Este período caracterizou-se pela manutenção das áreas de pomar, com um decréscimo da importância do azeite como fonte de rendimento. O sistema afirmou-se pela componente de frutos secos (figo e amêndoa) que, através da transformação dos produtos derivados, ganhou novos mercados. O declínio do sistema teve início com o surto de emigração dos anos sessenta, que provocou, simultaneamente, a redução da mão de obra disponível e o aumento do custo.

Nas últimas décadas, verificou-se uma aceleração e intensificação drástica dos processos de transformação da paisagem. Os problemas e desequilíbrios da paisagem adquiriram maior gravidade por se terem generalizado, por corresponderem a processos de transformação da paisagem. Os problemas e desequilíbrios da paisagem adquiriram maior gravidade por se terem generalizado, por corresponderem a processos mais rápidos, por serem mais drásticos e por se tratar de intervenções conduzidas com falta de sensibilidade para a complexidade e para o valor da paisagem.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Colecção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Na zona em estudo, relativamente ao sistema silvo-agro-pastoril tradicional, está amplamente representado e imprime o traço mais característico da paisagem, que foi sendo modelada ao longo dos séculos.

O ordenamento do espaço rural estruturou-se em diferentes momentos, a partir do território afecto à cultura do pomar de sequeiro. Dos primórdios da agricultura restam, apenas, exemplares de alfarrobeira e oliveira de troncos gigantescos e idade avançada, situados sempre nos melhores solos. Quanto à azinheira, no últimos 30 anos, a representatividade desta espécie tem vindo a diminuir gradualmente devido, em grande parte, às alterações no sistema ecológico e sócio-económico.

Além disso, a plantação de extensos laranjais e outras culturas de regadio, em zonas de cultura de sequeiro, com a inevitável ameaça para os aquíferos, a violência da despedrega e a destruição de alfarrobeiras e oliveiras centenárias, tem originado a simplificação e o empobrecimento da paisagem.

A influência que a Política Agrícola Comum exerceu nas orientações agrícolas no últimos 40 anos e a globalização económica vieram alterar o ritmo das mudanças no mundo rural, tornando claras as responsabilidades do agricultor em matéria de conservação dos recursos naturais e da paisagem.

### **3.3. ESTADO ACTUAL DA PAISAGEM**

Nas últimas décadas, a sustentabilidade das paisagens agrícolas tem sido cada vez mais posta em causa. Por um lado, nas áreas rurais mais próximas às cidades de grandes e médias dimensões, o uso agrícola compete com outros usos do solo, mais agressivos. A agricultura, para se tornar mais rentável, torna-se mais especializada. A população dessas áreas passa a dedicar a maior parte do seu tempo a actividades fora da produção agrícola. Todos estes factos combinados contribuem para a descaracterização da paisagem do meio rural.

Nos finais da década de 90 do séc. XX, a paisagem agrícola de Portugal regrediu. Esta tendência negativa está estreitamente relacionada com a diminuição acentuada da população agrícola familiar. Verificou-se, paralelamente, na generalidade, a expansão da urbanização difusa. Esta dispersão é originada, tanto pelos habitantes naturais do campo, principalmente as gerações mais jovens, que optaram por actividades urbanas e pelo abandono da actividade agrícola, como pela população urbana, que escolheu residir no campo.

Na generalidade da paisagem do meio rural, e particularmente na paisagem da freguesia em estudo, as políticas agrícola e florestal conduziram ao abandono do campo e contribuíram para ocupações incorrectas da edificação. Estes aspectos concorrem para a degradação das estruturas fundamentais da paisagem, indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico e para a delapidação dos recursos fundamentais, como o fundo de fertilidade do solo.

Devido à perda generalizada do protecção dos produtos agrícolas portugueses, resultado da alteração das políticas agrícolas, bem como o êxodo rural e a grande evolução nos meios técnicos, ocorreram transformações que tiveram como principais resultados, uma mudança na estrutura fundiária, nas práticas agrícolas e no uso do solo. O sinal negativo da má gestão do território é a simplificação da paisagem, que conduz à diminuição da biodiversidade.

Relativamente ao sistema matriz da paisagem da Freguesia de Estoi - o pomar de sequeiro -, evidencia, actualmente, dois tipos estruturais fundamentais: um mais simplificado e homogéneo – o pomar de sequeiro em exploração – e outro, mais complexo e heterogéneo, – o pomar de sequeiro abandonado.

O pomar de sequeiro em exploração compreende apenas árvores de fruto, que podem apresentar-se sob a forma de um povoamento de densidade constante, dominado pela alfarrobeira, com uma distribuição aleatória das restantes árvores ou, ainda, como um conjunto de agregados monoespecíficos de figueira, amendoeira e, mais raramente, oliveira dispersos pelo alfarrobal.

O pomar de sequeiro abandonado apresenta um coberto arbóreo de estrutura semelhante ao do pomar em exploração, embora possua um estrato arbustivo, floristicamente comparável a um carrascal, com distribuição descontínua.<sup>136</sup> O abandono deste sistema agro-florestal, pelas consequências da interrupção da actividade humana, origina a invasão de matos. É a primeira consequência da cessação do cultivo e do pastoreio. No Barrocal, a flora pioneira é diversa e a dominância é da *Pistacia lentiscus* (aroeira) e da *Quercus coccifera* (carrasco).

Grande parte da zona em estudo estaria revestida pela azinheira, que se desenvolve bem no ambiente seco e de substrato calcário, tão característico desta zona. Apenas em certos locais bastante pedregosos ou declivosos sobrevivem, ainda, retalhos desta vegetação.

Na situação de abandono, o estrato arbustivo domina a vegetação e as árvores são vencidas na competição pela água. No Barrocal abandonado, o mato toma frequentemente um aspecto compacto e impenetrável. Verifica-se, também, a falta de regeneração dos povoamentos. A diminuição da produção de frutos e a competição da vegetação pela água limitam o desenvolvimento de novas árvores.

A pobreza dos solos e a escassez de água à superfície, levaram ao abandono de grande parte do território da Freguesia de Estoi por parte das actividades humanas tradicionais. Muitas zonas encontram-se cobertas por um matagal mediterrânico mais ou menos evoluído. Noutros locais, o substrato pedregoso surge como uma charneca de vegetação mais ou menos esparsa.

A alfarrobeira continua a constituir o principal recurso agro-florestal da zona. No entanto, é uma espécie abandonada na maior parte deste território, devido às dificuldades de práticas culturais e de mão-de-obra.

O grau de regeneração do coberto vegetal do Barrocal varia bastante em função da intensidade dos factores de degradação. O abandono do pomar de sequeiro conduz directamente à constituição de um bosque denso, que adquire a biodiversidade própria da comunidade climácica.

---

<sup>136</sup> PENA, A. e CABRAL, J. (1996). *Roteiros da Natureza – Algarve*. Temas e Debates, Lisboa.

Por seu lado, após o abandono de um cultivo ou de uma pastagem, só ao fim de muito tempo se atinge esse objectivo, passando por diversas fases intermédias de regeneração. Entre elas podem referir-se a charneca (habitat com extensos espaços desprovidos de vegetação), a garrigue (matagal médio ou baixo com cobertura vegetal descontínua) e o machial (matagal alto e denso).<sup>137</sup>

Embora se possam encontrar exemplos destas várias comunidades um pouco por toda a zona em estudo, a garrigue é a formação arbustiva mais comum que, por ser dominada pelo carrasco (*Quercus coccifera*), recebe o nome comum de carrascal. Uma característica importante destes carrascais é a abundância de cistáceas como a roselha-maior (*Cistus albidus*) e o sargaço (*Cistus monspeliensis*).

Nos últimos anos, e devido às boas características do solo e clima, assistiu-se à implantação sucessiva de pomares de citrinos, após despedregas volumosas que descaracterizaram a paisagem. Os citrinos, que começaram a ser produzidos na campina, a sul da Freguesia de Estoi, prolongam-se até ao Barrocal com estrutura e densidade distintos do pomar de sequeiro, originando uma paisagem ordenada e linear.

A actividade agrícola intensiva, nomeadamente através da introdução das culturas de estufas e, mesmo, pelo aumento considerável da implantação dos pomares, particularmente de citrinos em zonas de protecção aos sistemas aquíferos, tem contribuído significativamente para a destruição de habitats de elevado valor ecológico, cuja presença representa, muitas vezes, o único local conhecido em território nacional.

Nos pontos mais favoráveis foram implantados, há muito, pomares de sequeiro, hoje mais ou menos abandonados, rodeados de valados de pedra resultante da despedrega. Aí se fazem, embora já com raridade, culturas arvenses (ervilha, fava, aveia, trigo, grão de bico). Nas grandes depressões e planuras, sobretudo na zona sul da freguesia, instalaram-se vinhas, pomares extremos de citrinos e estufas de primores hortícolas (melão, tomate, pimento, feijão

---

<sup>137</sup> MINISTRO, J. *et al* (1999). "O Barrocal Algarvio: uma abordagem natural", in *Actas do 10º Congresso Nacional sobre o Algarve*. Rocal Clube. pp. 441-448, Portimão.



verde, morango), mediante o aproveitamento das condições do solo e a disponibilidade de água.

A paisagem constitui um recurso natural complexo, que expressa a apropriação e utilização do território ao longo do tempo. Revela o equilíbrio da articulação entre os sistemas naturais e os sistemas introduzidos pelo Homem ou, pelo contrário, reflecte os desajustamentos da utilização inconsciente dos processos naturais - degradações. A paisagem estudada, além dos valores patrimoniais intrínsecos descritos, contém, também, degradações.

Foram consideradas degradações na paisagem da Freguesia de Estoi: alterações abruptas da morfologia do terreno (modelações do terreno em zonas sensíveis e exploração de inertes); usos do solo incorrectos; degradação e ausência de galerias ripícolas; manchas de vegetação exótica (geralmente na proximidade de moradias; infraestruturas com impacto negativo (central eléctrica, estufas, moradias em encostas, etc.) (vide apêndice, carta nº. 13).

Como grandes infra-estruturas a que se encontram associados impactos significativos sobre a paisagem salienta-se a Via do Infante. Constitui uma barreira que provoca descontinuidade em termos visuais.

Uma das principais formas de degradação verificadas actualmente na paisagem da Freguesia de Estoi deve-se, sobretudo, à crescente urbanização e edificação dispersa, ilegal e legalmente autorizada, que se tem desenvolvido principalmente desde a década de 80. Este facto tem contribuído significativamente para a descaracterização da paisagem.

A extracção desordenada de inertes, sem a respectiva recuperação paisagista, além de constituir outro factor de destruição do manto vegetal, tem representado, também um factor de empobrecimento dos recursos cénicos da paisagem da Freguesia de Estoi. Verifica-se, até, a sobreposição de usos incompatíveis, como a localização de pedreiras em zonas de Reserva Ecológica Nacional (REN).

A ausência de controlo e fiscalização tem provocado alterações ao nível de impacto visual na paisagem, com repercussões desconhecidas no que respeita à biodiversidade e aos ecossistemas. As pequenas explorações de inertes, de carácter familiar, operam sem planeamento e ignoram a legislação de base ambiental de recuperação paisagística, o que gera

situações de taludes verticais muito altos. Por outro lado, origina alterações profundas ao nível dos solos, uma vez que conduz à destruição da vegetação e do próprio solo, alterando o relevo e a paisagem. Criam-se situações onde se verifica uma ausência generalizada de condições para a regeneração espontânea da estrutura vegetal e da paisagem, como é o caso das rochas nuas, com grande declive e sem solo, onde é impossível a fixação de espécies vegetais.

A paisagem em estudo constitui uma paisagem em rápida evolução. Vastas áreas encontram-se votadas ao abandono e, outras, em vias de sê-lo o que constitui um desafio para o ordenamento do território.

A paisagem onde se insere a Freguesia de Estoi traduz um grau de transformação da paisagem natural, resultado de séculos da acção antrópica sobre a estrutura da paisagem. A paisagem da freguesia é, por isso, uma paisagem cultural evolutiva. Resulta da interacção do Homem e da natureza, centrada na produção de sequeiro, nomeadamente no pomar tradicional de sequeiro, desenvolvido em condições, por vezes, difíceis que necessitou da armação do terreno em socalcos de pedra solta, o que confere à paisagem uma estrutura cultural rica. A construção de socalcos para suportar as culturas, considerado o elemento mais marcante da paisagem, a par dos valados que delimitam os caminhos e as parcelas de terreno, esculpiram uma paisagem de arquitectura complexa, marcada por mosaicos dispostos aleatoriamente.

As recentes evoluções ocorridas na agricultura provocaram uma alteração substancial na paisagem da freguesia. A expansão e intensificação de muitas actividades antropogénicas foram a principal causa de degradação. Estas alterações podem ser caracterizadas de uma maneira geral por: aumento da produção, e aumento da área agrícola em zonas ou com culturas impróprias; aumento da mecanização; proliferação caótica de pedreiras e britadeiras, muitas destas de cariz familiar.

As áreas onde a actividade extractiva se desenvolve caracterizam-se por um progressivo empobrecimento, reflectido na modificação paisagística ou nas características morfológicas do terreno. O zonamento da actividade extractiva ligada com a exploração da pedra calcária,

apoiado num processo de planeamento integrando variáveis como o cálculo de reservas, flora, fauna, património geomorfológico entre outros, poderá contribuir para modificar as tendências que se verificam de dispersão das pedreiras e total descaracterização do espaço envolvente.

A actividade extractiva, apesar dos benefícios em termos de dinamização económica, origina uma série de impactos sobre a paisagem, que é necessário minimizar sob pena de se provocarem graves danos, ao contribuir para a degradação de um valioso património paisagístico e cultural e se comprometer a utilização das áreas onde se desenvolve essa actividade.

Relativamente à aldeia de Estoi, verifica-se actualmente um tipo de intervenção que se traduz na expansão de loteamentos em propriedades rurais, coladas ao tecido urbano da aldeia. As políticas urbanas actuais, centradas na falta de visão global sobre o território, traduzem-se em descontinuidades e contribuem para situações desligadas do contexto da aldeia.

Em síntese, o estado actual da paisagem da Freguesia de Estoi é condicionado pelos seguintes aspectos: construção dispersa caótica, que tem ocupado locais onde a edificação deveria ser interdita (a implantação da maioria das novas estruturas edificadas não estão relacionadas com a morfologia do sítio); alteração dos sistemas de utilização da terra, baseados em modificações comandadas pelas novas políticas agrícolas; intensificação agrícola, com recurso ao regadio (muitas vezes em situações inadequadas, associada ao declínio da policultura tradicional de sequeiro); expansão de sistemas agrícolas permanentes, nomeadamente pomares de citrinos, que se reflectem na expressão paisagística; desaparecimento da população que se ocupava da terra, o que contribui para o abandono dos campos agrícolas e, conseqüentemente, para o empobrecimento paisagístico. Estes aspectos promovem a desvalorização da diversidade da paisagem, cujo uso equilibrado era garantido pelas comunidades residentes.



**4. DAS BASES PARA UMA PROPOSTA DE SALVAGUARDA  
E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM DA FREGUESIA DE ESTOI**

Após o diagnóstico dos valores patrimoniais (naturais e antrópicos) da Freguesia de Estoi, base essencial para a elaboração de uma proposta, pretende-se, com o presente capítulo, estabelecer um conjunto de medidas que procuram contribuir para a salvaguarda e valorização da paisagem.

Consideramos que a valorização da paisagem poderá ser garantida, tanto com medidas práticas e específicas, integradas no processo complexo de ordenamento do território, como também, pelo estudo e divulgação dos valores da mesma. Neste âmbito, além de abordarmos as bases de valorização e salvaguarda propriamente ditas, apresentamos uma proposta de delimitação das sub-unidades de paisagem.

#### **4.1. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE SUB-UNIDADES DE PAISAGEM**

De acordo com o estipulado pela *Convenção Europeia da Paisagem*, assinada em Florença em 20 de Outubro de 2000, ratificada em Portugal pelo Decreto nº. 4/2005, em 14 de

Fevereiro de 2005, nomeadamente no Artigo 6º. Alínea c) 1-a), cada país signatário ficou comprometido a *identificar as paisagens no conjunto do seu território; analisar as suas características bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam; e acompanhar as suas transformações.*<sup>1</sup>

Após a identificação e caracterização das unidades de paisagem de Portugal Continental, previstas pela *Convenção Europeia da Paisagem*, em estudo encomendado pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano à Universidade de Évora, no âmbito do Programa *Interreg*, cabe, em fase posterior, delimitar e caracterizar micro-unidades de paisagem, a um nível de abordagem mais específico.

A delimitação das sub-unidades da Freguesia de Estoi, integradas nas unidades de paisagem do Barrocal Algarvio e do Litoral do Centro Algarvio, constituirá o nosso contributo para essa delimitação no Concelho de Faro, após o estudo da estrutura da paisagem no capítulo anterior.

A demarcação preconizada assenta na observação de modelos que, dentro da unidade geral da freguesia, se repetem com consistência. Foi considerada, igualmente, a continuidade das unidades de paisagem, que extravasam os limites da freguesia e continuam nas freguesias limítrofes, pertencentes ao Concelho de Faro (Santa Bárbara de Nexe e Conceição), e, também, aos Concelhos de Olhão e S. Brás de Alportel. A demarcação referida é enquadrada à escala concelhia e interconcelhia, uma vez que o estabelecimento das unidades e sub-unidades de paisagem não poderá estar, obviamente, condicionado a limites administrativos.

As unidades de paisagem são áreas com características relativamente homogéneas, com um carácter específico que as diferencia das unidades envolventes. A definição das unidades baseia-se na multiplicidade de factores que condicionam a paisagem, quer os que caracterizam a componente mais objectiva, quer os que representam a componente subjectiva.

---

<sup>1</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.

Os factores que determinam a distinção das unidades provêm da morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, ou da combinação de vários componentes da paisagem.<sup>2</sup> As unidades de paisagem são partes do sistema e caracterizam-se por padrões de uso do solo, cuja uniformidade é determinada num referencial bidimensional. Para a percepção comum do território é claramente evidente que a unidade e a identidade de uma paisagem estão associadas ao domínio espacial que ela ocupa no solo.

O conceito de unidade de paisagem aplica-se a realidades diversas, que integram elementos organizados de forma característica e estabelecem entre si relações ecossistémicas e de trocas de energia. Estas unidades são sistemas dinâmicos, em evolução, e dependem da escala de análise e dos objectivos que são determinados no processo de delimitação.

A uma escala maior são identificadas outras unidades (sub-unidades), nas quais aumenta a homogeneidade, comparativamente com o que se verifica nas unidades determinantes em escalas menores. As sub-unidades de paisagem diferenciam-se dentro da unidade em que estão inseridas ao apresentarem características específicas, pelo menos, quanto a um factor de caracterização (tipo, morfologia, sistemas de exploração do solo, tipologias urbanas, entre outros). A consideração destas unidades de menor dimensão é legitimada quando constituem paisagens com caracteres distintos, mas com extensão insuficiente para a particularização como unidade de paisagem. A identidade destas sub-unidades resulta, portanto, de uma relativa homogeneidade das características intrínsecas mas, também, dos contrastes com as unidades adjacentes ou da presença de um cunho particularmente marcante.

No Algarve, a divisão da região considera 2 sub-regiões justapostas e desenvolvidas no sentido Oeste-Este, que diferem na flora, na geologia e litologia, no relevo e no clima, nos solos, nas paisagens agrárias e no povoamento: Serra e Baixo Algarve (Barrocal e Litoral). Paralelamente a esta divisão, é reconhecida uma diferenciação longitudinal, de natureza essencialmente climática. A divisão da província em Serra e Baixo Algarve, e deste em Barrocal e

---

<sup>2</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Colecção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Litoral, individualiza três sub-regiões que se sucedem no sentido Este-Oeste: Sotavento, limitada a oeste pelos cerros de Estoi; Barlavento, com extensão para oeste de Monchique; e Centro, situada entre ambas.

Em síntese, com base nas unidades administrativas, e ao compatibilizar as sub-divisões naturais com a actividade produtiva agrícola, considera-se a zonagem da sub-região do Baixo Algarve em Litoral e Barrocal.

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL), nomeadamente as conclusões dos estudos de caracterização e diagnóstico, a organização da Região do Algarve, para efeitos de planeamento territorial, é dividida em quatro grandes unidades territoriais terrestres: Litoral Sul e Barrocal, Costa Vicentina, Baixo Guadiana e Serra.<sup>3</sup> As quatro Unidades Territoriais subdividem-se em Sub-unidades Territoriais com características próprias e que constituem a base do modelo territorial do Algarve. Estas sub-unidades permitem espacializar as medidas e acções em que se materializa a estratégia do PROT Algarve. A identificação destas sub-unidades territoriais traduz a necessidade de abordagem e de intervenção integrada nos territórios de cada sub-unidade. Em alguns casos, correspondem a áreas com padrões de ocupação do solo homogéneos, individualizados no território regional; em outros casos representam áreas com padrões de ocupação distintos, agrupados por razões de contiguidade territorial, funcionalidade, coerência ou complementaridade ao nível das infra-estruturas ou equipamentos.

O PROTAL aponta para o alargamento do conceito de Litoral à faixa meridional do Barrocal. A proposta é justificada pela similitude de características dos dois espaços, que não justificam a anterior separação. O alargamento dos padrões de ocupação do solo edificados ao Barrocal promove a expansão da faixa litoral, interiorizando-se nos modelos de ocupação do solo.

A nova demarcação das sub-regiões do Algarve, particularmente a consideração de parte do Barrocal nas estratégias de desenvolvimento preconizadas para o Litoral, provocará, em nosso

---

<sup>3</sup> PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROTAL) (2004). *Caracterização e diagnóstico*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Vol. II, Faro.



entender, a expansão do modelo territorial que tem caracterizado a faixa litoral, com a consequência nefasta do alargamento da dispersão no Barrocal. Aceitando este factor tal como está, vamos prosseguir com a proposta para a Freguesia de Estoi.

A delimitação das sub-unidades de paisagem da Freguesia de Estoi (*vide* apêndice, carta nº. 20), embora com base na análise mais específica e particular de uma porção de território menos vasta, teve por base os critérios adoptados na análise das unidades de paisagem de Portugal continental. Claro que o nível de abordagem foi diferente. A delimitação proposta baseou-se na aplicação dos mesmos critérios, mas com um grau de especificidade maior, uma vez que a abordagem é realizada a uma escala maior. Da escala de análise ao nível do país e da região, passou-se para uma abordagem ao nível do concelho e da freguesia.

Na generalidade, foram consideradas como sub-unidades áreas com características claramente diferentes das que as envolve, mas com dimensão demasiado reduzida para corresponderem a uma unidade ou, ainda, áreas de grandes dimensões com características semelhantes ao resto da unidade, mas distintas por algum aspecto particular.<sup>4</sup>

No âmbito da delimitação das sub-unidades, consideraram-se as áreas com características homogéneas, com recurso à análise dos factores naturais (relevo, vegetação, hidrografia), em relação com a transformação (fragmentação do solo, traçado de caminhos, disposição das edificações). Foram ponderados, também, elementos de estrutura, nomeadamente o reconhecimento dos elementos constituintes da estrutura territorial (desenho do solo, mosaico cultural, corredores, traçado dos caminhos).

O estudo de identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental considerou 22 Grupos de Unidades de Paisagem, onde se integram 128 Unidades de Paisagem. A região algarvia, segundo a classificação referida, engloba 3 grupos de unidades de paisagem: Algarve; Serras do Algarve e do Litoral Alentejano; e Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino.

---

<sup>4</sup> ABREU, A. O. Cancela d' *et al* (2001). "Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental", in *Finisterra*. XXXVI. pp. 195-206, Lisboa.

Dentro destes grupos incluem-se 10 unidades de paisagem: inseridas no grupo Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino – Ponta de Sagres e Cabo de S. Vicente e Litoral Alentejano e Vicentino; incluídas no grupo Serras do Algarve e do Litoral Alentejano – Serra de Monchique e envolventes, e Serras do Sul ou Serras de Odemira e Caldeirão; incluídas no grupo Algarve – Bariavento Algarvio, Litoral do Centro Algarvio, Barrocal Algarvio, Foz do Guadiana, Vale do Guadiana e Afluentes, e Ria Formosa.<sup>5</sup>

A Freguesia de Estoi está incluída no grupo de unidade de paisagem denominado Algarve e integra-se em duas unidades de paisagem: o Barrocal Algarvio e o Litoral do Centro Algarvio.

Ao nível de abordagem da freguesia, colocam-se dúvidas relativas à inserção numa ou noutra sub-unidade. Ou seja, a freguesia ainda se apresenta como uma unidade contrastada na perspectiva edafo-climática e dos modelos da organização produtiva.<sup>6</sup> É o que se verifica com a Freguesia de Estoi que é dividida em dois sistemas fisiográficos distintos, que lhe conferem especificidades nos usos do solo, na distribuição dos aglomerados urbanos e no mosaico paisagístico. É fácil de reconhecer os sistemas referidos: o sistema de cerros na zona norte da freguesia, e a zona sul, de transição para o Litoral, caracterizada por cotas altimétricas mais baixas e por uma fisiografia de planície. Aos dois sistemas correspondem usos do solo distintos, com grande influência no modelo de paisagem resultante. A norte, genericamente, o pomar de sequeiro e matos, a sul, os pomares alinhados de regadio e as culturas hortícolas.

#### Descrição das Sub-unidades de paisagem da Freguesia de Estoi:

##### **I. Aldeia de Estoi**

O núcleo de Estoi é um elemento marcante e característico da paisagem da freguesia. É o único aglomerado da freguesia com consistência (não existem mais aldeias na freguesia).

---

<sup>5</sup> ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coleção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

<sup>6</sup> ROLO, J.C. (coord.) (1988). *A(s) agricultura(s) algarvia(s) – contributo para a caracterização no início dos anos 80*. Vol. I. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

Assume-se como uma micro-unidade onde domina a estrutura edificada, com densidade sem par na paisagem envolvente.

A Aldeia de Estoi é uma típica aldeia do Barrocal Algarvio, caracterizada por uma estrutura urbana dominada pela Igreja Matriz, ao qual está associado um largo, espaço aberto de reunião da comunidade, em redor da qual é estruturada a malha urbana.

Localizada no sopé de uma colina, a estrutura urbana da Aldeia de Estoi apresenta-se adaptada à morfologia do sítio, que originou uma estrutura desnivelada, que lhe confere maior dinâmica e maior riqueza paisagística. Tem como elementos importantes, na estrutura urbana, a unidade do Palácio e Jardins de Estoi e, na proximidade, as ruínas da antiga villa romana de Milreu, que lhe atribuem uma identidade muito particular.

A micro-unidade integra o Sítio do Coiro da Burra, uma vez que é íntima a sua ligação com a aldeia, podendo considerar-se uma zona de expansão periurbana, que têm como elementos de interface as Ruínas de Milreu e o Rio Seco.

Relativamente à rede viária, a aldeia localiza-se numa encruzilhada de vias, na maioria estradas municipais, que estabelecem a ligação de Estoi com os sítios da freguesia e, destes, com as freguesias circunvizinhas.

O turismo revela-se uma actividade económica com grande importância para a dinamização do núcleo de Estoi, que deve ser apoiado no desenvolvimento dos recursos endógenos e na valorização urbana e patrimonial. A expansão do edificado da aldeia deverá assentar num modelo mais cuidado e de maior qualidade, de modo a enquadrar-se no tecido antigo.

## **II. Campina**

Micro-unidade de paisagem distinta da matriz dominante da paisagem da freguesia, que tem como destaque uma ocupação agrícola intensiva, assente na horticultura e nos pomares de citrinos.

Integra-se numa unidade morfológica do Concelho de Faro denominada Campina de Faro, que corresponde a uma vasta planície de aluviões, resultado da deposição de sedimentos provenientes das áreas localizadas a norte. É caracterizada pelos campos agrícolas de

geometria ortogonal, com mosaico diversificado, composto por inúmeras parcelas, e onde se localizam muitos abrigos das culturas de regadio (estufas).

A elevada capacidade produtiva dos solos, a configuração plana do terreno, e a presença de água, permitem o desenvolvimento de policultura intensiva de regadio, intercalada com pequenas unidades de sequeiro.

A construção apresenta-se dispersa.

Esta micro-unidade é caracterizada pela abundância de sebes nos limites das parcelas, o que confere um carácter compartimentado à paisagem.

### **III. Caliços**

Assume características de transição entre o sistema colinar do Barrocal e a planície. Esta micro-unidade de paisagem integra-se numa unidade morfológica do Concelho de Faro denominada Caliços. Constitui uma pequena elevação que atinge 100 m de altitude no ponto mais alto (localizado na Freguesia de Conceição).

O mosaico cultural é idêntico ao do Barrocal, somente suportado em solos de natureza distinta, embora dominado pelo pomar misto de sequeiro e por culturas arvenses (policultura de sequeiro). Corresponde a um prolongamento do Barrocal, distinguindo-se deste pela menor relevância do relevo e por um mosaico cultural onde se integram áreas mais extensas de culturas de regadio, como os pomares de citrinos, embora com menos riqueza do ponto de vista agrícola, se comparado com a Campina.

### **IV. Transição cerros/planície**

Micro-unidade de paisagem que estabelece a transição entre o sistema de Cerros do Guilhim, Malhão e prolongamento do Cerro de S. Miguel (caracterizado por relevo acidentado, com zonas muito declivosas, onde abundam muros de pedra de sustentação das terras e matagal denso), e as zonas mais planas, com ocupação agrícola mais intensa (Campina e Caliços).

O sistema de cerros dilui-se a sul em pequenas colinas que se espraiam na planície litoral, constituindo uma micro-unidade característica, onde pontuam já culturas de regadio, como os pomares de citrinos. O pomar misto de sequeiro continua a constituir o padrão da paisagem desta micro-unidade, que se caracteriza, também, pela dispersão do povoamento, e onde se tem generalizado a instalação de novas moradias, pelo usufruto da paisagem proporcionado pelo sistema colinar.

### **V. Guilhim**

Considera-se uma unidade particular na paisagem da freguesia, pela relevância que assume em termos altimétricos (374m). Embora o cume do cerro não esteja localizado na Freguesia de Estoi (integra-se na Freguesia de Sta. Bárbara de Nexe), o Cerro do Guilhim constitui um elemento marcante na paisagem do Concelho de Faro e enquadra a paisagem da Freguesia de Estoi. Foi, por isso, considerada uma micro-unidade de paisagem particular desta freguesia, que se estende pela freguesia limítrofe.

O Cerro do Guilhim, caracterizado por zonas muito declivosas, apresenta um coberto vegetal adequado às características do suporte biofísico, nomeadamente matagal nas zonas mais declivosas e de difícil acesso, e pomar misto de sequeiro nas vertentes onde o Homem conseguiu intervir. Pela relevância altimétrica, e pelo inerente potencial de vistas, tem sido alvo de ocupação edificada pouco cuidada, cuja implantação tem provocado alterações na morfologia natural, com impacto paisagístico negativo.

### **VI. Vale encaixado do Rio Seco**

Engloba o vale do Rio Seco, a montante de Estoi, entalhado nas formações do Jurássico e a parte inferior da bacia da Ribeira da Alface. Esta área da bacia da Ribeira da Alface integra-se no vale do Rio Seco alargando-o para poente.

As sebes de compartimentação dos campos, algumas manchas de vegetação natural e a vegetação ripícola constituem valores importantes. Inclui zonas de regadio, com pequenas parcelas homogéneas.

As áreas mais planas do fundo do vale possuem claras potencialidades agrícolas. Das restantes, as mais declivosas não têm qualquer possibilidade de utilização agrícola ou florestal, devendo ser reservadas a funções de protecção e activação biofísica.

### **VII. Bemposta - Malhão**

Corresponde à parte superior da encosta sul dos Cerros da Bemposta, Malhão e Serra de Monte Figo.

A compartimentação e armação do terreno em socalcos e terraços para cultivo constituem um valor paisagístico importante. Das zonas superiores das encostas e do alto dos cerros podem desfrutar-se vistas de grande amplitude. Inclui áreas extensas de sequeiro. O sistema de caminhos introduz hierarquia na disposição das parcelas. A singularidade topográfica gera espaços de terraços onde o sequeiro se coloca de forma orgânica. Os solos com maior pendente são colonizados por matagal.

A policultura de sequeiro tradicional constitui a melhor utilização possível em muitos destes solos pobres e pedregosos. Caso esta deixe de ser rentável restam as utilizações florestal e de protecção. A zona das encostas está a ter procura turística, constituindo uma alternativa ao litoral. A localização das construções nesta área deve ser rodeada dos maiores cuidados, dado o possível impacto paisagístico das intervenções.

### **VIII. Azinhal e Amendoeira**

Assim como a unidade da transição cerros-planície, a micro-unidade de paisagem denominada Azinhal e Amendoeira estabelece a transição entre o sistema de Cerros da Bemposta e Malhão para zonas mais aplanadas, a norte. O facto do relevo ser mais propício à ocupação humana, relativamente à micro-unidade a sul (Bemposta-Malhão), deu origem a maior densidade populacional relativamente àquela unidade, dispersando-se e estruturando-se com base nos eixos das estradas que ligam Estoi ao Concelho de S. Brás de Alportel.

Dos sítios mais populosos integrados nesta micro-unidade destacam-se Azinhal e Amendoeira e Azinheiro, este último estruturado numa encruzilhada de estradas.

A paisagem é dominada pela estrutura desordenada do pomar misto de sequeiro e pelas manchas de matagal das zonas mais declivosas.

### **IX. Murta**

Corresponde na maior parte à bacia da Ribeira da Murta.

As sebes de compartimentação dos campos agrícolas, a vegetação ripícola, as manchas de vegetação natural nas áreas mais declivosas e rochosas constituem valores significativos.

Inclui zonas de regadio, constituídas por parcelas homogéneas, de reduzida dimensão.

Aptidões e potencialidades: a zona baixa de melhores solos tem boas potencialidades agrícolas. As de solos de menor qualidade, mas sem muitos afloramentos rochosos poderão ser aproveitadas para usos silvo-pastoris. Os abundantes afloramentos rochosos e onde já existe mato tem como potencialidades, além da protecção e activação biofísica, a exploração de materiais de construção e também o turismo de natureza.

As 9 sub-unidades propostas incluem zonas com diferentes potencialidades, consoante a estrutura biofísica de suporte. Há zonas com uma ou mais potencialidades, podendo cruzar-se vocações diferenciadas. Incluem: zonas de vocação agrícola – áreas de grande valor agrícola, produtiva e ambiental, nomeadamente áreas vocacionadas para a agricultura de regadio (Campina) e outras para sequeiro (Caliços; Transição cerros-planície; Azinhal e Amendoeira; Murta); zonas de vocação natural (protecção/valorização) – compreende áreas que têm alto valor ambiental, pela ocorrência de matos e relevo acidentado (Guilhim; Bemposta-Malhão) ou pela ocorrência de linhas de água (Vale encaixado do Rio Seco); zonas de vocação patrimonial paisagística – representa a unidade primária territorial (Guilhim; Bemposta-Malhão. Permite a compatibilidade de usos relacionados com a preservação do valor tanto paisagístico como cultural; zonas de vocação florestal – localizam-se nos terrenos com maior pendente. Deve-se prevenir a erosão e permitir um bom aproveitamento das áreas de produção de sequeiro (Guilhim; Bemposta-Malhão).

## 4.2. PROPOSTA DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

A análise realizada no capítulo anterior, onde se identificaram as interações entre os componentes físicos e biológicos do território, como suporte das diferentes actividades humanas, e as repercussões no funcionamento dos sistemas naturais, pela acção dessas mesmas actividades, é um processo cujo conhecimento é indispensável para qualquer acção de planeamento, numa perspectiva de conservação dos recursos naturais e do património paisagístico.

Apresentada, no ponto anterior, a proposta de delimitação das micro-unidades de paisagem na freguesia, cabe agora preconizar medidas de salvaguarda e valorização para essas unidades.

A propósito do interesse da preservação da paisagem do meio rural, refira-se que as paisagens mais ricas, pela forma e distribuição dos vários usos, merecem ser salvaguardadas pela representatividade que ocupam no património cultural nacional. São, frequentemente, o resultado de práticas agrícolas específicas, adaptadas às condicionantes e à riqueza dos meios naturais. A sociedade contemporânea não considera o espaço rural exclusivamente como substrato de produção. Atribui-lhe valores estéticos, históricos e culturais e funções ecológicas e recreativas que respondem a novas aspirações.

A conservação da paisagem é um dos contributos mais relevantes para a promoção de um desenvolvimento sustentável, e constitui um dos contributos mais eficazes para a afirmação de um país ou região. Conservar a paisagem significa conhecer, planear e gerir.<sup>7</sup> A salvaguarda da paisagem não se deve limitar às zonas ditas naturais, mas deve alargar-se a todas as paisagens cuja formação foi promovida, na totalidade ou em parte, à acção do Homem. Tal como Gonzalez Bernaldez, há que encarar a paisagem dum modo unificador, e considerar a paisagem como a informação recebida pelo Homem do meio ecológico envolvente.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> *Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.

<sup>8</sup> BERNALDEZ, F.G. (1981). *Ecología y Paisaje*. H. Blume Ediciones, Madrid.



A conservação da paisagem pretende tirar partido, de maneira sustentável, das potencialidades do território. A conservação do património natural deve ser acompanhada de um ordenamento racional, que respeite a estrutura biofísica do território.

O alargamento arbitrário dos espaços de produção sobre os de compromisso/uso múltiplo e de protecção, com redução e degradação destes, quebrou, na generalidade, o equilíbrio indispensável ao desenvolvimento sustentável da agricultura mediterrânica e à perpetuidade dos valores ecológicos, paisagísticos e culturais.

A problemática da conservação da paisagem é consequência da perda de valores ecológicos, culturais e paisagísticos, que a diversidade de usos apresenta nas paisagens tradicionais e que se perdem através de acções desintegradas da componente biofísica.

A conservação, com efeitos na dinâmica global da paisagem, para cumprir os princípios definidos pela *Estratégia Mundial da Conservação* (Nova York, 1980), patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, pela União Internacional para a Conservação da Natureza e pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem, tem de assentar em toda a paisagem.

Há que incluir a conservação nos espaços onde o ordenamento do território, baseado na conciliação dos interesses sócio-económicos com a correcta interpretação das condicionantes da zonagem natural, estabeleceu a produção como objectivo principal.<sup>9</sup>

A perspectiva integrada da conservação da paisagem visa preservar o mosaico cultural, que se adaptou ao mosaico natural, com respeito pelas condicionantes biofísicas, e tirar partido dos recursos de forma a manter as populações, implementar a identidade cultural e garantir o bem estar físico e económico. A gestão da paisagem deve ter como prioridade uma atitude de reabilitação, com privilégio para o ordenamento dos usos e funções actuais, ao considerar de forma articulada as componentes económica, cultural e natural. Na medida do possível, deve procurar manter-se as manchas de uso agrícola que ainda existem, de forma a preservar a diversidade no padrão da paisagem e contrariar a urbanização desqualificada e casuística do território.

---

<sup>9</sup> [www.ifadap.min-cultura.pt](http://www.ifadap.min-cultura.pt)

De acordo com as definições propostas pela *Convenção Europeia da Paisagem* (2000), a gestão da paisagem corresponde à *acção que visa assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais*. A protecção da paisagem consiste nas *acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana*.<sup>10</sup> Ainda de acordo com o mesmo diploma, o conceito de ordenamento da paisagem, mais vasto, constitui o conjunto de acções com forte carácter prospectivo visando a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Há que manter a paisagem com vista à utilização do espaço, de modo a garantir a perpetuidade da produção e a constituição de sistemas de produção que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações.

A intervenção humana na paisagem criou agro-sistemas, aos quais está associado património relevante, que importa preservar. *A manutenção da actividade agrícola e, em especial, dos sistemas tradicionais, constitui um dos objectivos que norteiam a formulação dos programas sectoriais de apoio ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais*.<sup>11</sup>

O ordenamento do território não se deve reduzir a um conjunto de medidas pontuais, sem estratégia regional, que não reconheça a diversidade das regiões. As mudanças nas políticas agrícolas não terão sucesso se não forem acompanhadas por um conjunto de medidas que fomentem a fixação da população, de modo a contrariar o abandono das zonas rurais.

A conservação da natureza e, em especial, a manutenção da biodiversidade, bem como a protecção da paisagem do meio rural, só são possíveis através da manutenção das populações e das respectivas actividades, onde tem destaque a agricultura. Um dos principais factores de transformação da paisagem em estudo e, portanto, uma das ameaças à sua integridade, é, precisamente, o abandono do pomar tradicional de sequeiro e a rotação de culturas associadas.

---

<sup>10</sup> CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.

<sup>11</sup> [www.lfadap.min-cultura.pt](http://www.lfadap.min-cultura.pt)

A dinamização das economias locais pressupõe a fixação da população nos territórios rurais e a realização de investimentos, no sentido da melhoria dos índices de qualidade de vida dessas populações, da recuperação do património e das actividades tradicionais e da criação de infra-estruturas e de actividades que permitam a valorização e revitalização das zonas rurais.

Relativamente aos instrumentos de ordenamento do território, podem vir a desempenhar um papel importante na organização da paisagem, quando a sua aplicação se tornar mais efectiva. Com o objectivo fundamental de ordenar e regulamentar os usos do espaço e a respectiva evolução, os planos de ordenamento do território são os instrumentos adequados para estabelecer as formas de organização da paisagem.

Dos planos de ordenamento do território que enquadram a proposta de salvaguarda e valorização da paisagem da Freguesia de Estoi, destaca-se o PROTAL, que emana directrizes no sentido da promoção do desenvolvimento das áreas do interior.<sup>12</sup>

As opções de intervenção territorial apresentadas pelo PROTAL incluem, além do combate à desertificação e ao abandono das áreas rurais, a promoção dos usos e práticas agrícolas e florestais que combatam os processos que conduzem à desertificação, e a valorização do património natural, paisagístico e cultural. Aponta medidas que pretendem assegurar a correcta utilização do território e a valorização da paisagem, nomeadamente: a recuperação dos sistemas agrários tradicionais, que pressupõe a valorização da agricultura tradicional, e a adopção de uma política de comercialização e distribuição que garanta o escoamento e a valorização dos produtos e que remunere as populações que decidam permanecer no interior, com vista à manutenção das estruturas fundamentais da paisagem; a instalação de infra-estruturas e equipamentos no espaço rural, com a implementação de uma política de investimentos públicos e de parcerias em matéria de infra-estruturas básicas, equipamentos colectivos e infra-estruturas de apoio às actividades económicas; o estabelecimento da ocupação edificada segundo um modelo nucleado de usos e

---

<sup>12</sup> PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROTAL) (2004). *Caracterização e diagnóstico*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Vol. II, Faro

funções que assegure condições adequadas de habitação e de infra-estruturas básicas.<sup>13</sup> Outro plano de ordenamento do território com abrangência sobre a área em estudo é o Plano Director Municipal (PDM) de Faro (1995).<sup>14</sup> Compete-lhe a identificação das áreas agrícolas, com consideração das aptidões e potencialidades do solo, o impacte da agricultura ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural, a importância das áreas agrícolas na diversidade e compartimentação da paisagem e na sustentabilidade ecológica e física do território.

O PDM de Faro preconiza a constituição de uma *Estrutura de Protecção e Valorização Ambiental*, cujo objectivo é assegurar a preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico, de forma a proteger a exploração de recursos e a utilização do território. Esta estrutura é constituída por uma rede contínua de espaço naturais, distribuída por todo o concelho, com vista à ligação da Ria Formosa ao sistema de cerros do Barrocal.

O ordenamento do espaço rural do Concelho de Faro, preconizado no PDM, integra vastas áreas naturais e agrícolas onde recaem diversos tipos de condicionamentos, o que reforça os inconvenientes da ocupação dispersa sobre terrenos de boa capacidade agrícola. Tem em consideração as diferentes potencialidades agrícolas no concelho, em função das características do território a afectar. Por exemplo, enquanto que a campina tem uma ocupação agrícola intensiva, assente na horticultura de ar livre e de estufa, o Barrocal caracteriza-se pela dominância do pomar tradicional de sequeiro e de culturas arvenses sob coberto. Enquanto que na Campina de Faro interessa preservar a capacidade produtiva, esse objectivo tem menor prioridade no caso do Barrocal, onde é prioritário manter os ecossistemas tradicionais de grande sensibilidade, o que só é possível através de uma ocupação humana permanente e equilibrada.

O PDM propõe 6 classes e categorias de espaço na Freguesia de Estoi: Espaços naturais – integram a estrutura de protecção e valorização ambiental. A zona dos cerros integra áreas de protecção e valorização e áreas florestais de protecção.

---

<sup>13</sup> O PROTAL considera unidades ecológicas no âmbito do processo de selecção de áreas prioritárias para a conservação na região algarvia: culturas arvenses sobre calcários do Barrocal; azinhal sobre calcários do Barrocal; matagais sobre calcários do Barrocal; prados sobre calcários do Barrocal; e pomares de sequeiro sobre calcários do Barrocal.

<sup>14</sup> PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FARO (PDM) (1995). Risco, Planeamento Urbano e Arquitectura, Lisboa

Ambas são fortemente restritivas no que respeita à implantação de novas estruturas. Nas áreas de maior sensibilidade paisagística, correspondentes à frente sul dos cerros, não são possíveis quaisquer construções. Nas zonas de alto valor florestal, onde são prioritários determinados desenvolvimentos florestais, e que abrangem as áreas que apresentam elevados riscos de erosão, as áreas que se encontram revestidas por espécies vegetais climácicas, os usos devem ter em vista a manutenção ou estabelecimento progressivo da formação climácica de protecção; Espaços culturais – integra, entre outros, a área cultural da Ruínas de Milreu; Espaços agrícolas – no sentido de evitar a construção dispersa, as condições de edificabilidade nos espaços agrícolas são muito restritivas; Espaços urbanizáveis de edificação dispersa, a reestruturar – correspondem a áreas de edificação dispersa, por vezes com alguma importância funcional, embora sem morfologia e densidades de forma a poderem classificar-se como aglomerados urbanos. São espaços pouco equipados, que dependem funcionalmente de núcleos mais próximos (Murta, Azinheiro, Alcaria Cova, Alcaria Branca, Coiro da Burra, Lagos e Relvas); Espaços de edificação dispersa a conter – constituem zonas de povoamento disperso, onde se pretende conter o alastramento, garantindo as infra-estruturas necessárias às habitações existentes; e Espaços industriais e comerciais – zona do Guilhim, destinado à instalação de grandes superfícies comerciais e de serviços (mercado abastecedor).

A actuação ao nível do território deve basear-se no planeamento global, integrar as exigências de protecção e conservação do património arquitectónico e paisagístico, e preservar a continuidade histórica do ambiente social, humano e natural.

O processo de dinamização da Freguesia de Estoi terá que considerar todos os elementos patrimoniais, para se atingir um desenvolvimento integrado que assuma uma perspectiva equilibrada e integradora dos valores naturais e culturais do território. Uma gestão correcta da paisagem exige um conhecimento profundo das potencialidades dos diversos biótopos do território, das combinações de ecossistemas mais favoráveis ao seu aproveitamento, e das técnicas adequadas à conservação.

A protecção dos valores naturais e culturais da paisagem dependem, intimamente, do modelo de desenvolvimento agrícola e rural do território. É necessário incentivar uma relação

entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável. Para tal é necessária a promoção da diversificação da pequena agricultura. A necessidade desta acção baseia-se no facto de as pequenas explorações agrícolas constituírem um suporte fundamental na manutenção da agricultura e do tecido social nas zonas rurais. São necessárias medidas que proporcionem aos agricultores a implementação de uma gestão sustentável das explorações.

Por outro lado, é imprescindível a valorização ambiental e do património, que abranja a valorização da identidade dos aglomerados rurais, o melhoramento da atractividade e o impulso do desenvolvimento económico e social. É necessária a promoção dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer, e a requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias, num quadro de intervenções de carácter colectivo.

A recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais da Freguesia de Estoi deve seguir as directrizes de um plano global que inclua: a requalificação de espaços públicos nos aglomerados rurais; a recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente as instalações e infra-estruturas relacionadas com actividades agrícolas e com o suporte e compartimentação da paisagem, como as noras, poços, fontes, moinhos de vento, muros, valados, eiras, que constituem marcas da humanização da paisagem e valores patrimoniais determinantes para a identidade da paisagem; a preservação e valorização paisagística dos espaços rurais; a dinamização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos, relacionados com a actividade do meio rural e melhoramento das condições de acesso aos locais de interesse colectivo; e a criação de um centro de interpretação da paisagem e espaço museológico de temática rural.

O estabelecimento do processo de ordenamento do território na freguesia em estudo deve assentar, não apenas na utilização agrícola mas, também, noutros usos como a silvo-pastorícia, a mata, ou outro tipo de utilização sustentável e adequada ao sistema biofísico. O processo de desenvolvimento deve assentar nos recursos do território: património natural, património cultural (histórico, arquitectónico, usos e costumes), e a capacidade para produzir produtos diferenciados.

A implementação de estratégias de desenvolvimento rural deve considerar, particularmente, o património – seja ele móvel ou imóvel, artístico ou vernáculo – como instrumento para a fixação da população, particularmente das camadas mais jovens. A dinamização de actividades culturais e o investimento na oferta de serviços culturais à comunidade deve ser visto como uma preocupação a incluir nas políticas de desenvolvimento para o espaço rural. Através da leitura morfo-tipológica e estrutural da paisagem, com apoio na interpretação do património natural e cultural, procurou-se estruturar medidas para alcançar a preservação e valorização das suas potencialidades.

Neste âmbito, para a gestão e estruturação da paisagem da Freguesia de Estoi propõem-se uma série de parâmetros reguladores para a protecção da paisagem e do meio natural e cultural. A proposta teve por base: a identificação dos elementos chave, morfológicos, estruturais e naturais que servem para dar identidade aos espaços; a selecção de directrizes e critérios de delimitação das zonas e a sua lógica físico-espacial, baseados no suporte biológico do território; a definição da estrutura de relação entre os elementos e o resto do território, num contexto fortemente fragmentado; e a identificação de categorias de espaços de acordo com as suas potencialidades (usos) e o papel que podem desempenhar.

Foi no sentido do planeamento global da paisagem da Freguesia de Estoi que se criou esta proposta de salvaguarda e valorização, cujos objectivos principais são: a manutenção, protecção e construção da paisagem humanizada, equilibrada biologicamente e fisicamente estável, de modo a que os sistemas continuem a servir os interesses do Homem e a assegurar a protecção dos elementos fundamentais da paisagem; a protecção da qualidade ambiental, estética e funcional da paisagem, com o objectivo de assegurar a continuidade da evolução da vida tradicional das populações residentes, e criar incentivos à fixação dos jovens nas povoações, de forma a evitar a desertificação e conservar as características socioculturais; a conservação e reabilitação integrada do património cultural e natural através da manutenção e/ou restabelecimento da unidade patrimonial; a preservação do tecido urbano dos núcleos populacionais, na forma e imagem tradicional. Pretende-se assegurar a sedimentação da aldeia de Estoi como núcleo de referência, como estrutura formal, estética e funcional, significativa na

paisagem; a reabilitação e protecção da paisagem através da salvaguarda e valorização da estrutura ecológica e manutenção (e aumento) do fundo de fertilidade dos solos; e a recuperação e preservação da estrutura permanente da paisagem, nomeadamente a protecção e reconstituição da compartimentação dos campos de cultura e das galerias ripícolas. É necessário garantir a preservação dos padrões culturais fundamentais e promover a manutenção e a valorização da estrutura ecológica e cultural do meio rural, composta pelo mosaico cultural característico.

O Algarve evoluiu rapidamente de uma estrutura económica baseada no sector primário, com uma componente de transformação relacionada com aquele sector (conservas, cortiça, alfarroba), para um modelo onde o sector terciário assume a dominância. O modelo actual de desenvolvimento, centrado no turismo, no lazer e noutros recursos regionais, obrigou à adequação do modelo territorial a essa dinâmica. As opções relacionadas com o turismo e o lazer procuram atingir espaços acessíveis e próximos dos núcleos urbanos, espaços próximos do litoral, espaços ambientalmente pouco intervencionados e atractivos.

A garantia da manutenção dos recursos deve basear-se em opções que visem o aproveitamento das condições regionais, como também garantir a exploração, a conservação e a valorização dos recursos disponíveis.<sup>15</sup>

Os objectivos a atingir com a presente proposta incidem sobre algumas medidas institucionais e regulamentares de ordenamento e planeamento do uso do solo, como sejam o regime da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN). A primeira, como rede de espaços destinados especialmente à protecção biológica e física, nomeadamente a protecção de determinados ecossistemas, a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas, com vista à criação progressiva de uma paisagem mais equilibrada. A segunda, como rede de espaços

---

<sup>15</sup> GUERREIRO, J. (2002). "O ordenamento do Algarve: um cerimonial simultaneamente solene e volúvel" in *Sociedade e Território – revista de estudos urbanos e regionais*. Nº. 34. Edições Afrontamento, pp. 78-88, Lisboa.



destinados a uma actividade agrícola equilibrada que valorize o fundo de fertilidade dos solos.<sup>16</sup>

A estrutura permanente de protecção, como parte da estrutura ecológica regional, de que o *Continuum Naturale* é o elemento base, deve ser apoiada na vocação ecológica dos diferentes espaços, na circulação da água, no relevo do terreno, e constituir um sistema contínuo com diferentes estruturas biológicas.

Relativamente à Reserva Ecológica Nacional na Freguesia de Estoi, abrange cerca de 60% do território da freguesia, nas seguintes componentes: Leitos dos cursos de água; Zonas ameaçadas pelas cheias (zonas de solos aluvionares, isto é, aqueles onde se depositou solo erosionado transportado de áreas a montante); cabeceiras das linhas de água (interflúvios da rede de drenagem mais intensa na zona de montante das bacias hidrográficas); áreas de infiltração máxima (corresponde aproximadamente às zonas onde afloram formações litológicas susceptíveis de constituir importantes depósitos de águas subterrâneas, como os calcários do Guilhim); zonas declivosas e erosionáveis (áreas com riscos de erosão e áreas com riscos de deslizamento).

A RAN representa cerca de 40% do território da freguesia. As áreas integradas na RAN assumem uma distribuição que segue as características biofísicas de suporte. Os solos com maior capacidade de uso localizam-se nas zonas mais planas a sul do sistema de cerros e no extremo Nordeste da freguesia (*vide* apêndice, carta nº. 14).

#### 4.2.1. PROPOSTA DE USOS/FUNÇÕES

De modo a complementar a classificação das categorias de espaço, preconizada no PDM de Faro, com base na avaliação das condições biofísicas de suporte, e de acordo com as potencialidades de cada zona, elaborou-se uma proposta de usos/funções para a Freguesia de Estoi, que abrange 3 categorias, a que correspondem usos diferenciados: Protecção/Valorização; Protecção/Produção; e Produção (*vide* apêndice, carta nº. 22).

---

<sup>16</sup> TELLES, G. R. (1993). "Paisagem Global", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 31-45, Lisboa

A cada categoria correspondem condições específicas de suporte que conduzem, inerentemente, a aptidões que devem ser respeitadas, a fim de se promover um uso correcto do território, a manutenção do fundo de fertilidade dos solos, a conservação da biodiversidade, e a criação de uma paisagem equilibrada e heterogénea.

- **Protecção/Valorização** - engloba três tipos específicos de aptidões do solo: mata de protecção contra a erosão, nas zonas mais declivosas, especialmente nas zonas integradas na REN, como zonas com riscos de erosão; maciços de vegetação natural e semi-natural a conservar. Está relacionada com o uso supramencionado, nomeadamente pela função protectora contra a erosão, além de outros benefícios conferidos ao nível da manutenção da biodiversidade e na protecção dos recursos hídricos; e galerias ripícolas existentes e a potenciar. É de extrema importância a recuperação das galerias existentes e a promoção das mesmas nas linhas de água, cuja vegetação marginal se encontra mais degradada ou inexistente.
- **Protecção/Produção** - inclui dois tipos de usos: pomar misto de sequeiro, que deve ser mantido e incrementado nas zonas onde as culturas de regadio são desaconselhadas, nomeadamente nas encostas e nas zonas de maior infiltração; e culturas hortícolas, arvenses de regadio e/ou mata ribeirinha, nas zonas de baixa, na envolvente de linhas de água.
- **Produção** - inclui as zonas com aptidão para a policultura intensiva de regadio, nomeadamente pomares de citrinos e outras fruteiras, e hortícolas.

A manutenção da morfologia actual da paisagem depende da regulação dos elementos de delimitação das parcelas e da dimensão correspondente, para evitar a degradação e a redução da biodiversidade da paisagem.

As opções relativas à instalação de novas culturas devem ajustar-se à manutenção e valorização da identidade do Barrocal, nomeadamente as estruturas associadas como os muros de pedra e a utilização das espécies autóctones, ainda que sob a forma de sebes ao longo dos caminhos, e dos muros de compartimentação das parcelas agrícolas.

A instalação de novos pomares de regadio deverá acautelar as características biofísicas de suporte, nomeadamente a preferência pelas zonas pouco declivosas, mínima alteração do relevo, manutenção de muros, bem como assegurar a gestão racional dos recursos hídricos. Neste sentido, devem sensibilizar-se as populações e instituições envolvidas nos processos de alteração dos usos do solo, a fim de se avaliar as vantagens e impactos negativos na referida alteração. Por outro lado, devem ser acauteladas todas as intervenções que alterem a morfologia do terreno, com interdição de escavações e aterros profundos, principalmente nas zonas mais sensíveis do ponto de vista biofísico e paisagístico. Deverá ser dada especial atenção à implantação de novas construções ou de infra-estruturas, com cumprimento das condicionantes de ordenamento do território existentes, de modo a impedir a proliferação da construção dispersa. Neste contexto, a gestão/conservação da paisagem da Freguesia de Estoi deve integrar, igualmente, medidas de reconversão/recuperação das pedreiras e outras áreas extractivas de inertes, que proliferam na zona norte da freguesia.

Apesar do Dec.-Lei 227/82, de 14 de Junho, obrigar os proprietários à recuperação das explorações, através da regularização do coberto vegetal e dos solos, somente uma exploração na Freguesia de Estoi foi reconvertida e foi alvo de medidas de recuperação paisagística. Neste sentido, é urgente apoiar programas de recuperação ou reabilitação destas áreas degradadas, com vista à sua valorização.

O Dec.-Lei n.º270/2001 veio contribuir, também, para regular as intervenções de valorização das explorações de inertes após a desactivação. Uma das novas medidas impostas pelo diploma é a substituição do plano de recuperação paisagística por outro, ambientalmente mais abrangente. Este plano é constituído por um estudo de impacte ambiental, medidas de mitigação e por um plano de recuperação paisagística, que envolve todas as fases de exploração (abertura, exploração, desactivação) das indústrias extractivas de inertes.

A área agrícola da Freguesia de Estoi inclui um primeiro agrupamento de áreas de regadio, como as baixas aluvionares, estufas, pomares, vinhas e horto-frutícolas que representam os maiores níveis de investimento e produtividade. No segundo grupo incluem-se as áreas de menor índice de produtividade expressas através de policultura de sequeiro, das culturas arvenses ou, ainda, da subclasse policultura dispersa de baixa densidade.

Uma das áreas mais importantes do ponto de vista da gestão da paisagem passa por libertar as áreas agrícolas mais importantes da pressão de alteração ao uso, face às possibilidades de edificação ou instalação de equipamentos. As baixas aluvionares poderão representar, além do seu interesse na gestão da área e produtividade agrícola, corredores ecológicos importantes a considerar nas propostas de ordenamento.

Deverão ser incentivadas acções de reflorestação, de modo a conservar os maciços naturais já existentes, tais como carvalhais, azinhais, alfarrobais e zambujais. Deverá ser promovida a regeneração natural e, caso não seja viável, reintroduzir as espécies autóctones.

#### 4.2.2. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A valorização da paisagem recorre à protecção e manutenção de vários elementos, que devem estar interligados para constituir a estrutura fundamental do *Continnum Naturale*, que se poderá denominar por Estrutura de Protecção e Valorização Ambiental, nomeadamente: matas de protecção, vegetação das cabeceiras de recepção dos cursos de água, galerias ripícolas, vegetação natural dos limites de propriedade e folhas de cultura, sebes de protecção, manchas residuais de vegetação natural nas encostas declivosas, zonas húmidas, entre outras.

O Dec.-Lei nº. 380/99, de 22-09-1999, introduziu o conceito de Estrutura Ecológica Municipal que representa um instrumento de planeamento que regulamenta e reúne as ocorrências e os sistemas naturais que deverão ser objecto de normativa específica, nomeadamente os que atrás referimos, constituindo a Estrutura de Protecção e Valorização Ambiental ao nível municipal.

Indicamos, de seguida, os elementos fundamentais da Estrutura Ecológica Municipal na Freguesia de Estoi e algumas medidas de salvaguarda e valorização dos mesmos:

- Nas linhas de água deve ser assegurada a existência de galeria ripícola bem constituída, sempre que a dimensão da linha de água o permita. É essencial promover a recuperação da vegetação ripícola, a limpeza das linhas de água e a sustentação das margens.

As galerias ripícolas constituem um elemento estruturante fundamental de ligação das manchas de vegetação e são fundamentais na prevenção de cheias.<sup>17</sup> A primeira banda deve ser do domínio do tamargal e do salgueiral, sistema eficaz na conservação das linhas de água, pois têm muita resiliência e adaptam-se a todas as amplitudes hídricas.

O Rio Seco é um elemento que faz a articulação dos espaços de interesse natural com as zonas urbanizadas da envolvente de Estoi e, até, com elementos estruturais como as vias. Pretende-se que a valorização do Rio Seco, através da recuperação das margens degradadas e da reposição da galeria ripícola, possa contribuir para a constituição de um corredor natural contínuo de interesse estratégico, que actue como elemento hierárquico de articulação dos espaços e sistemas.

- A protecção do património vegetal consiste em evitar que sejam destruídas as zonas de vegetação natural. Dado o elevado interesse científico, e em termos de biodiversidade dos habitats, é necessário impedir a degradação destes ecossistemas.

Com o objectivo da conservação, valorização e preservação destes habitats propõem-se as seguintes medidas:

- **Zambujais** – bosques climáticos termomediterrâneos dominados por zambujeiros arbóreos (*Olea europaea* subsp. *syvestris*). Como os zambujais não se encontram bem conservados, por terem sido transformados em olivais, e mesmo destruídos para cederem a posição a outras culturas agrícolas, é essencial a conservação dos fragmentos existentes, com vista à conservação da biodiversidade;

---

<sup>17</sup> LOWENTHAL, D. e PENNING-ROWSELL, E. (1996). *Landscape Meanings and Values*. Alla & Unwin, Londo

- **Alfarrobais** - comunidade permanente arborescente termomediterrânica com sub-bosque associado, rico em espécies arbustivas e lianas. Estes bosques de *Ceratonia siliqua* representam grande originalidade e, por isso, é essencial a conservação dos poucos fragmentos existentes uma vez que apresentam um elevado interesse patrimonial;
- **Azinhais** - bosques climácicos termomediterrâneos, ricos em lianas e elementos termófilos, dos quais se destaca a *Chamaerops humilis*. Estes azinhais apresentam uma grande originalidade florística, o que os torna exclusivos do território algarvio;
- **Carrascals** - matos termomediterrâneos muito comuns no território estudado, dominados pelo Carrasco (*Quercus coccifera*). Como estas formações incluem grande variedade florística, onde se destaca a Palmeira-anã (*Chamaerops humilis*), única palmeira espontânea no continente europeu, é fundamental a sua conservação e valorização pois só assim será possível manter a biodiversidade existente;
- **Tomilhais e tojais** - comunidades termomediterrâneas dominadas respectivamente pela *Tymbra capitata* e por *Genista hirsuta*, entre outros. Embora representem uma etapa de substituição muito afastada dos azinhais e carvalhais húmidos, como estas comunidades são exclusivas do Algarve e encerram grande número de endemismos e plantas raras, é necessário manter manchas com estas formações. Têm grande importância para a avifauna e para as abelhas;
- **Loendrais** - representados no Barrocal Algarvio através de uma raça ocidental e basófila de *Rubus ulmifolii-Nerietum oleandri aristolochietosum baeticae* que é exclusiva do território algarvio.<sup>18</sup> Dada esta originalidade é fundamental a conservação destas formações;
- **Canaviais** - embora tenha um interesse patrimonial reduzido, uma vez que foram introduzidos pelo Homem, existe todo o interesse em conservar algumas manchas de canavial, uma vez que constitui o habitat de inúmeras espécies da fauna do Barrocal, e marcam uma presença humanizada (onde existem canas há, ou houve, agricultura).

---

<sup>18</sup> PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

### 4.2.3. TURISMO E RECREIO

O espaço rural deve ser considerado como espaço de uso múltiplo. Pode desempenhar, de acordo com as características específicas de cada espaço, funções de produção, de recreio, de protecção e enquadramento ambiental e paisagístico e de conservação da biodiversidade. Neste âmbito, pretende-se que a qualificação da Freguesia tenha como base a exploração das potencialidades para actividades diversas, com a criação de estruturas que efectivem as seguintes valências: acessos qualificados a sítios com elementos com interesse; apoio logístico e de interpretação da freguesia, dos elementos importantes da paisagem; criação de percursos de visita aos elementos patrimoniais mais relevantes; criação de zonas de recreio que permitam a prática de actividades de lazer; e aproveitamento das potencialidades dos pontos de vista de observação privilegiados. Paralelamente às estratégias que promovam o desenvolvimento agrícola e rural, é necessário um aproveitamento das potencialidades que esta zona oferece, associado a uma maior procura no que respeita ao turismo alternativo.

O turismo é reconhecido como importante factor de desenvolvimento. Interfere nos tecidos económicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no património natural e cultural, nos comportamentos da população e no ordenamento e funcionamento do território. É, por isso, integrado nos programas de desenvolvimento territorial, nomeadamente nos espaços rurais. Verificou-se recentemente um incremento do espaço rural como destino turístico, o que se considera de extrema importância, uma vez que contribui para diminuir a saturação de outras zonas turísticas, nomeadamente no Litoral.

No caso do Algarve, o turismo deve ser cada vez mais estendido à Serra e ao Barrocal, mas em moldes diferentes do Litoral. São grandes as potencialidades apresentadas por estas sub-regiões em termos de recursos turísticos, além da necessidade de pluriactividade económica, no modelo de gestão do espaço pela capacidade do turismo, enquanto actividade económica dinâmica.

O turismo em espaço rural é outra forma de turismo voltada para o meio rural, para a sua autenticidade, para a cultura, usos e costumes das populações, activamente empenhado na conservação da paisagem. O turismo tem de assentar numa paisagem. A paisagem do turismo deve englobar factores como a produção, em termos de perenidade. É aquela que inclui o equilíbrio e a protecção ecológica e que valoriza em termos biológicos toda a paisagem.

A transição do modelo clássico de turismo para um tipo de turismo sustentável baseia-se numa gestão eficaz dos recursos turísticos, que integre a capacidade de desenvolver economicamente a região, mas com pleno respeito para os valores ambientais, sociais e culturais da paisagem. O planeamento do recreio na paisagem deve assentar no desenvolvimento de um sistema de recreio funcional e adequado através da criação de formas lúdicas, com a preocupação de reduzir ao mínimo o conflito com outras utilizações e promover a valorização da paisagem como um todo.<sup>19</sup>

O recreio na paisagem, apoiado numa gestão correcta, pode ter impactos positivos na paisagem, nomeadamente através da valorização estética da paisagem pelo aproveitamento dos recursos, da possibilidade de desfrutar vistas, e da reabilitação de áreas e construções degradadas.

Este tipo de recreio deve ser gerido de modo a respeitar a capacidade de carga, minimizar impactos ecológicos, e evitar actividades que provoquem alterações irreversíveis nos ecossistemas. Simultaneamente, deve ser avaliada a capacidade de suporte, nomeadamente a flexibilidade face às pressões da utilização, a fim de se preverem possíveis riscos para a paisagem.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> BAPTISTA, C. (1999). "Ambiente, turismo sustentável e desenvolvimento: novos desafios e competitividade para o Algarve do séc. XXI", in *Actas do 10º Congresso Nacional sobre o Algarve*. Rocal Clube. pp. 43-49, Portimão.

<sup>20</sup> BAPTISTA, F. O. (2000). "O espaço e o rural. A agricultura portuguesa numa economia globalizada" in *Actas do 3º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas*. Associação Portuguesa de Economia Agrária, Lisboa.



#### 4.2.3.1. Percursos

Propomos que o programa de recreio na Freguesia de Estoi seja complementado com a criação de diversos tipos de itinerários, que se definem segundo as características de cada âmbito - patrimonial cultural e patrimonial natural – que visam constituir uma rede cultural com percursos pedestres de natureza recreativa, cultural e turística (*vide* apêndice, carta nº. 21).

Os percursos culturais constituem um sistema linear contínuo, assentes em estruturas da paisagem já existentes, com funções de recreio e/ou transporte, na tentativa de relacionar os utentes com a paisagem natural e cultural. Os itinerários propostos são pedestres (à excepção do percurso de BTT) e têm como objectivo primário a ligação entre vários pontos de interesse, com recurso a estruturas existentes como veredas, caminhos rurais, e estradas pouco movimentadas. Os percursos, ao serem integrados em rede monitorizada, poderão constituir um importante mecanismo de defesa da paisagem, ao integrarem-se na estrutura ecológica e ao estabelecerem o *continuum* desta estrutura.

A estrutura ecológica constitui o principal suporte dos caminhos que integram esta rede cultural, uma vez que os percursos culturais servem como estratégia de defesa e viabilização daquela estrutura. Ao preservar áreas mais sensíveis da paisagem, os percursos asseguram a durabilidade de áreas em risco de erosão ou máxima infiltração, essenciais à sustentabilidade do território, em detrimento de outras, com capacidade de carga mais elevada e menor risco de degradação.

Os circuitos são marcados e assinalados e integram pontos de interesse devidamente identificados (património rural com potencial turístico) e, sempre que possível, incorporam zonas de estadia e miradouros em sítios estratégicos. Estabelecem a ligação com outros pontos de interesse nas freguesias limítrofes, e passam por sítios mais altos de modo a tirar-se partido de todo o potencial de vistas.

Os percursos propostos pretendem tirar partido das variadas potencialidades da paisagem da Freguesia de Estoi. Revelou-se importante, como uma mais valia para a hierarquização dos percursos, um sistema de vistas, ou seja, a definição dos percursos segundo a situação

**morfológica: a localização nos cabeços, em zonas ribeirinhas, nos vales ou encostas, para a consideração da potencial visibilidade do percurso.**

Consideraram-se, então, 4 percursos temáticos de acordo com as características dos elementos a destacar: percurso da água e elementos hidráulicos; percurso histórico/patrimonial; percurso panorâmico; e percurso de BTT.

- **Percurso da água e elementos hidráulicos** - as zonas de maior interesse lúdico, e inerentemente de maior vocação para a instalação de percursos, encontram-se ao longo das linhas de água que apresentam corredores de vegetação mais consistentes. Este percurso permite a visita a certos elementos do património construído e natural, em particular aos que estão directamente relacionados com essas áreas de baixa.

O percurso tem início na ponte sobre o Rio Seco, junto à Ruínas de Milreu, e segue até Lagos e Relvas, onde se pode observar o poço, um açude e uma cascata na Ribeira da Alface. Nas proximidades encontra-se uma nora classificada pela DGEMN. O percurso segue pelo Rio Seco para Norte em direcção à Ribeira da Murta, onde se podem observar várias noras e galerias ripícolas bem constituídas. Daqui segue para o Sítio da Murta, com passagem por um antigo moinho de água, e daqui para o Poço de N. Sra. do Rosário, junto à Capela com a mesma invocação.

O percurso segue em direcção ao Azinheiro, perto do qual se podem encontrar vários poços e noras e, daqui, segue em direcção a Estoi, onde se podem observar vários poços, noras e chafarizes. No Sítio do Azinheiro o percurso integra a visita ao Centro de Interpretação da Serra de Monte-Figo, que se propõe instalar neste sítio e cuja principal função é fornecer informação detalhada sobre a paisagem e o património da Serra de Monte-Figo.

Integra três zonas de estadia: uma junto à Ribeira da Alface, em Lagos e Relvas, outra junto à Ribeira da Murta, na proximidade de uma nora, e outra a sul do Azinheiro, junto a um poço de roda.

Totaliza 15 Km e tem grau de dificuldade médio.

- **Percurso histórico/patrimonial** - uma das medidas mais importantes para a preservação, valorização e divulgação dos valores culturais é a sensibilização da população para todo o património, que constitui um dos maiores potenciais de Estoi: património construído, valores paisagísticos e naturais (geológicos e botânicos) e manifestações etnográficas. Por isso, os percursos devem entender-se como estruturas de articulação com base nos elementos patrimoniais, que representam um factor relevante para a identidade do sítio e a relação com a estrutura derivada da actividade de sequeiro.

O percurso do património pretende constituir um eixo de interpretação territorial e da paisagem, de clara leitura e entendimento. O percurso, como fio condutor de uma contínua sucessão de espaços diferenciados obedece a um traçado específico que pretende conceptualizar a interpretação da estrutura morfológica do território. Considera a agricultura, nomeadamente o pomar de sequeiro como recurso fundamental e pretende dar-lhe um certo grau de relevância face ao valor estratégico no ordenamento do território e na manutenção da identidade da paisagem, com o objectivo de incidir na gestão correcta do solo agrícola.

Além destes elementos, pretende pôr em evidência elementos patrimoniais importantes para a identidade da paisagem, como os moinhos de vento, os muros e valados em pedra solta, as formações climáticas naturais, entre outros.

O percurso tem início na aldeia de Estoi onde, além da aldeia em si, merecem visita as Ruínas de Milreu e toda a área envolvente às ruínas e ao Palácio de Estoi, onde se preconiza a constituição de um parque cultural, e segue para o Sítio da Cruz da Espargueira. Daqui segue para norte em direcção ao Sítio dos Machados

(Concelho de S. Brás de Alportel) e contorna a freguesia a Norte, em direcção ao Sítio do Azinheiro. O percurso integra a visita ao Centro de Interpretação da Serra de Monte-Figo, cuja instalação se propõe no Sítio do Azinheiro. Daqui segue pela Estrada do Azinheiro em direcção a Cruz da Espargueira, com passagem pela Capela e Fonte de N. Sra. do Rosário. Aqui toma o mesmo itinerário em direcção a Estoi.

O percurso integra uma zona de estadia junto à Capela de N. Sra. dos Rosários.

Totaliza 14Km e tem grau de dificuldade médio.

- **Percorso panorâmico** - além das zonas contíguas às linhas de água, as zonas de maior altimetria são as que apresentam maior interesse, pelas vistas que daí se alcançam. Propõe-se um percurso panorâmico, que percorra as zonas com maior visibilidade, e que integre miradouros e zonas de estadia estrategicamente situados nas áreas de interesse natural e paisagístico.

O percurso preconizado tem âmbito concelhio já que não se restringe ao território da Freguesia de Estoi. Uma vez que o sistema dos Cerros do Guilhim, do Malhão e de S. Miguel extravasa o território da freguesia, propõe-se um percurso que abranja, além dos cerros integrados na Freguesia de Estoi, o cume do Cerro do Guilhim (Freguesia de Santa Bárbara) e o Cerro de S. Miguel (Concelho de Olhão).

Na direcção do Cerro de S. Miguel, o percurso passa pelo Sítio do Azinheiro, onde se propõe a instalação do Centro de Interpretação da Serra de Monte-Figo.

As zonas de estadia propostas situam-se em zonas de grande alcance visual, nomeadamente no Cerro do Guilhim e no Cerro do Malhão.

Totaliza 12 Km e tem grau de dificuldade elevado.

- **Percorso de BTT** – paralelamente aos percursos mencionados, propõe-se um percurso de BTT, de grau de dificuldade reduzido, que pretende tirar partido de um conjunto de caminhos rurais, na zona sul da freguesia.

O percurso, que totaliza 12 Km, tem início em Estoi e dirige-se à zona de Ariolos, a partir do qual toma a direcção norte, em direcção ao sítio da Cruz da Espargueira.

#### 4.2.3.2. Parque Cultural

Relacionado com o aproveitamento dos valores da paisagem, e articulado com os percursos culturais, é de extrema importância a criação de um parque cultural. Não é nova a ideia da criação de um parque cultural na Freguesia de Estoi. O PDM de Faro e o Plano de Pormenor de Estoi (em fase de conclusão) referem a figura do parque cultural, e localizam-no entre as Ruínas de Milreu e o Palácio de Estoi, localização que nos parece favorável.

O parque cultural, para além de um instrumento de intervenção, permitirá chamar a atenção para o facto de que o solo e a paisagem devem ser vistos como verdadeiros arquivos históricos, naturais e estéticos. Além dos bens e estruturas do património, contém uma forte representatividade de formas de articulação da actividade humana com o meio.<sup>21</sup>

Os objectivos principais do parque cultural são a promoção e conservação dos valores patrimoniais, históricos e naturais, e o aproveitamento das potencialidades lúdicas da paisagem. Pretende ser um instrumento de ordenamento do território, de promoção e protecção ambiental, de preservação e gestão integrada dos valores patrimoniais (naturais e construídos), bem como um meio de acção pedagógica.

O parque cultural proposto, compreendido entre Milreu e o Palácio de Estoi, tem uma área de 5 hectares, isenta de grandes conflitos de interesses e com elevada diversidade de elementos paisagísticos e patrimoniais.

A área do parque que propomos é a mesma preconizada no PDM e no Plano de Pormenor. Inclui o Palácio e Jardins de Estoi, zonas livres intersticiais, entre as quais a horta anexa ao palácio e as Ruínas de Milreu, incluindo o Rio Seco.

---

<sup>21</sup> BARATA, F. T. e MASCARENHAS, J. M. de (2002). *Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos. Universidade de Évora, Évora.

A área seleccionada possui uma interessante riqueza patrimonial e uma rara diversidade paisagística. Inclui um núcleo urbano – a Aldeia de Estoi –, típico desta zona do Barrocal, e encontra-se próximo de um eixo viário importante (A22). Esta área apresenta boas condições para o aproveitamento museológico de muitos dos elementos que integra, com contributo importante para o reforço da memória colectiva local e regional, assente no território, para a reanimação e para o desenvolvimento sustentável desta área rural. Parte dos objectivos propostos para o parque cultural estão atingidos, uma vez que as Ruínas de Milreu foram alvo de um projecto de valorização, que incluiu a edificação de um centro de interpretação e um pólo para exposições.

A proposta de criação do parque cultural pretende possibilitar um uso lúdico-formativo à zona de Milreu/Palácio de Estoi/Aldeia de Estoi, a partir da plataforma agrícola histórica existente na envolvente da aldeia. O objectivo é aproveitar a complexidade e riqueza da base de suporte do sistema de pomar tradicional de sequeiro e o potencial valor estratégico, ao serviço de um projecto que supõe a criação de um equilíbrio na gestão da paisagem e na projecção do espaço rural. Esta pretende assumir a identidade agrícola de sequeiro que tem antiquíssimas raízes históricas e culturais.

A criação do parque cultural fornece elementos legislativos que facilitam a protecção e recuperação do tecido urbano da zona mais antiga e característica da aldeia.

#### **4.2.3.3. Centro de Interpretação da Paisagem da Serra de Monte-Figo**

Propõe-se que o parque cultural esteja interrelacionado com outra estrutura cultural - o Centro de Interpretação da Paisagem da Serra de Monte-Figo. A criação deste pólo cultural, cuja localização proposta recaiu no Azinheiro, decorre das características naturais e humanas desta paisagem: vegetação climácica; plantas aromáticas e medicinais; vestígios arqueológicos; riqueza patrimonial edificada; e vistas panorâmicas. Os objectivos desta estrutura são o aproveitamento de recursos, a criação de novas actividades, e a revitalização dos sistemas sociais locais. Os elementos a integrar serão um centro de interpretação da paisagem e património, um centro de promoção turística e exposição, e posto de venda de produtos locais.

#### 4.2.4. NÚCLEO DE ESTOI

Relativamente à estrutura urbana do núcleo de Estoi, sensivelmente até aos anos 80 do séc. XX, não foi alvo de grandes mutações. A partir dessa década, até à actualidade, sofreu aumento demográfico significativo, o que originou uma expansão do núcleo urbano segundo um modelo dissonante em relação à estrutura edificada existente e à paisagem.

O aproveitamento da relação entre Estoi e Faro contribuiu para o crescente interesse pela fixação populacional na aldeia, com tendência para a densificação do tecido urbano periférico. O núcleo tende a perder a relação ancestral com o meio agrícola que o envolve, o que contribui para a perda da identidade que sempre o caracterizou, intimamente relacionada com a envolvente.

O núcleo urbano de Estoi deverá continuar a ser o referencial para o equilíbrio da paisagem em que se insere. Devido ao actual processo de evolução, que urge contrariar, estas relações tornaram-se mais ténues, nomeadamente com a desvalorização do significado da imagem e das funções tanto da povoação, como do espaço cultural e natural que a rodeia, pelo que a requalificação do núcleo urbano deverá passar pela reafirmação da identidade na paisagem.

É necessário que a valorização do núcleo de Estoi assente no condicionamento de usos que desvirtuem a paisagem na envolvência directa da aldeia e na própria aldeia. A área histórica vale pela envolvência, caracterizada, ancestralmente pela presença do pomar tradicional de sequeiro, mas também pelo edificado tradicional algarvio, que encontra em Estoi um dos seus melhores exemplares. Devem, por isso, ser considerados dois tipos de cenários de paisagem: próximo da aldeia tem de ser preservada necessariamente a ligação correcta e a transição para a paisagem que a envolve; e um cenário mais longínquo - Cerros do Malhão e Guilhim - que servem de pano de fundo à paisagem da aldeia.

O turismo revela-se uma actividade económica com grande importância para a dinamização do núcleo de Estoi, que deve ser apoiado no desenvolvimento dos recursos endógenos e na valorização urbana e patrimonial.





A interpretação da paisagem, enquanto leitura interactiva do enquadramento social, económico e cultural de uma determinada época e das condicionantes biofísicas, reveste-se de extraordinário interesse científico, histórico e cultural, e deve constituir a base do ordenamento do território.

A paisagem é uma expressão sintética da interacção da actividade humana com o meio. Toda a paisagem é um recurso inculcado de valores naturais, recreativos e culturais. Constitui uma das marcas fundamentais da identidade de uma comunidade.

Face às alterações nas relações rural/urbano, é necessário repensar a delimitação do espaço rural e o ordenamento correspondente, sob o conceito de Paisagem Global. A consideração dos factores ecológicos e culturais revela a progressiva dissolução das diferenças entre o meio rural e o urbano, no entanto estas mantêm-se, ainda, com alguma visibilidade.

O conceito de paisagem global inclui, igualmente, uma componente cultural, com base nas estruturas agrárias tradicionais. Estas, enquanto representativas da relação sustentável entre o Homem e o meio natural, permitem a utilização extensiva do espaço, numa alternativa económica à produção agrícola moderna.

No âmbito do processo de ordenamento do território, é incontornável considerar os elementos de interesse patrimonial, cada vez mais apreendidos como factor indispensável de um desenvolvimento sustentado. Esse valor provém, não só do potencial económico que lhes é conferido, dada a importância crescente das actividades ligadas ao turismo mas, também, pelo reconhecimento de que esse desenvolvimento deve garantir a identidade da paisagem e da comunidade.

O carácter construído de muitas paisagens portuguesas, de entre as quais se destaca a do pomar tradicional de sequeiro em terraços e socacos do Barrocal Algarvio, com elevado valor paisagístico, apontam no sentido de, cada vez mais, o agricultor ser considerado o garante da continuidade da produção de um bem com implicações na identidade regional, da qualidade de vida das populações e na potencialidade turística.

A transformação a que estão sujeitos os sistemas agrícolas tradicionais conduz ao desaparecimento de determinados sistemas e, conseqüentemente, das paisagens que lhe estão associadas. Verificam-se progressivamente modificações na composição e estrutura das paisagens, cuja consequência directa é o empobrecimento dos mosaicos paisagísticos.

O declínio da agricultura tradicional e o abandono do meio rural contribuem para a destruição do mosaico cultural, com que os nossos antepassados humanizaram a paisagem. Entre outros casos, encontra-se nesta situação o pomar misto de sequeiro do Barrocal, que constitui a matriz da paisagem desta sub-região algarvia. A exploração deixou de ser rentável, os pomares são constantemente abandonados, o mato instala-se progressivamente e as árvores tendem a desaparecer.

A preservação destas paisagens, através de medidas práticas bem equacionadas, deverá considerar o valor intrínseco da paisagem como elemento de cultura, acrescido do interesse que lhe advém da proximidade dos aglomerados urbanos. Estes troços de paisagem tradicional, que integram os aglomerados urbanos isolados no espaço rural, constituem uma herança cultural e um dos principais fundamentos da identidade de uma comunidade.

A redescoberta dos valores patrimoniais da paisagem é condição essencial para a construção de novas identidades e para a criação de alternativas de desenvolvimento dos territórios e das populações. Com efeito, a afirmação de um território também se concretiza através da construção e divulgação de uma imagem de qualidade, centrada na identidade e nos recursos diferenciados.

A salvaguarda e valorização do património é garantia de uma paisagem mais equilibrada e atractiva, e pode constituir um recurso importante na afirmação do território. A paisagem, no que diz respeito aos valores naturais, à forma estética, ao equilíbrio ecológico e ao interesse social, é por si um património a considerar no ordenamento do território.

A capacidade de resistência ao processo de globalização deverá basear-se na procura de um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura de várias funções no presente, e as expectativas em relação ao futuro. Neste processo de redefinição da funcionalidade e padrão da paisagem, todos os actores devem ser envolvidos, de forma a desenvolver um processo que tome em consideração várias alternativas e que chegue a soluções integradoras. Sem esse envolvimento, particularmente ao nível local, corre-se o risco da modificação progressiva da paisagem, no sentido da simplificação e perda de carácter.

Actualmente, à medida que as funções tradicionais da paisagem rural perdem importância, outras funções são reconhecidas, como a conservação, o equilíbrio ambiental, o recreio e o turismo, e a preservação da identidade local (especialmente focada na *Convenção Europeia da Paisagem*). No entanto, as transformações da produção agrícola conduzem a mudanças no padrão e no carácter da paisagem, que põem em causa outras funções.

Considerando as mudanças acima descritas, em geral negativas quanto à evolução da componente agrícola da paisagem, torna-se necessária a implementação de medidas direccionadas às paisagens agrícolas. Nessas políticas, as populações devem ter destaque como o principal agente de preservação, conservação e transformação.

Nas últimas décadas, o Algarve foi alvo de alterações profundas ao nível demográfico, associadas ao grande desenvolvimento turístico, que fomentou incidências intra-regionais

diferenciadas. Inerentemente, verificaram-se grandes alterações sociais e estruturais na região algarvia, com consequências no sector agrícola.

No Litoral, a horticultura e a fruticultura de regadio geraram um sector produtivo dinâmico. Assistiu-se, paralelamente, a um aumento de interesse nas sub-regiões interiores e à mudança do uso de muitas parcelas rústicas, principalmente no Barrocal. Nesta sub-região, o êxodo rural foi responsável por uma quebra de vitalidade, o que se reflectiu na estagnação da produção agrícola. A componente tradicional da agricultura, baseada principalmente em sistemas de produção agro-florestais (pomar tradicional de sequeiro), entrou claramente em declínio. Por outro lado, verificou-se, principalmente desde as últimas duas décadas, um incremento do interesse imobiliário pelo Barrocal, que tem contribuído para aumentar a pressão sobre um território com uma estrutura económica fragilizada, com consequências na alteração dos usos tradicionais do solo. A principal consequência desta nova realidade é o aumento exponencial de construções dispersas, muitas vezes sem qualquer preocupação com as características do suporte biofísico.

O incremento da edificação no Barrocal parece ser incentivado pelo PROTAL (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve), uma vez que este plano preconiza o prolongamento da faixa de planície litoral para o interior. A faixa litoral engloba, segundo a proposta do plano referido, parte do Barrocal, o que pode acarretar consequências graves em termos de expansões urbanas e, inerentemente, de delapidação de uma paisagem com uma identidade muito vincada.

O estudo que realizámos sobre a paisagem e património da Freguesia de Estoi permite promover a divulgação de aspectos até agora pouco abordados, nomeadamente os valores patrimoniais da freguesia, quer naturais, quer resultado da humanização ancestral da paisagem, com o fim de contribuir para a sua salvaguarda e valorização.

A paisagem estudada é, no essencial, uma paisagem cultural, expressão dos diversos factores naturais existentes, manipulados pela acção humana secular e, como tal, um valor a salvaguardar. A paisagem da Freguesia de Estoi revela heterogeneidade, conferida pelo mosaico paisagístico diversificado: engloba duas zonas específicas, norte e sul, com fisiografias diferentes,

que conferem à paisagem maior dinamismo. Às diversificadas condições de suporte, entre as quais se destacam o substrato geológico e os solos, associa-se utilização específica do solo, com grande influência na fisionomia da paisagem.

A Freguesia de Estoi, e especificamente a aldeia de Estoi, tem mantido um carácter único no Barrocal, e no Algarve em geral, ainda mais se comparada com muitas das freguesias litorais e com outras do interior, marcadas por descaracterização acentuada, com reflexos na perda de identidade. A identidade de Estoi deve muito ao Palácio de Estoi e às ruínas romanas de Milreu, sem dúvida os dois elementos notáveis da freguesia. O carácter particular da aldeia está também associado aos almocreves - continua viva uma tradicional romaria dos antigos almocreves residentes na freguesia (Festa da Pinha), única na região. O seu enquadramento no cartaz cultural da região impõe-se, por isso, com toda a premência.

Vimos que a paisagem da Freguesia de Estoi é dominada a norte pelos Cerros do Malhão e do Guilhim, revestidos de matos, intercalados por socalcos e valados de pedra solta, que testemunham o aproveitamento agrícola ancestral daquelas encostas. Esta paisagem é fortemente marcada por muros, valados e azinhagas que permitiram a instalação da agricultura de subsistência.

Para sul avista-se a planície litoral até ao mar; aqui os pomares tradicionais de sequeiro e as pequenas hortas, que outrora envolviam a aldeia, foram em parte substituídos por laranjais e estufas. Estamos perante uma paisagem em transformação, caracterizada pelo desprendimento à função anterior e à identidade histórica.

É relevante, ainda, o domínio da área agrícola na paisagem, cuja estrutura é formada pelo relevo, culturas e pelo mosaico agrícola e arbóreo. Dominam, principalmente na zona norte da freguesia, áreas de cultura agrícola residuais e tradicionais, com percentagem significativa de terrenos abandonados ou com pedregosidade elevada, que impede a lavoura e ocorrência de muros de pedra, de elevado interesse paisagístico, que dão origem a unidades especiais de paisagem.

A homogeneização da paisagem, que conduz à perda de identidade, e que tem caracterizado a evolução de muitas das paisagens portuguesas, não teve, por enquanto, grande expansão na Freguesia de Estoi. É ainda fácil reconhecer o mosaico cultural diversificado, as sebes de compartimentação e as galerias de vegetação ripícola das principais linhas de água. Associados a estes elementos, surgem os terraços agrícolas com pomares de alfarrobeiras, amendoeiras e figueiras e zonas de *maquis*.

Seria importante a inclusão destes valores nos instrumentos de ordenamento do território, pois é desta diversidade biológica que se compõem as paisagens diversificadas e atraentes.

O parcelamento da propriedade é um elemento relevante deste padrão, que tem fundamento na habitação isolada ou em pequenos grupos. A lógica da dispersão urbana verificada na freguesia não é exclusivamente imobiliária e especulativa. A dinâmica da dispersão assenta em grande medida em factores sócio-económicos e culturais da população, em que concorrem o sentido de propriedade, condições da economia familiar, relações familiares e de vizinhanças e opções de modos de vida.

A dispersão do povoamento, caracterizada por populações cada vez menos dependentes da agricultura e, cada vez mais, possuidores de padrões de vida e do consumo urbanos, é uma consequência do processo de urbanização da sociedade portuguesa que deve ser considerada pelo planeamento e pela gestão do território. A dispersão do habitat no meio rural deve ser contrariada, salvaguardando-se, contudo, as especificidades do território em causa.

É necessário que o espaço agrário da freguesia seja preservado e sejam garantidos incentivos e condições para uma produção agrícola competitiva e de qualidade. Simultaneamente, devem ser conservados e valorizados os valores ambientais e culturais presentes. Isto significa, no caso específico da Freguesia de Estoi, bem como em todo o Barrocal com as mesmas características, que deve ser reconhecido o excepcional interesse como espaço de produção, com sistemas e culturas adequadas ao meio, como espaço de ocorrências naturais com enorme riqueza em termos de biodiversidade, mas também identificado como espaço de recreio e pedagógico. Deverá ser procurado, no entanto, o modo de conduzir o modelo turístico para que

não exija a transformação da paisagem e a identidade regionais e locais, e não cause um impacto negativo sobre os componentes naturais e culturais da paisagem.

Com base na análise efectuada aos vários elementos que constituem a paisagem da Freguesia de Estoi, tentámos estabelecer as bases de uma proposta de salvaguarda e valorização da paisagem. Todas as medidas de salvaguarda e gestão da paisagem da Freguesia de Estoi devem respeitar a dimensão e morfologia do território. Para tirar partido correctamente das potencialidades desta paisagem é necessário conhecer as especificidades a partir da estrutura formal, da imagem física e da identidade e construção histórica, que constituem a vertente visível do território.

A proposta apresentada baseou-se numa visão integradora do território e tentou assumir-se como uma abordagem abrangente, com o objectivo de contribuir para a construção de uma paisagem baseada na harmonia entre as marcas do passado e o futuro.

Gerir de forma sustentável a paisagem equivale à manutenção dos recursos ao longo do tempo. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela essência biológica, pelo que a localização das actividades, nomeadamente da expansão urbana, tem que estar sujeita à aptidão do território e à paisagem existente. Para que exista a desejável compatibilização do uso correcto dos solos e da água com a sustentabilidade ambiental, social e económica, é necessário um planeamento da ocupação e a conservação da paisagem como um todo.

É necessário assumir uma mudança de valores, diferentes dos que, até aqui, têm vindo a gerar a transformação recente da paisagem, e atender inevitavelmente à dimensão produtiva, sem menosprezar o interesse social e ambiental. Deverá ser garantida a estrutura física da paisagem, através da identificação de áreas homogéneas (sub-unidades de paisagem) e elaboração de uma normativa atenta à especificidade de cada uma.

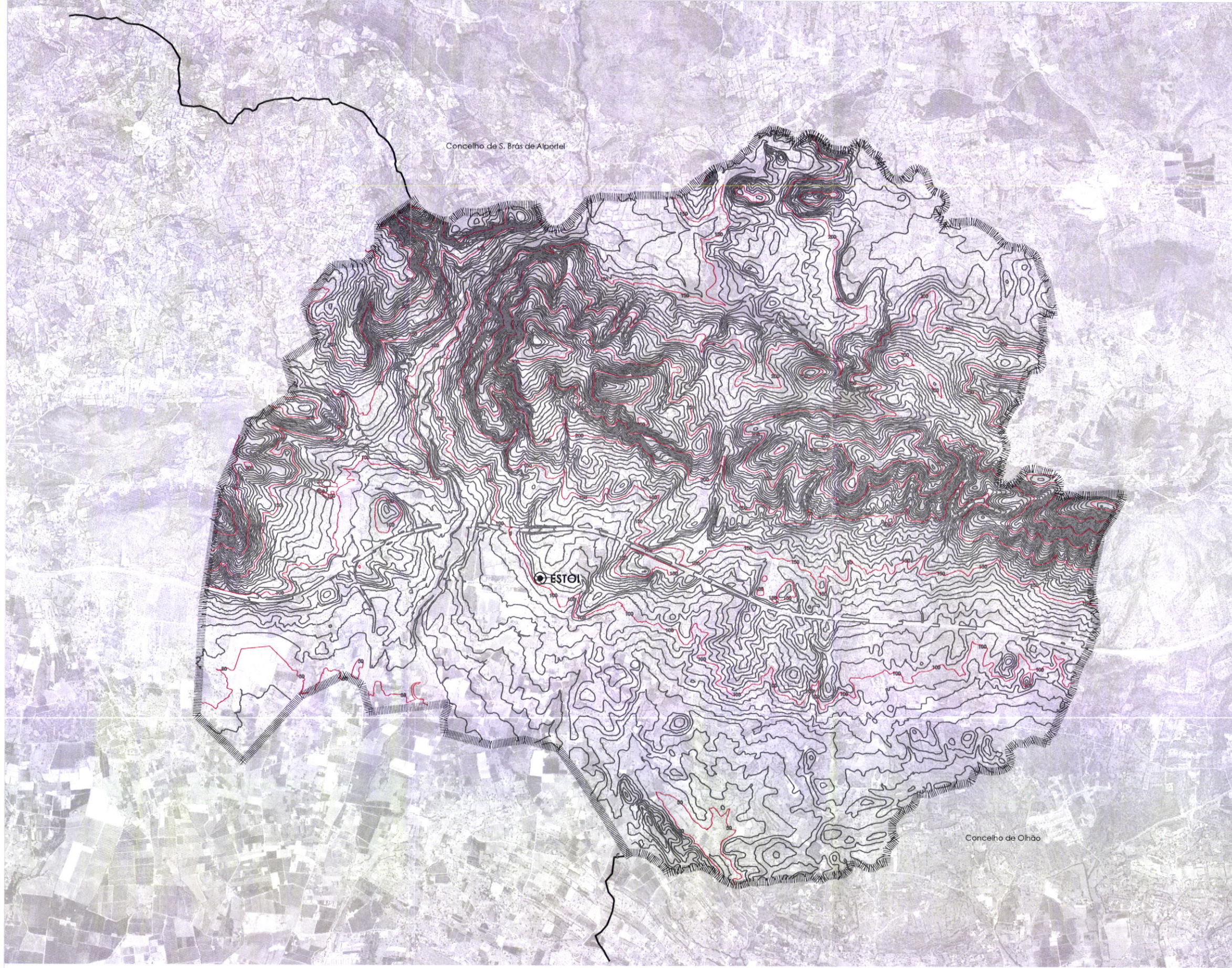
Todas estas medidas devem ser desenvolvidas em cooperação de esforços, com vista à preservação da paisagem cultural, da qualidade da estrutura edificada e da componente paisagística, cujo principal beneficiário é o Homem.














**CURVAS DE NÍVEL**

-  Equidistância das curvas: 50 metros
-  Equidistância das curvas: 5 metros
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**ALTIMETRIA**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**02**

Escala

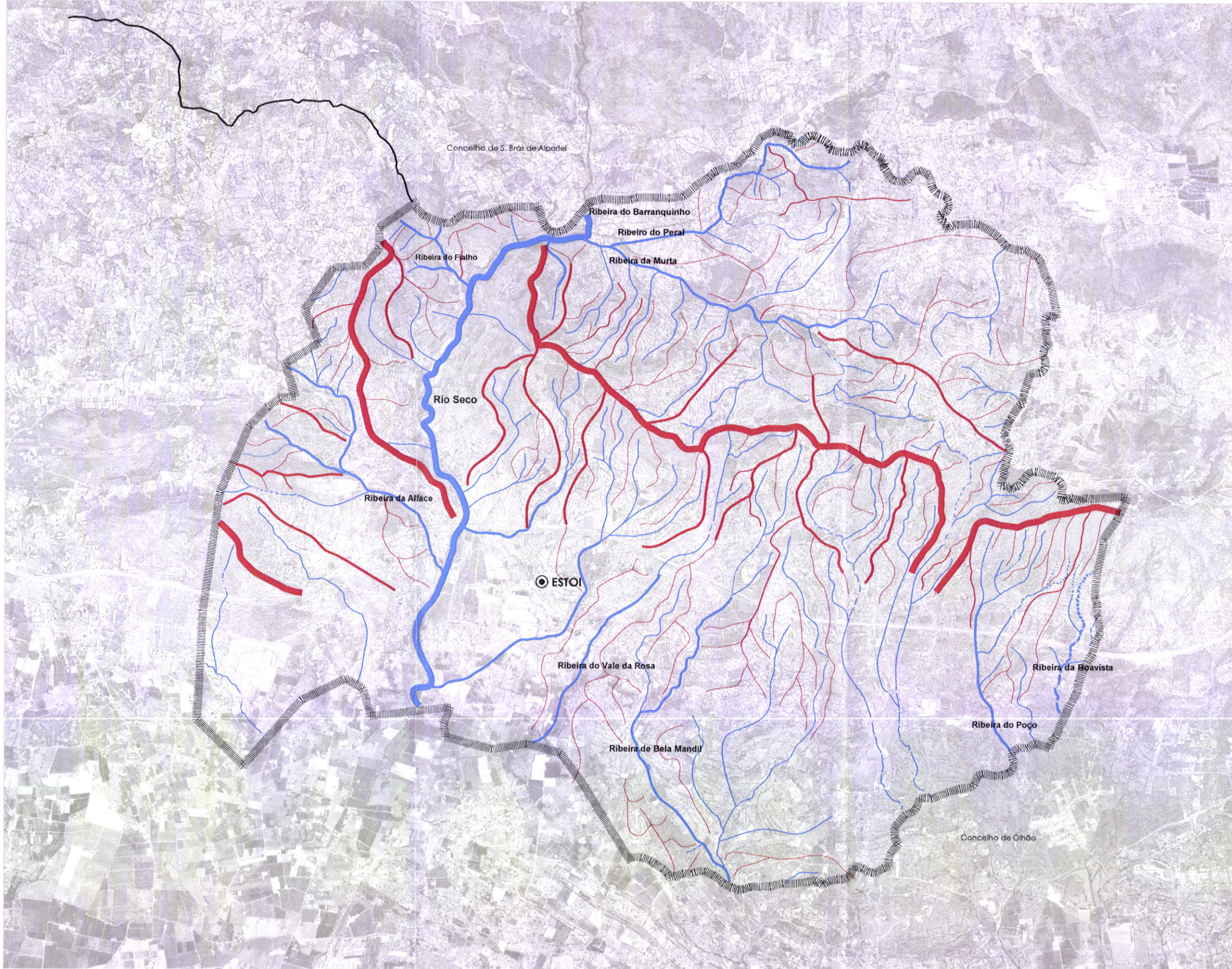
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





**LINHAS FUNDAMENTAIS DO RELEVO**

Linhas de drenagem natural (talvegues)

-  Principais
-  Secundárias
-  Terceárias

Linhas de cumeada (festos)

-  Principais
-  Secundárias
-  Terceárias

 Limite da Freguesia de Estoi



Planta

**FISIOGRAFIA: Festos e Talvegues**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**03**

Escala

1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos

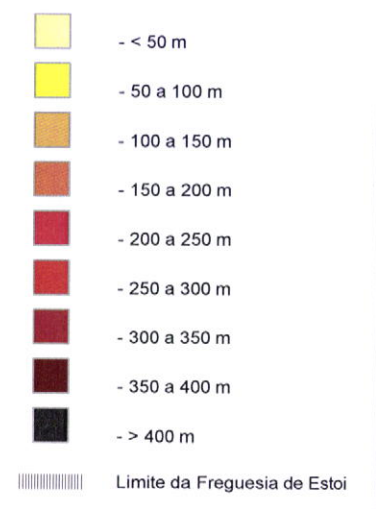




Concelho de S. Brás de Alportel

ESTOI

Concelho de Olhão



Planta

### HIPSOMETRIA

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 04

Escala

1:50 000

Data

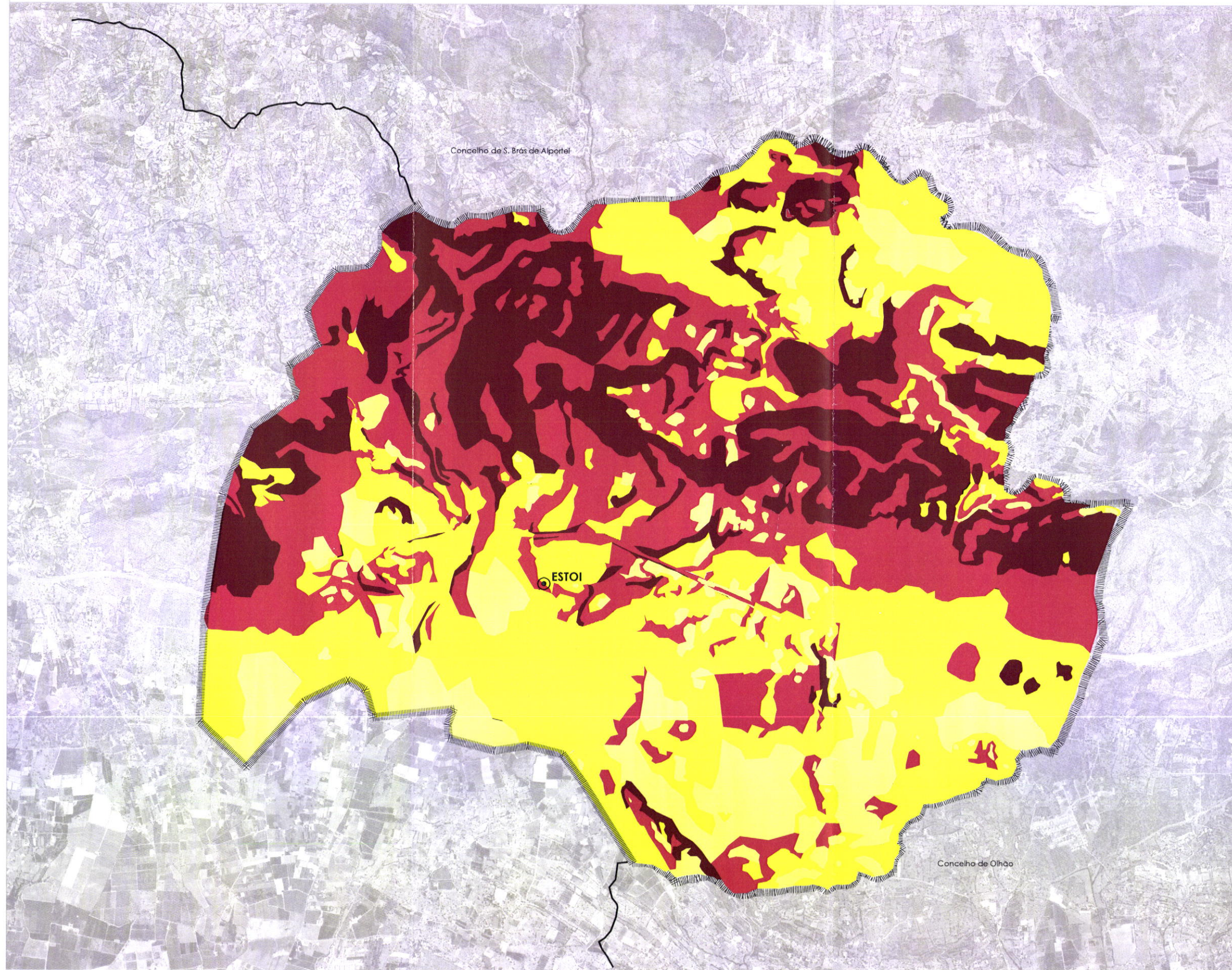
2007

Rui Miguel Terremoto Santos





Concelho de S. Brás de Alportel



**TIPOS DE RELEVO**

- Zonas planas (0-8%)
- Zonas de declive moderado (8-15%)
- Zonas declivosas (15-25%)
- Zonas muito declivosas (>25%)
- Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**TIPOS DE RELEVO**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**05**

Escala

1:50 000

Data

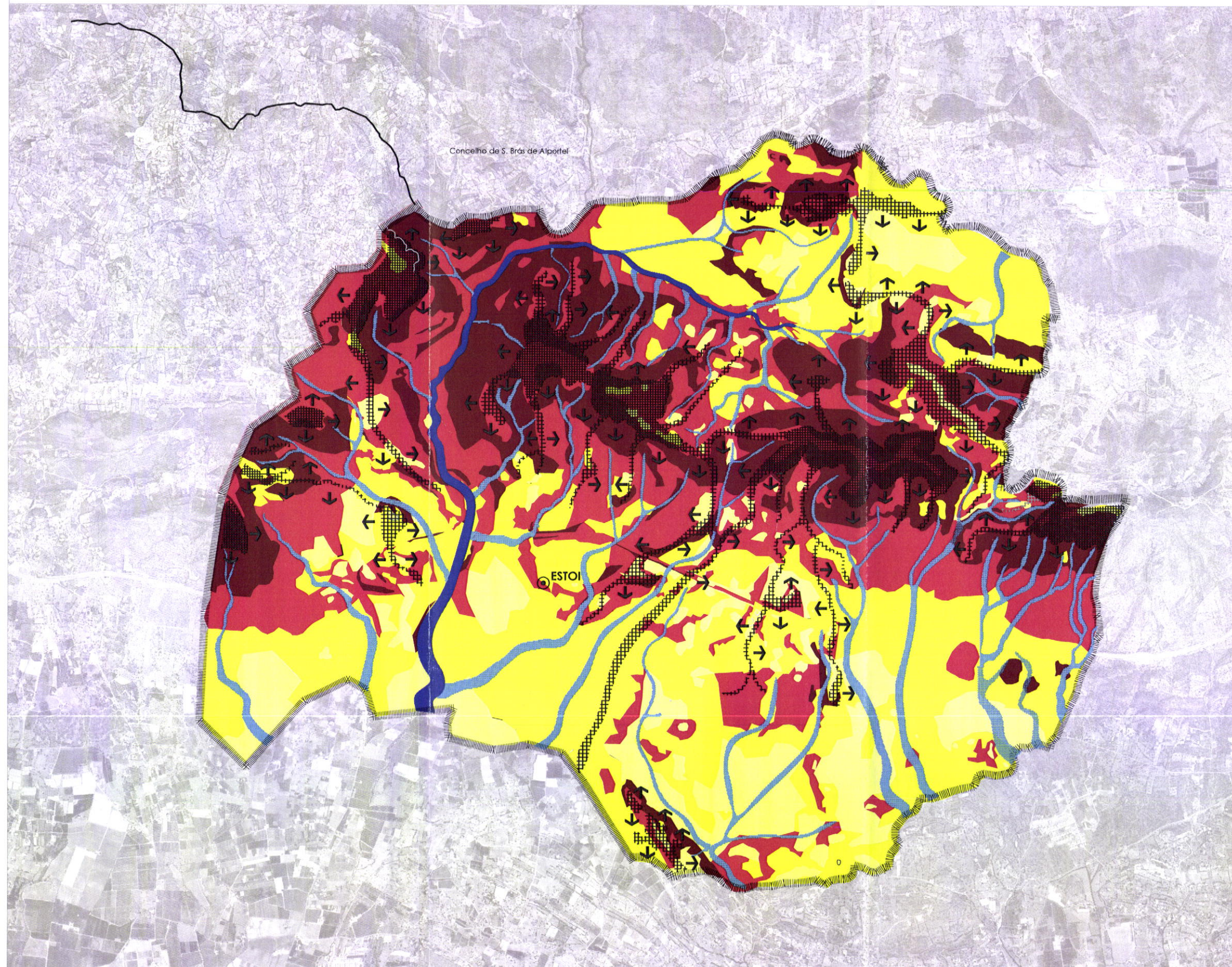
2007

Rui Miguel Terremoto Santos





Concelho de S. Brás de Alportel



**TIPOS DE RELEVO**

- Zonas planas (0-8%)
- Zonas de declive moderado (8-15%)
- Zonas declivosas (15-25%)
- Zonas muito declivosas (>25%)

**ZONAS DE VALE**

- Principais
- Secundárias

**ZONAS DE CUMEADA**

- Principais
- Secundárias

**ORIENTAÇÕES DOMINANTES DAS ENCOSTAS**

- N, NW, NE
- E, SE
- S, SW
- W

Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**SÍNTESE FISIAGRÁFICA**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**06**

Escala

1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos














Concelho de S. Brás de Alportel

ESTOI

Concelho de Olhão

-  Aplanação cársica
-  Coluviões
-  Aplanação fluvial ou fluvio-cársica
-  Terraço fluvial
-  Calcários e calcários margosos
-  Rede hidrográfica com forte capacidade erosiva e de transporte (barrancos)
-  Garganta
-  Escarpa principal
-  Escarpa secundária
-  Glacis de acumulação
-  Glacis de erosão
-  Limite da Freguesia de Estoi

Fonte: Carta Fisiográfica do litoral atlântico Algarve-Andaluzia 1/50000 (2001).  
Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Junta da Andaluzia.

Planta

### ESTRUTURA GEO-FISIOGRÁFICA

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 07

Escala

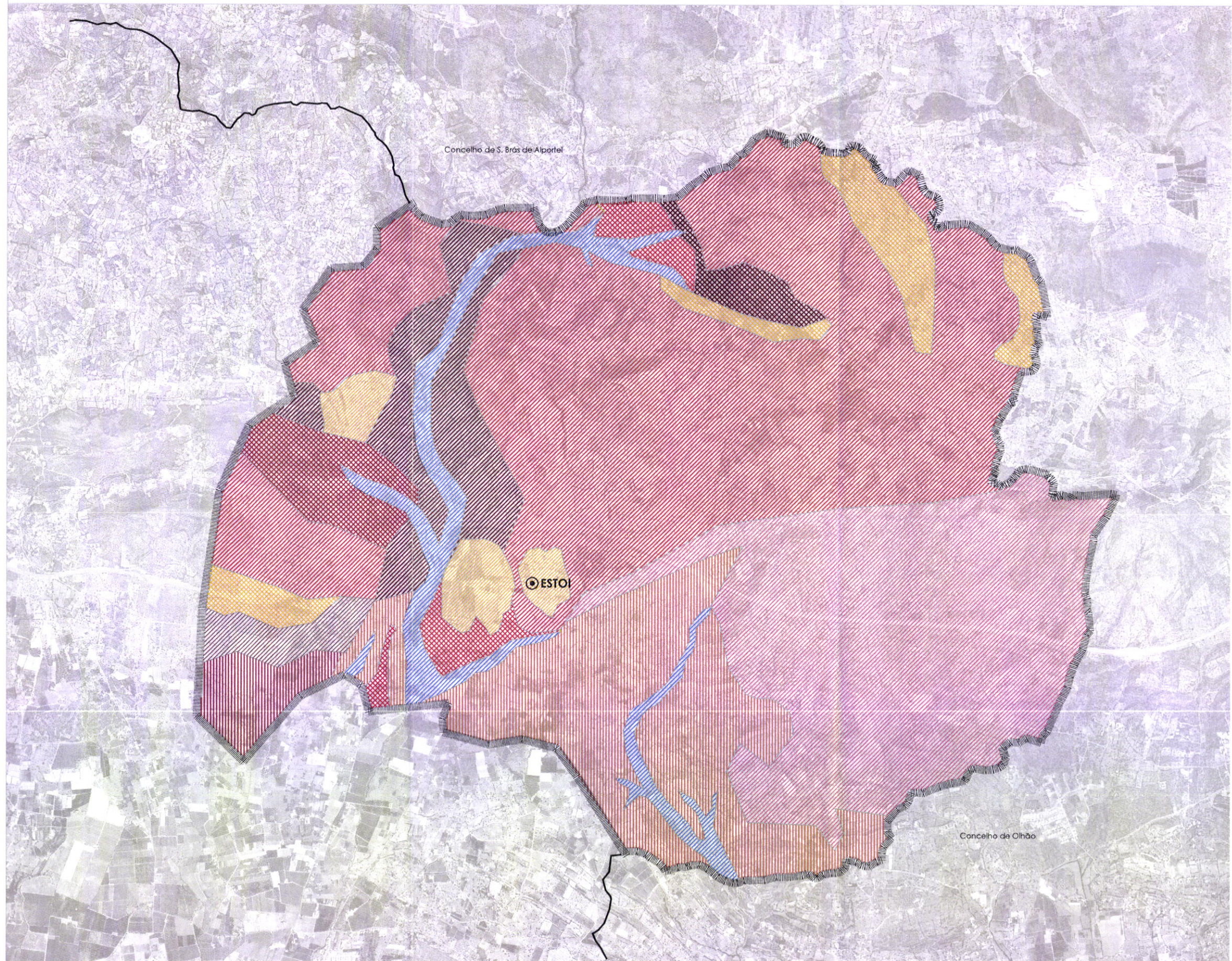
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





-  Aluviões (Holocénico)
-  Cascalheiras e terraços (Holocénico)
-  Tufos calcários de Loulé ( Holocénico)
-  Argilas, grés e conglomerados de fácies wealdiana; Dolomitos de Costa Longa e calcários recifais de Bias; Margas; Calcários oolíticos (Cretácico)
-  Calcários (Jurássico)
-  Calcários de transição (Jurássico)
-  Calcários bioconstruídos de Cerro da Cabeça (Jurássico)
-  Dolomitos e calcários dolomíticos de Stª Bárbara de Nexe (Jurássico)
-  Calcários com nódulos de sílex de Jordana (Jurássico)
-  Calcários margosos e margas com amonóides (Jurássico)
-  Calcários e conglomerados com nódulos de sílex; calcários oolíticos e conglomerados; dolomitos e calcários dolomíticos (Jurássico)
-  Calcários margosos e margas de Peral; Calcários hidráulicos de Loulé (Jurássico)
-  Limite da Freguesia de Estoi

Fonte: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos (1974). Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50000), folha 53-B. Lisboa.

Planta

### GEOLOGIA

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 08

Escala

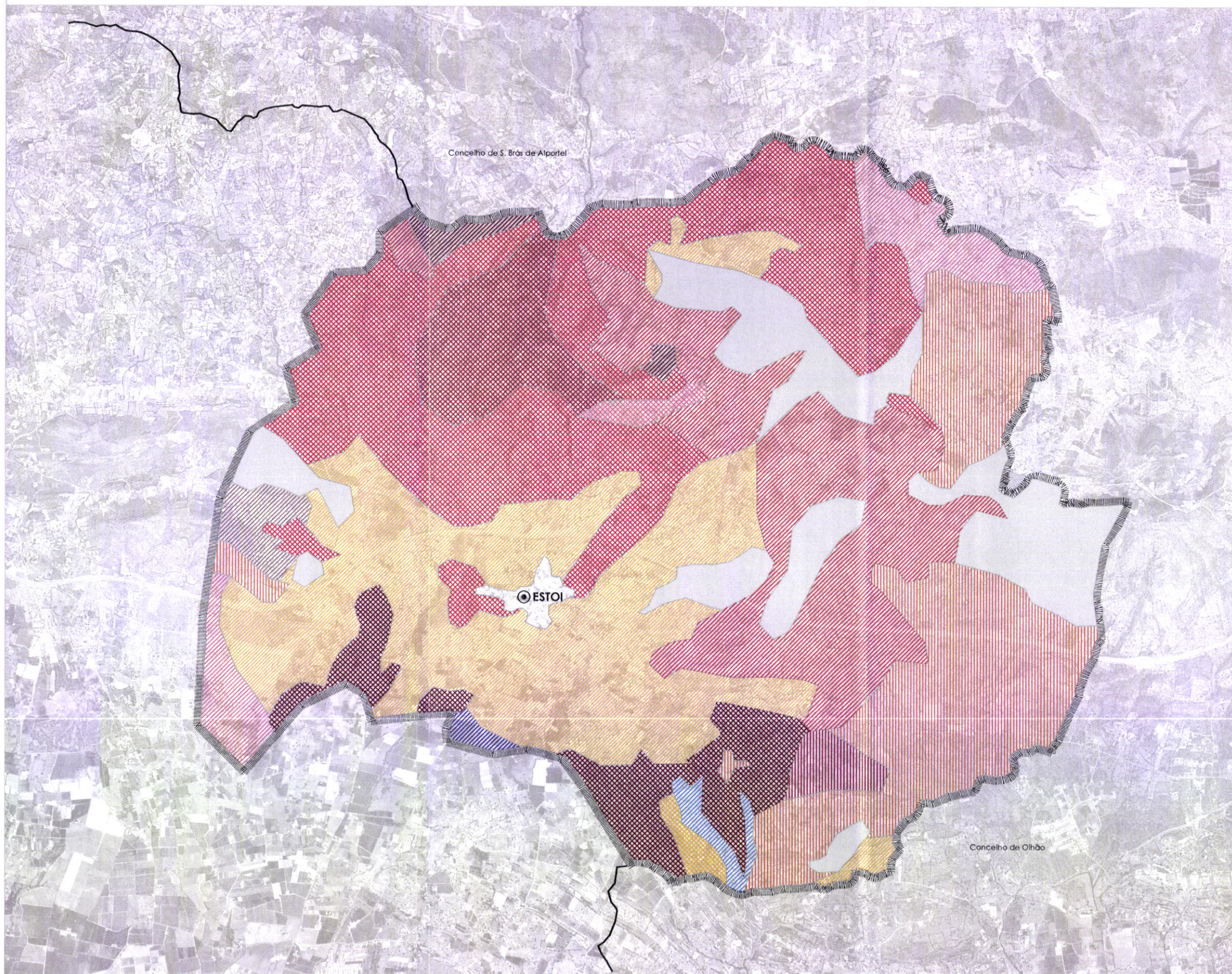
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





- Aluviossolos antigos de textura pesada, calcários (Atac)
- Aluviossolos modernos de textura mediana, calcários (Ac)
- Litossolos de calcários compactos ou dolomias (Ec)
- Complexo de litossolos de calcários compactos ou dolomias e afloramentos rochosos de calcários ou dolomias (Ec+Arc)
- Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de calcários compactos ou dolomias (Vcd)
- Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de arenitos (Vtc)
- Complexo de Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos de calcários compactos ou dolomias e Solos calcários vermelhos de calcários (Vcd+Vc)
- Complexo de Solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos e afloramentos rochosos de calcários ou dolomias (Vcd+Arc)
- Solos calcários pardos de calcários não compactos (Pc)
- Solos calcários vermelhos de calcários (Vc)
- Complexo de Solos calcários vermelhos de calcários e afloramentos rochosos de calcários ou dolomias (Vc+Arc)
- Complexo de Solos calcários pardos de calcários não compactos e afloramentos rochosos de calcários ou dolomias (Pc+Arc)
- Complexo de Solos calcários pardos de calcários não compactos e Litossolos de calcários compactos ou dolomias (Pc+Ec)
- Complexo de Solos calcários vermelhos de calcários e Solos calcários pardos de calcários não compactos (Vc+Pc)
- Afloramentos rochosos de calcários ou dolomias (Arc)
- Limite da Freguesia de Estoi

Fonte: SROA (1959), Carta de Solos de Portugal, esc. 1:50000, folha 53-A, Lisboa

Planta

### SOLOS

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 09

Escala

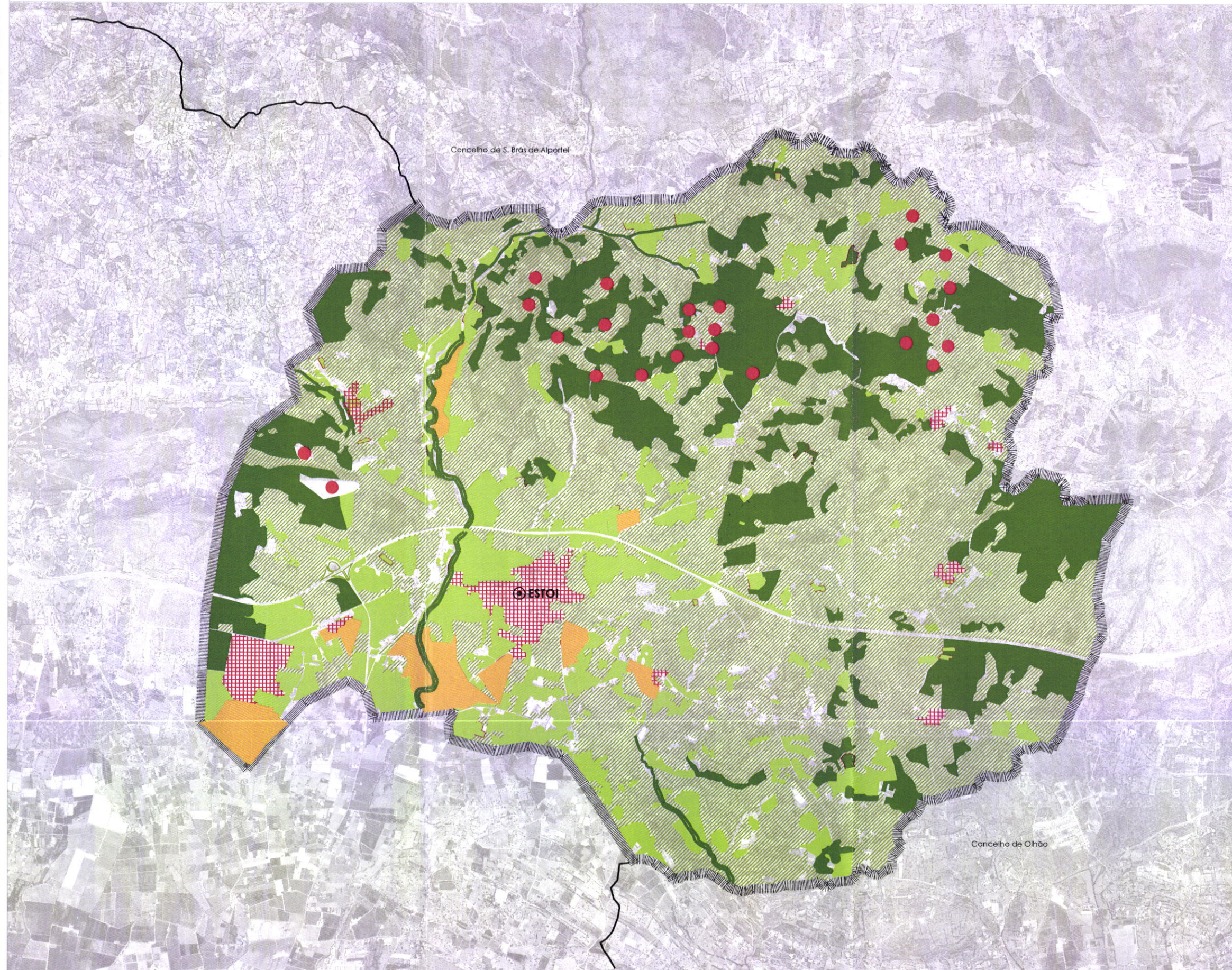
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





- Matos
- Pomares de regadio/vinhas
- Policultura intensiva
- Pomar tradicional de sequeiro
- Áreas edificadas
- Galeria ripícola
- Explorações de inertes (em actividade ou inactivas - sem recuperação)
- Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**USO DO SOLO**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**10**

Escala

1:50 000

Data

2007

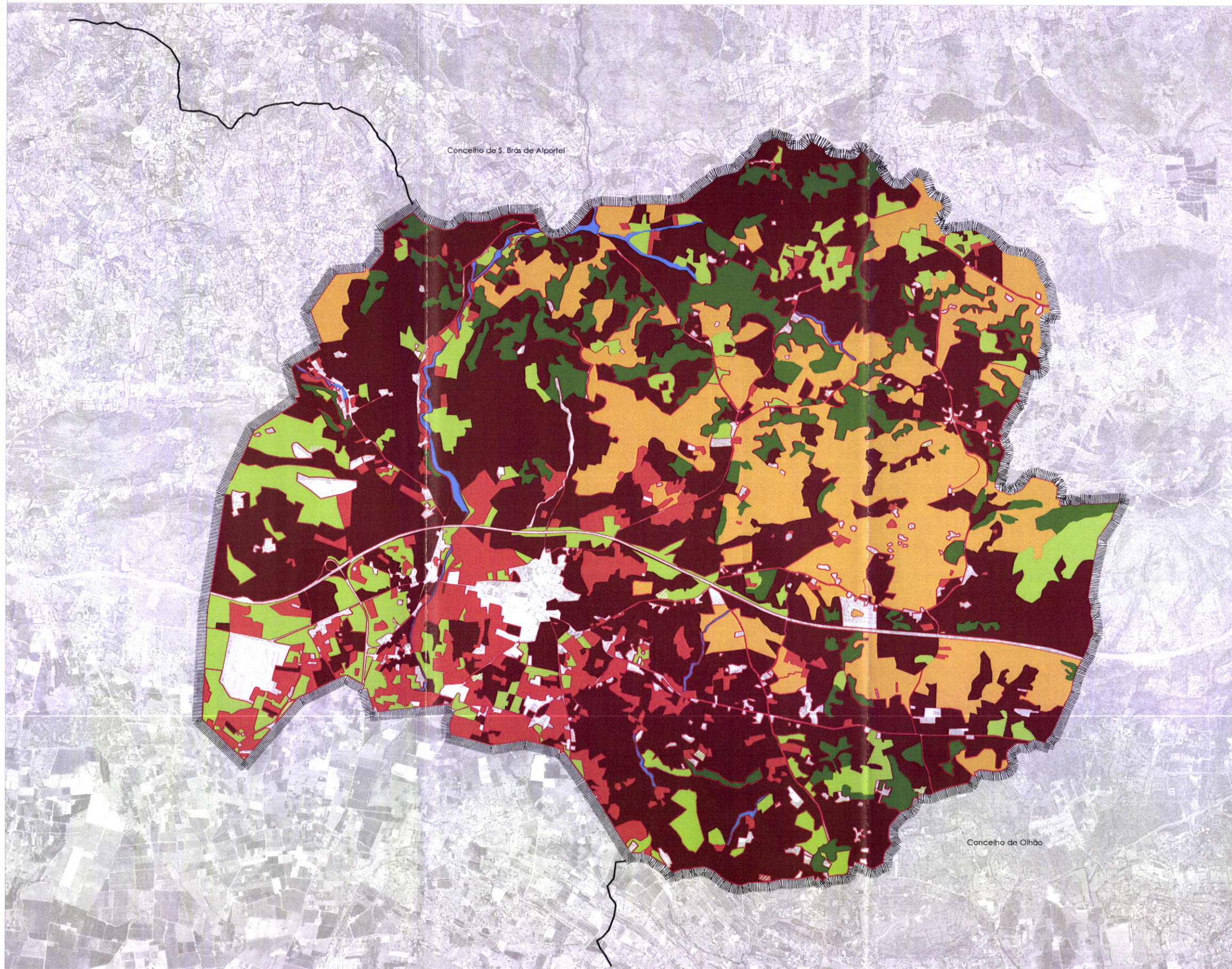
Rui Miguel Terremoto Santos





Concelho de S. Brás de Alportel

Concelho de Olhão



- Espaço aberto
- Espaço fechado
- Espaço compartimentado
- Espaço pontuado regular
- Espaço pontuado irregular
- Espaço meandrizado
- Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### TIPOLOGIA DE ESPAÇO AGRÁRIO E NATURAL

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho n°

11

Escala

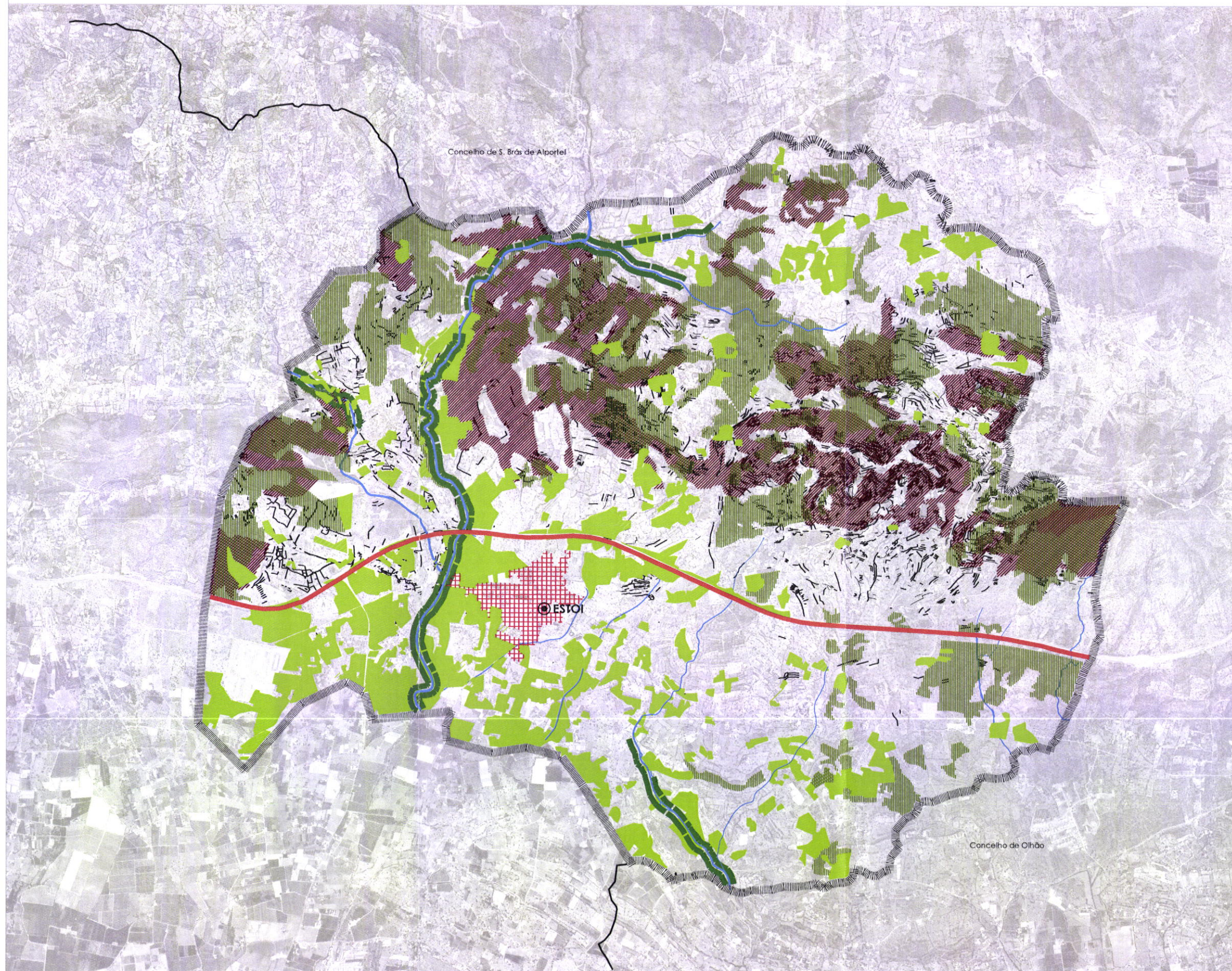
1:50 000










Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





-  Áreas com altimetria superior a 200 m e com declives superiores a 25 %
-  Áreas com maciços de vegetação natural e semi-natural com significado (inclui espécimes arbóreos notáveis)
-  Áreas agrícolas de pomares alinhados (sequeiro e regadio)
-  Núcleo urbano com preponderância na paisagem
-  Via do Infante (A22)
-  Valados e muros de pedra
-  Linhas de drenagem natural principais
-  Galeria ripícola
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA PAISAGEM**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**12**

Escala

1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





-  Zonas de grande sensibilidade paisagística
-  Degradações (imagens, áreas ou elementos a recuperar)
-  Valores cénicos (pontos de vista panorâmicos)
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### VISUALIZAÇÃO DA PAISAGEM

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 13

Escala

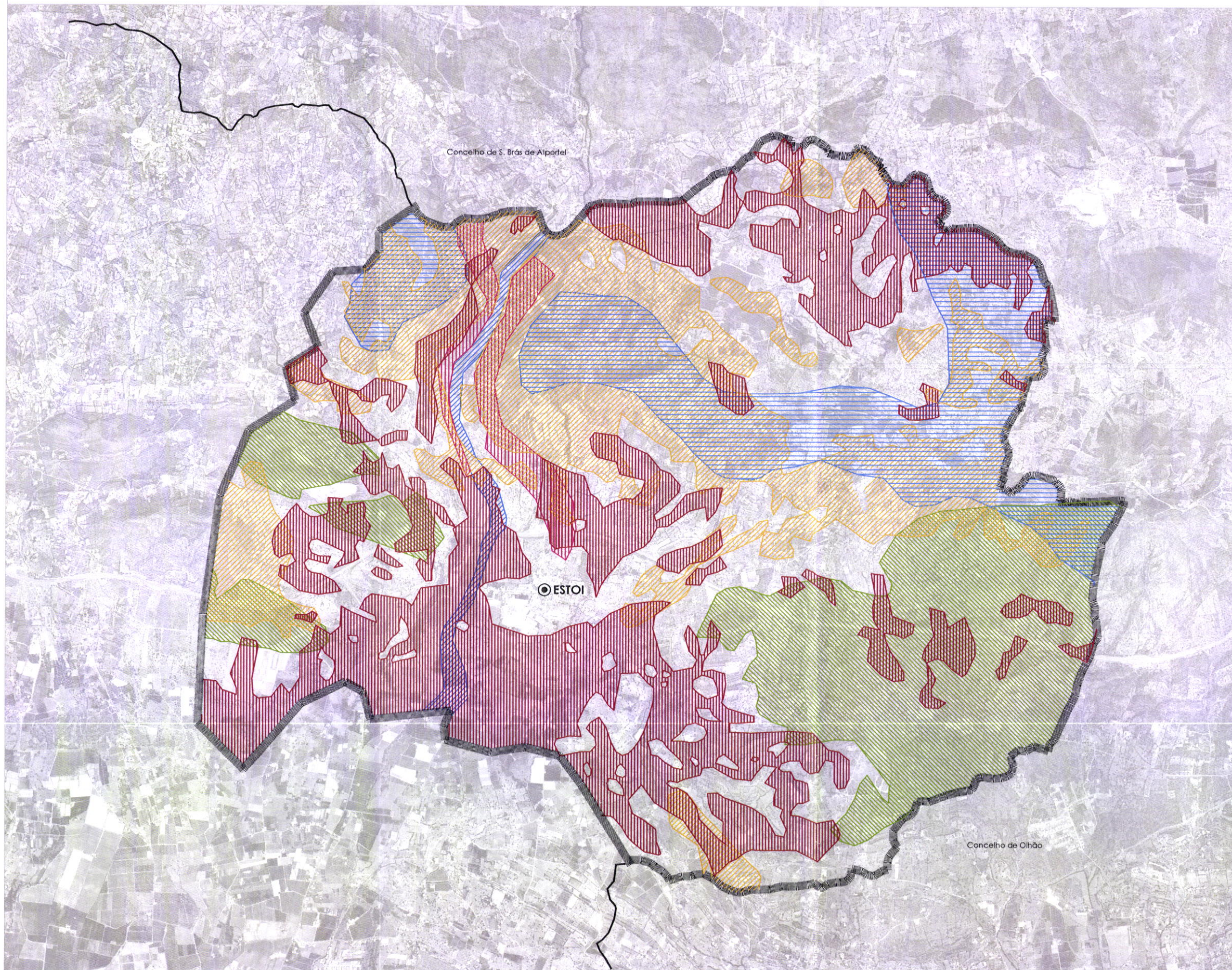
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





- Zonas afectas à RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
- Zonas afectas à RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL:
- Cabeceiras de linhas de água
- Zonas ameaçadas pelas cheias
- Zonas com risco de erosão superficial
- Zonas com risco de erosão por deslizamento
- Zonas de infiltração máxima
- Limite da Freguesia de Estoi

Fonte: Plano Director Municipal de Faro (1996). Risco, planeamento urbano e arquitectura, Lisboa.

Planta

**RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**14**

Escala

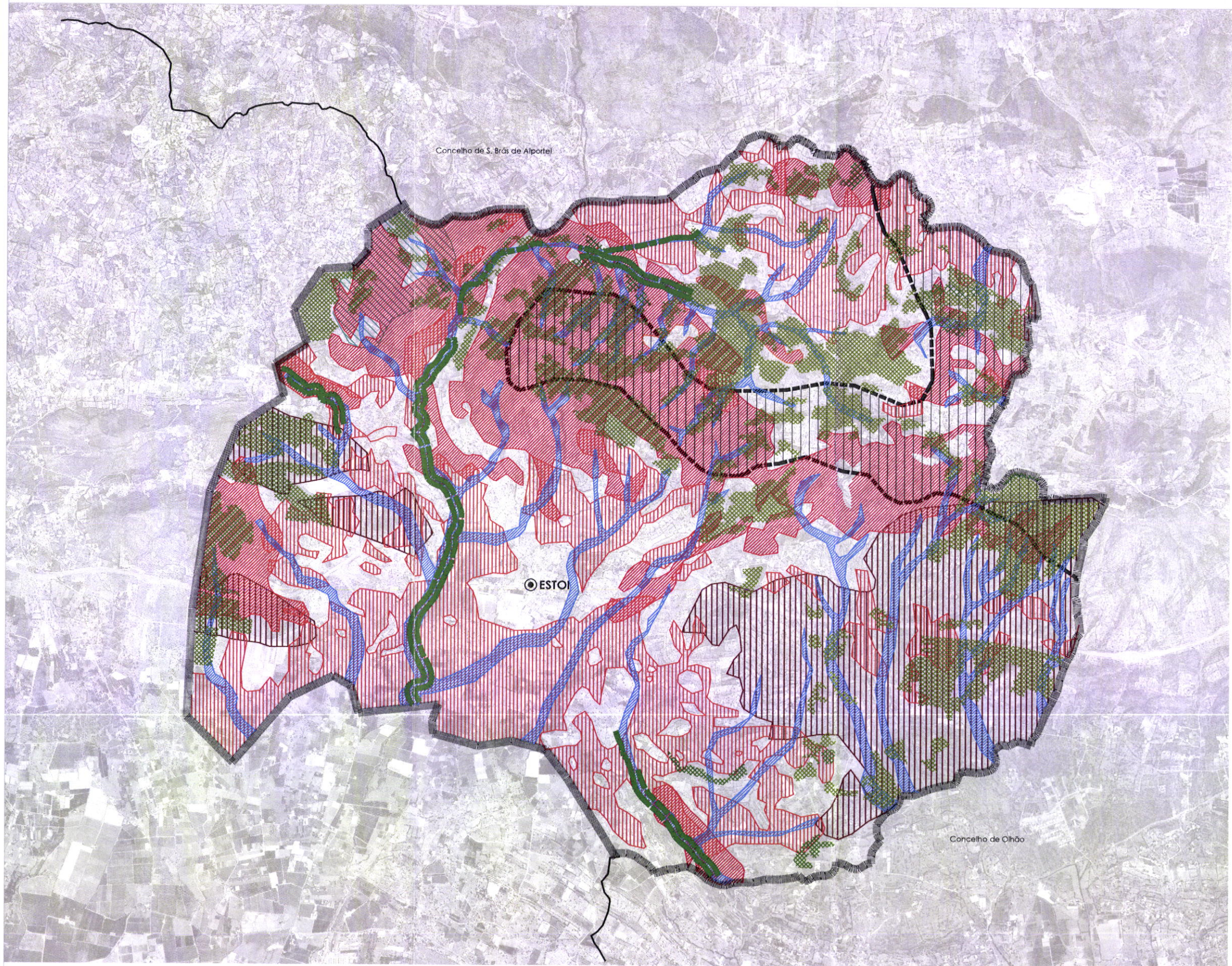
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





-  Galeria ripícola
-  Maciços de vegetação natural e semi-natural com interesse para a conservação
-  Valor ecológico dos solos (REN)
-  Áreas de protecção às cabeceiras de linhas de água (REN)
-  Áreas adjacentes às linhas de água (REN)
-  Áreas com riscos de erosão (REN)
-  Áreas de infiltração máxima (REN)
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### ESTRUTURA ECOLÓGICA FUNDAMENTAL

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 15

Escala

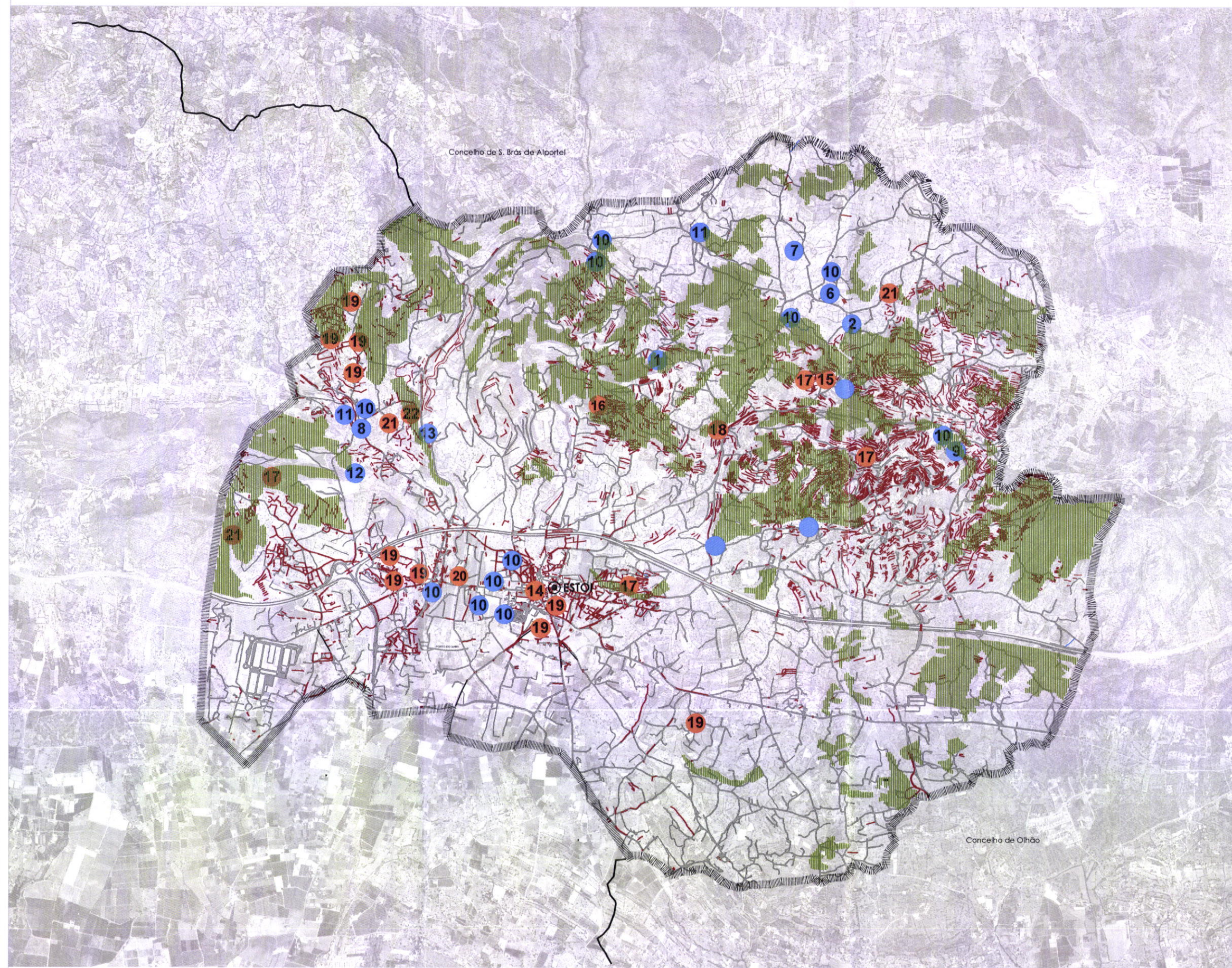
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos






**PATRIMÓNIO HIDRÁULICO**

- 1** Poço do Azinhal
- 2** Poço do Vale da Burra
- 3** Poço de N. Sra. do Rosário
- 4** Poço de Alcaria Branca
- 5** Poço de Alcaria Cova
- 6** Poço da Vargem
- 7** Poço da Murta
- 8** Poço de Lagos e Relvas
- 9** Poço do Azinheiro
- 10** Noras
- 11** Moinho de Água
- 12** Cascata
- 13** Açude



**PATRIMÓNIO EDIFICADO**

- 14** Aldeia de Estoi (inclui o Palácio e jardins de Estoi)
- 15** Capela (N. Sra. do Rosário)
- 16** Nicho (N. Sra. da Piedade)
- 17** Moinhos de vento
- 18** Cruzeiro
- 19** Eiras
-  Valados e muros de pedra

**PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

- 20** Estação arqueológica (Ruínas Romanas de Milreu)
- 21** Jazidas arqueológicas de interesse geomorfológico (Período Romano)
- 22** Jazidas arqueológicas de interesse geomorfológico (Período Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze)

**PATRIMÓNIO NATURAL**

-  Áreas com maciços de vegetação natural e semi-natural com significado (inclui espécimes arbóreos notáveis)
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**ESTRUTURA PATRIMONIAL**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**16**

Escala

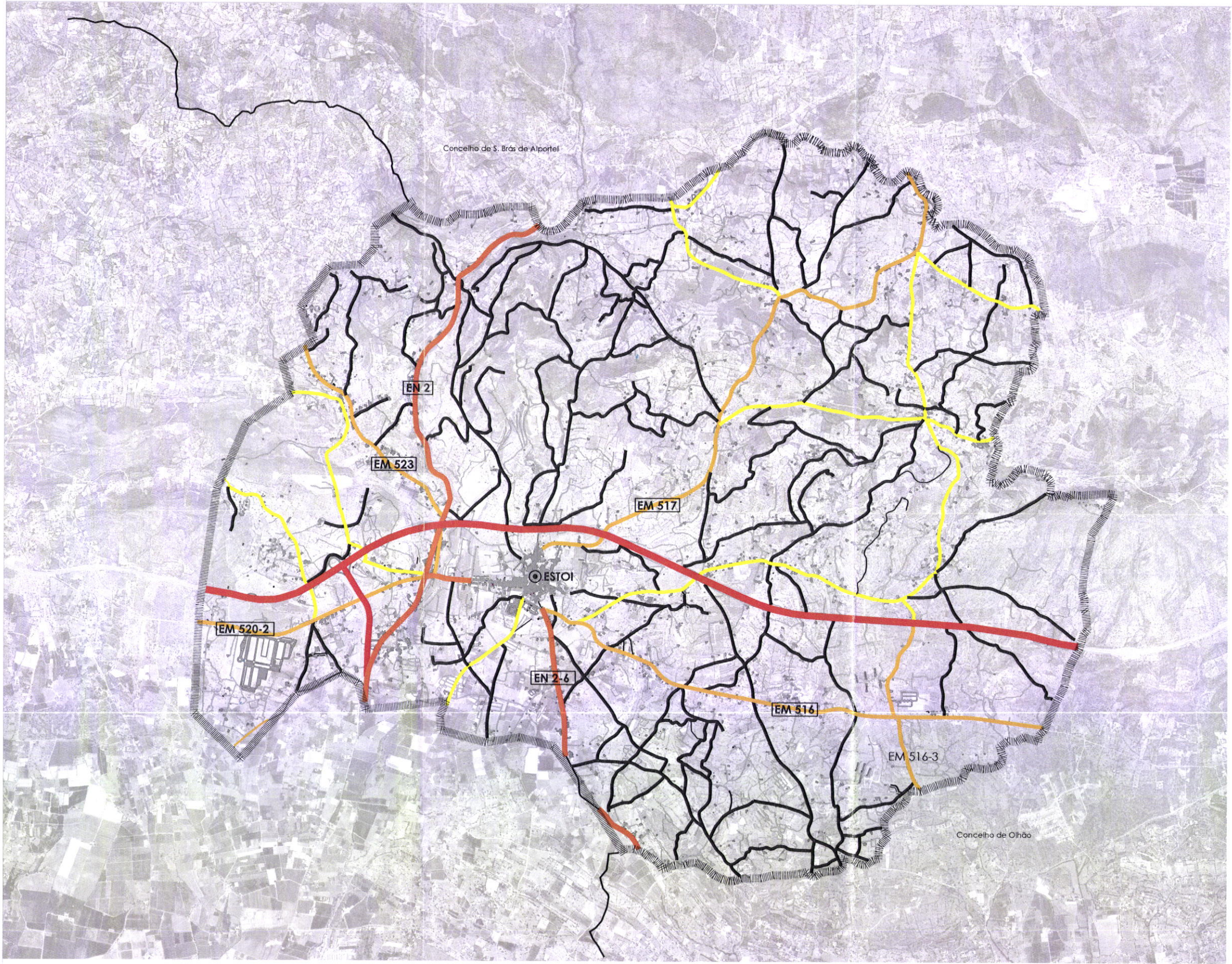
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





-  Via do Infante (A22)
-  Acesso à Via do Infante
-  Estradas Nacionais
-  Estradas Municipais
-  Caminhos Municipais
-  Caminhos Rurais
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### REDE VIÁRIA

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

17

Escala

1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





**ESTRUTURA DO POVOAMENTO**

- Núcleo
- Disperso
- Aglomerados
- Zona de expansão periurbana
- Cordões
- Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### POVOAMENTO

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 18

Escala

1:50 000

Data

2007

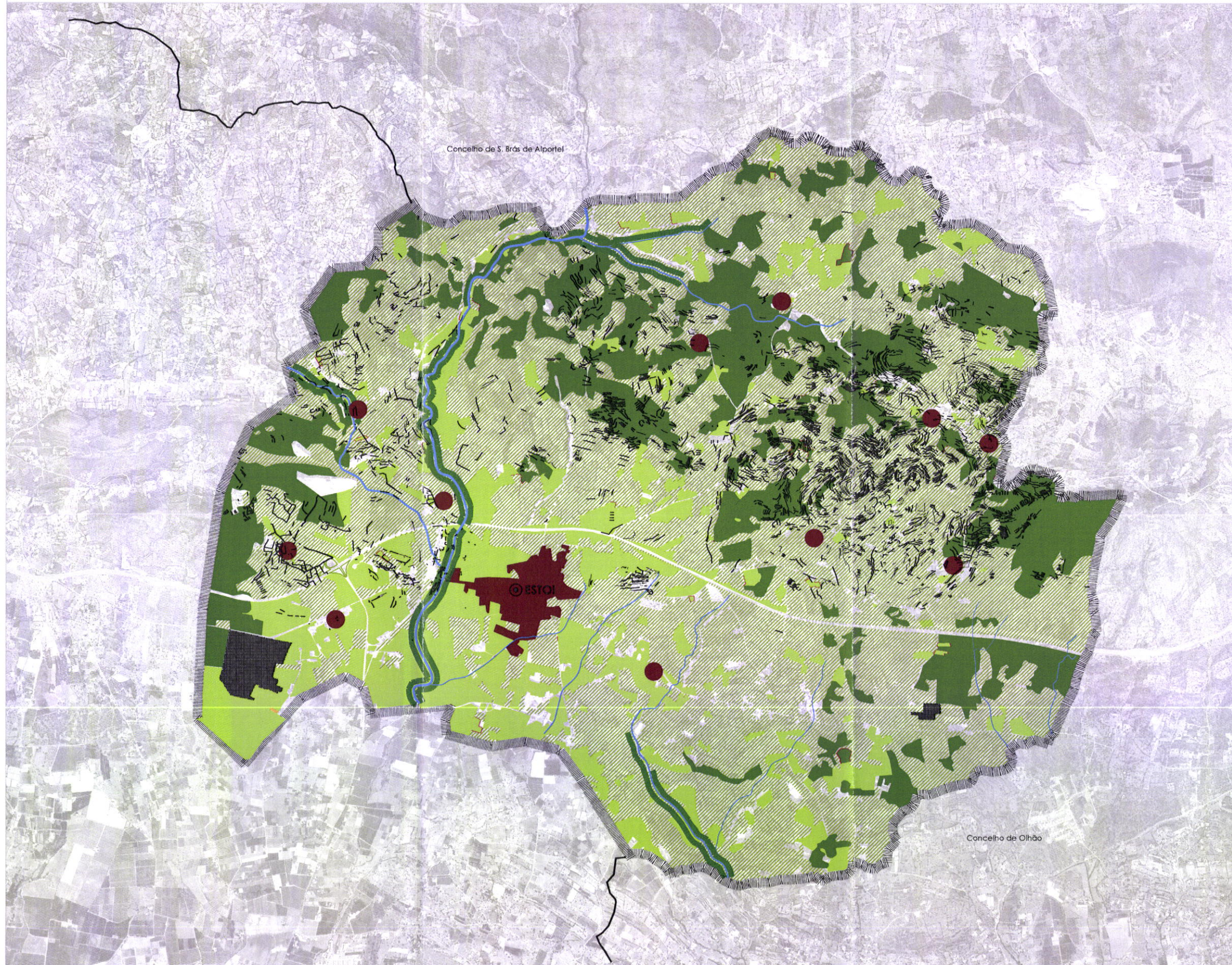
Rui Miguel Terremoto Santos





Concelho de S. Brás de Alportel

Concelho de Olhão



- MATRIZ
  - Pomar tradicional de sequeiro
- SUPERFÍCIES
  - Matos
  - Regadio (pomares e policultura intensiva)
  - Aglomerado urbano principal
  - Áreas edificadas (serviços/infra-estruturas)
- PONTOS
  - Outros aglomerados urbanos
- LINHAS
  - Linhas de drenagem natural principais
  - Galeria ripícola
  - Valados e muros de pedra
- Limite da Freguesia de Estoi

Planta

### ESTRUTURA DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

# 19

Escala

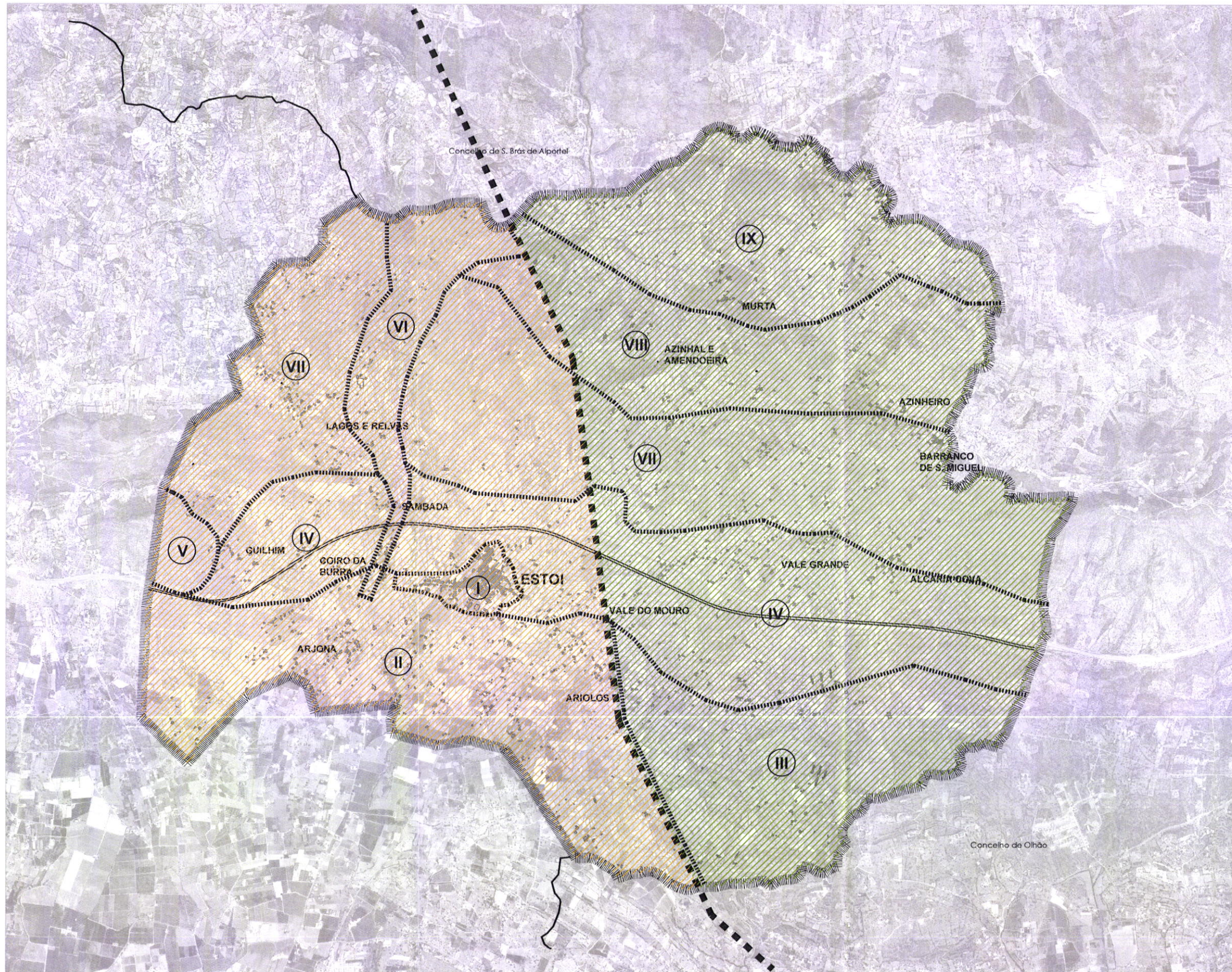
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





- ■ ■ Delimitação das sub-unidades de paisagem de Portugal Continental
- ▨ Litoral do centro algarvio
- ▨ Barrocal algarvio
- ..... Delimitação das micro-unidades de paisagem (proposta)
- Ⓛ Aldeia de Estoi
- Ⓜ Campina
- Ⓝ Calijos
- Ⓞ Transição cerros/planície
- Ⓟ Guilhim
- Ⓠ Vale encaixado do Rio Seco
- Ⓡ Bemposta/Malhão
- Ⓢ Azinhal e Amendoeira
- Ⓣ Murta
- |||||| Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**MICRO-UNIDADES DE PAISAGEM: proposta de delimitação**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**20**

Escala

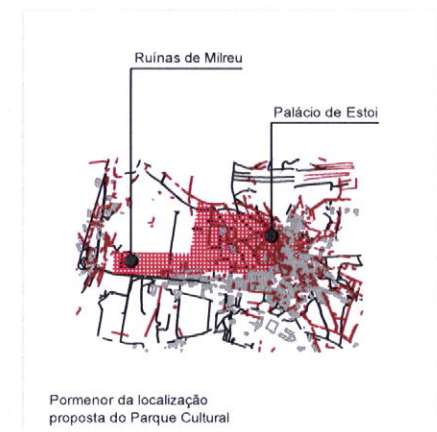
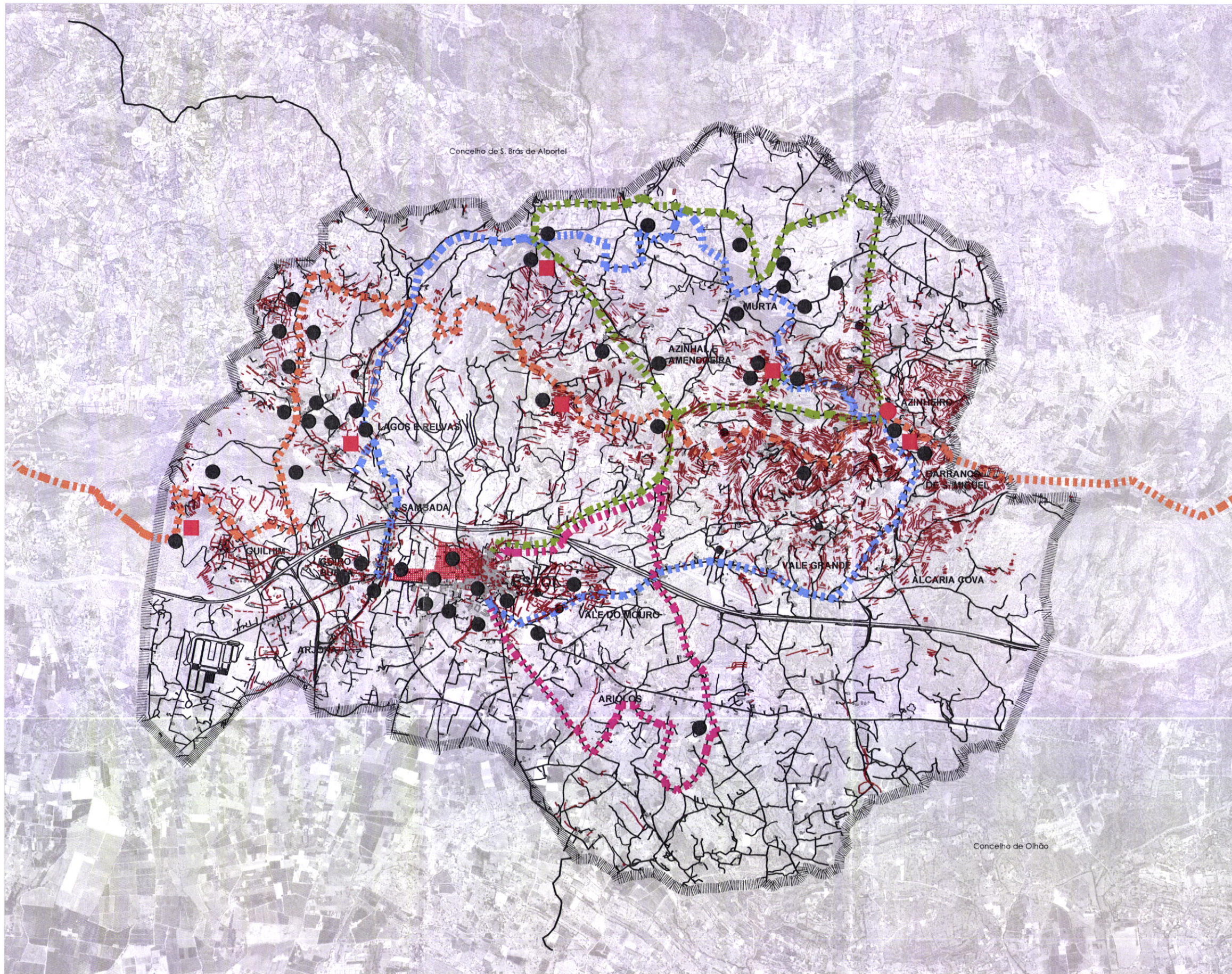
1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





- ▬▬▬▬ Percurso da água
- ▬▬▬▬ Percurso histórico/patrimonial
- ▬▬▬▬ Percurso das vistas
- ▬▬▬▬ Percurso de BTT
- Zonas de estadia/miradouros
- Centro de Interpretação da Serra de Monte-Figo
- ▨▨▨▨ Parque cultural de Milreu
- Elementos patrimoniais edificados a preservar (noras, poços, eiras, moinhos)
- ▨▨▨▨ Valados e muros de pedra a preservar
- Limite da Freguesia de Estoi

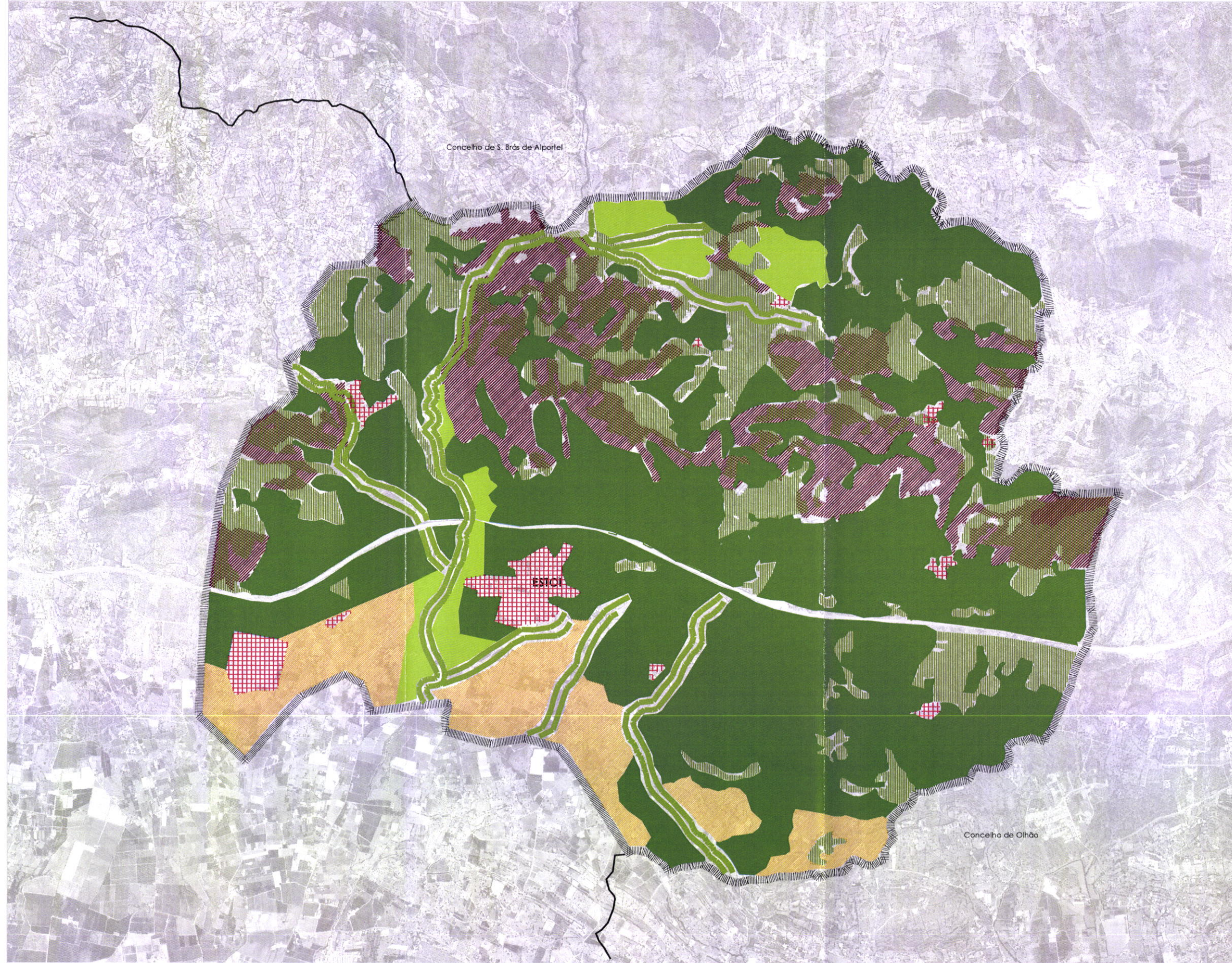
Planta  
**PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM: rede cultural**  
 ESTOI - paisagem e património no meio rural  
 Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº **21**  
 Escala 1:50 000  
 Data 2007  
 Rui Miguel Terremoto Santos





Concelho de S. Brás de Alportel



Concelho de Olhão

-  PROTECÇÃO/VALORIZAÇÃO - maciços de vegetação natural e semi-natural existentes a conservar
-  PROTECÇÃO/VALORIZAÇÃO - mata de protecção contra a erosão
-  PROTECÇÃO/VALORIZAÇÃO - galeria ripícola existente e a potenciar
-  PROTECÇÃO/PRODUÇÃO - hortícolas, arvenses de regadio e/ou mata ribeirinha
-  PROTECÇÃO/PRODUÇÃO - pomar misto de sequeiro
-  PRODUÇÃO - policultura intensiva de regadio (pomares de citrinos e outras fruteiras, hortícolas)
-  Áreas edificadas
-  Limite da Freguesia de Estoi

Planta

**PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM: aptidão de usos**

ESTOI - paisagem e património no meio rural

Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

Desenho nº

**22**

Escala

1:50 000

Data

2007

Rui Miguel Terremoto Santos





**APÊNDICE**  
(Fotográfico)

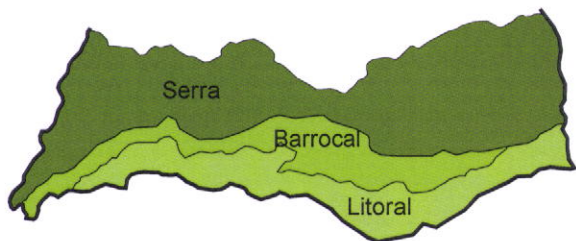


Fig. 1 – Distribuição geográfica das 3 sub-regiões do Algarve: Serra, Barrocal e Litoral.

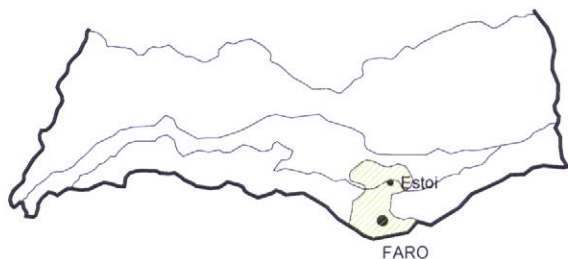


Fig. 2 – Integração do Concelho de Faro nas sub-regiões do Algarve.



Fig. 3 – Vista aérea da Serra de Monte-Figo onde se integra a Freguesia de Estói. Fonte: Google Earth Outubro 2006



Fig. 4 – Vista aérea da Aldeia de Estói. Fonte: Google Earth Outubro 2006





Fig. 5 – Vista aérea do sector poente da Aldeia de Estoi onde se insere o Palácio de Estoi.  
Fonte: Google Earth Junho 2007



Fig. 6 – Vista aérea de zona a poente da Aldeia de Estoi, onde se integram as Ruínas Romanas de Milreu. Fonte: Google Earth Junho 2007



Fig. 7 – Vista aérea do Cerro do Malhão. Destacam-se os socalcos formados por muros de pedra aparelhada, resultado da despedrega. Fonte: Google Earth Junho 2007



Fig. 8 – Vista aérea da Ribeira da Murta. A envolvente é dominada pelas árvores dispersas de sequeiro. Fonte: Google Earth Junho 2007





Fig. 9 – Vista aérea de um troço do Rio Seco junto à estrada que liga Estoi a S. Brás de Alportel. Fonte: Google Earth Junho 2007



Fig. 10 - Vista aérea de zona agrícola na zona sul da freguesia onde se destaca o mosaico complexo de parcelas ocupadas com pomares de citrinos e com hortícolas, muitas delas sob estufas. Fonte: Google Earth Junho 2007

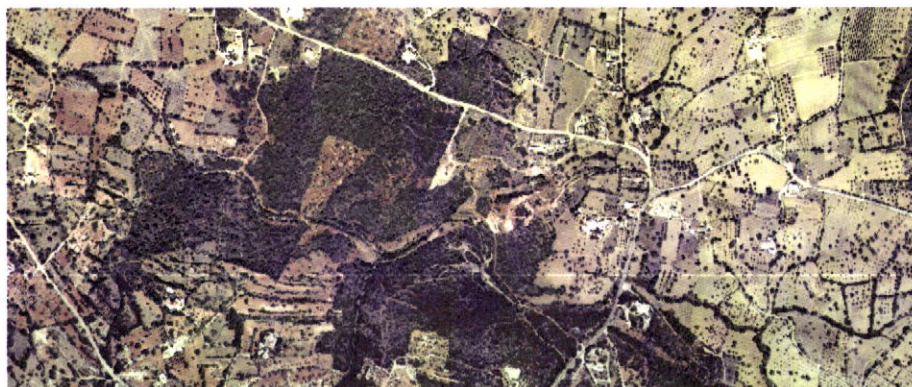


Fig. 11 – Vista aérea do Cerro do Malhão onde é visível a cobertura da cabeceira com maciços de vegetação espontânea. Fonte: Google Earth Junho 2007



Fig. 12 – Vista aérea do extremo norte da Freguesia de Estoi. Fonte: Google Earth Junho 2007





Fig. 13 – Cerro de S. Miguel. Em 1º. plano a Ria Formosa.



Fig. 14 – Serra de Monte-Figo: Cerros do Guilhim, Malhão e S. Miguel. Em 1º. plano a Ria Formosa.



Fig. 15 – Ria Formosa e Vila-Dentro de Faro (antiga Ossonoba).



Fig. 16 – Aldeia de Estoi integrada no sopé do Cerro do Malhão, na transição entre o Barrocal e a planície litoral.





Fig. 17 - Aldeia de Estoi. Em 2º. Plano o Cerro do Malhão.



Fig. 18 – Pormenor da Aldeia de Estoi e Cerro do Malhão.



Fig. 19 – Aldeia de Estoi, onde se destaca a Igreja Matriz, envolvida por pomares de citrinos e de sequeiro.

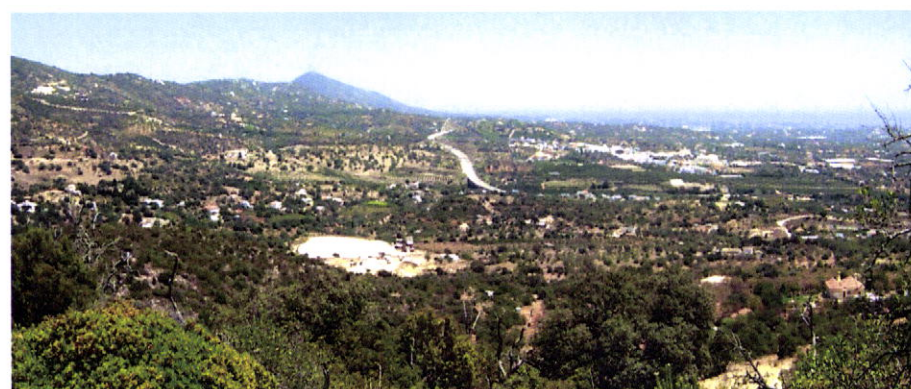


Fig. 20 – Panorâmica da Freguesia de Estoi onde se distingue o sistema de cerros do Barrocal e a planície litoral.





Fig. 21 – Sistema de cerros do Barrocal no Concelho de Faro, integrados na Freguesia de Estoi.



Fig. 22 – Zona sul da Freguesia de Estoi, na transição do Barrocal para o Litoral, onde se integra a Aldeia de Estoi.



Fig. 23 – Panorâmica da Aldeia de Estoi, inserida entre manchas de pomares de sequeiro e regadio.



Fig. 24 – Panorâmica da planície litoral do Concelho de Faro onde se integra parte da Freguesia de Estoi.





Fig. 25 – Campina de Faro e Cerro do Guilhim.



Fig. 26 – Extração de inertes no sopé do Cerro do Guilhim: uma das formas de degradação da paisagem.



Fig. 27 – Zona norte da Freguesia de Estoi: Cerros da Bemposta e do Malhão.



Fig. 28 – Zona sul da Freguesia de Estoi, integrada na planície litoral.





Fig. 29 – Via do Infante: atravessa a Freguesia de Estoi na transição do Barrocal para a planície litoral. Ao fundo, o Cerro do Guilhim.



Fig. 30 – Via do Infante no vale do Rio Seco. Em 2º. plano o Cerro do Malhão.



Fig. 31 – Cerro do Guilhim: formação arbustiva característica dos calcários do Barrocal (xaral e tojal).



Fig. 32 – Maciço arbóreo com espécimes de azinheira (*Quercus rotundifolia*), no Cerro do Guilhim.





Fig. 33 – Carrascal, onde domina o carrasco (*Quercus coccifera*), acompanhado de um rol diversificado de arbustos e herbáceas.



Fig. 34 – Maciço arbustivo característico dos calcários do Barrocal (tojal).



Fig. 35 – Azinhal em fase de maturação, constituído pelo estrato arbóreo e pelo carrascal, onde prosperam várias espécies de lianas.



Fig. 36 – Freixial nas margens da Ribeira da Murta.



Fig. 37 – Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro do Barrocal Algarvio: amendoeira (*Prunus dulcis*)



Fig. 38 – Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro do Barrocal Algarvio: figueira (*Ficus carica*)





Fig. 39 – Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro do Barrocal Algarvio: oliveira (*Olea europaea*)



Fig. 40 – Árvore característica do pomar tradicional de sequeiro do Barrocal Algarvio: alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*)



Fig. 41 – Carrasco (*Quercus coccifera*)



Fig. 42 – Mariola (*Phlomis purpurea*)



Fig. 43 – Madressiva (*Lonicera implexa*)



Fig. 44 – Aroeira (*Pistacia lentiscus*)



Fig. 45 – Palmeira-anã (*Chamaerops humilis*)



Fig. 46 – Orquídea espontânea nos calcários do Barrocal Algarvio.





Fig. 47 – Galeria ripícola da Ribeira da Murta, constituída essencialmente por canas (*Arundo donax*), loendreiros (*Neirum oleander*) e freixos (*Fraxinus angustifolia*).



Fig. 48 – Galeria ripícola da Ribeira da Murta, constituída por canas (*Arundo donax*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e choupos (*Populus sp.*).



Fig. 49 – Cascata na Ribeira da Alface, junto ao Sítio de Lagos e Relvas.



Fig. 50 – Rio seco, a juzante da ponte que liga Estoi a Coiro da Burra.





Fig. 51 – Sebe arbórea de romanzeira (*Punica granatum*) a delimitar um pomar de citrinos junto à Aldeia de Estoi.



Fig. 52 – Produção de hortícolas em terraços construídos junto ao leito da Ribeira da Murta.



Fig. 53 – Vinha no sopé do Cerro do Malhão.



Fig. 54 – Alfarrobeiral novo instalado em parcela ocupada anteriormente pelo pomar misto de sequeiro, na zona sul da freguesia.



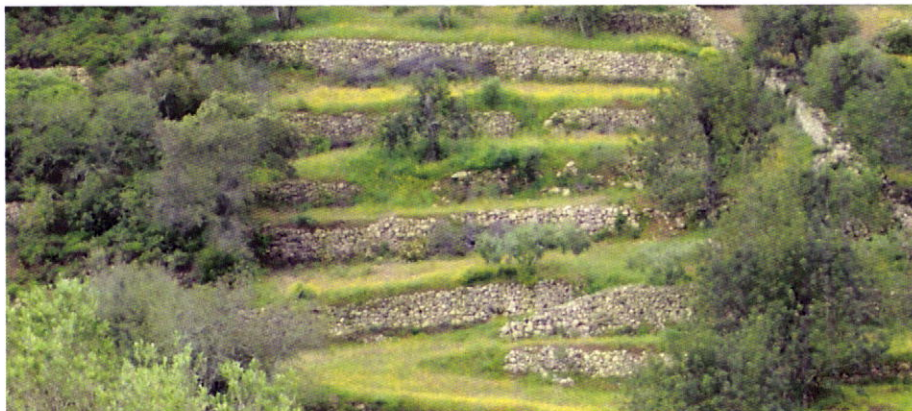


Fig. 55 – Cerro do Malhão: terraceamento com recurso a muros de pedra solta, resultante da despedrega.



Fig. 56 – Olival abandonado na encosta norte do Cerro do Guilhim.



Fig. 57 – Cerro do Malhão: olival em socalcos.



Fig. 58 – Cerro do Malhão: amendoal em socalcos.





Fig. 59 – Valados na divisória de parcelas e vala de drenagem, ambos em pedra aparelhada resultado da despedrega.



Fig. 60 – Cerro do Malhão: caminho rural delimitado por valados de pedra aparelhada e sebes de vegetação espontânea.



Fig. 61 – Nora junto ao Rio Seco (Coiro da Burra).



Fig. 62 – Mecanismo de nora junto à Ribeira da Murta.





Fig. 63 – Nora e aqueduto junto à Ribeira da Murta.



Fig. 64 – Ruínas de moinho de vento no sopé do Cerro do Guilhim.

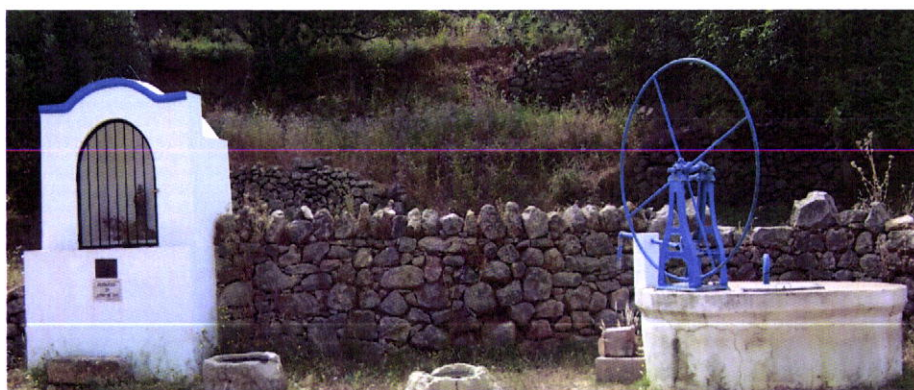


Fig. 65 – Nicho e poço de N. Sra. do Rosário.



Fig. 66 – Azinheiro, um dos sítios da Freguesia de Estoi.





Fig. 67 – Ruínas romanas de Milreu, um dos ex-libris da Freguesia de Estoi.



Fig. 68 – Igreja Matriz de S. Martinho, no Largo da Liberdade, em Estoi.



Fig. 69 – Muro dos jardins do Palácio de Estoi com casa de fresco.



Fig. 70 – Largo Humberto Delgado, um dos espaços abertos de permanência da Aldeia de Estoi.





Fig. 71 – Palácio de Estoi, um dos ex-libris da Freguesia de Estoi.



Fig. 72 – Fachada principal do Palácio de Estoi.



Fig. 73 – Entrada nobre dos jardins do Palácio de Estoi.



Fig. 74 – Cortejo festivo integrado na Festa da Pinha



## BIBIOGRAFIA IMPRESSA

- AAVV (1980). *Arquitectura Popular em Portugal*. Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses. 2ª. Edição, Lisboa.
- AAVV (1988). *The art of Garden Design and the Preservation of Monuments, Proceedings of an International Symposium*. Bruhl, May 1987. ICOMOS, Mainz.
- AAVV (1992). *Actas de las V Jornadas sobre el paisaje*. Taller imagen, Segóvia.
- AAVV (1996). *Direito do Património Cultural*. Instituto Nacional de Administração, Lisboa.
- AAVV (1997). *Caminhos do Algarve Romano*. Câmara Municipal de Faro, Faro.
- AAVV (2005). *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, Lisboa.
- ABREU, A. O. Cancela d', (1989). *Caracterização do Sistema Biofísico com vista ao Ordenamento do Território*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor no Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem Especialidade de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora.
- ABREU, A. O. Cancela d'; OLIVEIRA, R. e PINTO-CORREIA, T. (2001). "Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental", in *Finisterra*. XXXVI. pp. 195-206, Lisboa.
- ABREU, A. O. Cancela d', (coord.) (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Coleção Estudos 10. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- ALBUQUERQUE, J. P. M. (1945). "Zonas Fitoclimáticas e regiões naturais do Continente Português" in *Boletim Soc. Broteriana*, série 2,19, pp. 569-591, Lisboa.
- ALBUQUERQUE, J. P. M. (1954). *Carta Ecológica de Portugal*. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa.
- ALVAREZ, J.G. (1982). "Património Cultural e Conservação da Natureza", in *Conservação da Natureza*. Serviços de Estudos do Ambiente, pp. 77-104, Lisboa.
- ALVES, J. M., ESPIRITO-SANTO, M. D., COSTA, J. C., GONÇALVES, J. H. e LOUSÃ, M. F. (1998). *Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal Continental – Tipos de habitats mais significativos e agrupamentos vegetais característicos*. ICN, Lisboa.



- ANDRESEN, M. T. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- ANDRESEN, M. T. (2002). "Para a Conservação da Paisagem" in *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas*. Edição da APAP, nº. 3, pp. 10-11, Lisboa.
- ANGILERI, V. e TOCCOLINI, A. (1993). "The assessment of visual quality as a tool for the conservation of usual landscape diversity" in *Landscape and Urban Planning*, 24, pp. 105-112.
- Anuário Estatístico da Região do Algarve (2005). Instituto Nacional de Estatística; Lisboa.
- ARAÚJO, I. A. de (1961). *Problemas da Paisagem Urbana*. Centro de Estudos de Urbanismo, M.O.P., D.G.S.U., Lisboa.
- ARAÚJO, I. A. de (1962). *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. D.G.S.U., Lisboa.
- ARAÚJO, I. A. de (1986). *A degradação da Paisagem Portuguesa*. Direcção Geral do Ordenamento, Delegação do Norte nº. 5, Porto.
- ARAÚJO, I. A. de (1993). "Considerações sobre a gestão das paisagens", in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 123-136, Lisboa.
- ARLER, F. (2000). *Aspects of landscape or nature quality*. *Landscape Ecology*, 15:291-302.
- ARRUDA, A. M. e GONÇALVES, L. J. (1994), "Sobre a romanização do Algarve" in *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga*. pp. 455-465, Coimbra.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P. e SOUSA, E. (2005). "A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos" in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8.1. Instituto Português de Arqueologia. pp. 177-208, Lisboa.
- ASTON, M. (1985). *Interpreting the Landscape. Landscape Archeology in Local Studies*. Batsford, London.
- BAPTISTA, C. (1999). "Ambiente, turismo sustentável e desenvolvimento: novos desafios e competitividade para o Algarve do séc. XXI", in *Actas do 10º Congresso Nacional sobre o Algarve*. Racal Clube. pp. 43-49, Portimão.
- BAPTISTA, F. O. (2000). "O espaço e o rural. A agricultura portuguesa numa economia globalizada" in *Actas do 3º Congresso Nacional de Economistas Agrícolas*. Associação Portuguesa de Economia Agrária, Lisboa.

- BARATA, F. T. e MASCARENHAS, J. M. de (2002). *Preservando a Memória do Território – O Parque Cultural de Tourega/Valverde*. Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos. Universidade de Évora, Évora.
- BARBOSA, P. G. (coord.) (1982). "Património Cultural" in *Cadernos FAOJ – Série A. Nº. 20*. Edição do FAOJ, Lisboa.
- BARRADAS, F. H. (1988). *Os Solos e seu enquadramento na região do Algarve*. Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação. Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Faro.
- BEJA, N. (1989). "Transcrição de documentos relativos à História do Algarve" in *Anais do Município de Faro*. Nº. XXX. pp. 233-252, Faro.
- BELIZ, J. M. (1986). *O Barrocal Algarvio*. Colecção Parques Naturais n.º 17, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- BERNALDEZ, F.G. (1981). *Ecología y Paisaje*. H. Blume Ediciones, Madrid.
- BERNARDES, J. e OLIVEIRA, L. (2002). *A Calçadinha de S. Brás de Alportel e a antiga rede viária do Algarve central*. Edição da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, S. Brás de Alportel.
- BERNARDES, J. P. (2005). "A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba" in *Caminhos do Algarve Romano*. Edição da Câmara Municipal de Faro, pp. 35-42, Faro.
- BERTRAND, G. (1978). "Le paysage entre la nature et la société " in *Réveu Geographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*. Nº. 49, pp. 16-26.
- BETTENCOURT, P. (1985). *Geomorphologie et processus d'évolución recente de la cote Sotavento (Algarve-SudPortugal)*. Men. D.E.A.. Univ. Bordeaux, Bordeaux.
- BOLÓS, M. (1975). "Paisaje y ciencia geografica" in *Estudios Geograficos*. Nº. 36. pp. 93-105, Madrid.
- BOLÓS, M. (1992). *Manual de Ciencia del Paisaje – Teoría, métodos y aplicaciones*. Colección de Geografía, Masson, Barcelona.
- BONNET, C. (1990). *Memória sobre o reino do algarve – descrição geográfica e geológica*. Estudo introdutório de José Vilhena Mesquita; Tradução, actualização e notas de Maria Armandina Viegas Edição da Delegação regional do sul da secretaria de estado da cultura, Faro.
- BORIANI, M. e SCAZZOSI, L. (1992). *Natura e Architettura. La conservazione del patrimonio paesistico*. Citta Studio, Milão.

- BOTELHO, M. J. e MACEDO, M. J (1982). "Ordenamento biofísico do Algarve – 1ª. Fase – Rede de conservação da natureza e protecção da paisagem" in *Actas do 2º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Raca Club. pp. 243-252, Portimão.
- BRITES, G. (1915). *O clima do Algarve – o inverno*. Rev. Univ. Coimbra 4-5, Coimbra.
- BRITO, R. S. de (dir.) (1994). *Portugal. Perfil Geográfico*. Ed. Estampa, Lisboa.
- BRITO de CARVALHO, J. H. (1992). *O Sequeiro algarvio – actualidade e perspectivas*. Edição da Associação In Loco, Faro.
- CABRAL, F. C. (1940). "Alguns aspectos da vegetação das matas" in *Agros*. Nº. 23, pp. 96-101, Lisboa.
- CABRAL, F. C. (1943). "Zonagem sob o ponto de vista paisagista" in *Separata dos Anais do Instituto Superior de Agronomia*. Vol. XIV, Lisboa.
- CABRAL, F. C. (1967). "Paisagem Portuguesa – Origem e Evolução" in *Arquitectura*. Nº. 100 – 234/37, Lisboa.
- CABRAL, F. C. (1980). "O Continuum Naturale e a Conservação da Natureza" in *Conservação da Natureza*. Serviço de Estudos do Ambiente, pp. 35-55, Lisboa.
- CABRAL, F. C. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.
- CABRAL, F. C.; CABRAL, J.C. e GONÇALVES, J.E. (1978). *Ordenamento da Paisagem Rural. Ensaio de Sistematização*. D.G.P.U., Lisboa (dact.).
- CABRAL, F. C. e TELLES, G. R. (1960). *A Árvore*. Ministério das Obras Públicas. Direcção Geral de Urbanização. Centro de Estudos de Urbanismo e Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- CABREIRA, T. (1918). *O Algarve económico*. Imprensa Libânio da Silva, Lisboa.
- CAMPILLO GARRIGÓS, R. (1998). *La Gestión y el Gestor del Patrimonio Cultural*. Ed. KR, Múrcia.
- CARAPINHA, A. C. P. (1995). *Da essência do Jardim Português*. Vol. I. Dissertação de Doutoramento no ramo Artes e Técnicas da Paisagem – especialidade de Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins (policopiado). Universidade de Évora, Évora.



- CARDOSO, J. C. (1974). *A classificação dos solos de Portugal (nova versão)*. Separata do Boletim dos Solos nº. 17. Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, Lisboa.
- CARDOSO, J. C. (1985). *Os solos em Portugal. Sua classificação, caracterização e génese*. Ed. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa.
- Cartas e Convenções Internacionais*. (1996). MC-IPPAR, Lisboa.
- Carta Fisiográfica do Litoral Atlântico Algarve-Andaluzia 1/50000* (2001). Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território de Portugal e Junta de Andaluzia.
- CARVALHO, M. A. Cruz de (1985). *A compartimentação no ordenamento da paisagem rural*. Relatório e texto de apoio para uma aula da disciplina de arquitectura paisagista III - Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (policopiado). Universidade de Évora, Évora.
- CARVALHO, M. A. Cruz de (1994). *Variação de diversidade ecológica numa paisagem rural em transformação – o caso do Vale da Ribeira de Seda-Raia*. Dissertação de Doutoramento no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem - especialidade de Arquitectura Paisagista (policopiado). Universidade de Évora, Évora.
- CARY, F. C. (1993). "Paisagem e agricultura" in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 49-65, Lisboa.
- CASTELLS, M. (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CASTRO-CALDAS, E. (1993). "Evolução da Paisagem Agrária" in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, pp. 13-28, Lisboa.
- CASTRO-CALDAS, E. (1998). *A agricultura na história de Portugal*. Empresa de Publicações Nacionais, Lda, Lisboa.
- CATARINO, H. (1999). "O Garbe Al-Andaluz: definição territorial e administrativa" in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 69-74, Lisboa.
- CATARINO, H. (2002). "Herança islâmica na Madinat al-Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território" in *Património Islâmico dos centros Urbanos do Algarve – contributos para o futuro*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.
- CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental – as vilas, o campo e o mar*. Vol. I. Gabinete do Planeamento da Região de Faro, Faro.

- CAVACO, C. (1979). *Alguns aspectos das estruturas agrárias de Portugal Continental*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- CAVACO, C. (1999). "O mundo rural português: desafios e futuros" in *Desenvolvimento Rural – desafio e utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, pp. 135-148, Lisboa.
- CHOAY, F. (2006). *A alegoria do Património*. Edições 70, Lisboa.
- CLEMENTI, A. (coord.) (2002). *Interpretazioni di paesaggio*, Meltemi, Roma.
- COELHO, A. B. (1972). *Portugal na Espanha Árabe*. Vol. I. Seara Nova, Lisboa.
- COELHO, M. P. (1997). *Património Mundial*. Ed. Estar, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995). *Europe 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*. Office for Official Publications of the European Communities, Luxemburgo.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (1992). *Divisão Administrativa – concelhos, freguesias e lugares*, Faro.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (2001). *Programa de Reabilitação das Aldeias do Algarve*. Vol. I, Faro.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (2002). *Plano Estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve*. Vol. I, Faro.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDRA) (2003). *Planos de intervenção das aldeias do Algarve (Estoi, Querença, Paderne)*. Vol. III, Faro.
- CONDE, M. (2000). *Uma paisagem humanizada – o Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Edição da Patrimonia Histórica, Cascais.
- CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convention Européenne du paysage et Rapport explicatif*. T-Land (2000)6, Estrasburgo.
- CORREIA, T. P. (2004). "A multifuncionalidade da paisagem rural – que desafio para o futuro?" in *Pessoas e Lugares – Jornal de animação da rede portuguesa Leader+*. II Série. Nº 16, pp. 8, Lisboa.
- COSGROVE, D. (1998). "Cultural Landscapes", in *A European Geography*. Addison Wesley Longman Ltd. Harlow, pp.65-81.

- COSTA, A. (1938). *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Vol. VI. Edição do Autor, Lisboa.
- COSTA, A. C. da (1712). *Corographia Portuguesa e Descripçam Topographica do famoso Reyno de Portugal*. Tomo III, Lisboa.
- COSTA, J. B. (1995). *Caracterização e constituição do Solo*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª Edição, Lisboa.
- COSTA, M. R. (2003). "Aldeias do Algarve: proposta para uma intervenção à escala local" in *Sociedade e Território*. Nº. 36. pp. 34-42, Porto.
- COUTINHO, A. P.(1939). *Flora de Portugal*. Bertrand, Lisboa.
- COVAS, A. (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*. Edições Colibri, Lisboa.
- CUSTÓDIO, J. (1993). "Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: de Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837/1964)" in *Dar Futuro ao Passado*. IPPAR. pp. 33-71, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS (DGRAH) (1981). *Índice Hidrográfico e classificação decimal dos cursos de água de Portugal*. D.G.R.A.H., Lisboa
- DIAS, J. e GALHANO, F. (1986). *Aparelhos de elevar água de rega. Contribuições para o estudo do regadio em Portugal*. 2ª. Ed. Dom Quixote, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DE MINAS E SERVIÇOS GEOLÓGICOS (1974). *Carta Geológica de Portugal (Escala 1/50000)*, Folha 53-B; Lisboa.
- DOWER, M. (1998). "Un punto fuerte para el desarrollo local: el recurso patrimonio", in *Leader Magazine*, Revista Trimestral do Programa Trimestral do Programa Europeu Leader II, nº. 17.
- ECNC (1996). *The Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*. Council of Europe. UNEP. European Centre for Nature Conservation, Tilburg, The Netherlands.
- ESPENICA, A. (1993). "Paisagem e Sustentabilidade" in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 85-96, Lisboa.
- ESPÍRITO-SANTO, M. D., M. F. LOUSÃ, J. C. COSTA e I. MOREIRA (1992). *Flora da via longitudinal do Algarve (Transecto da Guia a Santa Rita)*. Junta Autónoma das Estradas, Lisboa.



- FABIÃO, C. (1999). "O Algarve Romano" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 33-51, Lisboa.
- FABIÃO, C. (2005). "As villae do actual Algarve" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 373-385, Lisboa.
- FARIA, J.; GODINHO, S.; ALMEIDA, M. e MACHADO, M. (1980). *Análise estatística dos valores máximos do ano da quantidade diária da precipitação de Portugal*. Fascículo XIX. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- FARIA, J.; GODINHO, S.; ALMEIDA, M. e MACHADO, M. (1981). *Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve. O clima de Portugal*. Fascículo XXVII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- FARIA, J.; MENDES, J. e MACHADO, M. (1982). *Contribuição para a caracterização das estações seca e húmida em Portugal Continental. O Clima de Portugal*. Fascículo XXVIII. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- FEIO, M. (1951). *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Com. Serv. Geol. De Portugal. Tomo XXXII (2), Lisboa.
- FEIO, M. (1983). *Le Bas Alentejo et l'Algarve*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Ecologia Aplicada da Universidade de Évora, Évora.
- FERNANDES, J. e CARVALHO, P. (2003). "Património, Memória e Identidade: repensar o desenvolvimento" in *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 193-217, Coimbra.
- FERREIRA, D. B. (1981). *Carte Geomorphologique du Portugal*. Mem. do Cent. de Est. Geol. N.º.6, Lisboa.
- FERREIRA, M. C. (1997). "Mapeamento de unidades de paisagem com Sistemas de Informação Geográfica: alguns pressupostos fundamentais" in *Geografia*. V. 22. N.º. 1, pp. 23-36.
- FIGUEIREDO, E. (1999). "Ambiente Rural – a utopia dos urbanos?" in *Desenvolvimento Rural – desafio e utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, pp. 263-279, Lisboa.
- FORMAN, R. e GORDON, M. (1986). *Landscape Ecology*. John Wiley & Sons, New York.
- FREITAS, M. (coord.) (2002). *Plano estratégico para as áreas de baixa densidade do Algarve*. Vol. I. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

FREITAS, M. (coord.) (2002a). *Planos de intervenção das aldeias do Algarve*. Vol. II. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

GALHANO, F.; OLIVEIRA, E. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Col. Portugal de Perto. Biblioteca de Etnografia e Antropologia. Ed. Dom Quixote. 2ª. Edição, Lisboa.

GALHARDO, M. (1996). "As convenções da UNESCO no domínio do património cultural" in *Direito do Património Cultural*, Instituto Nacional da Administração, pp. 95-111, Lisboa.

GAMITO, T. J. (1983). "Breve apontamento sobre o Povoamento do Algarve desde a Pré-História até à Época Romana e o seu Condicionamento Geográfico" in *Anais do Município de Faro*, Vol. XIII, pp. 343-349, Faro.

GAMITO, T. J. (2005). "A cidade de Ossónoba e o seu território envolvente" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 343-359, Lisboa.

GASPAR, J. (1993). *As Regiões Portuguesas*. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.

GOODCHILD, P. (2002). "Paisagem" in *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas*. Edição da APAP, nº. 3, pp. 6-8, Lisboa.

GOUVÊA, A. M. (1938). *Algarve – aspectos fisiográficos*. Lisboa.

GRAÇA, J. e CUSTÓDIO, S (2000). "Caracterização da fileira da Alfarrobeira" in *Sistemas agrários tradicionais no Algarve – contributos para o seu estudo*. Relatório final do projecto Nº. 1/1/44 DGD Rural/97 – Estudo dos Sistemas Agrários Tradicionais. Direcção Regional de Agricultura do Algarve, pp.100-135, Faro.

GUEDES, L. (1988). *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII – a descrição de Alexandre Massai (1621)*. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar. Edição do Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

GUERREIRO, J. (2002). "O ordenamento do Algarve: um cerimonial simultaneamente solene e volúvel" in *Sociedade e Território – revista de estudos urbanos e regionais*. Nº. 34. Edições Afrontamento, pp. 78-88, Lisboa.

GUERREIRO, M. G. (1977). *O Algarve do futuro na perspectiva ecológica*. Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa.

HAUSCHILD, T. (1984). "A Villa Romana de Milreu, Estoi-Algarve" in *Arqueologia*. Nº. 9. pp. 94-104, Porto.

- HAUSCHILD, T. (1999). "Milreu, villa romana" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coord. de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 53-56, Lisboa.
- HAUSCHILD, T. (2005). "Milreu, Estoi (Faro) – Villa romana e santuário" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 407-413, Lisboa.
- HENRIQUES, E. B. (1999). "Cultura, desenvolvimento e política rural: cinco pontos para reflexão" in *Desenvolvimento Rural – desafio e utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, pp. 73-78, Lisboa.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (IGE) (1994). Carta Militar de Portugal, Folha 607, Escala 1/25000.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002a). Censos 1991 e Censos 2001, Lisboa.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2002b). Censos 2001 – resultados definitivos - Algarve, Lisboa.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (IPPAR) (1996). *Cartas e Convenções Internacionais. Informar para proteger. Património Arquitectónico e Arqueológico*. Ministério da Cultura, Lisboa.
- JUNIOR, J. N. (1974). *Estudos geográficos e históricos sobre Faro e a formação lagunar do sotavento algarvio*. Edição do autor, Lisboa.
- JUNIOR, J. N. (1974a). "A evolução histórico-geográfica da cidade de Faro – ensaio de geografia urbana" in *Anais do Município de Faro*. Nº. IV. Câmara Municipal de Faro, pp. 117-132. Faro.
- KOOP, E. (2000). *Os Solos do Algarve e as suas características*. MAPA-CDHE-DRAA-GTZ. 2ª. Edição, Faro.
- LAMEIRA, F. (1999). *Faro – a arte na história da cidade*. Câmara Municipal de Faro, Faro
- LAMEIRA, F. (2005). "Contributos para o estudo da arquitectura setecentista algarvia: a Quinta de Estoi" in *Monumentos*. Revista semestral de Edifícios e Monumentos. DGEMN, Lisboa.
- LEAL, B. (1999). "A Igreja no Algarve nos séculos XVII e XVIII" in *O Algarve, da Antiguidade aos nossos dias* (coordenação de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, Lisboa.



LEIMGRUBER, W. (2003). "A paisagem humanizada face aos valores humanos" in *Território, Ambiente e Trajectórias de Desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 23-34, Coimbra.

*Legislação Nacional. Património Arquitectónico e Arqueológico* (1999). IPPAR, Lisboa.

LEMA, P. e REBELO, F. (1996). *Geografia de Portugal – meio físico e recursos naturais*. Universidade Aberta, Lisboa.

LOPES, F. e CORREIA, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas e Convenções Internacionais*. Livros Horizonte, Lisboa.

LOURO, E. (1929). *O Livro de Alportel. Monografia de uma freguesia rural*. Ed. Ministério da Agricultura, Lisboa.

LOUSÃ, M. F., M. D. ESPÍRITO-SANTO, e J. C. COSTA (1987). *Biótopos do Algarve - Espécies Endémicas e Raras*. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

LOWENTHAL, D. e PENNING-ROWSELL, E. (1996). *Landscape Meanings and Values*. Alla & Unwin, Londo.

MACHADO, J. P. (1997). *Ensaio arábico-portugueses*. Editorial Notícias, Lisboa.

MACIAS, S. (1999). "O Algarve islâmico – resenha de factos políticos" in *O Algarve – da antiguidade aos nossos dias* (coordenação de Maria da Graça Marques). Edições Colibri, pp. 75-82, Lisboa.

MAGALHÃES, J. R. (1970). *Algarve Económico durante o séc. XVI*. Edições Cosmos, Lisboa.

MAGALHÃES, J. R. (1988). *Algarve Económico: 1600-1773*. Imprensa Universitária nº. 69, Editorial Estampa, Lisboa.

MAGALHÃES, M. R. (1993). "Paisagem Urbana e Interface Urbano-Rural" in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 99-119, Lisboa.

MAGALHÃES, M. R. (2001). *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Editorial Estampa, Lisboa.

MALOBIA, P. (2006). "A Aldeia de Estoi – formação e transformação" in *Monumentos*. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. pp. 210-217, Lisboa.

- MANTAS, V. G. (2005). "As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 283-309, Lisboa.
- MANUPELLA, G. (coord.) (1987). *Carta Geológica de Portugal, folha 53-B: Faro, Esc. 1/50000*. Serv. Geol., Lisboa.
- MANUPELLA, G.; RAMALHO, M.; TELLES ANTUNES, M. e PAIS, J. (1987). *Carta Geológica de Portugal, Esc. 1/50 000*. Notícia Explicativa da folha 53-B Faro. Serv. Geol., Lisboa.
- MARCEL, O. (1989). *Composer le Paysage. Constructions et crises de l'espace (1789-1992)*. Champ Vallon, Seyssel.
- MARQUES, T. (coord.) (1995). *Carta Arqueológica de Portugal – Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*. Departamento de Arqueologia, IPPAR, Lisboa.
- MARTINELLI, M. e PEDROTTI, F. (2001). "A Cartografia das Unidades de Paisagem: questões metodológicas" in *Revista do Departamento de Geografia*. Nº. 14. Universidade de S. Paulo. pp. 39-46, S. Paulo.
- MATOSO, J. (1989). "O Algarve na História Regional Portuguesa da Idade Média" in *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. INIC. pp. 11-22, Lisboa.
- MEASURES, M e MEASURES, J. (1995). *Portugal Meridional. Gentes, tradições, fauna e flora*. In Loco, Faro.
- MEDEIROS, C. (1996). *Geografia de Portugal – ambiente natural e ocupação humana – uma introdução*. Editorial Estampa. 4ª. Edição, Lisboa.
- MENDES, J. C. e BETTENCOURT, M. L. (1980). "Contribuição para o Estudo do Balanço Climatológico da Água no Solo e Classificação Climática de Portugal Continental" in *O Clima de Portugal*. Fasc. XXIV, I.N.M.G., Lisboa.
- MENDES, J. C. e M. R. GUERREIRO (1990). *O Clima de Portugal - Estatísticas Climatológicas em Portugal Continental (Período 1951-1980)*. 47 (1). Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- MENDES, J. C., D. X. QUEIROZ, P. A. ANASTÁCIO, M. T. C. GONÇALVES, M. R. S. CARDOSO e M. G. S. G. COELHO (1991). *O Clima de Portugal - Normais Climatológicas da Região de Alentejo e Algarve, correspondentes a 1951-1980*. 49 (4). Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Lisboa.
- MENDONÇA, N. (1989). *Para uma poética da paisagem*. Dissertação de Doutoramento no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem (policopiado). Universidade de Évora, Évora.

- MESQUITA, J. (1982). *A escassez do Património Algarvio – tentativa de explicação. O Palácio de Estoi – Subsídios para a sua história*. Separata de “O Algarve”, Faro.
- MINISTRO, J., PINTO, J. e SANTOS, J. (1999). “O Barrocal Algarvio: uma abordagem natural”, in *Actas do 10º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Racal Clube. pp. 441-448, Portimão.
- MOUNIAIN, J. M. Sánchez de (1945). *Estética del Paisaje Natural*. Madrid.
- MOUTINHO, J. F. (1890). *O Algarve e a fundação patriota d’uma colonia industrial e agricola*. Typographia Elzeviriana, Porto.
- NAREDO, J. (1996). “Sostentabilidad, diversidad y movilidad horizontal en los modelos de uso del território” in *Ciudades para un futuro más sostenible*. Vol. I. Ministério de Fomento, Madrid.
- NORBERG-SCHULZ, C. (1971). *Genius Loci: towards a Phenomenology of Architecture*. Studio Vista Lda, Londres.
- OLIVEIRA, A. de (1993). *Monografia de Estoi*. Algarve em Foco Editora, Faro.
- OLIVEIRA, C. (1996). *História dos Municípios e do Poder Local*. Edição de Temas e Debates e Autores, Lisboa.
- OLIVEIRA, J. T. (coord.) (1984). *Carta Geológica de Portugal Esc. 1/200 000: Notícia Explicativa da Folha 7*. Serv. Geol., Lisboa.
- OLIVEIRA, J. T. (coord.) (1989). *Carta Geológica do Sul de Portugal Esc. 1/200 000*. Serv. Geol., Lisboa.
- OLIVEIRA, E. e GALHANO, F. (1994). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Ed. Dom Quixote, 3ª. Edição, Lisboa.
- PARDAL, S. C. (1988). *Planeamento do Território, instrumentos para a análise física*. Coleção Espaço e Sociedade. Livros Horizonte, Lisboa.
- PENA, A. e CABRAL, J. (1996). *Roteiros da Natureza – Algarve*. Temas e Debates, Lisboa.
- PEREIRA, P. (1997). “O Património como problema e como ideologia” in *Intervenções no Património 1995-2000 – nova política*. IPPAR, pp.11-12, Lisboa.
- PESSOA, F. (1985). *Ecologia e território. Regionalização, desenvolvimento e ordenamento do território numa perspectiva ecológica*. Edições Afrontamento, Porto.



- PESSOA, F. S. e ALEXANDRE, J. R. (1999). *Algarve – Paisagens e Espaços Naturais*. Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.
- PESSOA, F. S., PINTO, J. R. e ALEXANDRE, J. R. (2004). *Plantas do Algarve com interesse ornamental*. Edições Afrontamento, Faro.
- PIMPÃO, T. (1998). "Património construído – sua valorização no espaço rural" in *I Jornadas de Planeamento estratégico do Turismo Rural*". Edição da Associação In Loco e da Região de Turismo do Algarve, pp 24-28 Faro.
- PINHEIRO E ROSA, J. (1974). *Roteiro das Ruínas de Milreu*. Edição da Junta Distrital de Faro, Faro.
- PINHO LEAL, A. (1874). *Portugal antigo e moderno – Dicionário geographico, estatístico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. IV, Lisboa.
- PINTO, A. F. (1992). *A freguesia*. Edição da M.F.C.R., Lisboa.
- PINTO, J. (1894). *O Algarve*. Livraria Portuense, Porto.
- PINTO, M. M. (1992). "Stª. Bárbara de Nexe" in *Anais do Município de Faro*. Nº. XXII. Edição da Câmara Municipal de Faro, pp. 115-152, Faro.
- PINTO GOMES, C. (1998). *Estudo Fitossociológico do Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção de grau de Doutor no Ramo de Ciências do Ambiente especialidade em Ecologia Vegetal. Universidade de Évora, Évora.
- PINTO-GOMES, C. e PAIVA-FERREIRA, R. (2005). *Flora e Vegetação – Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.
- PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE (PBHRA) (2000). *1ª fase – análise e diagnóstico da Situação de Referência*. Vol. III. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.
- PLANO DE PORMENOR DE ESTOI (PPE) (1998). Plural, Lisboa.
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FARO (PDM) (1991). Vol. I – Enquadramento regional. Risco, Planeamento Urbano e Arquitectura, Lisboa.
- PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FARO (PDM) (1993). Projecto do Plano – relatório. Risco, Planeamento Urbano e Arquitectura, Lisboa.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE FARO (PDM) (1995). Regulamento. Risco, Planeamento Urbano e Arquitectura, Lisboa.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROTAL) (2002). *Relatório preliminar de caracterização e diagnóstico*. Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Algarve, Faro.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROTAL) (2004). *Caracterização e diagnóstico*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Vol. II, Faro.

PRATS, L. (1997). *Antropologia y patrimonio*. Editorial Ariel S.A., Barcelona.

QUARESMA, A. (1999). *Estoi, Aldeia Branca*. Edição da Câmara Municipal de Faro, Faro.

QUINTAS, H., MARTINS, M., e MENDES, S. (2000). *Estoi, um olhar sobre o património*. Edição da Associação In Loco, Faro.

RAMALHETE, F. e MOURA, I. (1999). *Patrimónios, Natural e Cultural. De um olhar comum a uma intervenção integrada*. O Verde (nº. especial). GEOTA, Lisboa.

RAPOSO, H. (1998). *Conservação da Paisagem Rural*. Comunicação do 1º. Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista, Lisboa.

RAPOSO, J. (2003). "Planos Directores Municipais e Património – inquérito aos PDM's de 1ª. geração" in *Almadan*. Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, pp. 82-91, Almada.

RECIO, J. R. (1989). *Biogeografía – paisajes vegetales y vida animal*. Editorial Sintesis, Madrid.

REIS, J. (1999). "O Rural e o Urbano: as novas soluções institucionais e o problema da densidade dos meios" in *Desenvolvimento Rural – desafio e utopia*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, pp. 33-35, Lisboa.

RIBEIRO, O. (1970). *Ensaios de Geografia Humana e Regional*. Vol. I. Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, O. (1989). *Opúsculos geográficos*. Vol. I – Síntese e Método; Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIBEIRO, O. (1993). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Sá da Costa, Lisboa.

- RIBEIRO, O., (s.d.). *Geografia e Civilização*. Temas Portugueses. Coleção Espaço e Sociedade nº. 2. Livros Horizonte, Lisboa.
- RIBEIRO, O., LAUTENSACH H. e DAVEAU S. (1987). *Geografia de Portugal. I – A Posição Geográfica e o Território*. Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, O. LAUTENSACH H. e DAVEAU S. (1988). *Geografia de Portugal. II – O Ritmo Climático e a Paisagem*. Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, O. LAUTENSACH H. e DAVEAU S. (1988a). *Geografia de Portugal. IV – A Vida Económica e Social*. Sá da Costa, Lisboa.
- RIVAS-MARTÍNEZ, S. (1987). *Memoria del Mapa de Series de Vegetación de España*. I.C.O.N.A. Série Técnica. Publ. Ministerio Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- RIVAZ-MARTINEZ, S., LOUSÃ, M., DIAZ, T., FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, F. e COSTA, J. (1990). “La vegetación del sur de Portugal (Sado, Alentejo e Algarve) in *Itinera Geobotanica*. Nº. 3. Asociacion Espanola de Fitosociologia, Universidad de León. pp 35-126, León.
- RIVAZ-MARTINEZ, S. e LOIDI, J. (1999). “Biogeography of the Iberian Peninsula” in *Itinera Geobotanica*. Nº. 13. Asociacion Espanola de Fitosociologia, Universidad de León. Pp. 49-67, León.
- RODRIGUES, J. V. (1999). “Produção Capitalista e Organização do Trabalho” in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias – Elementos para a sua história*. Edições Colibri. pp. 393-404, Lisboa.
- RODRIGUES, M. E. (1999). “Preservar a identidade do Algarve Serrano num contexto de desenvolvimento Agro-Rural”, in *Actas do 10º. Congresso Nacional sobre o Algarve*. Racal Clube. pp. 269-273, Portimão.
- RODRIGUES, S. (2004). *As Vias Romanas do Algarve*. Edição do Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/CCDRA, Faro.
- ROLO, J.C. (coord.) (1988). *A(s) agricultura(s) algarvia(s) – contributo para a caracterização no início dos anos 80*. Vol. I. Edição da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.
- ROSENDAHE, Z. e CORRÊA, R. (coord.) (2001). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SABATÉ, J. (coord.) (2004). *Património y proyecto territorial – Colonias, Séquia de Manresa y Delta del Llobregat*. Diputació de Barcelona, Barcelona.
- SALGUEIRO, T. B. (2001). “Paisagem e Geografia” in *Finisterra*. XXXVI. pp. 37-55, Lisboa.



SAMPAIO, G. (1988). *Flora Portuguesa*. 3ª ed., ed. Fac-Smile. I.N.I.C, Lisboa.

SANTA-RITTA, G. (1982). *Portugal – a expressão da paisagem*. Coleção Breviários de Cultura. Edição da Direcção Geral da Divulgação, Lisboa.

SANTOS, L. R. (1997). *Faro, um olhar sobre o passado recente*. Edição do Autor, Faro.

SANTOS, M. A. dos (1971). *Arqueologia Romana do Algarve*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, Lisboa.

SÃO JOSÉ, FR. J. de (1577). “Corografia do Reino do Algarve” in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983). Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Cadernos Revista de História Económica e Social – 3. Sá da Costa Editora; Lisboa.

SARAIVA, G. (1999). *O Rio como paisagem. Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia; Lisboa.

SARRÃO, H. F. (1600). “História do Reino do Algarve” in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI* (1983). Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães. Cadernos Revista de História Económica e Social – 3. Sá da Costa Editora; Lisboa.

SERVIÇOS DE RECONHECIMENTO E DE ORDENAMENTO AGRÁRIO (SROA) (1959). Carta de Solos de Portugal (Escala 1/50000), Folha 53-A; Lisboa.

SILVA, C. (1999). “Percepção e avaliação da paisagem. Evolução de métodos e técnicas” in *GeolNova*. Nº. 0, pp. 116-132, Lisboa.

SILVA, I. (coord.) (1988). *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*. 4º Volume. Edição de Minha Terra – Estudos Regionais de Produção e Consumo, Matosinhos.

SILVA LOPES, J. B. da (1841). *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. 1º e 2º Volume. Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa.

SILVA LOPES, J. B. da (1848). *Memorias para a historia ecclesiastica do Bispado do Algarve*. Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa.

SILVANO, F. (2003). “Patrimonialização do Espaço e Afirmação identitária – construção cultural de paisagens na Área Metropolitana de Lisboa” in *Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, pp. 129-134, Almada.

- SIMÕES, P. (1989). "O Sistema Silvo-Agro-Pecuário do Barrocal Algarvio" in *O Algarve na Perspectiva da Antropologia Ecológica*. INIC. pp. 333-360, Lisboa.
- SIMÕES, V. (1992). "Sistemas de desenvolvimento rural enraizados na ecologia regional" in *Actas do 7.º Congresso Nacional sobre o Algarve*. Racal Clube. pp. 365-370, Portimão.
- SOARES, L. B. (2002). "A realidade incontornável da dispersão" in *Sociedade e Território – revista de estudos urbanos e regionais*. Nº. 33. Edições Afrontamento, pp. 123-129, Lisboa.
- TEIXEIRA, C. e F. GONÇALVES (1980). *Introdução à Geologia de Portugal*. Instituto Nacional de Investigação, Lisboa.
- TEJEDO, J. A. (1991). "La concentración parcelaria: una acción transformadora del paisaje" in *Actas das IV Jornadas sobre el paisaje – Alternativas de Desarrollo y Conservación del Paisaje*. pp. 195-199, Segóvia.
- TELLES, G. R. (1971). "Paisagem rural" in *Arquitectura*. Edição de Iniciativas culturais Arte e Técnica ICAT, Lda. pp. 83-87, Lisboa.
- TELLES, G. R. (1982). "A propósito de Ecosistema urbano e Conservação da Natureza" in *Conservação da Natureza*. SEA, p. 128, Lisboa.
- TELLES, G. R. (1985). *Para além da Revolução*. Edições Salamandra, Lisboa.
- TELLES, G. R. (1992). *Um novo conceito de paisagem global: tradição, confrontos e futuro*. Jubilação do Professor Ribeiro Telles, Universidade de Évora, Évora.
- TELLES, G. R. (1993). "Paisagem Global" in *Paisagem*. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. pp. 31-45, Lisboa.
- TELLES, G. R., (coord.) (1997). *Plano Verde de Lisboa – componente do Plano Director Municipal de Lisboa*. Edições Colibri, Lisboa.
- TELLES, G. R. (2002). "Sobre Paisagem" in *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas*. Edição da APAP, nº. 3, p. 9, Lisboa.
- TELLES, G. R. (2003). "Que planeamento urbano temos em Portugal?" in *Al-madan*. Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº. 12, pp. 95-102, Almada.
- TELLES, G.R. (2003a). "As autarquias e o Ordenamento da Paisagem – A "Morte" da Paisagem" in *Al-Uinã*. Arquivo Histórico Municipal de Loulé. nº. 9, pp. 181-186, Loulé.

TELLES, G. R. (2004). "A paisagem é tudo" in *Pessoas e Lugares – Jornal de animação da rede portuguesa Leader+*. II Série. nº 16, pp. 4-5, Lisboa.

TORRES, C. (2005). "O Al Garbe" in *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Ministério da Cultura. IPPAR, pp. 431-447, Lisboa.

UNESCO (1992). "Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural (UNESCO, 1972)" in *Textos e Documentos*. Comissão Nacional da UNESCO. pp. 11-35, Lisboa.

UNESCO (1992a). "Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural" in *Textos e Documentos*. Comissão Nacional da UNESCO. pp 85-102, Lisboa.

UNESCO (1992b). "Recomendacion Safeguardin of the Beauty and Culture of Landscapes" in *The World Heritage Newsletter*. UNESCO.

UNESCO (1996). *Document d'Information: Rapport de la Réunion d'Experts sur les Paysages Européens de Valeur Universelle Exceptionnelle Culturel et Naturel* (Vienne, 21 Avril 1996). Doc. WHC-96/CONF.201/INF.9, Paris.

VEIGA, S. E. da. (1891). *Antiguidades Monumentaes do Algarve – Tempos prehistoricos*. Vol. IV. Imprensa Nacional, Lisboa.

VIEGAS, C. (2006). *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares – Tavira): (1) A terra sigillata*. Edição da Câmara Municipal de Tavira, Tavira.

WASHER, D. e JONGMAN, R. (2000). *European landscapes. Classification, assessment and conservation*. Draft – European Environmental Agency, Copenhaga.

WESTMACOTT, R. e WORTHINGTON, T. (1974). *New agricultural landscapes*. Countryside Commission.

## **BIBIOGRAFIA INFORMÁTICA**

Agricultura e conservação dos recursos naturais  
([www.confagri.pt](http://www.confagri.pt))

Cartografia digital de Portugal  
([www.cartografia.fa.utl.pt](http://www.cartografia.fa.utl.pt))

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA)  
([www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt))



Comissão Nacional da UNESCO – Portugal

([www.unesco.pt](http://www.unesco.pt))

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)

([www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt))

Directiva Habitats (92/43/CEE)

([www.diramb.pt](http://www.diramb.pt))

Estratégia Mundial da Conservação

([www.lfadap.min-cultura.pt](http://www.lfadap.min-cultura.pt))

Gestão florestal no Barrocal Algarvio

([www.agro8-1.net](http://www.agro8-1.net))

Instituto da Conservação da natureza (ICN)

([www.icn.pt](http://www.icn.pt))

Instituto Nacional de Estatística

([www.ine.pt](http://www.ine.pt))

Instituto Português de Arqueologia (IPA)

([www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt))

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)

([www.ippar.pt](http://www.ippar.pt))

Legislação Patrimonial

([www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt))

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL)

([www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt))

Programa AGRIS

([www.agroportal.pt](http://www.agroportal.pt))

Programa FEADER

([www.europa.eu](http://www.europa.eu))

Programa LEADER

([www.leader.pt](http://www.leader.pt))